

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOSÉ GUIRADO NETO

**A AGÊNCIA DOS SUBALTERNOS**  
**MOVIMENTOS SOCIAIS DA COSTURA NO BRASIL E NA**  
**ARGENTINA**

São Paulo  
2019

JOSÉ GUIRADO NETO

**A AGÊNCIA DOS SUBALTERNOS**  
**MOVIMENTOS SOCIAIS DA COSTURA NO BRASIL E NA ARGENTINA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto.

São Paulo  
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

G965a      Guirado Neto, José  
              A agência dos subalternos: movimentos sociais da  
              costura no Brasil e na Argentina / José Guirado Neto  
              ; orientador Ruy Gomes Braga Neto. - São Paulo, 2019.  
              227 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Sociologia. Área de concentração:  
Sociologia.

1. Subalterno. 2. Movimentos Sociais. 3. Costura.  
4. Dinâmicas de Ação. 5. Dinâmicas de Ação. I. Braga  
Neto, Ruy Gomes, orient. II. Título.

GUIRADO, J. *A Agência dos Subalternos: Movimentos Sociais da Costura no Brasil e na Argentina*. 225p. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia

**Data de exame da dissertação**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

*À minha amiga e companheira amada, Gabryella...*

# AGRADECIMENTOS

---

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter disponibilizado durante 48 meses recursos vitais à execução desta pesquisa de doutorado e à nossa própria formação profissional.

A todos os profissionais (professores e funcionários) que com seus esforços cotidianos – alguns mais outros menos visíveis, mas igualmente imprescindíveis – fazem da Universidade de São Paulo referência nacional em ensino e em pesquisa.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP que nos acolheram com enorme cordialidade.

Ainda que seja impossível citar todos que contribuíram em alguma medida com esta tese, gostaríamos de destacar alguns nomes. Sendo assim, agradeço:

Ao orientador e amigo que já nos acompanha há 8 anos, Ruy Braga. Ruy, sua grandeza como professor e pesquisador e seu comprometimento absoluto com a luta do precariado nos inspira. Valeu por tudo, meu querido!

Aos professores Paula Marcelino e Leonardo Gomes Mello e Silva, por generosamente terem aceito compor a banca de qualificação, por terem debatido de forma atenta e construtiva esta pesquisa e por terem apontados novos direcionamentos possíveis a ela. Obrigado Paula e Leo!

À professora Vera Telles que coordenou as discussões e apontou suas impressões sobre o projeto inicial desta tese na disciplina “Análise de Projeto II”. Também aos camaradinhos de curso que colocaram suas ideias na mesa, Andrea, Pedro Pires, Silvião (que também pesquisa a costura), Fábio, Diego, Benno (parceirão), Ilan, Germana, Ricardo, Cristhiane, Thiago, Ana Luísa, Ariadne e Ana Vigna.

Aos amigos do peito de Londrina Lucas e Bruna, que leram e corrigiram o projeto submetido à banca de ingresso no programa de pós-graduação e acompanharam todo o desenvolvimento desta pesquisa. É sempre uma delícia estar com vocês dois.

A todos aqueles, imigrantes ou não, que nos receberam em suas organizações, suas residências, seus ambientes de trabalho e cederam alguns minutos para uma conversa ou uma entrevista. Dentre eles, apenas para citar alguns, na Argentina, Tamara, Padre Mario, Olga, Graciela, Pito, Lucas, Nestor, Silvana, Lucho, Juan, Ezequiel, Lita, Rogelio; no Brasil, Padre Roque, Dep. Adriano Diogo (PT), Carmelo, César, Luis, Jobana, Vera. Juliana Cardoso (PT), Mario, Selma, Augusto, Paulo, Cleiton, Carlos, Abel e Deisy.

Aos amigos de Pindamonhangaba, Augusto, Marina, Pedro Manfredini, Pedro Monteiro, Diego, Thiago, Quito, André, Porpeta, Bruno Barros, Júlio, Nikinha, Du, Carioca, Danilo, Felipe, Bruno Bissoli, Rodolfo e Rafael. Porque os que já “passaram por um doutorado” sabem: tão importante quanto a estrutura material são aquelas de ordem emocional e afetiva. Os encontros, as conversas, as risadas e os desabafos, fizeram esse caminho menos pedregoso.

Ao companheiro de escrita, amigo leal de quatro patas, Vacilão. Já que às vezes tudo o que precisamos para continuar persistindo naquela parte do texto que simplesmente “não quer andar” é um rabo abanando.

Aos sogros e segundos pais Marcelo e Leticia, sempre presentes, solícitos e afetuosos.

Aos irmãos Fernanda e Júnior e aos cunhados Milena e Richard que acompanham e revigoram nossa apaixonada jornada em busca do conhecimento sociológico e todos os encantos e desencantos que ela implica.

Particularmente, aos meus pais e amigos incondicionais, Joir e Sônia (costureira de primeira!). Dizem que filhos se espelham nos pais. Nada mais verdadeiro. Seus exemplos de honestidade, altruísmo, de trabalho desinteressado pelo próximo me ensinaram que se desejamos (e devemos nos esforçar para) melhorar o mundo que vivemos, o primeiro passo (mas, definitivamente não o único!) é realizar a famigerada reforma íntima. Acrescentaria ainda, por vezes, a imagem refletida no espelho aparece invertida. Politicamente, esse é o nosso caso. Sem problema... Que graça teriam os churrascos dos finais de semana se todos concordassem com tudo?

Sobretudo à Gabryella, minha tulipa, bahiana preferida. Não é exagero dizer que você foi a pessoa mais importante durante todo o processo de pesquisa e de escrita desta tese. Você esteve presente nas noites mal dormidas, nos momentos em que a falta de confiança se instalou e pensamos em desistir e também quando a saúde não ia bem. Você nos deu a mão e nos ergueu. Além disso, você esteve presente nos momentos felizes da pesquisa, nas pequenas conquistas

obtidas em campo, quando cada capítulo foi finalizado. Sua alegria encheu nossos dias de luz.  
Simplesmente, obrigado!



# RESUMO

---

GUIRADO, J. *A Agência dos Subalternos: Movimentos Sociais da Costura no Brasil e na Argentina*. 225p. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia, São Paulo, 2019.

Nesta pesquisa, analisamos a agência dos subalternos da costura da Região Metropolitana de São Paulo e da Grande Buenos Aires que assumiram contemporaneamente a forma de movimentos sociais. Nesse sentido, dois são nossos objetivos centrais. Primeiro, desvendar como, mesmo em um contexto restritivo, imigrantes bolivianos criaram três agrupamentos (dois compostos por donos de micro confecção e um por costureiros) e teceram redes sociais complexas – com ONGs de direitos humanos, de direitos dos imigrantes e de promoção da cultura imigrante, centrais sindicais, agentes da mídia, empresas recuperadas por trabalhadores, cooperativas de catadores, órgãos dos poderes públicos local, regional e nacional, agentes políticos, coletivos universitários e organizações ligadas à costura – que deram origem a dois complexos movimentos sociais de baixo com características adversas. Segundo, deslindar as dinâmicas da ação coletiva empregada por esses movimentos ao tentarem esculpir um espaço para acomodar seus interesses no interior das sociedades civis e dos Estados brasileiro e argentino. Para tanto, empregamos uma teoria dos movimentos sociais baseada na noção gramsciana de subalternidade.

**Palavras-chave:** Subalterno. Movimentos Sociais. Agência. Costura. Dinâmicas de Ação Coletiva. Redes Sociais.

# ABSTRACT

---

GUIRADO, J. *The Subaltern Agency: Sewing Social Movements in Brazil and Argentina*. 225p. Ph.D. Thesis. Post-Graduation Program in Sociology, Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

In this thesis, we analyze the agency of the subalterns of the garment industry of the Metropolitan Region of São Paulo and Greater Buenos Aires that assumed the form of social movements contemporaneously. In this sense, two are our central goals. First, to discover how, even in a restrictive context, Bolivian immigrants created three groups (two of micro-tailors and one of tailors) and weave a complex social networks – with NGOs of human and immigrants rights, culture promotion of immigrants, union federations, media agents, companies recovered by workers, waste pickers' cooperatives, local, regional and national public authorities, political agents, university collectives and sewing organizations – which gave rise to two complex social movements from below with adverse characteristics. Secondly, to delineate the dynamics of collective action employed by these movements in trying to sculpt a space to accommodate their interests within civil societies and the Brazilian and Argentine states. To do so, we employ a theory of social movements based on the Gramscian notion of subalternity.

**Keywords:** Subaltern. Social Movements. Agency. Seam. Dynamics of Collective Action. Social Networks.

# RESUMEN

---

GUIRADO, J. *La Agencia de los Subalternos: Movimientos Sociales de la Costura en Brasil y Argentina*. 225p. Tesis de Doctorado. Programa de Postgrado en Sociología, Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2019.

En esta tesis, analizamos la agencia de los subalternos de la costura de la Región Metropolitana de São Paulo y de la Gran Buenos Aires que asumieron contemporáneamente la forma de movimientos sociales. En ese sentido, dos son nuestros objetivos centrales. En primer lugar, desvelar cómo, incluso en un contexto restrictivo, inmigrantes bolivianos crearon tres agrupaciones (dos compuestos por dueños de micro confección y uno por costureros) y tejían redes sociales complejas – con ONGs de derechos humanos, de derechos de los inmigrantes y de promoción de la cultura inmigrante, centrales sindicales, agentes de los medios, empresas recuperadas, cooperativas de recolectores, órganos de los poderes públicos local, regional y nacional, agentes políticos, colectivos universitarios y organizaciones vinculadas a la sociedad costura – que dieron origen a dos complejos movimientos sociales de bajo con características adversas. Segundo, deslindar las dinámicas de la acción colectiva empleada por esos movimientos al tratar de esculpir un espacio para acomodar sus intereses en el interior de las sociedades civiles y de los Estados brasileño y argentino. Para ello, empleamos una teoría de los movimientos sociales basada en la noción gramsciana de subalternidad.

**Palabras clave:** Subalterno. Movimientos Sociales. Agencia. Costura. Dinámicas de Acción Colectiva. Redes sociales.

# LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS, MAPAS, FOTOS E ORGANOGRAMAS

---

<b>Tabela 1.</b> Divisão por sexo e nacionalidade dos trabalhadores formais da costura da RMSP	61
<b>Tabela 2.</b> Comparação entre o setor industrial de confecção argentino e brasileiro	66
<b>Tabela 3.</b> Caracterização dos trabalhadores da costura da Argentina e do Brasil	66
<b>Tabela 4.</b> Evolução das performances entre 1993 e 2001 na Argentina	166
<b>Tabela 5.</b> Comparação entre as dinâmicas da ação coletiva do MPTD e MPI	201
<b>Gráfico 1.</b> Evolução das importações de têxteis na Argentina (2015-2016)	64
<b>Gráfico 2.</b> Relação entre produção interna e importação de têxteis (2015-2016)	64
<b>Gráfico 3.</b> Percentual aproximado da nacionalidade dos dos imigrantes atendidos pelo CAMI no período de (2014-2016)	134
<b>Gráfico 4.</b> Evolução do número de imigrantes bolivianos regularizados na RMSP (2000-2016)	135
<b>Quadro 1.</b> A subalternidade em números: a costura e os costureiros da Argentina e do Brasil	66
<b>Quadro 2.</b> As janelas de oportunidades	103
<b>Mapa 1.</b> Bairros da Cidade Autônoma de Buenos Aires	78
<b>Mapa 2.</b> Distribuição da Riqueza da Cidade Autônoma de Buenos Aires	78
<b>Foto 1.</b> Fachada da Cooperativa El Alamo, 2016	100
Foto 2. Linha de seleção de material reciclável da Cooperativa El Alamo, 2016	100
<b>Foto 3.</b> Missa executada pelo então Arcebispo Bergoglio em homenagem às vítimas do incêndio Luis Vale, 2006	105
<b>Foto 4.</b> Fachada do Polo Textil de Barracas, 2016	109
<b>Foto 5.</b> Cooperativa de produção localizada no Polo Têxtil de Barracas, 2016	110
<b>Foto 6.</b> Escrache à loja Zara da Rua Florida, 2013	171
<b>Foto 7.</b> Marcha contra a aprovação da Ley Antiterrorismo, 2011	175

<b>Foto 8.</b> Manifestação em frente ao Tribunal Federal de Mar no dia do julgamento do grupo neonazista, 2018.	178
<b>Foto 9.</b> Manifestação do dia 21/02 contra o governo Macri, convocada pelas centrais sindicais, 2018.	180
<b>Foto 10.</b> 12ª Marcha dos Migrantes, 2018	189
<b>Foto 11.</b> Seminário migração, violência doméstica e trabalho análogo de escravo, 2018	192
<b>Foto 12.</b> Audiência Pública do dia 20 de maio de 2013 na Câmara Municipal de São Paulo	194
<b>Foto 13.</b> Votação Simbólica, 2013	195
<b>Foto 14.</b> Manifestação do dia 21 de junho, no Pátio do Colégio	197
<b>Foto 15.</b> Protesto da Paulista (4º protesto), 2013.	199
<b>Organograma 1.</b> As redes do MPTD	114
<b>Organograma 2.</b> As redes do MPI	140



# SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	19
1. REPENSANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DA SUBALTERNIDADE .....	27
1.1 A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ACADEMIA BRASILEIRA .....	28
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MAINSTREAM DA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	30
1.3 A CIÊNCIA REFLEXIVA COMO APORTE PARA UMA TEORIA SOCIOLÓGICA DOS MOVIMENTO SOCIAIS DUPLAMENTE ÚTIL .....	33
1.4 A SUBALTERNIDADE COMO ELO ENTRE O “PARA QUE” E O “PARA QUEM” .....	37
1.5 MOVIMENTOS SOCIAIS DE CIMA E MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIXO .....	39
1.6 ADENDO AO ESTRUTURALISMO DE NILSEN: A CULTURA.....	43
2. A COSTURA MODERNA: FÁBRICA DE SUBALTERNOS.....	49
2.1 A INTEGRAÇÃO DESIGUAL E COMBINADA DO VESTUÁRIO INTERNACIONAL .....	50
2.2 PAÍSES DO LESTE EUROPEU .....	51
2.3 BANGALORE, ÍNDIA .....	52
2.4 LOS ANGELES, EUA .....	54
2.5 LEICESTER, REINO UNIDO .....	56
2.6 SÃO PAULO, BRASIL .....	59
2.7 BUENOS AIRES, ARGENTINA .....	63
3. OS GRUPOS DOS SUBALTERNOS DA COSTURA.....	67
3.1 DELIMITANDO OS SUBALTERNOS DA COSTURA .....	68
3.2 AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DOS SUBALTERNOS DA COSTURA .....	74
3.3 A ALAMEDA .....	75
3.3.1 O prelúdio assembleísta.....	75
3.3.2 A união entre vizinhos e costureiros bolivianos.....	79

3.4 A COEBIVECO .....	82
3.4.1 As perseguições aos vendedores ambulantes .....	82
3.4.2 A Feirinha da Madrugada e o sonho de um espaço próprio .....	83
3.5 ASSEMPBOL .....	86
3.5.1 Espaço da vida e espaço do trabalho .....	86
3.5.2 A Feira da Rua Coimbra: origem da Assempbol.....	87
4. REDES DE SOLIDARIEDADE: FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIXO .....	90
4.1 REDES DE INDIVÍDUOS .....	93
4.2 REDES DE ORGANIZAÇÕES .....	94
4.3 A FORMAÇÃO DAS REDES DA ALAMEDA .....	96
4.3.1 Primeiras redes: as assembleias de bairros.....	96
4.3.2 Os agentes da mídia e do poder estatal .....	101
4.3.3 A criação de um polo têxtil modelo: parceria estatal .....	107
4.3.4 No Chains: a internacionalização das redes .....	111
4.4 A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO PRÓ-TRABALHO DIGNO E O INGRESSO DE NOVOS ATORES SOCIAIS .....	115
4.4.1 A Red Nacional Antimafia: novas bandeiras de luta.....	116
4.4.2 Jorge Bergoglio e a moral do movimento .....	119
4.4.3 A política institucional: criação do partido Bien Común .....	123
4.4.4 A criação da Multisectorial 21F: da luta pelos subalternos da costura para a luta por todos os trabalhadores subalternos .....	125
4.5 A FORMAÇÃO DAS REDES DA ASSEMPBOL E A COEBIVECO .....	129
4.5.1 Primeiros vínculos: o problema da indocumentação .....	130
4.5.2 O CAMI e o CDHIC: atores centrais do movimento brasileiro .....	133
4.5.3 A imigração e direitos humanos e políticos: nortes identitários.....	135
4.6 A IDEOLOGIA CIRCULANTE NAS REDES DO MOVIMENTO PRÓ IMIGRANTE .....	141
5. AS DINÂMICAS DA AÇÃO COLETIVA DOS SUBALTERNOS .....	149
5.1 GRAMSCI: O ESTADO AMPLIADO, A SOCIEDADE CIVIL E A DISPUTA PELA HEGEMONIA .....	150
5.2 TILLY: OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A POLÍTICA PÚBLICA E OS REPERTÓRIOS DA AÇÃO POLÍTICA COLETIVA.....	153
5.3 TILLY ENCONTRA GRAMSCI .....	156



5.3.1 Tática e a estratégia política nos movimentos sociais .....	160
5.3.2 Os conceitos de repertório e performance adaptados à nossa pesquisa	162
5.3.3 A Transgressividade nos movimentos sociais.....	163
5.4 A DINÂMICAS DA AÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS .....	164
5.4.1 A gênese do repertório de confronto do Movimento Pró Trabalho Digno .....	165
5.4.2 O repertório assembleísta: 2005-2013 .....	167
5.4.3 O repertório legalista: 2014-2017.....	176
5.4.4 O repertório multisetorialista: 2017-atualmente.....	180
5.4.5 A formação do repertório do Movimento Pró Imigrante: a hegemonia lulista e a ideologia dos direitos humanos .....	183
5.4.6 O repertório universalista: 2006-atualmente .....	187
5.4.7 Manifestações anômalas .....	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	202
REFERÊNCIAS .....	211

# APRESENTAÇÃO

---

Esta tese de doutorado é um desdobramento da dissertação de mestrado que concluímos no ano de 2014, na qual investigamos a busca dos imigrantes da comunidade boliviana de São Paulo que se dedicam ao ramo da costura por melhores condições de vida a partir de três eixos temáticos básicos e complementares: o da imigração, o do trabalho na sociedade receptora e, por fim, o da formação de agrupamentos culturais e profissionais.

Assim sendo, nossa pretensão nessa pesquisa pregressa foi demonstrar como de modo quase invariável essa busca segue uma trajetória cronológica tanto em termos individuais como coletivos. Sinteticamente, o primeiro grande ato desses imigrantes consiste em deixar seu país de origem, um universo ao qual se está familiarizado, para encontrar um novo, desconhecido, mas repleto de promessas. O segundo e imediato é a luta pela manutenção da própria subsistência. Via de regra, também é quando a realidade, dentro de uma oficina de costura, exaustiva e precária, começa a se apresentar em tons menos coloridos. O terceiro, derradeiro e a nosso ver mais sofisticado, é o conjunto das ações coletivas político-reivindicatórias que ocorrem após um período subsequente à migração normalmente mais longo, pois vincula-se ao reconhecimento das dificuldades, insuficiências e/ou injustiças presentes na sociedade receptora e vinculam-se à condição migratória, profissional e cultural periférica e subalterna.

Dito isso, conforme nos aproximávamos da conclusão da elaboração da dissertação, mais nosso interesse se aguçava para os inúmeros aspectos que englobam o universo da ação política coletiva e organizada desses grupos. Não obstante, ao fim e ao cabo, tínhamos dedicado apenas poucas páginas de um único capítulo à essa discussão. Havíamos descrito quase que jornalisticamente o surgimento dos agrupamentos dos imigrantes bolivianos em São Paulo e quais eram suas ambições. Contudo, questões sociologicamente fundamentais como de quais redes faziam parte esses agrupamentos, que posição ocupavam nessas redes, de que forma suas demandas foram enquadradas nessas redes, se suas situações de classe e seus posicionamentos ideológicos eram condizentes, quais eram as dinâmicas de suas ações coletivas, não foram abordadas ou devidamente analisadas. Ademais, em parte porque acreditávamos que o *mainstream* teórico da sociologia dos movimentos sociais (MS) não conseguiria capturar o nosso objeto sob o ângulo que desejávamos, em parte, porque tampouco conhecíamos uma teoria alternativa que fosse capaz, optamos por apresentar esses agrupamentos de modo

descritivo pouco crítico-analítico. Em célebre proposição, Weber (1949) afirmou que a metodologia não é pré-condição para a execução de um trabalho intelectual frutífero, assim como o conhecimento da anatomia não é pré-condição para um caminhar correto. Todavia, Burawoy (1998), dialogando com o ilustre sociólogo alemão, lembrou nos que como o chão sob os nossos pés está sempre tremendo, nós precisamos de uma muleta. No caso dos cientistas sociais, de uma metodologia apurada. Em nossa pesquisa, ao tratarmos dos movimentos imigrantes tínhamos tropeçado. Diversas lacunas empíricas e teóricas haviam restado e elas como que nos convidavam a preenchê-las.

Somou-se a isso outro fato digno de nota. Em meados de 2013, durante uma leitura não programada, tomamos conhecimento da existência de uma organização argentina que agregava imigrantes bolivianos e moradores de um bairro da capital portenha. Diferente das organizações brasileiras que eram formadas por donos de pequenas oficinas de confecções, esta era composta essencialmente por costureiros insatisfeitos com as relações de trabalho que vigoravam na costura local. Diferença um tanto relevante. Quase que involuntariamente, começamos a estabelecer mentalmente comparações entre elas. Em razão de suas semelhanças e principalmente distinções, concluímos que um caso ajudava a ilustrar o outro e vice-versa.

Tínhamos à frente um objeto que começava a se desenhar, faltava-nos ainda uma teoria que nos “sustentasse de pé”. Ela chegaria até nós no começo de 2014, pelos escritos de dois autores ainda pouco conhecidos na academia brasileira, o norueguês Alf Gunvald Nilsen e o irlandês Laurence Cox. Em vários de seus trabalhos publicados individual e conjuntamente, a dupla de pesquisadores destaca como apesar do marxismo ter emanado *a partir* e ter sido forjado *para* os movimentos sociais (MS), ele não produziu uma teoria voltada especificamente a explicar a emergência, as características e o desenvolvimento dos MS (NILSEN, 2009; NILSEN & COX, 2013; COX & NILSEN, 2014). A despeito de tal constatação, Nilsen e Cox enxergaram enorme potencial no marxismo para responder a demandas que as teorias dos MS disponíveis simplesmente não eram capazes. Sem dúvida, dentre as principais, a ineficiência delas ao serem utilizadas como ferramentas de transformação social pelos integrantes dos MS. Parte do problema é que muitas dessas teorias são desde suas gêneses completamente acadêmicas e, portanto, suas principais ambições consistem em explicar, celebrar ou condenar o mundo ao seu redor, mas não alterá-lo (NILSEN; COX, 2013). Certamente, por seu DNA, uma teoria marxista dos MS focaria em responder duas questões básicas: o que se passa e o que nós podemos fazer em vista disso? Discutiremos isso mais a fundo no primeiro capítulo desta tese.

Um dos pontos que julgamos ser ao mesmo tempo mais fortes e originais da teoria proposta por Nilsen e Cox (2013) diz respeito à compreensão de que o mundo social é formado por estruturas sociais provisórias que se constroem e se desconstroem constantemente em múltiplas direções a partir do encontro conflituoso dos movimentos sociais de cima (aqueles constituídos por grupos dominantes) e dos movimentos sociais de baixo (aqueles constituídos por grupos subalternos). Assim, ao invés dos MS serem pensados apenas em termos de um tipo de ação política extraparlamentar – o que pode fazer sentido quando consideramos os MS apenas em termos de manifestações de grupos que não detêm poder político institucional, mas pouco quando incluímos grupos aparelhados no Estado ou que ao menos desfrutam de acesso às suas instâncias político-decisórias –, eles foram definidos mais amplamente como um processo em que grupos sociais desenvolvem projetos coletivos de atividades qualificadas centradas em formas particulares de sentir e se relacionar com o mundo social.

Ao se referirem a movimentos de dominantes e de subalternos, a dupla se inspirou nos escritos de um dos expoentes do marxismo, o italiano Antonio Gramsci. A dinâmica interna do pensamento de Gramsci, essencialmente estratégico e revolucionário, forneceu a Nilsen e Cox os alicerces analíticos para pensar o Estado enquanto uma esfera de poder a que os diferentes grupos sociais possuem acesso desigual e que dela se utilizam para conservar ou promover determinada base econômica, social, política e cultural, de acordo com seus interesses de classe. Note que aqui o Estado não aparece dotado da capacidade de agência, mas como um conjunto de instituições públicas que são utilizadas para adquirir direção das classes aliadas e a dominação das adversárias. Portanto, seus aparatos, em todo seu conjunto de modalidades administrativas, gerenciais, distributiva, coercitivas e ideológicas, não são instrumentos neutros (NILSEN, 2009).

Não tão raramente como gostaríamos, as teorias que nós, cientistas sociais, temos à nossa disposição (e que também já estamos habituados a utilizar) não dão conta de lumiar determinados pontos da realidade social. Necessariamente, não há qualquer problema com as teorias que criamos: a imperfeição é condição imanente delas. Teorias sociais nascem para serem testadas, ampliadas e revisadas conforme contradições internas se manifestem ou alterações no mundo a que elas se propõem a explicar e modificar ocorram. Quando tivemos acesso à teoria dos MS que Nilsen e Cox propuseram, tivemos a sensação de que, com pequenos ajustes – como i) suavizar o seu caráter racional-estruturalista incorporando elementos próprios das teorias culturais, como considerar o papel das emoções, da religiosidade, da moral e dos significados nas ações coletivas e ii) acrescentar alguns instrumentos analíticos acurados para

a investigação das dinâmicas das ações políticas, como a noção de repertório e de performance, presentes na tradição teórica do processo político, sobretudo de Charles Tilly –, ela se casaria quase que espontaneamente com o objeto que desejávamos estudar: a agência dos subalternos da costura a partir de seus movimentos sociais. Assim ocorreu.

Quanto ao procedimento da pesquisa, esta tese oficialmente iniciou-se em 2015. Contudo, já vínhamos acompanhando os dois grupos da costura de imigrantes em São Paulo desde o final de 2011, antes mesmo do início da pesquisa de mestrado, quando ainda erámos aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). O primeiro contado que tivemos com o grupo de costureiros da Argentina ocorreu em 2015. Desse modo, a pesquisa de campo deu-se em duas regiões, na Metropolitana de São Paulo (RMPS) e na da Grande Buenos Aires (GBA) entre os anos de 2011 e 2019. Ao longo desse período, acompanhamos reuniões, eventos e manifestações promovidas e das quais as organizações paulistanas Assempbol e Coebiveco e a argentina Alameda participaram. No total, realizamos 34 entrevistas formais semiestruturadas. Com o consentimento dos entrevistados, a maior parte delas foi gravada. Outras tantas, se assim podemos chamar, se sucederam de forma livre, sem que tivéssemos um gravador ou um caderno por perto. Além disso, tivemos acesso a um número considerável de entrevistas disponibilizadas em sites e blogs e que, sem dúvida, nos ajudaram a compor as redes e a refazer os passos das ações coletivas dos movimentos sociais a que a Assempbol e a Coebiveco integram no Brasil e a Alameda na Argentina.

# INTRODUÇÃO

---

Agência refere-se à capacidade dos indivíduos isolada ou coletivamente agirem, isto é, darem curso às suas próprias escolhas. No âmbito da sociologia dos movimentos sociais, Alain Touraine (1981) utilizou a expressão historicidade para designar a capacidade das sociedades interferirem em seus próprios rumos. Porém, o sociólogo francês não foi o único ou sequer o primeiro intelectual a considerar a influência e os limites das ações humanas deliberadas sobre a sua própria história. Em verdade, desde o surgimento da sociologia essa tem sido uma questão que de forma mais ou menos direta povoou as mentes de seus principais representantes.

Em seu 18 Brumário, Marx (1997) defendeu que

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (p.21).

Em Da Divisão do Trabalho Social, Durkheim (1999) afirmou que

As obrigações que a sociedade impõe a seus membros, por menor que seja sua importância e sua duração, assumem uma forma jurídica; por conseguinte, as dimensões relativas desse aparelho permitem que se meça com exatidão a extensão relativa da ação social (P.190).

Por fim, em A Ética Protestante, Weber (2004) assegurou que

Basta uma vista de olhos pelas estatísticas ocupacionais de um país pluriconfessional para constatar (...) o caráter predominantemente protestante dos proprietários do capital e empresários. (...) Onde o desenvolvimento do capitalismo [na época de sua expansão] esteve com as mãos livres (...) mais nitidamente esse fenômeno aparece (P.29).

Quando Marx menciona “circunstâncias legadas e transmitidas pelo passado”, Durkheim, “obrigações que a sociedade impõe” e Weber “mãos livres”, os três autores, cada

um ao seu modo, ponderam acerca das resultantes dos conjuntos das relações sociais humanas recorrentes, ou em outras palavras, o que sociologicamente denominamos estruturas sociais<sup>1</sup>.

O marxismo, corrente teórica com a qual dialogaremos ao logo de toda esta tese, foi por diversas vezes acusado de imprimir uma dimensão às estruturas que deixa pouco espaço para a agência dos seres humanos, inclusive quando ela assume a forma específica que aqui mais nos interessa, a de movimentos sociais (BARKER, 2013). A nosso ver, essas afirmações não se sustentam. Primeiro porque Marx considerou os seres humanos criadores de sua própria história. Na obra *A Sagrada Família*, em companhia de Engels, o autor lembra por exemplo que “A História não faz nada, ‘não possui nenhuma riqueza imensa’, ‘não luta nenhum tipo de luta’! Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, o homem, o homem real” (MARX; ENGELS, 2003, p.111). Desse modo, não é a História, “que utiliza o homem como meio para alcançar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte –, pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos.” (MARX; ENGELS, 2003, p.111). Segundo, porque Marx entende agência e estrutura como dois polos dialéticos de uma mesma unidade sempre em desenvolvimento. Dito de outra maneira, os homens criam ativamente sua História ao interagir com as relações sociais que foram anteriormente criadas à sua revelia (BARKER, 2013). Portanto, dizer que as estruturas desestimulam ou estimulam determinadas formas e estratégias de ação individual ou coletiva, definitivamente não equivale dizer que elas determinam a ação social.

Refinando essa lógica, os seres humanos, ao tentarmos satisfazer nossas necessidades de autodesenvolvimento e nossos objetivos, nos deparamos com os produtos emergentes das relações sociais produtivas, morais, religiosas, simbólicas, familiares, culturais etc. que impedem ou favorecem essa busca. Quando tentamos superar algumas das características desses sistemas que atuam em sentido contrário aos nossos interesses, geramos conflitos que podem reconfigurar as relações sociais existentes, assim como seus próprios agentes (BARKER, 2013). Quando nós as utilizamos como trampolim para atingir nossas metas, fortalecemos as disposições das relações sociais vigentes.

Assim ocorre com os movimentos sociais, pois, ao lutarem pela historicidade, engajam-se e enfrentam-se a fim de conduzirem o desenvolvimento da organização social das

---

<sup>1</sup> É claro que Marx, Durkheim e Weber possuíam formas bastante diferentes de enxergar a relação entre agência e estrutura.

necessidades e capacidades humanas. Os movimentos de cima, isto é, aqueles organizados pelos grupos socialmente dominantes, se empenham em manter ou modificar as estruturas sociais de tal sorte que elas reproduzam ou ampliem seu poder social. Os movimentos de baixo, ou seja, aqueles organizados pelos grupos socialmente subalternos, normalmente visam desafiar as restrições que as estruturas sociais dominantes impõem ao desenvolvimento de suas necessidades e capacidades, mas também podem defender certos aspectos dessas estruturas que pontualmente acomodem pontos de seu interesse (NILSEN, 2009).

Nesse processo, movimentos sociais de cima e de baixo empregam estratégias diferentes, o que ajuda a explicar por que o *mainstream* da teoria sociológica dos MS ignorou a existência de MS de cima. Jasper (2016) explica que a constituição de alianças, a identificação dos oponentes, as decisões sobre os objetivos e os meios para atingí-los, e a mobilização de recursos para viabilizar as táticas escolhidas são todas decisões estratégicas. Porém, cabe a nós indagarmos como os diferentes grupos sociais escolhem suas estratégias de ação coletiva conforme a posição que ocupam nas estruturas de classe. Gramsci (1999) nos ensinou que as disputas políticas pela hegemonia social se dão basicamente no âmbito da sociedade civil, porém a sociedade política, ou seja, o “Estado em sentido estrito”, é a esfera em que a classe dominante detém o monopólio legal de repressão e violência. Além disso, as tendências de desenvolvimento da estrutura econômica também exercem importante pressão sobre a política, muito embora essas tendências nem sempre se realizem. A partir dessas noções podemos tirar algumas conclusões. A primeira é que, como os integrantes dos movimentos sociais de baixo, por definição, não detêm o controle sobre as instituições estatais e ocupam posição subalterna nas relações de produção, suas ações coletivas dispõem de recursos mais limitados, concentram-se basicamente no seio da sociedade civil e são geralmente bastante visíveis. A cena clássica de seus movimentos é de manifestantes nas ruas agitando bandeiras e gritando palavras de ordem em prol de alguma causa. Os movimentos sociais de cima, a seu turno, na medida em que são formados por grupos dominantes, isto é, coletividades que dispõem acesso direto ao Estado (sociedade política), possuem um papel diretivo na organização da produção e são capazes de moldar rotinas cotidianas e o senso comum em função de sua posição social hegemônica, também desfrutando de recursos diferenciados a serem empregados a seu favor. Suas cenas políticas e seus palcos de ação são bem mais variados. Vão desde ações defensivas, como a mobilização do aparato estatal de violência para reprimir opositores e a suspensão de direitos e liberdades civis e políticas, até ações mais ofensivas, que geralmente ocorrem em cima de conquistas passadas dos movimentos de baixo, como quando atacam a liberdade e os espaços



de expressão, o empoderamento dos trabalhadores no ambiente de trabalho, os direitos das mulheres e as conquistas sociais de bem-estar (NILSEN, 2009; COX; NILSEN, 2014). Nota-se que as ações políticas dos grupos dominantes se estendem para muito além do âmbito da sociedade civil.

Na análise comparativa acerca da agência dos subalternos da costura da RMSP e da GBA que desenvolveremos ao longo desta tese, essa noção de movimentos sociais de cima e de baixo será retomada. Nosso foco, contudo, recairá essencialmente sobre as ações engendradas pelos movimentos de baixo. Ao invés de dar ênfase nas ações dos movimentos de cima, apresentaremos os resultados práticos dessas ações em momentos pontuais da tese, como no segundo capítulo. Resultados estes que se traduzirão em contextos, que por sua vez nos ajudaram a compreender certas escolhas estratégicas de luta dos subalternos da costura, como por exemplo, porque esses grupos optaram por certos tipos de organização coletiva ao invés de outros.

\*\*\*

Com base nesse breve balanço bibliográfico, podemos caminhar na direção de uma definição do problema sociológico que motivou a elaboração desta tese. Muito se falou nos últimos anos nos meios comunicação e se estudou no interior da academia brasileira e argentina a respeito das precárias condições e das relações de trabalho que os costureiros imigrantes sul-americanos, mormente aqueles de origem boliviana, enfrentam no interior das oficinas de confecção e como a reorganização da cadeia produtiva teve, dentre outros efeitos, solapar as organizações coletivas tradicionais e individualizar o trabalho. Comentou-se quase exaustivamente que, embora vigore desde 2009 um acordo de residência entre os países membros do Mercosul – mais Bolívia e Chile (países associados ao bloco) –, um número considerável desses imigrantes ainda permanece indocumentada nas sociedades brasileira e argentina, pois adentram nesses territórios nacionais sem o conhecimento das autoridades ou porque, tendo o período de residência temporária expirado, não conseguem obter a Concessão de Residência Permanente, pois como trabalham na informalidade, não logram comprovar meios de vida lícitos. Profusamente também se discutiu sobre a discriminação que os imigrantes sofrem de ordem sociocultural (ao serem consideradas como pessoas de pouca cultura e possíveis traficantes), de ordem étnica/racial (quando são generalizados como índios) e de ordem jurídica (por sua condição de indocumentados/clandestinos).

Esta tese pretende redirecionar essa discussão para uma perspectiva até então não contemplada: a da possibilidade da agência dos subalternos da costura, mesma a despeito de todas as dificuldades apontadas. Outra diferença é que nossa pesquisa se propõe a escrutinar tanto questões ligadas ao universo dos costureiros como dos donos de pequenas e micro confecções. Isso posto, algumas questões nos ajudaram a pensar no objeto que gostaríamos de investigar. Foram elas: que tipo de organizações os subalternos da costura da RMSP e da GBA tinham formado? Como e com que finalidade elas haviam estabelecido redes com outras organizações da sociedade civil em âmbito local, nacional e internacional? De que maneira essas redes de grupos subalternos haviam promovido ações político-reivindicatórias organizadas buscando alterar ou defender certos aspectos das estruturas sociais vigentes, isto é, tinham se convertido em genuínos MS? Quais eram as dinâmicas desses movimentos sociais e como elas se alteraram com o passar do tempo? Por fim, quais as semelhanças e distinções entre as organizações brasileira e a argentina, assim como entre seus respectivos MS?

Para darmos conta de respondermos essas questões elaboramos cinco capítulos. Porém, antes de passarmos para a organização da tese e o resumo dos capítulos, uma pequena observação sobre o capítulo 1 faz-se necessária. A necessidade de apresentar um capítulo completamente teórico se deve por alguns motivos. O primeiro e talvez mais evidente é que trabalhamos com um arcabouço teórico dos movimentos sociais, até onde sabemos, ainda não utilizado em qualquer trabalho acadêmico produzido na academia brasileira. Dessa maneira, é natural que surjam inúmeras dúvidas entre os leitores com relação às semelhanças e diferenças entre a teoria que empregamos e as principais teorias sociológicas contemporâneas dos MS. Segundo, porque ela é polêmica. Dentro do campo da sociologia do trabalho brasileira, trabalhos importantíssimos tendo o marxismo como referencial teórico foram produzidos nas últimas décadas, o que fez com que ele conquistasse seu espaço. Porém o mesmo não ocorreu no campo da sociologia dos movimentos sociais. De modo geral, quando pesquisadores marxistas se detiveram em analisar as ações coletivas, o fizeram sob a perspectiva dos movimentos sindicais, relegando os movimentos sociais, isto é, quando eles apareciam, a um plano secundário. No campo específico da sociologia dos MS, por sua vez, quer seja dentro ou fora do Brasil, o marxismo nunca despontou dentre as principais tradições teóricas. Para alguns autores, como já dissemos, até pouco mais de duas décadas o marxismo sequer havia produzido uma teoria dos MS. Ademais, a importância dada pelos marxistas às relações de classe e ao mundo trabalho causa sérias dúvidas em muitos pesquisadores acerca da viabilidade de uma teoria sociológica dos MS nestes moldes que dê conta da diversidade dos atuais organizações

coletivas. Assim sendo, é possível, até mesmo provável, que os sociólogos do trabalho leiam o nosso trabalho procurando a agência dos subalternos pela atuação dos sindicatos e os sociólogos dos movimentos sociais procurem uma análise que não ponha o papel das classes sociais no centro da análise. Todavia, se assim o for, é certo que ambos se decepcionarão. Esta tese, ao posicionar sua lupa sobre os movimentos sociais dos subalternos da costura navega por entre esses dois mares sem lançar âncora em nenhum deles.

Dito isso, o capítulo 1 apresenta as bases teóricas que alicerçam esta tese tendo como norte uma reinterpretação dos MS a partir da noção gramsciana de subalternidade. Com essa intenção, iniciamos o capítulo discutindo o espaço restrito que as teorias dos movimentos sociais (TMS) tiveram e como elas foram incorporadas por vezes sem uma devida apreciação crítica no interior da academia brasileira até as últimas décadas do século passado. A seguir, passamos a descrever algumas das características do *mainstream* teórico dos MS e como as diretrizes da ciência reflexiva pode nos ajudar a repensar em uma TMS duplamente útil, quer dizer, que sirva tanto aos acadêmicos quanto aos militantes dos MS. Nossa aposta é que o conceito de subalternidade de Antonio Gramsci seja o elo básico para a formulação de uma teoria sociológica engajada que ao mesmo tempo não perde de vista seus compromissos com a objetividade e com a ética. A seguir, passamos para questões diretamente relacionadas à ação dos subalternos. Primeiro apontamos as diferenças entre os movimentos sociais de cima e de baixo. Depois, discutimos alguns pontos que julgamos serem mais frágeis na teoria estruturalista da ação proposta por Nilsen e como superá-los ao adicionarmos elementos referentes à cultura.

O capítulo 2 prepara o terreno para a introdução da nossa pesquisa etnográfica-participante com os grupos de subalternos da costura do Brasil e da Argentina. Assim, nossa intenção aqui é demonstrar como a inserção desigual e combinada dos países na economia global associada ao processo de reestruturação das cadeias produtivas do vestuário, tanto locais como transnacionais, iniciado nos anos 70 e agudizado nos 90, e o avanço das políticas neoliberais promovida pelos movimentos sociais de cima tiveram múltiplas consequências para os elos inferiores da cadeia do vestuário (donos de pequenas confecções e costureiros). Primeiro, assistiu-se tanto nos países que direcionam sua produção de roupas para exportação como para suprir a demanda do mercado interno, à pulverização da produção, isto é, as grandes indústrias deram lugar a uma infinidade de pequenas e micro oficinas de confecção. Segundo, tanto as relações como as condições de trabalho foram profundamente precarizadas. Terceiro, houve um avanço da informalidade no setor sem precedentes. Quarto, a costura passou a atrair

de maneira mais vigorosa microempresários sem um grande capital e uma força de trabalho barata, em muitas situações imigrante e indocumentada. Quinto, e sem dúvida mais relevante à nossa pesquisa, repercutiu na forma de organização coletiva desses microempresários e trabalhadores da costura. Os sindicatos perderam a capacidade de representar os interesses dos trabalhadores precarizados da costura. Em seu lugar surgiu um tipo de ação sócio-política mais direta, a de movimentos sociais. Ao longo deste capítulo apresentaremos o caso de seis regiões diferentes para sustentar essas afirmações: o dos países europeus, de Bangalore (Índia), o de Los Angeles (EUA), o de Leicester (Reino Unido) e finalmente o de São Paulo (Brasil) e de Buenos Aires (Argentina).

No capítulo 3 delimitaremos quem são os subalternos da costura e de que forma eles se organizaram coletivamente na RMSP e na GBA. Para tanto, inicialmente, discutiremos como a relação completamente desequilibrada que se estabeleceu entre os dois elos de cima da cadeia do vestuário (varejos, fabricantes) e os dois de baixo (contratantes e costureiros) aprofundou a condição de subalternidade dos últimos. Os subalternos da costura serão pensados a partir de duas perspectivas que julgamos serem dialeticamente indissociáveis e complementares: a primeira é que os grupos dos subalternos da costura são, em certos aspectos, relativamente homogêneos; e a segunda é que, em outros aspectos, eles são heterogêneos e hierarquizados. A ideia é fornecer ao leitor elementos que possibilite compreender a situação de classe e a posição de classes dos donos de micro e pequenas oficinas e dos costureiros das duas regiões metropolitanas destacadas. Em seguida, partimos para a segunda parte do capítulo que trata da constituição, das ambições e da caracterização geográfica, socioeconômica e espacial das organizações brasileiras de microempresários do ramo da costura (a Assemblé e a Coebiveco) e da organização argentina de costureiros (a Alameda).

O capítulo 4 compara as redes sociais que os três grupos de subalternos da costura urdiram em âmbito local, nacional e internacional e como elas deram origem a dois movimentos sociais de baixo, o brasileiro, intitulado por nós de Movimento Pró Imigrante (MPI), e o argentino, Movimento Pró Trabalho Digno (MPTD). Nessa toada, iniciamos o capítulo discorrendo sobre a relevância das redes sociais interindividuais e interorganizacionais para os MS, especialmente os de baixo, justamente por apresentarem-se como uma alternativa às suas relativas restrições de recursos, de acesso aos meios de reprodução cultural e às instâncias decisórias estatais. Neste capítulo, procuramos trazer ao leitor o máximo de falas dos próprios integrantes dos dois movimentos sociais a fim de que ele possa acompanhar a construção de uma identidade coletiva, importante canal intermediário entre as estruturas sociais e a ação

coletiva. Por fim, debateremos as ideologias circulantes nas redes dos dois movimentos procurando responder que bandeiras se tornaram centrais, quem os militantes entendem ser seus adversários políticos, como as questões da imigração e do trabalho precário foram enquadradas no interior desses movimentos e, por fim, se há um posicionamento de classe nas pautas e ações desses militantes.

O capítulo 5 discute e também compara a dinâmica das ações coletivas dos movimentos Pró Imigrante e Pró Trabalho Digno. Antes, porém, a fim de tentarmos suprir uma lacuna da teoria de Nilsen e Cox, qual seja, a presença de conceitos de médio alcance que deem conta de analisar a especificidade da ação coletiva dos subalternos, realizamos uma discussão a respeito de como as noções gramscianas de Estado ampliado, sociedade civil e hegemonia podem ajudar a ressignificar os conceitos de movimento social, política pública, repertórios de confronto e performances de Charles Tilly. Esclarecidas estas questões, passamos a abordar as estratégias, as táticas e os repertórios do MPI e do MPTD. Ao descrever os principais protestos dos movimentos desde os seus respectivos nascimentos, pudemos identificar o desenvolvimento de três diferentes repertórios no MPTD, um mais agressivo e inovador, outro de caráter mais legalista e, por fim, um politicmanete mais amplo e agregador. O MPI não modificou seu repertório iminentemente conciliador e de baixa transgressividade. O objetivo geral desse capítulo final é demonstrar as diferentes possibilidades mobilizatórias dos movimentos subalternos e, num plano, mais empírico, indicar a situação atual dos dois movimentos.

## CAPITULO 1

---

# **REPENSANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DA NOÇÃO DE SUBALTERNIDADE**

## 1.1 A TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ACADEMIA BRASILEIRA <sup>2</sup>

A literatura brasileira caracterizou-se no último quartel do século passado por uma quase total inexistência de estudos destinados a discutir a teoria dos movimentos sociais (MS) e seus usos. O debate a respeito das teorias e paradigmas dos movimentos sociais esteve fora da agenda de pesquisas das ciências sociais e, como era de se prognosticar, no Brasil não foi gestado um modelo teórico na seara dos movimentos sociais capaz de influenciar as crenças, os valores e as técnicas da comunidade científica internacional. Em sua maioria, as publicações mais relevantes que tiveram como mote os MS e que foram realizadas no país entre as décadas de 80 e 90 tiveram natureza descritiva-empírica, restando à teoria alusiva simplesmente a função de suporte analítico. Tais pesquisas dividiram-se entre estudos de caso (de âmbito local, regional ou nacional), o mapeamento do universo de lutas de movimentos ou de organizações em intervalos específicos e apenas umas poucas se dedicaram a estudos comparativos (Gonh, 1997). O reduzido número de obras publicadas ou traduzidas para o português ajuda a ilustrar essa debilidade teórica experimentada dentro e fora dos muros acadêmicos.

Foi nesse ínterim que o paradigma europeu<sup>3</sup> – especialmente em suas vertentes neomarxista e dos novos movimentos sociais – dominou hegemonicamente, sendo por vezes aplicado sem uma atenta apreciação crítica e adequação à realidade dos trópicos. Maria Gonh (1997) destaca que, grosso modo, entre os anos 70 e o início dos 80, o que predominou no Brasil foram as análises de movimentos populares influenciadas pela vertente marxista franco-espanhola de Castells (1974), Borja (1975), Lojkine (1981), Preteceille (1987) e Touraine (1978). Ainda nos oitenta, mas pouco mais adiante, ganharam peso as pesquisas ligadas aos grupos e às temáticas dos novos movimentos sociais: as mulheres, os estudantes, a paz, a busca por qualidade de vida e o ambientalismo entraram em cena. Intelectuais como Foucault (1981), Guattari (1985), Castoriadis e Cohn-Bendict (1981) e Melucci (1988) se tornaram paulatinamente cada vez mais utilizados. Em síntese, poderíamos dizer que o foco se deslocou de questões ligadas ao consumo para a construção da identidade coletiva de grupos.

---

<sup>2</sup> Não é nossa intenção realizar aqui uma análise exaustiva da evolução teórica dos movimentos sociais no interior da academia brasileira, mas resgatar alguns pontos que julgamos importantes para demonstrar de que forma a teoria que aqui estamos lançando mão diverge do que tem sido feito no Brasil.

<sup>3</sup> Gohn (2000) inclui no paradigma europeu a corrente francesa de Alain Touraine (com seu acionismo dos atores Coletivos); a corrente italiana, de Alberto Melucci (com ênfase na identidade coletiva); e a corrente alemã de Claus Offe (e sua abordagem neomarxista).

A conjuntura histórica traz importantes pistas sobre o porquê de tal predileção. No período assinalado (anos 70 e 80), a sociedade civil brasileira lutava para se reconstruir. Dentre as suas reivindicações estava a redemocratização, os direitos humanos, a valorização da força de trabalho e o fim da carestia (Maroni, 1982). *Pari passu*, cursos de pós-graduação em Ciências Sociais recém-estruturados ou renovados pululavam pelo país e seus pesquisadores almejavam, de algum modo, combater também o regime político de então. Assim, por ser mais crítico se comparado ao seu concorrente norte-americano (que engloba a Teoria da Mobilização dos Recursos e a Teoria do Processo Político), tradicionalmente considerado como funcionalista e utilitarista, o paradigma europeu apresentou-se mais afinado com as demandas por renovação social e política, sobretudo dos partidos de esquerda que, a seu turno, desfrutavam de uma expressiva penetração ideológica na academia brasileira (GONH, 1997). Além disso, o fato de Touraine ser um dos maiores expoentes da teoria dos novos movimentos sociais e ao mesmo tempo um dos pouquíssimos especialistas em movimentos sociais do eixo Europa-EUA a ter se debruçado e produzido, no referido lapso temporal, farto material sobre a modernidade, a democracia e o sujeito social no território latino-americano, decerto contribuiu para tal inclinação<sup>4</sup>.

Na virada do século XX para o XXI, o cenário acadêmico brasileiro mais uma vez apresentou mudanças. De um lado, novas frentes teóricas de trabalho foram incorporadas e, de outro, artigos, dissertações, teses e livros tratando da temática da teoria dos MS foram publicados. É bem verdade que estes se propuseram sobretudo a mapear a discussão internacional, ao invés de inovar ou adaptar parcela do arcabouço teórico disponível<sup>5</sup>. De qualquer forma, as pesquisas brasileiras se diversificaram teoricamente e passaram a caminhar, ainda que timidamente, também na direção de outro centro de produção do conhecimento nas

---

<sup>4</sup> Conferir as obras de Touraine, *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. 1989; *Vida y muerte del chile popular*. Editorial S XXI México, 1974; *Actores sociales y sistemas políticos en América Latina*. Prealc, Santiago, Chile, 1987

<sup>5</sup> A este respeito seguem alguns exemplos: Chaves., F. M. (2003). O Forum Social Mundial e a Teoria dos Moviemntos Sociais. Chociay; Carlos, E. (2011). "Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais." *Revista de Sociologia e Política* 19: 153-166. Rosa, A. R. and P. Mendonça (2011). "Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria de frames e a de oportunidades políticas." *Organizações & Sociedade* 18: 643-660. ; bers, R. and M. U. Bülow (2011). "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?" *Sociologias* 13: 52-84.; Alonso, A. (2009). "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate." *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*: 49-86. Gohn, M. d. G. M. (2000). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporaneos*. São Paulo, SP, Edições Loyola. Também DOWBOR, 2012; EUzenia Carlos, 2011; *Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas*, Everton Lazzaretti Picolotto 2007.



Ciências Sociais, o dos EUA. Contemporaneamente, a teoria dos novos movimentos sociais permanece ocupando um espaço de destaque na academia brasileira, porém progressivamente disputa adeptos com a Teoria do Processo Político em sua versão mais recente, a da *contentious politics*; não à toa, Tilly, Tarrow e McAdam são nomes cada vez mais frequentes.

Apresentado esse pequeno mapeamento da incorporação e da utilização da teoria dos movimentos sociais no interior do universo acadêmico brasileiro, passaremos agora a discutir algumas das fragilidades das teorias mundialmente dominantes, para que, a seguir, possamos apontar uma proposta teórica alternativa pautada pela noção gramsciana de subalternidade que norteará esta tese.

## 1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MAINSTREAM DA TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Muito já se repetiu: o conhecimento produzido na academia importa para os ativistas dos movimentos sociais (Eyerman e Jamison, 1991; Kilgore, 1999). Resumidamente, isso se explica porque os dados empíricos coletados, a descrição das trajetórias de lutas dos movimentos sociais e os constructos teóricos elaborados por pesquisadores, podem ajudar os componentes dos movimentos sociais a melhor compreenderem a realidade social que os cerca e, desta forma, também a formatarem estratégias de ação mais eficazes. A despeito disso, Bevington e Dixon (2005) apontam que cresce o número de ativistas que dão as costas à atual teoria dos MS e que optam por elaborar seus próprios modelos explicativos. A razão para isso reside na inutilidade de tais teorias ao serem utilizadas pelos movimentos sociais para tentarem atingir seus objetivos. Sobretudo para aqueles que lutam por mudanças, o *mainstream* teórico da sociologia dos MS se apresenta especialmente ineficaz (FLACKS, 2004). A propósito, mostra-se pouco (ou nada) relevante aos movimentos diretamente envolvidos nos processos que a teoria justamente revela maior interesse em ilustrar.

As críticas mais contundentes, formuladas a partir dessa constatação, vieram de dentro da academia. Autores como Flacks (2004), Bevington e Dixon (2005), Nilsen (2009), Cox e Nilsen (2007) defendem que a teoria dos movimentos sociais necessita de uma reformulação que considere a sua utilidade tanto para pesquisadores como para ativistas dos MS. Sem dúvida, o alvo principal dessas críticas foi a Teoria dos Processos Políticos, vertente dominante na academia norte-americana. Sobre isso, Richard Flacks (2004) comenta que a TPP começou a despontar nos EUA em meados da década de 1970, enfatizando conceitos como “recurso de

mobilização”, “oportunidade política”, “framing” e tendo como escopo a estratégia da ação coletiva. Neste momento, ele afirma que de fato a TPP se mostrou válida aos ativistas. Alguns pesquisadores, como William Gamson (1990), Frances Piven (1991), Richard Cloward e Charlotte Ryan (1971), chegaram até a criar programas de treinamento e manuais para movimentos sociais<sup>6</sup>. Não obstante, pouco a pouco essa promessa ficou distante e um direcionamento sensivelmente mais “profissional” e “disciplinar” emergiu. Bevington e Dixon (2005) corroboram com a visão de Flacks ao exporem que em suas pesquisas participantes, realizadas com movimentos ambientais, de justiça global e anti-guerras, puderam verificar que os ativistas optavam simplesmente por não ler a teoria dominante dos movimentos sociais atuais e, quando raramente o faziam, geralmente reafirmavam suas concepções negativas acerca das mesmas.

Alguns pontos que talvez ajudem a justificar tal sentimento por parte dos ativistas podem ser apreendidos a partir das considerações de Melucci (1989). Para ele, a perspectiva teórica do PP reduz os movimentos sociais a atores coletivos buscando inclusão na *polity*. A consequência dessa subsunção dos movimentos na política seria a sobreposição destes aspectos sobre aqueles outros vinculados às realizações cotidianas e à construção identitária. Em sua versão atualizada, presente em “Dynamics of Contention”, a TPP foi acusada ainda de apresentar uma definição insuficiente para o seu conceito explicativo chave, o de mecanismo, como também realizar uma interpretação estruturalista desse conceito que remonta ao uso de Merton, ao buscar uma teoria de meio-alcance. Assim, ainda que alguns mecanismos apresentados pelo trio Tilly, McAdam e Tarrow (2004) fossem cognitivos, a maioria era relacional, algo bem mais complexo que uma construção de “blocos de montar” e, ao mesmo tempo, demasiadamente estrutural para fazer justiça aos significados culturais dos movimentos (JASPER, 2010).

Os apelidados “teóricos dos novos movimentos sociais”, por sua vez, não formam uma escola tão coesa como a TPP e a TMR (ALONSO, 2009). Nilsen (2009) explica que a confluência de autores tão diversificados como aqueles que compõem a vertente europeia dos MS – dentre eles Jürgen Habermas, Alain Touraine e Alberto Melucci – reside na preocupação comum de seus integrantes em evidenciar as mudanças da estrutura da sociedade moderna e como elas fizeram emergir novos movimentos sociais que “defendem problemas, buscam

---

<sup>6</sup> Dentre eles estão: Ryan, Charlotte. Prime time activism: media strategies for grassroots organizing, 1991; Gamson, William. The strategy of social protest, 1990; Piven, Frances and Cloward, Richard. Regulating the poor: the functions of public welfare, 1971.

projetos e mobilizam grupos sociais que são radicalmente diferentes da política de classe que definiu as maquinações das gerações anteriores dos movimentos sociais” (p.111). A negação do marxismo como teoria capaz de explicar as ações dos indivíduos e da ação coletiva na sociedade contemporânea é outro elemento compartilhado entre eles. Segundo os teóricos dos NMS, o marxismo e seu arsenal conceitual trabalhariam a ação coletiva apenas no nível das estruturas, das ações de classe e, por isso mesmo, falhariam ao iluminar ações provenientes de campos diferentes, como o da política e o da cultura (GONH, 2000). Em resumo, sobraria pouco espaço à agência na teoria marxista, pois a ação coletiva dependeria sempre das condições estruturais para se realizarem.

Um longo debate de interesse praticamente exclusivo dos acadêmicos foi travado em torno da alegação da vertente europeia acerca da validade da reivindicação do caráter inovador dos movimentos que surgiram no pós-maio de 1968. Em lado oposto ao de Habermas, Touraine e Melucci, por exemplo, estava Flacks (2004), para quem a noção de que havia algo novo em jogo na articulação da população da “classe média” tentando estabelecer novos princípios morais e identitárias seria exagerada, haja vista que os últimos 150 anos dos Estados Unidos se caracterizaram pela existência de movimentos abolicionistas, sufragistas, conservacionistas e de uma ampla variedade de outros grupos que eram, ao mesmo tempo, culturais e políticos em suas demandas. Assim sendo, para ele, se talvez se pode apontar para o florescimento de algo novo na Europa como movimentos que não eram controlados ou idealizados por partidos de massa, o mesmo não se pode dizer a respeito dos EUA, onde esses movimentos sempre foram a regra (FLACKS, 2004). Outra crítica, elaborada principalmente pelos teóricos marxistas, deu-se em torno dos discursos teóricos e meta-teóricos de mudança social da TNMS que, por serem altamente abstratos, encontrariam pouca correspondência no nível das práticas reais de como os participantes dos movimentos ligam suas próprias lutas às ideias e compreensões sobre a totalidade sócio histórica (COX, 1999; NILSEN, 2009). Por essa razão, essa vertente teórica igualmente se mostraria pouco útil aos ativistas.

Barker e Cox (2002) acreditam que essa cisão entre o conhecimento acadêmico e o ativista, apontado acima, decorre de uma diferença de interesses. Enquanto o primeiro adota uma visão genérica capaz de fornecer cadeias causais aptas a explicar, se não todos, grande parte dos MS, o segundo volta-se para a criação de propostas que deem conta de fornecer subsídios para ações específicas em contextos de conflitos específicos. Dito isto, qual seria a possibilidade de uma conciliação entre aquilo que chamaremos de *teoria sociológica*

*institucional e teoria sociológica popular*<sup>7</sup>, em outros termos, da possibilidade de criação de um conhecimento sociológico dos MS analiticamente funcional e ao mesmo tempo útil aos integrantes dos MS?

### **1.3 A CIÊNCIA REFLEXIVA COMO APORTE PARA UMA TEORIA SOCIOLÓGICA DOS MOVIMENTO SOCIAIS DUPLAMENTE ÚTIL**

Deixemos a discussão mais pontual a respeito dos paradigmas da teoria dos MS em suspenso por alguns instantes para elucidar as implicações e as possibilidade de uma sociologia engajada e de que forma a ciência reflexiva pode contribuir para a formação de uma teoria dos movimentos sociais alternativa.

Inicialmente, destacaríamos que falar em teoria sociológica relevante reaviva antigas (mas não superadas) questões que evidentemente extrapolam a discussão dos movimentos sociais, mas que são essenciais a ela, qual seja *pra quem* de fato se faz Sociologia? E, deve a sociologia ser uma ciência que encontra sua razão de existência em si mesma: “fazer uma ciência pela ciência”? Ademais, e por último, qual particularidade diferencia esta ciência das demais? Podemos dizer com segurança que as respostas às três questões aventadas convergem em uma só direção: o substrato da sociologia – logo, a teoria dos MS também não fugiria a essa regra – são as relações sociais humanas e, enquanto tal, sua razão primeira é a defesa do social. Sem a humanidade, a sociologia em todas as suas ramificações perde não apenas o seu objeto por excelência, mas também completamente sua razão de ser. Isso não implica, em absoluto, em dizer que ela não estude outras esferas como a economia, o Estado, a política, a religião, mas que seu parâmetro analítico permanece sendo (ou deveria permanecer sempre sendo) o da sociedade-civil (BRAGA e BURAWOY, 2009). Exatamente por isso, cabe aos seus operadores vigiar contra a colonização por parte destas outras esferas e reafirmar sua autonomia crítica,

---

<sup>7</sup> A escolha por uma nomenclatura diferente daquela proposta por Baker e Cox (2002) – teoria sociológica *acadêmica e ativista* – se deve ao fato de haver (e ter havido nas últimas décadas), como veremos logo adiante, um número importante de pesquisadores dos movimentos sociais que atuam simultaneamente na academia e na militância de movimentos sociais. O conhecimento produzido na academia pode ser também ativista e vice-versa. Portanto, os termos não parecem dar a ideia precisa que Cox e Baker desejam imprimir, qual seja, a da existência, até o momento, inconciliável entre dois *locus* de produção do conhecimento. Nesse sentido, parece-nos mais adequado o par *institucional-popular*. (movimento dá noção de outsider do sistema, de condutas não instituídas ...algo como isso\*)

criadora e propositiva<sup>8</sup>. Pleitear uma sociologia não propositiva implicaria possivelmente em ao menos três problemas graves: *i*) A inflexão da disciplina na direção de um acastelamento em torno de problemas que somente encontram ressonância entre o corpo de seus próprios participantes, que como já foi exposto, vem ocorrendo com a teoria dos movimentos sociais; *ii*) abdicar de uma sociologia enquanto elemento de salvaguarda da sociedade contra, por exemplo, o avanço do mecanismo mercado como dirigente dos rumos da humanidade e do meio ambiente *iii*) e, como consequência do problema anterior, abrir mão de seu atributo mais fascinante (e controverso), o de participar dos rumos sociais. Klaus Eder (2002) captou bem o “espírito” desta última vocação sociológica ao afirmar que, não somente a sociologia, mas as ciências sociais como um todo desempenham um papel importante enquanto “observadoras” dos atores, pois sua análise intervém necessariamente no processo de (re)construção social ou, de nossa parte acresceríamos, de manutenção das estruturas sociais. Dito em outras palavras, elas produzem efeitos na auto-organização coletiva e, sendo assim, acabam por serem formas de ação prática. Não obstante, Eder olvida de um ponto capital: o vigor dessa capacidade de afetar o nível estrutural da realidade social depende da dimensão que tais análises encontram no próprio corpo social e, tendo isso em mente, a sociologia é tão beneficiária da construção de uma teoria sociológica dos MS útil como os próprios ativistas.

Ainda sobre a defesa de uma sociologia comprometida com o social, aceitar a inexistência e a incapacidade prática de uma neutralidade epistemológica – uma vez que todo conhecimento, ainda que construído mediante o cumprimento de técnicas específicas, parte inevitavelmente de um pesquisador, que é ao mesmo tempo observador e participante, e que, portanto, está imerso no mundo que deseja estudar – pode gerar questionamentos relativos à ética e à própria validade desta ciência. Em seu nobre projeto de consolidar a sociologia enquanto ciência, Durkheim atentou-se para esse imbróglio e buscou sua superação propondo analisar os fatos sociais enquanto coisas, isto é, assimilando as “realidades do mundo social às realidades do mundo exterior”. Dessa forma, opôs-se veementemente à tradição idealista e salientou que as coisas, assim como os fatos sociais, são objetos do conhecimento que

[a] inteligência não penetra de maneira natural, tudo aquilo que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise

---

<sup>8</sup> Uma clara absorção da lógica econômica pela Sociologia pode ser observada pelo imperativo dos profissionais da área possuírem um currículo recheado de publicações, mesmo que de qualidade duvidosa e de baixíssima relevância e reconhecimento internacional.

mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender senão sob condição de sair de si mesmo (DURKHEIM, p. XVII, 2002).

Assim, a fim de garantir a objetividade da pesquisa sociológica, o projeto de ciência durkheimiano lançou mão de uma separação entre *juízos de valor* e *juízos de realidade* ao analisar os fatos sociais. Enquanto estes se limitam a analisar a realidade e traduzí-la o mais fielmente possível, e o plano ideal serve apenas como símbolo à tentativa de assimilação do pensamento; aqueles, ao contrário, não buscam dizer o que as coisas são, mas aquilo que elas representam a um sujeito consciente determinado, o valor que este a elas atribui (DURKHEIM, 1970). Como se pode notar, Durkheim, um dos “pais fundadores da sociologia”, procurou criar uma disciplina segura e múltipla que, diferentemente do que pensava Augusto Comte, jamais fosse terminada, mas que nem por isso seria incapaz de mapear as diversas particularidades da vida social.

Posteriormente, surgiram abordagens alternativas ao positivismo durkheimiano, como as de Kuhn (1962), Popper (1963) e Lakatos (1978) ao pensarem na objetividade não em termos dos procedimentos que garantem um mapeamento preciso do mundo, mas no crescimento do conhecimento por intermédio da reconstrução imaginativa e parcimoniosa das teorias de tal sorte que se tornem capazes de acomodar as anomalias (BURAWOY, 1998). Opondo-se igualmente ao positivismo, mas em uma linha mais radical, Alfred Lee (1976) defendeu que o caráter de qualquer investigação é determinado em diferentes graus pelas variáveis “para quem” e “por quem” são concebidas as pesquisas, logo, pensar objetividade conforme a acepção durkheimiana que enfatiza o distanciamento entre práticas científicas e princípios morais do investigador não faria sentido. Sua constatação é que sob as lentes da ciência positivista, reconhecer o conhecimento sociológico enquanto objeto de disputa entre profissionais da área e grupos de interesse político representa um problema, já que isso repercutiria na produção do conhecimento; sob as lentes da ciência reflexiva, esse reconhecimento deslinda um novo horizonte de exploração intelectual, autoconsciência e perspectivas históricas, sem que necessariamente a credibilidade da sociologia seja comprometida ou mesmo que a dissidência criativa dentre os seus profissionais seja tolhida. Como se nota, sua perspectiva é a de uma ciência (e seu respectivo produto) em disputa e, ao invés de ignorar o fato, mais profícuo seria, então, enfrentar essa realidade.

Burawoy (2009) foi outro intelectual a considerar os fatores extrínsecos e intrínsecos à pesquisa como partícipes na determinação daquilo que é produzido na academia. Quanto aos

primeiros, voltando sua lupa para o ambiente intelectual norte-americano, sua constatação é a mesma que a de Lee (1976): as disciplinas, longe de serem zonas neutras de produção cumulativa das diferentes ciências, são antes campos de poder “nos quais a interdependência recíproca torna-se assimétrica e antagônica” (p.48). No caso da sociologia de seu país – que possui diversos paralelos alhures –, a concorrência corrente no interior deste ambiente criou uma forma de dominação na qual o conhecimento instrumental (aquele voltado à resolução de problemas da sociologia profissional e da sociologia para políticas públicas) prevalece sobre o conhecimento reflexivo (que compreende a sociologia pública e a sociologia crítica)<sup>9</sup>. A consequência foi a construção de um conhecimento sociológico fragmentado, dividido entre o hegemônico e o subalterno.

Quanto aos fatores intrínsecos, ao invés de negar os laços inextrincáveis e imanentes, mas nem por isso necessariamente perniciosos, entre sujeito e objeto, a tradição teórica e a empírica, o sociólogo e o público, o conhecimento sociológico e o conhecimento popular, Burawoy (2014) considerou mais engenhoso transcender tais oposições convencionais e torná-las objeto de reflexão da própria ciência. Para ele, a superação destas antinomias não se dá pela tentativa de dissolução de suas diferenças, mas por intermédio da aceitação por parte do pesquisador e da promoção de um diálogo entre as mesmas, pois “não importa como abordemos nossa pesquisa, nós somos sempre simultaneamente observadores e participantes, porque nós inescapavelmente vivemos no mundo que estudamos” (p.28). Assim, onde a ciência positiva propõe isolar o sujeito do objeto, a ciência reflexiva defende como princípios a indissociação entre o participante e o observador e o diálogo entre cientistas sociais e as pessoas que estes estudam. Em síntese, os princípios dessa ciência reflexiva podem ser derivados dos efeitos contextuais, os quais representam impedimentos para a ciência positiva.

---

<sup>9</sup>Burawoy (2009) divide a sociologia em quatro grandes campos: a sociologia para políticas públicas, a sociologia pública, a sociologia profissional e a sociologia crítica. A primeira ele define como sendo a sociologia que está a serviço de um objetivo definido por algum cliente e sua razão de ser é a resolução de problemas apresentados aos sociólogos ou legitimar soluções já encontradas. Quanto a sociologia pública, privilegia o relacionamento dialógico entre o sociólogo e o público e ambos procuram se ajustar ao outro. A discussão das pautas propostas pelos dois lados envolve, quase sempre, valores e objetivos que não são compartilhados a priori. O objetivo dessa sociologia é precisamente manter este difícil canal de comunicação aberto. A sociologia profissional, a seu turno, testa, verifica e fornece métodos, orienta os conhecimentos acumulados e desenvolve questões orientadoras, assim como quadros conceituais para toda a disciplina como um todo. Por último, a sociologia crítica fica encarregada de examinar os fundamentos da sociologia profissional. Ela tenta tornar a sociologia profissional vigilante a seus vieses e silêncios. Ela também propõe novos programas de pesquisa a partir de fundamentos alternativos.

#### 1.4 A SUBALTERNIDADE COMO ELO ENTRE O “PARA QUE” E O “PARA QUEM”

Alegada anteriormente a possibilidade de uma sociologia engajada que, por um lado, não perde de vista sua obrigação de busca da objetividade e todos os compromissos éticos que ela pressupõe, mas que também, por outro, reconhece as limitações próprias do investigador e que expõe suas reais aspirações políticas e direcionamentos morais, ao invés de se entrincheirar em uma pretensa neutralidade valorativa frente a tais questões; cabe a nós, agora, começar a delinear como seriam, em nossa visão, alguns dos contornos de uma teoria dos movimentos sociais que intenta religar o conhecimento acadêmico com o conhecimento ativista, a teoria acadêmica com as dinâmicas da ação coletiva das ruas.

Nosso ponto de partida será o resgate da categoria “subalterno”, proposta pelo italiano Antônio Gramsci. Ela nos servirá de arrimo conceitual para transpor duas insuficiências capitais da TPP e da TNMS, a saber, na primeira, a falta de um vínculo forte entre cultura e mobilização política e, na segunda, a visão essencialmente fragmentária dos movimentos sociais que redundava em uma ausência de um elemento explicativo capaz de reenlaçá-los em uma perspectiva de totalidade.

Assim, em seus escritos pré-carcerários, em suas cartas, e nos seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci não utilizou a expressão “subalterno” de um único modo e em um único sentido. Há passagens em que o comunista sardo emprega o termo no singular (“subalterno” e “subalternidade”) e outras no plural (“grupos subalternos” e “classes subalternas”). Além disso, acrescentaríamos: parece-nos equivocada a interpretação adotada pelo grupo de intelectuais sul-asiáticos dos *Subaltern Studies*, segundo a qual, por conta da censura carcerária, Gramsci teria utilizado “subalternos” como um eufemismo para a palavra proletariado (DEL HOIO, 2007; GREEN, 2011; GÓES, 2016). Assim como Del Hoio (2007), parece-nos mais promissor afiançar que o termo é antes um desenvolvimento da própria elaboração do autor que partiu, é verdade, da especificidade operária, mas que rumou em direção a níveis “mais altos de complexidade e generalidade sempre em busca de explicação para a materialidade da esfera subjetiva antagônica no decorrer da História” (p.64). Portanto, tomados por esse prisma, grupos e classes subalternas abarcariam outras coletividades da sociedade além das clássicas terminologias marxistas “proletariado” e “classe operária”, cada qual carregando diferentes graus de organização política, subalternidade cultural e marginalidade econômica.



Esclarecido esses dois pontos, vejamos brevemente algumas das definições da terminologia em pauta e o contexto histórico em que foi utilizada na obra gramsciana. Antes de ser preso, Gramsci já havia demonstrado seu especial apreço pela figura do subalterno no então recente processo de unificação da Itália. A profunda discrepância entre a região norte, industrializada, cidadina, economicamente desenvolvida e detentora de uma classe operária politicamente organizada, e a região sul, agrária, atrasada e com robusta presença camponesa geográfica e politicamente esparsa, já havia sido objeto de escrutínio de diversos intelectuais italianos. Não obstante, avesso ao reformismo e ao regionalismo próprios de tais análises, Gramsci retomará o problema em seu texto de 1926, sobre a *Questão Meridional*, a partir de uma perspectiva revolucionária e de classes, reservando um papel de destaque ao subalterno. Nesse texto, suas esperanças acerca da criação de projeto político transformador se desloca das mãos do operariado para as mãos de uma aliança camponesa-operária (DEL HOIO, 2007) ou, como nomearia anos mais tarde nos seus Cadernos, para as mãos das classes subalternas.

Durante os anos em que permaneceu encarcerado, Gramsci burilou e ampliou as acepções do termo, sempre considerando as dificuldades e a necessidade da união dos subalternos em prol da unificação do gênero humano. Nessa esteira, Guido Liguori (2011) aponta que o termo ganhou três acepções mais acabadas no conjunto de seus escritos. A primeira foi utilizada para designar as camadas da população desagregadas, marginais politicamente e culturalmente, pois, para Gramsci, os grupos subalternos estariam à margem da história dominante, apesar de possuírem notória possibilidade de se politizarem e se organizarem. O campesinato era o principal representante dessa acepção em seu tempo. A segunda, refere-se ao proletariado industrial avançado. Exceção à regra dentre os subalternos, era ele, no início do século XX, na porção setentrional da Itália, politicamente organizado, chegando a propor a criação de uma forma democrática própria, além de ter iniciado não apenas um processo contra-hegemônico, mas também ter lançado um “desafio hegemônico” a favor da conquista hegemônica em seu país. A terceira – e de menor frequência em seus escritos – é utilizada para designar sujeitos individuais quanto às suas colocações sociais e em relação aos seus limites culturais.

Em todos esses casos, é fundamental evidenciar que o conceito de classes ou de grupos subordinados não aparece em oposição direta ao de classe hegemônica, mas ao de classe dominante já que, no entendimento gramsciano, hegemonia é uma função exercida pelas (e própria das) classes dominantes. Isso refletirá na definição dos movimentos sociais que será proposta por nós mais adiante.

Sendo assim, como a noção de subalternidade pode nos ajudar na elaboração de uma teoria dos movimentos sociais útil tanto do ponto de vista acadêmico como dos movimentos sociais que pautam suas ações pela contestação social? Como Gramsci, pretendemos, ao destacar os subalternos em nossa teoria, na realidade, enfatizar o papel das classes subalternas na própria construção da história. Acreditamos que realizar uma historiografia integral, que enfatize a capacidade destes grupos de transformação da vida social, contribui em certa medida com o processo de autoconhecimento desses grupos, assim como com a orientação no ambiente sócio-político em que estão inseridos e, por consequência, com o estabelecimento de linhas de ação finamente planejadas, algo que lhes tem sido negado pela história dominante<sup>10</sup>.

Por isso reiteramos: trazer na contemporaneidade o subalterno para a posição de protagonista na análise dos movimentos sociais significa acreditar em um projeto de sociologia empenhada na edificação de uma cultura alternativa, que contemple novas formas de ver e julgar o mundo social contemporâneo, urdida a partir de uma sociedade civil autônoma e que, além disso, defende uma sociedade autorregulada que se sobreponha aos ditames do mercado, livre da jaula de aço dos interesses da valorização cíclica, autômata e desregulada do capital. A premência desse projeto de sociologia que vai ao encontro dos grupos subalternos e de seus movimentos, que aqui chamaremos de movimentos sociais de baixo, ganha força conforme avança por todos os confins do globo – ainda que sob formas, intensidades e contextos variados – o principal movimento social dos grupos dominantes, o neoliberalismo.

## 1.5 MOVIMENTOS SOCIAIS DE CIMA E MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIXO

Em um artigo pouco conhecido no Brasil publicado pelo periódico *Capital & Class*, Alf Nilsen (2009) descreve como o marxismo é uma teoria que mesmo tendo surgido visando os movimentos sociais, paradoxalmente não contém em seu corpo uma explicação especificamente voltada para a formação, o caráter e o desenvolvimento dos movimentos sociais. Sendo assim, a intenção de Nielsen é avançar nessa direção por intermédio de uma exposição pormenorizada de como as estruturas sociais animam ou constroem a criação e o

---

<sup>10</sup>Gramsci (1974) afirma que a ausência de uma história das classes operária e camponesa, isto é, a falta de conhecimento das particularidades italianas, foi justamente decisiva para a vitória do fascismo em seu país. (poderia reproduzir essa passagem aqui... daria força a esta afirmação!)

desenvolvimento dos movimentos sociais de baixo e de cima. Acreditamos residir precisamente aí um dos pontos mais altos de sua empreitada: sublinhar a capacidade de organização e de ação do subalterno sem se esquecer dos embaraços decorrentes dos recursos de poder e dos esforços dos movimentos sociais de cima que visam estruturar e moldar as necessidades e capacidade humanas de forma a reproduzir e tentar ampliar a hegemonia dos grupos dominantes.

A ação coletiva dos grupos subalternos é chamada por Nilsen de *movimentos sociais de baixo*, ao passo que a dos dominantes, *movimentos sociais de cima*. Além do fato de seus componentes pertencerem a posições sociais, políticas, econômicas ou culturais dissemelhantes, outra diferença separa os dois movimentos. Os movimentos de cima procuram organizar múltiplas formas de atividade especializadas em torno de uma racionalidade oriunda dos grupos dominantes que buscam sempre a manutenção ou a modificação de uma estrutura social de tal sorte que se logre manter ou se estender o seu poder e sua posição hegemônica em determinada sociedade. Já os movimentos de baixo, principal foco desta tese, têm as suas formas de atividade especializadas gestadas *localmente* por grupos subalternos e emergem, em sua maioria, como respostas a situações de violações e restrições do desenvolvimento e da satisfação das capacidades e necessidades humanas. Dessa maneira, os subalternos, mesmo inseridos em contextos restritivos e adversos, contariam com uma capacidade contingente de desenvolvimento em formas de ação coletivas mais amplas e radicais. No entanto, além de terem como finalidade esse desafio às restrições impostas por uma estrutura dominante, eles também podem ter a defesa de certos aspectos da estrutura dominante que atendam a certas necessidades e capacidades específicas suas como objetivo. Em outras palavras, os subalternos poderiam, em situações especiais, militar a favor de causas que são originalmente dos dominantes, ao passo que os dominantes jamais fariam o mesmo com relação às demandas dos subalternos

Embora acreditemos que um modelo teórico mais flexível encontre uma maior compatibilidade com a realidade prática no que concerne à possibilidade de uma fração da classe dominante também poder se engajar pontualmente em uma reivindicação originária das classes subalternas (que também seja de seu interesse), mas que se oponha aos interesses da maioria dos dominantes, Nilsen não prevê esse cenário. Para ele, somente o subalterno vive essa contradição de poder defender aspectos da estrutura que são convenientes simultaneamente a uma fração do seu grupo de pertença e ao dos seus opositores. A razão por detrás desta opção não é explicitada, mas é certamente intencional. Sem grandes pretensões, apenas a título de tentar melhor ilustrar o pensamento do autor que nos servirá de gancho a outras questões,

arriscaremos apresentar um possível porquê. Em seu artigo, Nilsen (2009) reproduz a seguinte passagem extraída de Williams (1977, p. 93):

[...] desde os castelos, os palácios, as igrejas, a prisão, as oficinas e as escolas, desde as armas de guerra ao controle da imprensa, qualquer classe dirigente, de modos variados, mas invariavelmente, produz materialmente uma ordem social e política (WILLIAMS, 1977, P. 93).

Isso significa, em outras palavras, que as ideias e os interesses hegemônicos de um determinado grupo social, em uma determinada época, constroem, reproduzem, ao mesmo tempo em que se depositam e se cristalizam nas instituições, na técnica produtiva, nas relações interpessoais, nos saberes populares e nas rotinas do dia a dia; enfim, nas mais diferentes esferas da vida social; e é necessário frisar: toda essa realidade não se apresenta abertamente enquanto dominação de uma classe (ou mais classes) sobre as outras, mas como representação justa, legítima e mais ou menos igualitária de toda a sociedade<sup>11</sup>. Portanto, hipoteticamente, tem-se que, se determinada formação social hegemônica não é vantajosa em todos os seus mínimos aspectos (ou não está em vias de se tornar) para determinada parcela do grupo dominante, essa formação tem de ser em seu conjunto, do contrário esse grupo não pertenceria ao conjunto dos dominantes. Logo, tem-se que quando um movimento social de cima defende um aspecto que também seja vantajoso aos subalternos, ele somente o faz de forma limitada e meticulosa, já que do contrário ele poria em risco o universo material e simbólico sobre o qual repousa, em última instância, seu próprio domínio. Como se vê, esse é um jogo melindroso e perigoso aos dominantes, no qual muito pode ser perdido.

O mesmo não se dá com os movimentos sociais de baixo. Resgatando uma vez mais Antônio Gramsci (1998), a noção de hegemonia social prevê um consentimento espontâneo da grande massa da população quanto à direção geral da vida social imposta pelo(s) grupo(s) fundamentalmente dominante(s). Nesse sentido, a habilidade de alcançar tal consentimento deriva não só de uma simples aceitação, mas principalmente da capacidade dos dominantes de disseminar em diferentes frentes e níveis ideologias de dominação imperceptíveis que interpenetram nas identidades, nas relações sociais e na organização prática do dia a dia. Portanto, é comum que o subalterno tome para si o interesse dos dominantes – assim como as próprias ideias envolvidas nesse processo – sem que grande parte do tempo se dê conta de que,

---

<sup>11</sup> O Direito talvez seja a expressão mais acabada dessa falsa noção.

por um lado, uma certa característica da estrutura social vigente o beneficia e, de outro, ela não pode fazer outra coisa senão, como um todo, restringir parte significativa de suas necessidades e possibilidades. Ademais, quando o faz de modo consciente, os subalternos, ao apoiarem os dominantes naqueles aspectos da estrutura social que os beneficia mutuamente, não incidem no mesmo risco que os dominantes: que seu castelo social desmorone. Pelo contrário, tomado sob um viés estritamente individual e individualista, deixar de apoiar o dominante naquele aspecto que simultaneamente os beneficia pode implicar numa mudança que colocaria essa fração específica do grupo subalterno em uma situação ainda pior: a estrutura como um todo o oprime e aquele aspecto isolado desta que lhe era vantajoso deixa de existir. Essas questões serão exaustivamente discutidas nos capítulos seguintes a partir de nossa pesquisa empírica realizada com movimentos sociais subalternos que contam com a participação ou que foram gestadas por trabalhadores da costura.

Ainda no campo teórico, principal fonte inspiradora de Nilsen, como se pode observar, é a teoria gramsciana, tomada por um viés estruturalista. Em sua armação teórica dos movimentos sociais, Nilsen habilita a contingência da agência dos subalternos (e, logicamente, dos dominantes) no tempo presente. Contudo, ele igualmente a constrange, por intermédio das disposições estruturais que são sempre o resultado das ações, das negociações e das contenções pretéritas estabelecidas entre os subalternos e os dominantes. Tais disposições estruturais, é verdade, são passíveis de sofrerem moldagens ou até, em casos mais anormais, reformulações radicais futuras. Em síntese, para utilizar uma expressão forjada por Nilsen, o traço fundamental de sua teoria dos movimentos sociais é que “os atores são os autores de seu próprio drama” – mas nem sempre nas circunstâncias que desejam. A liberdade em cena não é absoluta, longe disto. Nesse sentido, o enredo dessa trama se desenrola em torno da criação ou destruição das estruturas sociais que habilitam ou entrincheiram necessidades e capacidades humanas; e vale dizer, ambas as forças de animação (criação e destruição) “emanadas de grupos dominantes e subalternos no interior de uma formação social” (p. 113)<sup>12</sup>.

Resta-nos saber de que forma o subalterno passaria da passividade para ação.

---

<sup>12</sup> Por formação social se entende nada menos que o cenário no qual toda a trama se passa, já que toda ação social sempre está imersa e atrelada a uma totalidade complexa e contraditória historicamente construída, que em determinados aspectos e circunstâncias a obstaculiza e em outros a catalisa

## 1.6 ADENDO AO ESTRUTURALISMO DE NILSEN: A CULTURA

Alf Nilsen (2009) elucida que em suas experiências diárias os subalternos experimentam privações e opressões dentro de um ambiente concreto. Tais experiências moldam as queixas e servem para direcionar os alvos da raiva desse grupo.

Mais do que instâncias isoladas ou episódios singulares, as experiências coletivas indicam pistas de estruturas subjacentes e relações não observáveis senão por meio do resultado que estas últimas produzem. É dessa forma, ao combinar o conhecimento fragmentário que lhe é próprio com essas mencionadas pistas, que os integrantes dos movimentos de baixo (os subalternos) se tornam capazes de desenvolver uma compreensão dos mecanismos sociais em ação e, conseqüentemente, direcionar os seus esforços em uma direção em que suas intenções são mais eficientemente cumpridas. Assim, graças a esse aprimoramento cognitivo, ainda que *vis-a-vis* com uma robusta hegemonia, os subalternos preservam meios para romper com uma ideologia dominante que satura todos os interstícios da vida cotidiana, das identidades e dos relacionamentos. Como se pode notar, é, portanto, para Nilsen precisamente a tomada de consciência o ponto chave para que o subalterno se organize e desafie as restrições que certa estrutura social dominante impõe ao desenvolvimento de suas possibilidades e necessidades.

Para explicar a evolução progressiva das atitudes passivas e das ações coletivas reativas, que pouca capacidade teriam de acomodar as necessidades dos subalternos, para as ações coletivas autoconscientes<sup>13</sup> e que contariam com uma potencialidade muito maior, Nilsen (2009) toma emprestado de Gramsci as noções cognitivas de “senso comum” e “bom senso”. Por “senso comum” entende-se um amálgama das formas estabelecidas de fazer as coisas e as suas razões que constituem o funcionamento molecular dos projetos hegemônicos dos movimentos de cima. É também a experiência prática e frequentemente tácita desses funcionamentos moleculares que engloba várias formas de práticas desenvolvidas e orientadas para conter as frustrações cotidianas relativas ao status quo. O “bom senso”, por sua vez, é o reservatório de consciência prática que pode servir de base para a resistência subalterna. Ele constitui propriamente aqueles aspectos relativamente submersos na consciência subalterna que indicam que esse grupo pode ter sua concepção própria de mundo. O bom senso, em vista disso,

---

<sup>13</sup>Nilsen (2009) chama de ações coletivas autoconscientes aquelas em que “teoria e prática se tornam uma” (p.125). No caso dos subalternos, elas seriam ações que se opõem à hegemonia de maneira intencional e planejada, levando em conta, ainda, em maior ou menor grau, as características estruturais e conjunturais que os cercam no enfrentamento contra os grupos dominantes e seus interesses.

pode ser sintetizado como o “núcleo saudável” que existe no senso comum e que merece ser tornado unitário e coerente (GRAMSCI, 1998). Desse modo, o despertar do bom senso demanda um processo de racionalização e depuração dos saberes do senso comum. Esse processo é possibilitado e alimentado pelas sucessivas tentativas locais do subalterno de se opor às rotinas e conhecimentos recebidos que definem os próprios elementos hegemônicos do senso comum.

Uma vez apresentados os elementos da teoria nilseana que aqui mais nos interessam, passemos a urdir alguns apontamentos no intento de contribuir com o esforço de apreender o processo de organização coletiva e da ação coletiva dos subalternos. Nossa intenção é ampliar o horizonte analítico oferecido por Nilsen, pois, embora promissora, sua teoria dos movimentos sociais apresenta certas limitações próprias da tradição estruturalista. Com isso não queremos dizer que esteja ausente no modelo teórico nilseano a noção de cultura. Em sua defesa, há passagens em seu “The authors and the actors of their own drama” em que Nilsen faz referência a circunstâncias em que os subalternos, com efeito, se empenham conscientemente na construção de novas práticas, valores e significados; para utilizar uma expressão nossa, de uma cultura alternativa e contra-hegemônica. Apesar dessas considerações, sua teoria, ao privilegiar vigorosamente os elementos estratégicos da ação do subalterno, acaba transformando-os em atores sociais lineares movidos essencialmente por apenas duas motivações básicas: manter ou alterar as estruturas. Elucidemos melhor tais afirmações.

O ponto de partida da teoria dos movimentos sociais de Nilsen (2009) é o conceito de práxis, definida como a “satisfação das necessidades humanas através da implantação *consciente* de suas capacidades práticas e corporais” (p.113, tradução live, grifo nosso). A partir dessa trilha lógica, Nilsen toma a práxis como *sujeito* e *objeto* dos movimentos sociais. Diz ele, “(a práxis) é o *sujeito* dos movimentos sociais nesse movimento ativo (de manutenção ou mudança das estruturas dominantes), é nada mais e nada menos do que a implantação consciente de capacidades para satisfazer as necessidades”; é também “*objeto* dos movimentos sociais naquele movimento ativo que busca efetuar mudanças ou manter as estruturas através das quais a atividade humana é socialmente organizada e/ou a direção em que essas estruturas devem se desenvolver” (p.114-5, tradução livre). Com tal proposição, Nilsen ao mesmo tempo reafirma a importância e a capacidade tanto dos grupos subalternos como dominantes de, através de suas ações conscientes, inflexionar os rumos de sua própria história. Todavia, como sua perspectiva histórica é de longa duração (a das estruturas sociais), as particularidades da ação coletiva como dilemas, ajustes, os confrontos de ideias e de identidades que a cercam

praticamente submergem. É claro que toda teoria é, de uma forma ou de outra, uma simplificação da realidade concreta (JASPER, 2016); no entanto, quando Nilsen trata a ação coletiva somente a partir de seus aspectos conscientes e intencionais (em termos de alterar ou manter as estruturas), ele acaba por ignorar boa parte do universo cultural que envolve os MS.

Não se pretende aqui negar o papel da práxis subalterna nos movimentos sociais de baixo, pois sem ela a ação se tornaria cega, imediatista, pontual e incapaz de qualquer alteração planejada nos rumos sociais, mas ampliar o horizonte analítico proposto por Nilsen. Do contrário, isto é, se tomarmos a ação humana coletiva apenas do ângulo da consciência e da intencionalidade (nos termos já destacados), incorreríamos possivelmente numa fórmula binária de ação coletiva. Num primeiro cenário, os subalternos contariam com uma “consciência contraditória”, presa ao senso comum, e desconheceriam as relações de dominação e subordinação; conseqüentemente, estariam eles, nessas circunstâncias, apenas habilitados a enfrentar a hegemonia de forma precária, isto é, inconsistente e ineficiente. Num segundo cenário, os subalternos contariam com uma “consciência apurada”, em que sua visão de mundo e seus atos são norteados pelo bom senso, e conheceriam as relações de dominação e subordinação, e, logo, estariam habilitados a desafiar eficientemente e planejadamente as estruturas dominantes<sup>14</sup>.

A nosso ver, essa interpretação incorre em dois problemas centrais: 1) nem sempre o processo de organização, as tomadas de decisão e as próprias ações confrontacionais promovidas pelos subalternos contra grupos dominantes são pautados por motivações conscientes (no sentido de “estar ciente” das relações de dominação) e racionais com relação a fins (no sentido de modificar ou proteger as estruturas sociais); ademais, agir fora destes parâmetros necessariamente não implica em uma “falta de consciência”, mas apenas uma motivação alternativa que foge a explicação do esquema analítico proposto; 2) A superação da alienação ideológica (passagem do senso comum para o bom senso) não pode ser considerada como o único caso em que os subalternos se organizem ou mesmo em que ações confrontacionais sejam “bem sucedidas”; isso porque há motivações que estão abaixo da linha das escolhas conscientes e puramente racionais com relação a fins. Com isso, concluímos: os

---

<sup>14</sup> Note que, em rigor, em sua experiência cotidiana o subalterno mesmo que preso no senso comum, na visão de Nilsen, pode atentar intermitentemente à estrutura que o constrange; porém, não o faz de modo conseqüente, calculado, mas apenas como uma ação espasmódica, reativa ou defensiva, incapaz de gerar modificações. Essa “consciência apurada” ocorreria quando racionalidades localmente gestadas assumissem um caráter mais ofensivo em que os grupos subalternos procuram esculpir um espaço maior para satisfação, implantação e desenvolvimento de necessidades e capacidades radicais emergentes.



subalternos por vezes confrontam grupos dominantes (e seus respectivos projetos) movidos por questões culturais (religiosas, morais e/ou emocionais) que, extrapolam o âmbito da pura práxis nilseneana – isto é, o da implementação consciente das capacidades para alterar ou manter determinada estrutura social.

É nessa direção que Thompson (2008), por exemplo, irá recuperar elementos da cultura plebeia para explicar os motins de fome do século XVIII na Inglaterra. Mediante o conceito de “economia moral”, o historiador inglês apresenta um panorama até então inexplorado acerca dos conflitos populares em momentos de escassez e carestia em que a ação coletiva direta dos plebeus ingleses não se resumiam a meras rebeliões, motins ou insubordinações voltadas a somente reduzir o preço dos alimentos, mas se valiam de uma cultura política que ia desde tradições, superstições e expectativas da população pobre em seu relacionamento com o mercado (NEVES, 1998). Nesse sentido, durante um período que se estende minimamente entre 1709 e 1801, essas ações que pretendiam reafirmar direitos e costumes tradicionais apoiados comunitariamente, obtiveram expressivo êxito, mesmo a despeito da inexistência de um planejamento pautado no de superação das estruturas de dominação. É evidente que a ação dos amotinados perseguia determinados fins como a redução do preço do pão, mas Thompson (2008) é enfático ao afirmar que a ação plebeia era caracterizada por um “sólido e tradicional entendimento acerca das normas e obrigações sociais e das funções econômicas inerentes aos diversos setores da comunidade que, no seu conjunto, podem ser descritos como economia moral dos pobres” (p.23). Assim, continua Thompson: “Afrontar semelhantes preceitos morais constituía habitualmente um motivo para a ação direta – tanto quanto a efetiva privação” (p.23). É nesse sentido que podemos concluir: a ação plebeia de subsistência descrita pelo historiador inglês transita entre o que Weber (2012) intitulou de comportamento tradicional, comportamento orientado a valores e não predominantemente com relação a fins.

Outro ponto de importância equivalente diz respeito ao papel das emoções na organização e nas ações coletivas dos subalternos. Nilsen não nega a existência de emoções no interior dos movimentos sociais, mas também não menciona que função desempenham. A única passagem em que o autor aborda o tema é quando diz que há ocasiões em que

[...] o caráter das queixas, as demandas e os alvos da ira dos movimentos sociais de baixo podem mudar de modo expansivo a partir de formas de ação coletiva de oposição que são delimitadas em alcance (...) para projetos abrangentes e contra-hegemônicos e radicais (NILSEN, 2009, p.123).

No entanto, novamente, sua explicação é essencialmente racional: essa mudança de postura se daria mediante uma melhor compreensão dos mecanismos estruturais que atuam em determinada sociedade. Desse modo, seu estruturalismo não dá conta de mostrar que as emoções também fornecem importantes entendimentos cognitivos que quando coletivamente compartilhadas passam a integrar o panteão cultural de determinado grupo e acabam por motivar ou desmotivar uma ação coletiva. Um exemplo bastante evidente de emoção coletiva frequentemente compartilhada entre membros de movimentos sociais é a indignação observada em situações de injustiça, preconceito ou discriminação (JASPER, 2016). Em diferentes temporalidades, a depender da intensidade e da receptividade encontrada, as experiências coletivas emocionais são incorporadas pelo grupo e se imiscuem – ora de forma consciente, ora de forma subconsciente – a outros componentes psíquicos de ordem (até então) puramente racional referente a fins. Sinteticamente, a manutenção ou a destruição, o consentimento ou a oposição às estruturas sociais, até mesmo a formulação de estratégias, assim como o significado/interpretação que os movimentos sociais atribuem a eles próprios e às suas próprias ações não são determinados de forma exclusivamente consciente ou racionalmente calculados. Somente em situações bastante raras, as tomadas de decisão no âmbito dos movimentos sociais são orientadas de um único modo.

As religiões também compõem um polo decisivo de influência na conduta coletiva. Michael Löwy (2014) em sua obra “A Jaula de Aço” demonstra como a Igreja Católica foi responsável pela difusão de uma “‘disposição de espírito’ pouco favorável ao impulso do capitalismo moderno” (p.82). O termo utilizado por Löwy para caracterizar essa relação contraditória é “afinidade negativa” (alusão declarada ao conceito weberiano de afinidades eletivas). Assim, apoiando-se nos escritos de Weber (1999, 2004, 2012 e 2017), Groethuysen (1927) e Fanfani (1984), Löwy detecta a existência de uma ética católica oposta ao *ethos* capitalista, uma espécie de antipatia cultural que, ainda que não tenha conseguido impedir a dominação social do capital, influenciou na condução das escolhas pessoais e coletivas dos fiéis. Na América Latina, o exemplo proposto por Löwy é o do “cristianismo da libertação”, um conjunto de movimentos sociais populares de orientação católica que lutaram contra a pobreza extrema no continente (ROCHA; OLIVEIRA, 2016). Em suas palavras:

Ele (o cristianismo da libertação) é essencialmente criação de uma nova cultura religiosa, que exprime as condições específicas da América Latina (...). No entanto, não podemos compreender o surgimento desse

fenômeno, de consequências politico-religiosas consideráveis, sem levar em conta a “profunda aversão” do catolicismo ao cosmo capitalista (p.92).

Passamos agora a discorrer como essa teoria da ação social do subalterno pode ser aplicada ao recorte empírico da nossa pesquisa.

## CAPÍTULO 2

---

# A COSTURA MODERNA: FÁBRICA DE SUBALTERNOS

*Ligando todos os países entre si pelo seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político.*

Leon Trotsky

## 2.1 A INTEGRAÇÃO DESIGUAL E COMBINADA DO VESTUÁRIO INTERNACIONAL

Historicamente, a produção de vestuário possui uma característica fundamental que se repetiu em diversas localidades e que, em meio ao avanço das políticas neoliberais, do adensamento da integração dos mercados mundiais e da consequente facilitação de realocação produtiva, ganhou renovada potência: referimo-nos à sua demanda, que se traduz em dependência quase patológica por força de trabalho barata, não sindicalizada e preferivelmente abundante. Assim, porque se preenchem tais requisitos, mulheres e imigrantes têm sido cada vez mais empregados nos chãos de fábrica dessa indústria (GREEN, 1997).

A integração mundial das economias trazia consigo uma esperança, o solapar das abissais discrepâncias regionais. Porém tendo a inserção dos países no mercado global ocorrido de forma desigual e combinada, essa esperança logo foi por água abaixo. Países ricos se tornaram mais ricos e os pobres permaneceram pobres, ou, se não mais pobres, certamente mais dependentes. A partir da década de 1970, as ações bem orquestradas dos movimentos sociais de cima buscaram criar novo modo de regulação simultaneamente condizente com o regime de acumulação mais flexível. Apoiadas na crescente fluidez dos capitais, esses movimentos lograram de um lado desarticular a organização dos trabalhadores ao remanejar com eficiência os centros produtivos e de outro suplantar diversas conquistas dos movimentos subalternos igualitaristas das décadas de 60 e 70.

Os subalternos responderam com as armas que possuíam a esse ataque. O trânsito transnacional de indivíduos em condição de vulnerabilidade buscando oportunidades empregatícias ou melhores condições de vida aumentou, por mais que eventos relativamente pontuais, como os ataques terroristas às Torres Gêmeas, tenham agido em sentido contrário ao impelirem o fechamento das fronteiras dos países ricos como os EUA. As redes de solidariedade entre militantes diversos e trabalhadores sob o guarda-chuva dos movimentos sociais também cresceu tentando, ao mesmo tempo, somar forças com os sindicatos e preencher o vácuo deixado pela desarticulação apresentada por esses nas últimas décadas.

Essa dinâmica mundial comum a diferentes países, mas insuficiente para borrar completamente as particularidades internas de cada país, pode ser observada da primeira fila quando analisamos as transformações das cadeias nacionais e transnacionais do vestuário. No vestuário, os trabalhadores também são majoritariamente imigrantes e a pulverização de suas cadeias produtivas e o avanço da informalidade fez com que os seus sindicatos, outrora tão

vigorosos em partes da Europa e nos EUA, também se tornassem cada vez mais débeis e acastelados (PIORE, 1997; BONACICH e APPELBAUM, 2000).

Vejamos alguns exemplos antes de examinarmos a costura paulistana e portenha.

## 2.2 PAÍSES DO LESTE EUROPEU

Os casos dos países europeus e asiáticos ilustram bem o primeiro tópico aventado, qual seja, como a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado internacional na costura exacerbou a fragilidade do movimento sindical no setor. A este respeito, em novembro de 2017, a maior aliança global entre sindicatos e ONGs relacionadas à indústria do vestuário, a Clean Clothes Campaign (CCC), divulgou um relatório impactante intitulado *Europe's sweatshops* que desbanca o mito da etiqueta *made in Europe* sinônimo de produtos feitos sob condições dignas. Pelo contrário, segundo a CCC, mais apropriado seria associá-la à pobreza endêmica de trabalhadores e condições precárias de trabalho, triste realidade da indústria do vestuário e do calçado do leste e do sudeste europeu, regiões responsáveis por alimentar todo o mercado consumidor do continente.

Inicialmente, o relatório explica que, para fugirem do estigma que roupas e calçados produzidos em países asiáticos como China, Bangladesh e Índia carregam entre os consumidores europeus, grandes marcas<sup>15</sup>, alternativamente, passaram a utilizar um processo produtivo intracontinental chamado *Outward Processing Trading (OPT)*<sup>16</sup>. Resumidamente, ele se dá da seguinte maneira: países como Alemanha e Itália, de longe os dois maiores receptores europeus de calçados e roupas, enviam insumos básicos e as especificações de produção dos produtos para regiões do continente onde o custo da força de trabalho é sensivelmente mais baixo, as legislações laborais são bastante flexíveis, os sindicatos são fracos

---

<sup>15</sup> O relatório da CCC (2018), cita as seguintes marcas: Bäumlér , Gucci, Next, Peter Hahn, Stella McCartney, Strenesse, Tommy Hilfiger, Armani, Burberry, Calzedonia, Decathlon, Dolce & Gabbana, Ermenegildo Zegna, Golden Lady, Gucci, H&M, Zara, Louis Vuitton, Mango, Max Mara, Marks & Spender, Prada, s'Oliver, Schiesser, Schöffel, Top Shop, Tesco, Versace, Benetton, Geox and Vero Mod, Asos, Adidas, Esprit, Hugo Boss, Kirsten, Liz Claiborne, Mexx, Marks & Spencer, Mart Visser, Oui, Peek & Cloppenburg, Steps, Saint James, Triumph.

<sup>16</sup> Um *Outward Processing Trade (OPT)* é um tipo específico de produção no qual uma empresa entrega pré-produtos semi-acabados no exterior e os produz no país. Em seguida, reimporta os produtos acabados para comercializá-los no mercado interno. Dessa forma, etapas de produção intensivas em mão-de-obra podem ser transferidas para países onde os custos de mão-de-obra são baixos, enquanto o desenvolvimento, o marketing e outras operações permanecem no país de origem da empresa.

e as negociações coletivas são quase inexistentes. Ou seja, países onde a balança capital-trabalho pende generosamente para o lado do capital. Assim, todo o trabalho intensivo de fabricação dos produtos é realizado no leste e sudeste europeu. A seguir, os países da região vizinha (oeste europeu) repatriam os produtos (já finalizados), restando, assim, apenas, antes de vendê-los em todo mercado europeu, etiquetá-los e embalá-los.

Por fim, o relatório faz o seguinte balanço: em todos os países<sup>17</sup> investigados pela CCC, a) os sindicatos desse setor são fracos e as marcas globais lucram com um estado fraco e com uma força de trabalho intimidada e empobrecida; b) o salário mínimo nacional está bem abaixo dos níveis de subsistência<sup>18</sup> e, ainda assim, o não pagamento do salário mínimo legal é comum na Bósnia-Herzegovina, Macedônia, Hungria, Moldávia, Bulgária e Romênia e representa a maioria dos casos na Ucrânia, Sérvia e Albânia; c) o vestuário é o setor mais mal pago de toda indústria; d) apesar disso, ele permanece entre os setores industriais que mais emprega e exporta; e) as mulheres são a maioria nessa indústria: dentre os trabalhadores formais do setor, elas são entre 79% e 92%; f) há uma clara divisão de gênero no local de trabalho que redundava, de acordo com estatísticas oficiais nacionais, em disparidade salarial na indústria manufatureira nos países da região que varia, em média, entre 18% e 27% em desfavor das mulheres<sup>19</sup>.

### 2.3 BANGALORE, ÍNDIA

Por sua vez, a escala da indústria do vestuário asiática na economia global apresenta similaridades e diferenças com o caso dos países do leste e sudeste europeu. Analisemos agora a indústria do vestuário indiana a partir do caso da cidade de Bangalore. Localizada no estado de Karnataka, Bangalore é considerada a capital nacional da indústria têxtil. Daí saem cerca de

---

<sup>17</sup> A investigação realizada pela CCC contemplou os seguintes países: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Geórgia, Hungria, Macedônia, Moldávia, Polônia, República Checa, Romênia, Sérvia e Ucrânia.

<sup>18</sup> Na média (retirada a partir dos valores dos quatorze países), o salário mínimo na região representa apenas 28% do valor indicado para a subsistência. Na prática, de acordo com o relatório, o governo destes estabelecem salários mínimos abaixo dos níveis oficiais de subsistência, de limiares de pobreza e que estão longe de cobrir um salário digno. Além disso, “alguns dos estados mais pobres da Europa, como a Sérvia, oferecem uma série de benefícios diretos e indiretos para as corporações globais, ao mesmo tempo que controlam inadequadamente suas próprias leis. Esses benefícios incluem salários mínimos extremamente baixos, legislação em favor dos negócios e que restringe a atividade sindical, bem como subsídios em dinheiro para marcas globais, caso abram instalações de produção no país.”

<sup>19</sup> A Eslováquia apresenta o quadro mais alarmante nesse tópico: as mulheres que trabalham na indústria do couro e calçado ganham quase 50% menos que os homens.

20% de todas roupas feitas na Índia e grande parte daquelas que são exportadas para a Europa e EUA (SISTERS FOR CHANGE E MUNNADE, 2016). Para se ter ideia, somente em Bangalore existem cerca de 1.200 oficinas de confecção que empregam aproximadamente 500.000 costureiros (RAY; PEEPERCAMP, 2018). Como se pode calcular, as oficinas dessa região possuem um porte considerável, comumente agregando centenas de costureiros num mesmo estabelecimento, o que, aliás, difere do caso europeu onde as oficinas são bem menores.

Outra divergência entre os sweatshops europeus e os indianos de Bangalore diz respeito à caracterização de seus trabalhadores. No caso destes, são normalmente migrantes internos de baixa qualificação que deixaram áreas rurais do país em busca de oportunidades na metrópole. No caso dos europeus, os trabalhadores são usualmente originários das próprias regiões onde as indústrias estão instaladas e, ademais, são bem qualificados<sup>20</sup>. Os costureiros bangalorianos são em sua maioria mulheres que vivem nos arredores da capital estadual pertencentes a castas ou tribos vulgarmente chamadas de “intocáveis”. Entretanto, há também, entre eles, um número crescente de pessoas trazidas dos estados do norte e do leste da Índia, como Jharkhand, Odisha, Assam e Madhya Pradesh. Algumas desvantagens dos costureiros indianos são flagrantes com relação aos europeus: como são frequentemente mulheres migrantes de baixa escolaridade, os bangalorianos da costura residem em albergues arranjados pelos empregadores, desconhecem seus direitos trabalhistas e estão inseridos em uma sociedade forjada sobre bases patriarcais em que a estratificação social é bem mais rígida que aquela existente na Europa<sup>21</sup>. Soma-se ainda que, genericamente, migrantes são menos propensos do que trabalhadores locais a mudar para outras fábricas quando as condições de trabalho são indesejáveis e, sem conexões relevantes em uma nova cidade, eles acabam sendo menos propensos a se sindicalizarem (RAY; PEEPERCAMP, 2018).

---

<sup>20</sup> Não existem dados oficiais sobre o número de trabalhadores migrantes em Bangalore e especificamente na indústria do vestuário. Todavia, líderes sindicais do Karnataka Garment Workers Union (KGWU) e o Garment Labor Union (GLU) estimam que entre 15.000 e 70.000 mulheres migrantes de estados do norte estão trabalhando na indústria de vestuário de Bangalore. Um funcionário da Swasti, uma organização trabalhando em fábricas de vestuário, estima que até 30% da força de trabalho consiste de trabalhadores dos estados do norte da Índia. (RAY; PEEPERCAMP, 2018).

<sup>21</sup> Ray e Peepercamp (2018) ainda comentam que “os sindicatos acham difícil organizar operários de vestuário, a maioria dos quais são mulheres. A sindicalização é muitas vezes bloqueada por maridos e outros familiares masculinos que exercem controle sobre as escolhas das trabalhadoras. Além disso, as responsabilidades domésticas e o trabalho de cuidados não remunerados frequentemente impedem que as mulheres se tornem membros ou participem das atividades sindicais. Ademais, os trabalhadores muitas vezes têm medo de perder o emprego ou se tornar o alvo de maior assédio verbal quando seu empregador sabe que eles são membros de um grupo sindical.” (p.40, tradução livre).



Quanto à organização do sistema produtivo asiático, regularmente grandes varejistas globais importadores de roupas, comumente europeus (muitos dos quais tem deslocado parte da produção para os sweatshops leste e sudeste europeu) e estadunidenses, mantêm escritórios na Índia que se responsabilizam por nomear fabricantes, passar a eles especificações dos produtos, negociar preços, verificar a qualidade e controlar a estocagem das roupas já produzidas. Há casos em que estes escritórios fornecem matérias-primas (que podem ou não serem compradas localmente) e suporte técnico aos fabricantes. Diferente do caso europeu, as roupas são etiquetadas e embaladas no próprio local em que são fabricadas. Na Índia, os grandes varejos têm avançado na direção da eliminação de intermediários e obtiveram um maior controle de onde e quem de fato produz suas roupas. Apesar disso, não se encontram pesquisas que apontem para melhorias relacionadas à segurança e saúde dos costureiros, para o aumento no número de formalizações no setor ou de adesão sindical ou tampouco um incremento salarial por parte desses trabalhadores. O que de fato ocorreu foi uma maior concentração nos processos de otimização, flexibilização, redução de custos e gerenciamento dos sistemas de vendas das cadeias de fornecimento, crescentemente mediados por tecnologias de informação e transporte (CISEL; SMITH, 2005).

Passemos agora a analisar brevemente o exemplo de quatro cidades – duas localizadas no norte e duas no sul global – semelhantes entre si, mas divergentes com relação aos dois casos já expostos. Sendo assim, além do fato de suas produções serem destinadas majoritariamente aos seus respectivos mercados internos, Los Angeles (EUA), Leicester (GB), São Paulo (BR) e Buenos Aires (ARG) são centros urbanos que sintetizam com primor a relevância da força de trabalho imigrante (internacional) pobre – ao lado dos papéis heterogêneos desempenhados pelos países na economia global, como já dissemos – para o florescimento ou a manutenção de potentes indústrias do vestuário. Se residem aí dois distanciamentos com relação aos modelos europeus e indianos, em contrapartida, a importante presença de oficinas de trabalho intensivo que desrespeitam distintas leis trabalhistas, isto é, os famosos sweatshops, aproxima todos estes casos. Começamos com Los Angeles.

#### **2.4 LOS ANGELES, EUA**

A Grande Los Angeles (GLA) – que compreende Los Angeles, Long Beach, Santa Ana e Anaheim – concentra a maioria dos empregos industriais de todos os EUA. São, de acordo

com o Bureau of Labor Statistics, aproximadamente 510.900, ficando à frente de outros imponentes centros urbanos como o de Chicago (408.100), Nova Iorque (356.100), San Jose (160.900) – coração do Vale do Silício, e São Francisco (118.400) (HSU, 2014). Embora tenha se fechado um número surpreendente de postos de trabalho nos últimos vinte anos<sup>22</sup>, a GLA continua sendo onde a indústria do vestuário é mais densamente concentrada: cerca de onze vezes mais do que em qualquer outra parte do país (ARTIEDA et al, 2014).

Inúmeros fatores ajudam a explicar porque a GLA tornou-se um centro tão expressivo de produção de roupas, porém um deles se destaca. Los Angeles é um lócus global de criação de novos estilos que são emulados ao redor do mundo. A indústria do entretenimento – por intermédio dos filmes, da televisão e da música – e as próprias ruas criam tendências e produzem um ambiente privilegiado para a indústria da moda. Ademais, tais características tornam a região um importante polo global de atração de pessoas de diferentes locais e culturas. A consequência disso foi que a região se tornou o maior centro estadunidense de acolhimento de imigrantes da Ásia, do México e da América Central (BONACICH e APPELBAUM, 2000).

Em sua maioria indocumentados e socialmente vulneráveis, esses imigrantes desempenham dois papéis vitais nessa indústria: são eles que fornecem força de trabalho e o empreendedorismo para gerir as indústrias de confecção terceirizadas. Além disso, Bonacich e Appelbaum (2000) ressaltam que “Los Angeles possui uma longa tradição anti-sindical” (p.19), o que fez com que a cidade se tornasse uma espécie de porto seguro para as empresas que não desejam se preocupar com a organização dos trabalhadores. Com efeito, muitos dos fabricantes de roupas da GLA se mudaram da costa leste para escapar dos sindicatos. Por tudo isso, Los Angeles transformou-se no local onde a indústria de criação de ponta da moda internacional se combinou com um contingente formidável de imigrantes ávidos por um emprego. Juntos, eles criaram uma indústria que preserva, ao mesmo tempo, condições de trabalho comparáveis às do século XIX<sup>23</sup> com uma das formas de produção flexíveis mais avançadas de todo o mundo.

---

<sup>22</sup> Apoiando-se em dados fornecidos pelo Employment Development Department, Edna Bonacich e Richard Appelbaum (2000) relatam que no ano de 1998 a indústria do vestuário angelina era a indústria americana que mais empregava, cerca de 122.500 pessoas. Nesse momento, o número de trabalhadores industriais em toda GLA era de 663.400. Consequentemente, quase um entre cinco empregos da indústria angelina trabalhava na indústria do vestuário. Segundo o relatório *Dirty threads, dangerous factories* de 2016, elaborado pela UCLA (University of California at Los Angeles) Labor Center, o número de trabalhadores da costura da GLA despensa para cerca de 45.000, ou seja, menos da metade, em 2016.

<sup>23</sup> Os dados acerca de mais da metade dos trabalhadores do vestuário da Região Metropolitana de Los Angeles indicam que o trabalhador ganha menos de um salário mínimo (local) e trabalha, em média, 60 horas por semana (UCLA, 2016).

Assim como em Leicester, São Paulo e Buenos Aires, em Los Angeles as indústrias são menores que as de Bangalore. Enquanto nesta a propriedade das oficinas é dominada por grandes empresários locais que reúnem sob um mesmo teto centenas de costureiros, naquelas, imigrantes – detentores de um pequeno, mas suficiente, capital para iniciar seu próprio negócio – contratam seus patrícios para operarem as máquinas de suas oficinas. O relatório *Dirty threads, dangerous factories* (UCLA, 2016) explica que para satisfazerem a demanda por roupas descartáveis e baratas vendidas no mercado da fast-fashion (moda rápida), os fabricantes (que são o elo entre varejos e donos de oficina) devem contar com uma força de trabalho barata e, para isso, recorrem à Ásia e também, internamente, aos imigrantes da GLA. A fast-fashion é uma abordagem de design que produz roupas em um ritmo alucinante, chegando a nutrir prateleiras de lojas com roupas completamente resenhadas duas vezes por semana. A relação entre os participantes da cadeia produtiva do vestuário angelina funciona da seguinte maneira: os varejos (comumente detentores de marcas) ditam aos fabricantes o que deve ser produzido e em que quantidade; os fabricantes da cidade, a seu turno, subcontratam milhares de empresas de costura de pequeno e médio porte – muitas delas não licenciadas – para produzirem as roupas das grandes marcas. Todo esse sistema gera um lucro milionário aos elos superiores da cadeia (varejos e fabricantes). Em contrapartida, a formatação da costura da GLA, associada à demanda criada pelo modelo fast-fashion, resultou numa prática de prazos irrealistas para os fabricantes e, conseqüentemente, para os donos de confecção, que tencionaram o ritmo de trabalho dentro das oficinas, denegrindo as condições de trabalho e aumentando sobejantemente os acidentes de trabalho.

## **2.5 LEICESTER, REINO UNIDO**

De todos os casos aqui analisados, Leicester apresenta uma peculiaridade bastante relevante que merece ser explorada: é onde as cadeias de suprimento global do vestuário se estabeleceram mais recentemente (a partir de 2012) e, como a cidade reúne características semelhantes às de outros centros urbanos dos países centrais, o seu caso pode apontar para o surgimento de uma nova tendência da indústria do vestuário. Segundo o relatório *New Industry on a Skewed Playing Field*, produzido pela Universidade de Leicester no ano de 2015, a indústria do vestuário do Reino Unido vive um momento de transformação.

A realocação da produção para o Extremo Oriente, iniciada na década de 1970, resultou em um encolhimento sem precedentes da indústria do vestuário do Reino Unido. Esse processo foi intensificado entre os anos de 1995 e 2012, quando a produção de roupas na região encolheu em 69%, o volume total de negócios caiu em 64% e o número de empresas do setor reduziu em 61%. Muitos postos de trabalho também foram fechados no período assinalado, cerca de 84%, restando apenas 27.250 em 2012<sup>24</sup>. Para se ter ideia, o número de empregos concentrados nas 20 maiores empresas em 1998 superava todos os postos de trabalho existentes nessa indústria no ano de 2012. As mulheres foram as mais afetadas: correspondentemente, o emprego feminino na costura passou de 87% para 64% (NIKOLAUS et al, 2015).

Além de uma estratégia dos empresários locais, a transformação nesse setor industrial foi também resultado de um contexto mais amplo de avanço dos transportes e da logística associado ao fim do acordo multi-fribas (MFA) em 2004, que pôs fim a quotas de importação de países em desenvolvimento e juntos esses fatores tornaram as roupas vindas da China *hors concours*.

Não obstante o que poderia parecer ser o prenúncio do fim da indústria do vestuário britânica, o que se observou no último lustro com a crescente hegemonia da fast-fashion no cenário da moda internacional, foi o ressurgimento de novos modelos de negócios competitivos integrados em cadeias de fornecimento globais escorando-se em sistemas de gerenciamentos modernizados. Além disso, essa indústria já vinha reduzindo seus custos de produção nas últimas décadas a fim de acompanharem o novo cenário global do vestuário no Reino Unido: as fábricas de roupas, por exemplo, diminuíram de tamanho em mais de 60% nas últimas duas décadas, dispendo em 82% dos casos de menos de 10 empregados em 2013 (NIKOLAUS et al, 2015).

Mas foi o conflito entre o tempo de entrega das roupas fabricadas na Ásia (de 4 a 7 semanas) e os ciclos curtíssimos de desenvolvimento, produção e distribuição impostos pela fast-fashion que deu o impulso decisivo para que o renascimento da indústria de Leicester. Algumas das características centrais dessa indústria, que poderíamos facilmente classificar como nova, é que ela passou a ser dominada por pequenas firmas onde há pouca

---

<sup>24</sup> Em 1978 havia 368.000 trabalhadores envolvidos diretamente com a fabricação de roupas em todo o Reino Unido.

representatividade sindical, o trabalho informal remunerado abaixo do salário mínimo local<sup>25</sup> é frequente e a força de trabalho é vulnerável – imigrantes, em boa parte indocumentados, de origem paquistanesa, indiana, bangaloriana e leste europeia (NIKOLAUS et al, 2015).

Nesses moldes, Leicester se tornou a maior fornecedora de roupas made in UK dentro do Reino Unido. Contudo, os desafios para que se consiga reverter a alta informalidade, a baixa taxa de sindicalização, a falta de informações por parte dos trabalhadores acerca de seus direitos, as péssimas condições de trabalho e os abusos físicos e psicológicos recorrentes nas oficinas de costura são enormes. Ainda segundo o mencionado relatório, a solução passaria pela ação conjunta de dois importantes atores que atualmente dispõem-se de lados contrários: de um lado, a responsabilização das grandes corporações que fornecem roupas para diversas partes do mundo e que possuem grande poder, suficiente para controlar globalmente preços, prazos de produção e de entrega; de outro lado, o fortalecimento de inúmeras agências regulatórias de autoridades fiscais, de imigração, do comércio, de inspetores de segurança e saúde que agem localmente e que encontram sérias dificuldades em fazer cumprir leis e regulamentos no interior de uma cadeia produtiva cada vez mais pulverizada.

Assim Como Leicester, São Paulo e Buenos baseiam suas produções de roupas na força de trabalho feminina e imigrante. Além dessa, há outra convergência: nas três regiões as agendas neoliberais redundaram em degradação das relações e das condições de trabalho. Porém uma peculiaridade crucial distingue São Paulo e Buenos Aires de Leicester: ao passo em que nesta o fordismo conseguiu institucionalizar direitos sociais e uma cidadania salarial que funcionaram como uma espécie de dique por um tempo razoável contra o processo de precarização laboral, naquelas a precariedade sempre fora a realidade na costura. Isso nos ajuda a compreender porque enquanto a indústria do vestuário de Leicester mingou até quase desaparecer nos anos 2000, ao passo em que a de São Paulo cresceu mesmo vis-a-vis o avanço exponencial das roupas produzidas na Ásia no mercado internacional<sup>26</sup>. Não fosse a política econômica interna do governo Carlos Menem, especialmente a implementação da Ley de Convetabilidad (Ley 23.928/1991), muito provavelmente a indústria argentina tivesse um desempenho parecido ao da indústria brasileira.

---

<sup>25</sup> O salário médio aferido pela pesquisa entre os costureiros de Leicester foi de menos de 3 libras, menos da metade do salário mínimo nacional inglês em 2015 que era de 6,5 libras.

<sup>26</sup> Atualmente a Ásia é responsável por 73% de todas as roupas produzidas no mundo. Dentre os maiores fabricantes do continente, em ordem decrescente, estão: China, Índia, Paquistão, Coreia do Sul, Taiwan, Indonésia, Malásia, Tailândia e Bangladesh (ABIT, 2013).

## 2.6 SÃO PAULO, BRASIL

Vejamos primeiro o panorama da costura no Brasil. Atualmente, o Brasil possui a quarta maior indústria de vestuário e a quinta maior indústria têxtil do mundo. Responsável por 2,8% de toda a produção global de roupas, o país encontra-se apenas atrás da China (46,4%), da Índia (6,8%) e do Paquistão (3,3%). Mesmo vis-à-vis tais cifras, a participação brasileira no comércio mundial de roupas é relativamente pequena (0,5%), ocupando a 23ª posição no ranking dos países exportadores. Nessa toada, 97% de toda produção brasileira é consumida internamente e somente 2,5% é destinada à exportação. Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) apontam que a indústria têxtil brasileira conta com 1,7 milhão de trabalhadores (entre formais e informais)<sup>27</sup>, sendo 75% destes empregados do segmento de confecção (ABIT, 2013).

Se cruzarmos os dados acima fornecidos pela ABIT com dados extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 2015, que afirma haver 614.614<sup>28</sup> costureiros formais na indústria de transformação do país<sup>29</sup>, concluiremos que há aproximadamente 660 mil costureiros trabalhado informalmente. Isso implica que a taxa de informalidade da indústria de confecção de vestuário e de acessórios é de cerca de 52%, ou seja, bem mais elevada do que a da indústria de transformação como um todo, que é de apenas 12% (FIESP; CIESP, 2017).

Dito isso, no interior do cenário nacional, a indústria do vestuário de São Paulo merece especial destaque por inúmeras razões. Por certo que a inextrincável relação histórica entre a explosão demográfica da maior região metropolitana do país (RMSP) no início do século XX e o desenvolvimento da robusta indústria têxtil nacional é uma delas, porém não pretendemos

---

<sup>27</sup> Este número divulgado pela ABIT (1,7 milhão) leva em consideração os empregos formais e informais existentes na indústria têxtil. Com relação apenas aos empregos formais, de acordo com dados da RAIS do Ministério do Trabalho e do Emprego, a indústria de Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios possuía em 2015 614.614 trabalhadores, ou 8,6% dos empregos formais da indústria de transformação brasileira (FIESP; CIESP, 2017)

<sup>28</sup> O dado mencionado da RAIS está disponível no relatório Panorama da Indústria de Transformação Brasileira, 14ª ed., de 20 de Junho de 2017.

<sup>29</sup> Vale lembrar que a Indústria de Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios é apenas um dos setores de um conjunto industrial maior, a Indústria de Transformação. São alguns outros setores da indústria de transformação: Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebidas, de Produtos Químicos, de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos, de Madeira, a Metalurgia etc.

voltar tanto no tempo. Aqui, o que mais nos interessa é ressaltarmos que no estado de São Paulo localiza-se um quarto dos empregos formais (151.605) da indústria brasileira de confecção e um número estimado duas vezes maior de empregos informais (FIESP; CIESP, 2017).

Além disso, o caso da RMSP também ajuda a elucidar algumas das consequências do chamado processo de reestruturação produtiva no setor. Em 1981, por exemplo, havia 180 mil trabalhadores formais na indústria da confecção da RMSP, ao passo que em no ano de 2000 esse número caiu para 80 mil. Todavia, a ocupação total no setor em 2000 era de 200 mil trabalhadores, o que nos permite afirmar que a maioria dos postos de trabalho da costura da RMSP no período assinalado já se encontrava na informalidade (POCHMANN, 2004). De modo adverso ao que ocorreu em outras partes do mundo (como Leicester ou Los Angeles), esses dados não indicam imperiosamente um sintoma de desindustrialização ou tampouco fuga de indústrias de confecção da RMSP para outras localidades, mas, antes, modificações na estrutura organizacional produtiva e de gestão da força de trabalho (SILVA, 2008a).

Outras resultantes desse processo foram a fragmentação produtiva e a sistematização das terceirizações. O número de trabalhadores desempenhando atividades ligadas à costura por estabelecimento também foi impactado. Segundo dados da RAIS, no estado de São Paulo, em 2015, 98,8% dos estabelecimentos do setor de Artigos de Vestuário e Acessórios eram de pequeno porte (possuíam até 99 empregados formais), 1,1% de médio porte (entre 100 e 499) e apenas 0,1% de grande porte (mais de 500). A média de trabalhadores por estabelecimento também é bastante baixa, somente 10,6. (FIESP; CIESPE, 2017).

Graças à enorme disparidade entre dados oficiais e reais, é difícil caracterizar fielmente a nacionalidade, o gênero e o rendimento dos trabalhadores da costura de São Paulo. Embora antigo, tomemos por um instante, a título de exemplo, o Censo de 2010. Nesse ano, os microdados do Censo (dados obtidos a partir de pesquisa amostral) apontaram haver cerca de 20 mil bolivianos na cidade de São Paulo, dos quais 12.172 trabalhavam no vestuário<sup>30</sup>. Em junho de 2016, os registros do SINCRE (Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros) indicaram haver 64.953 bolivianos no município<sup>31</sup>. Em contrapartida, as

---

<sup>30</sup> Ainda de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, a distribuição percentual dos costureiros do estado de São Paulo conforme a nacionalidade era a seguinte: 90,73% eram brasileiros, 7,82% bolivianos, 0,84% paraguaios, e 0,61% de demais nacionalidades (CORTES, 2013).

<sup>31</sup> É pouco provável e pouco aceito entre pesquisadores da migração que a comunidade boliviana tenha crescido tanto em apenas seis anos na RMSP. Ao invés disso, há consenso de que a explicação para a mudança nos números seja predominantemente decorrente de um crescimento da regularização da migratória destes imigrantes.

estimativas do consulado boliviano e do CAMI, que não se alteraram de maneira significativa no último lastro, afirmam haver entre 200 mil e 400 mil bolivianos em São Paulo, estando a maioria indocumentada e informalmente empregada em atividades ligadas à costura.

Cortes (2013) realizou um levantamento estatístico bastante interessante a partir da análise de 264 fichas de migrantes de diferentes nacionalidades que buscaram auxílio no CAMI-SP. Segundo sua pesquisa, 79% dos paraguaios, 76% dos bolivianos e 41% dos peruanos trabalhavam em 2013 na cadeia produtiva de vestimentas. Todavia, vale ressaltar que, seja nos números oficiais ou mesmo nos estimados, a comunidade boliviana (64.953) de São Paulo é inúmeras vezes maior que a paraguaia (7.129) e que a peruana (9.420)<sup>32</sup>. Portanto, mesmo ela não tendo apresentando a maior taxa de ocupação entre o grupo de estrangeiros analisado na mencionada pesquisa, os valores absolutos confirmam a presença hegemônica dos bolivianos nas oficinas de confecção paulistas.

A distribuição por sexo e nacionalidade na costura da RMSP apresentada pela RAIS 2016 é bastante reveladora. Como se pode observar na tabela 1, entre os costureiros brasileiros formais há um notório predomínio da força de trabalho feminina (68%) sobre a masculina (32%). Entre praticamente todas as principais nacionalidades de imigrantes que exercem atividade na costura paulistana essa lógica se inverte, isto é, há mais homens que mulheres: entre os bolivianos, 33% são do sexo feminino e 67% do masculino; entre os paraguaios, 34% contra 66%; entre os peruanos, 33% contra 67%. A exceção fica a cargo dos coreanos, em que as mulheres são 55% e os homens 45%.

**Tabela 1:** Divisão por sexo e nacionalidade dos trabalhadores formais da costura da RMSP

Nacionalidade	Masc.	Fem.	Total	% Masc.	% Fem.	% Nac.
<b>Brasileira</b>	47.796	101.115	148.911	32%	68%	96,9%
<b>Boliviana</b>	2.085	1.042	1327	67%	33%	2,04%
<b>Paraguaia</b>	388	200	588	66%	34%	0,38%
<b>Argentina</b>	121	31	152	79%	21%	0,1%
<b>Coreana</b>	60	74	134	45%	55%	0,09%
<b>Peruana</b>	83	41	124	67%	33%	0,08%
<b>Outras<sup>33</sup></b>	412	175	587	70%	30%	0,41%
<b>Total</b>	<b>50.533</b>	<b>102.503</b>	<b>153.036</b>	<b>33%</b>	<b>67%</b>	<b>100%</b>

Fonte: RAIS 2016/MTE, elaboração própria.

<sup>32</sup> Os dados são de 2016 e foram extraídos do relatório Migrantes regionais na cidade de São Paulo, elaborado pela OIM (Organização Internacional para as Migrações) e pelo IPPDH (Instituto em Políticas Públicas em Direitos Humanos Mercosul)

<sup>33</sup> Todas as nacionalidades que compõem esse grupo possuem um total de 100 ou menos celetistas atuando na costura paulista.



Dessa forma, se tivéssemos que apregoar um rosto ao trabalhador formal da costura paulistana ele seria o de uma mulher brasileira, já que 96,9% de todos os costureiros da região são brasileiros nativos e, destes, 68% são do sexo feminino. Todavia, se propuséssemos o mesmo exercício com relação ao trabalhador informal da costura, facilmente encontraríamos o rosto de um imigrante do boliviano; se de um homem ou de uma mulher, esta é uma discussão mais delicada

Como dissemos anteriormente, quando tomamos o setor da costura paulistana em sua concretude, há de se relativizar o resultado apresentado pela RAIS 2016 devido ao panorama restrito que os dados oficiais ofertam. Ainda que, com efeito, nossa pesquisa de campo tenha apontado para uma maior presença masculina nas oficinas de confecção paulistanas (regulares e irregulares) compostas basicamente por imigrantes, essa diferença foi bem mais sutil que aquela apresentada pela RAIS<sup>34</sup>.

A hipótese que aventamos para tal discrepância é a seguinte: um número expressivo de imigrantes sul-americanos que vivem na RMSP ainda se encontra em situação de vulnerabilidade – é o que demonstram dados sociais e taxa de indocumentação. Dentre esses imigrantes, as mulheres compõem fração mais vulnerável, haja vista que arcam com os efeitos combinados de sua condição migratória subalterna e do preconceito social sexista. Sendo assim, proporcionalmente, haveria mais mulheres atuando informalmente na costura do que homens, fato obnubilado pelos números oficiais.

Com relação ao número de mulheres brasileiras ser maior ao de homens na costura formal, acreditamos que a explicação vai em direção similar: a divisão sexual do trabalho, embora não estanque, está atrelada a dimensões histórico-sociais que definiram o local de homens e mulheres no mercado de trabalho. A costura, por sua alta rotatividade e elevada demanda por força de trabalho pouco qualificada, mal remunerada, intermitente e informal tornou-se um nicho de trabalhadores subalternos, como mulheres, jovens e imigrantes. Note que, quer seja entre imigrantes, quer seja entre nativos, as mulheres ocupam postos de trabalho mais precários que os dos homens: 1) entre as mulheres imigrantes a informalidade é maior que entre os homens imigrantes; 2) no caso dos brasileiros, os homens possuem a perspectiva de

---

<sup>34</sup> Cortes (2013), na pesquisa de campo que realizou ao longo de seu mestrado, chegou a uma conclusão similar à nossa.

encontrar empregos em setores da economia mais rentáveis e que tenham relações trabalhistas menos precárias que as vigentes na costura.

## **2.7 BUENOS AIRES, ARGENTINA**

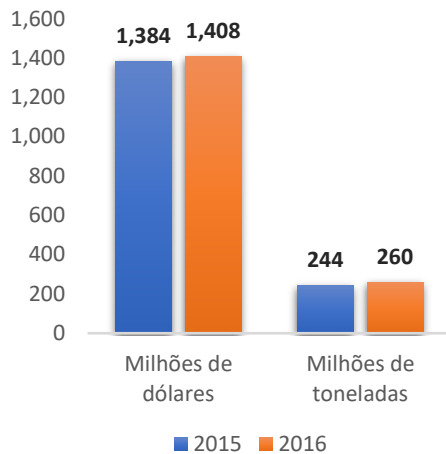
A confecção é um dos setores mais sensíveis às mudanças econômicas de toda indústria argentina. A abertura comercial associada ao estabelecimento em 1991 de uma paridade fixa entre o peso argentino e o dólar estadunidense, que tinha como objetivo conter o aumento da inflação, exacerbou o processo de desintegração e reconversão da cadeia têxtil e do vestuário nacional. Cada vez menos competitiva no mercado internacional, a confecção argentina reduziu o seu volume de produção entre 1993 e 2002 em 54%; e a sua mãe, a indústria têxtil, em 66%. O efeito mais visível dessa contração foi a reestruturação da cadeia de valor da costura: a atividade produtiva desverticalizou-se e as grandes empresas que restaram passaram a concentrar-se nos segmentos mais lucrativos como o corte, o desenho, o marketing e a comercialização (INET, 2010). Foi em meio a esse cenário que as pequenas oficinas de confecção irregulares encontraram a oportunidade para se multiplicarem.

Após os conturbados anos que precederam a virada do milênio, é verdade que a indústria têxtil e de confecção nacional voltou a crescer rapidamente até recuperar, em 2004, o volume de produção de níveis pré-crise. Entre 2002 e 2005, por exemplo, a indústria têxtil acumulou um crescimento de 74,6%. Todavia, a expansão do setor deu-se sobre bases frágeis, já que o maquinário das indústrias estava ultrapassado, as oficinas não conseguiam crédito para ampliar sua produção e a maior parte dos novos empregos criados no setor eram informais (INET, 2010).

De 2005 pra cá (2018), a indústria do vestuário argentina tem se revezado entre pequenos períodos de crescimento e períodos mais expressivos de encolhimento. As causas mais recentes para a tendencial deterioração do setor no país têm a ver com a flexibilização dos requerimentos e procedimentos de compra dos produtos importados; o aumento dos custos de produção (sobretudo aqueles vinculados aos serviços públicos); o retrocesso do consumo interno e uma política cambial desfavorável às exportações (UNDAV, 2017). Para se ter ideia da rapidez com que os produtos têxteis importados ganharam espaço no mercado argentino, em

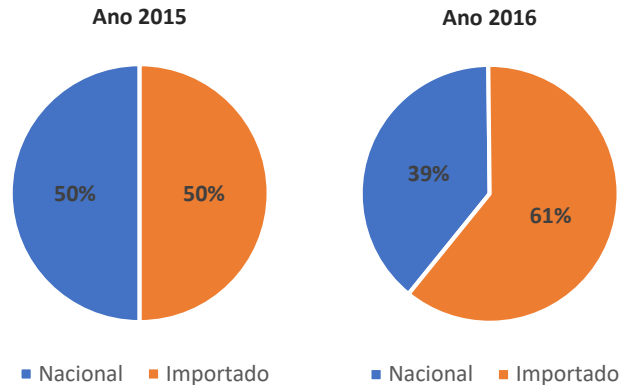
2015 a relação entre a produção nacional e a importação de produtos têxteis era de 1 para 1; em 2016 ela passou a ser de 2 para 3.

**Gráfico 2:** Evolução das importações de têxteis na Argentina (2015-2016)



Fonte: Cámara Argentina de Comercio y Servicios

**Gráfico 1:** Relação entre produção interna e importação de têxteis (2015-2016)



Fonte: Cámara Argentina de Comercio y Servicios

Tendo em vista que, de acordo com a OIT, 70% de todas as roupas mundialmente exportadas são provenientes de países com salários inferiores a 300 US\$, conclui-se que o salário médio pago nas oficinas de costura regulares da Argentina de 1.062 US\$ é alto (CAC, 2017). O valor é bem superior, por exemplo, ao salário praticado na costura brasileira, que gira em torno de 1.200 R\$, ou pouco mais de 320 US\$<sup>35</sup>. O número de costureiros por estabelecimento na Argentina também é um pouco maior que no Brasil: respectivamente, 13,3 contra 11,0 (FIESP, CIESP, 2017; CAC, 2017).

Não obstante essa primeira impressão positiva, tais dados correspondem a uma minúscula fração do setor da costura no país. Em verdade, as condições laborais praticadas nas oficinas de costura argentinas estão entre as piores do mundo, como os inúmeros incêndios em oficinas de confecção irregulares no país evidenciam. A confluência entre o aumento dos salários dos costureiros formais nos últimos quinze anos, a escalada da oferta no mercado

<sup>35</sup> Os dados foram extraídos a partir de uma pesquisa do banco de dados do CAGED feita pelo site [www.salario.com.br](http://www.salario.com.br). Essa pesquisa considerou os salários de 81.289 profissionais admitidos e desligados no mercado de trabalho formal nos últimos 8 meses (de 11/2017-06/2018). <https://www.salario.com.br/profissao/costureiro-na-confeccao-em-serie-cbo-763210/>

internacional de roupas baratas produzidas na Ásia e a disponibilidade de centenas de milhares de imigrantes indocumentados ávidos por ocupação na região da Grande Buenos Aires resultaram em uma explosão da informalidade na indústria do vestuário: se no Brasil a estimativa é de 52%, no país vizinho esse número é por volta de 70%<sup>36</sup> (BRESSÁN, 2016; MINCYT, 2016). Além disso, dentre o já reduzido montante de trabalhadores formais, calcula-se que apenas 17% sejam sindicalizados (INPADE, 2009). Para finalizar, a situação agrava-se mais na medida em que as inspeções realizadas por fiscais do trabalho nos últimos anos indicaram que os estabelecimentos irregulares são significativamente menores que aqueles em condições regulares, agregando entre 4 e 10 trabalhadores (BRESSÁN, 2016). A equação é simples: estabelecimentos menores implicam em uma cadeia produtiva mais pulverizada e maiores dificuldades de monitoramento por parte do estado quanto ao cumprimento da legislação laboral.

A respeito das particularidades dos trabalhadores subalternos da costura, a GBA recebeu um grande montante de sul-americanos (principalmente paraguaios e bolivianos) em uma escala maior que a da RMSP<sup>37</sup>. Diferente do que se deu em São Paulo, onde a grande maioria se ocupou de atividades ligadas à fabricação de roupas, na capital portenha eles tiveram uma inserção mais diversificada no mercado de trabalho. Segundo dados do Ministério del Interior argentino, 63% dos paraguaios e 59% dos bolivianos se concentram em ramos ligados à construção civil, indústria manufatureira, comércio e serviços. Cerca de 14% e 23%, respectivamente, dos imigrantes das duas nacionalidades ocupam-se da agricultura e da pecuária. Mesmo com essa maior diversidade ocupacional, os bolivianos são a maioria na costura argentina: calcula-se que sejam entre 100 mil e 130 mil (D’OVIDIO et al, 2007).

Além da forte presença imigrante boliviana nas oficinas, Argentina e Brasil compartilham outra semelhança: a prevalência do trabalho feminino na indústria de confecção formal. Se no Brasil 68% dos trabalhadores são mulheres, na Argentina esse valor é expressivamente maior, 81% (SOMO, 2011; MTEYSS, 2017). Em um passado recente esse número já foi ainda maior, como aponta o informe Aspectos de género en la industria de la indumentaria latino-americana. Antes dos anos 90, as mulheres representavam mais de 90% da

---

<sup>36</sup> Nesse sentido, a Fundación Alameda afirma que 78% das roupas feitas na Argentina se realizam em condições informais (LARA, 2016).

<sup>37</sup> Os números são dissonantes, mas, entre os cálculos que dimensionam por cima, tem-se que existam 800 mil bolivianos (entre regulares e irregulares) residindo na GBA e 340 mil na RMPSP (G1, 2010; CIOFFI; FARIAS, 2014)

força de trabalho da costura argentina, porém o aumento no número de imigrantes intracontinentais no país fez com que estas proporções se alterassem para os valores atuais.

Ademais, o informe aponta ser a formatação da cadeia produtiva do vestuário uma das principais explicações para tamanha discrepância entre os sexos no setor. Nesse sentido, como na costura, a prática de subcontratação informal é disseminada, tendo em vista o atendimento de demandas flexíveis de produção, a força de trabalho feminina é requisitada. O Centro de Investigaciones sobre Empresas Multinacionales (SOMO) elucida que as mulheres tendem a serem sobrerrepresentadas nos segmentos mais casuais e de menor salário da economia informal. Por isso, na Argentina isso significa que os proprietários e supervisores das oficinas normalmente são homens que empregam trabalhadoras (SOMO, 211)

**QUADRO 1: A SUBALTERNIDADE EM NÚMEROS: A COSTURA E OS COSTUREIROS DA ARGENTINA E DO BRASIL**

**Tabela 2:** Comparação entre o setor industrial de confecção argentino e brasileiro

	Argentina	Brasil
Media. trab./estab.	13,3	11,0
Prod. Interna (mil ton)	166	1.271
Faturamento anual (US\$)	2,27 bilhões	42,0 bilhões
Part. de importados no merc. interno (%)	61%	5,4%
Part. de importados no merc. interno (US\$)	1,384 bilhão	2,285 bilhões
Exportações (%)	22,9%	2,5%
Exportações (US\$)	0,52 bilhão	1,05 bilhão

Fonte: RAIS – MTE, 2016; FIESP; CIESP, 2017; CAC, 2017; ABIT, 2013; SOMO, 2011, elaboração própria.

**Tabela 3:** Caracterização dos trabalhadores da costura da Argentina e do Brasil

	Argentina	Brasil
Trabalhadores (form)	47.696	614.614
Mulheres (%)	81%	68%
Homens (%)	19%	32%
Sindicalização (%)	17%	9%
Salario med. (form em US\$)	1.063	320
Informalidade (%)	>70%	52%
Imig. bolivianos na costura	100 mil – 130 mil	≅ 200 mil

Fonte: RAIS – MTE, 2016; SOMO, 2011; MTEYSS, 2017, elaboração própria.

## **CAPÍTULO 3**

---

# **OS GRUPOS DOS SUBALTERNOS DA COSTURA**

Ao tomar o vestuário como referência, tivemos a oportunidade de apresentar no capítulo anterior um breve panorama da dinâmica transnacional de expansão capitalista e seus processos não lineares de desenvolvimento desigual e combinado de âmbito global. Dissemos, nesse sentido, que as cadeias produtivas internacionais do vestuário, reestruturadas a partir da década de 1970, criaram novos circuitos e redefiniram os antigos mercados produtores e consumidores de países da Europa, Ásia, América do Norte e do Sul de formas distintas e dinâmicas. Destacamos, ademais, que as consequências para os integrantes das diferentes pontas da cadeia do vestuário foram diametralmente dissonantes: em suma, para os *global-players* do setor (grandes empresas e conglomerados) essas alterações implicaram sobretudo em flexibilidade; para os subalternos da costura, precarização.

A partir de agora, deter-nos-emos somente nestes últimos, mais especificamente em um ponto que julgamos ser consequência parcial, mas fundamental, do processo de precarização do mundo do trabalho do vestuário: a criação de formas de organização coletiva reivindicatória à margem dos sindicatos por parte de costureiros e donos de micro confecções, isto é, daqueles envolvidos diretamente com as etapas de produção de roupas. Antes, porém, de adentrarmos nas minúcias de tais agrupamentos, faz-se necessário elucidar o que entendemos por subalternos da costura.

### **3.1 DELIMITANDO OS SUBALTERNOS DA COSTURA**

Edna Bonacich e Richard Appelbaum (2000), em seu memorável *Behind the Label*, analisaram o retorno dos sweatshops nas cadeias nacionais e transnacionais do vestuário. O estudo toma Los Angeles como referência, mas alerta que o “reaparecimento dos sweatshops é uma característica do novo capitalismo flexível global” (p.8, tradução livre). Portanto, enquanto processo mundialmente entrelaçado, sob diversos aspectos, suas manifestações ocorrem em distintas localidades. Seguindo essa linha de raciocínio, o modelo sintético quadripartite da cadeia do vestuário proposto pela dupla não se propôs ser universal, mas nos servirá de arrimo metodológico para analisarmos as organizações coletivas que emergiram a partir ou mediante contribuição dos subalternos da costura da GBA e da RMSP, desde que logicamente observadas as especificidades de cada uma delas.

Tendo dito isso, Bonacich e Appelbaum (2000) dividiram a cadeia do vestuário em *varejistas, fabricantes, contratantes e trabalhadores*. O *varejo* está no topo de toda estrutura e é atualmente, dentre os quatro, o elo mais lucrativo. Como a grande maioria das roupas são produzidas para serem vendidas a varejo, os varejistas estão mais próximos dos consumidores e detêm maior poder de definir o que será produzido e em qual quantidade. Atualmente, tem se tornado cada vez mais frequente encontrar varejistas detentores de marcas próprias e que, desse modo, agregam também a função de fabricantes. Contudo, até poucas décadas essa não era a regra. Vulgarmente, os *fabricantes* são os donos das etiquetas. Cabe a eles desenhar as roupas, comprar os tecidos, organizar o marketing e comercializar suas roupas por atacado com os varejos. Malgrado seu nome, em realidade os fabricantes não fabricam suas roupas, isto é, não as costumam. Essa etapa da produção é repassada aos *contratantes*: indivíduos donos de oficinas de confecção ou “testas-de-ferro” de produtores ou varejistas detentores de marca que desejam se eximir dos encargos sociais e trabalhistas vinculados à produção e da responsabilidade legal e moral das condições de trabalho. São eles que contratam, gerenciam e pagam (ou repassam o pagamento) pela força de trabalho empregada nas oficinas. É bastante comum encontramos contratantes de maior porte operando como intermediários que repassam a um ou diversos outros contratantes uma parte ou a totalidade das encomendas que recebem. No caso das oficinas irregulares de Buenos Aires e São Paulo, são em sua maioria imigrantes sul-americanos (frequentemente bolivianos do sexo masculino) que já trabalharam como costureiros e que empregam informalmente seus patrícios. Por último, os *trabalhadores* (ou costureiros), o último elo da cadeia e também o mais vulnerável. Os trabalhadores informais que atuam nas duas regiões são frequentemente imigrantes de mesma nacionalidade do contratante que vieram atrás de oportunidades empregatícias e melhores condições de vida. O desejo de regressar ao seu país de origem é frequente entre eles, porém parcela considerável, após permanência variada, acaba deitando raízes definitivas em solo argentino ou brasileiro, especialmente aqueles que após anos de labor logram abrir sua própria oficina.

Feita essa distinção, podemos avançar na direção de uma definição de “subalternos da costura”. Primeiro, é preciso frisar que tal categoria será empregada nesta tese de forma específica para designar o conjunto, em certos aspectos heterogêneo e hierarquizado, em outros homogêneo e nivelado, formado pelos costureiros e por uma fração dos contratantes, qual seja, a dos donos de micro oficinas de confecção. Segundo, os imigrantes sul-americanos, não sindicalizados e que atuam informalmente no setor de confecção na GBA e na RMSP são seus representantes por excelência – embora não exclusivos. Terceiro, nem todos os donos de



confeção integram essa categoria, incluímos somente aqueles que possuem um número reduzido de costureiros em sua linha produtiva (aproximadamente entre 3 e 5), eventualmente familiares, e que em certos casos podem auxiliar na própria confecção das roupas. Quarto, precipuamente o que os define é a relação completamente assimétrica que os componentes dos dois últimos elos da cadeia do vestuário (costureiros e contratantes) estabelecem com os dois elos superiores (varejistas e fabricantes).

Como Gramsci (2007) já alertara em seus *Cadernos*, as classes subalternas possuem hierarquias internas e intergrupais em função de suas distinções econômicas e, de nossa parte acrescentaríamos, sociais, culturais e étnicas. Assim é com os subalternos da costura. Certamente, a localização no interior do processo produtivo é fonte crucial de dissemelhanças entre donos de confecção e costureiros. Possuir uma oficina confere aos primeiros autoridade sobre os segundos, um poder aquisitivo pouco superior<sup>38</sup> e status social mais elevado dentro e fora do grupo dos subalternos. A propósito, é sobre tal distinção que repousam as relações de poder entre donos de confecção e costureiros que, por vezes, descambam em práticas abusivas no interior das oficinas de costura.

No plano ideológico, as distinções têm de ser matizadas, pois nossa pesquisa de campo revelou algo bastante peculiar: donos de micro confecção *organizados* ou *não* em agrupamentos ligados ao seu ramo e mesmo uma parte dos costureiros *não organizados* (mas desejosa de um dia ter sua oficina) reproduzem o famigerado discurso do empreendedorismo<sup>39</sup>. Por extensão, também dos interesses do próprio capital. A fala de Luiz Vasquez, ex-presidente da organização de imigrantes bolivianos que atuam na Feira da Rua Coimbra e que agrega donos de pequenas confecções de São Paulo, a ASSEMPBOL, no programa El Tren de La Vida, da Rádio Mundial

---

<sup>38</sup> Evidentemente, a tendência é quanto maior a oficina, maior o poder econômico de seus proprietários, tanto de forma geral como com relação aos seus empregados. Contudo, na medida em que, do penúltimo elo da cadeia do vestuário, incluímos na categoria subalternos da costura apenas os micro oficinairos, parece-nos justo afirmar não haver grandes distâncias econômicas destes relativamente aos representantes do último elo.

<sup>39</sup> Amplamente disseminado pela mídia, por cursos profissionalizantes e até governos, o ideário empreendedor de evidente inspiração schumpeteriana, ancorando-se em perspectiva subjetivista, atribui a posição social de cada um de acordo com seu esforço e competências individuais. Alternativamente à imagem do capitalista dono de meios de produção motivado basicamente pela obtenção de lucro, os empresários aparecem como indivíduos arrojados, inovadores que ao trilhar e abrir novos caminhos impulsionariam e dinamizariam a economia. Nesse sentido, não caberia relacionar empresários a qualquer classe, mas sim a uma função social. Até mesmo porque trabalhadores também poderiam se tornar empresários, a depender de seu espírito empreendedor. Funcional ao capital, em uma só tacada, esse discurso procura borrar os conflitos da relação capital e trabalho e as consequências das contradições próprias da reprodução do sistema capitalista, como o desemprego, o subemprego e a informalidade.

SP, do dia 12/12/2018, que teve como tema “O empreendedorismo: porque as oficinas de costura bolivianas não crescem?”, nos dá excelente noção do que aqui nos referimos:

Não posso deixar de admirar e felicitar a todos os empreendedores bolivianos. Os bolivianos que viemos da região andina de la Paz, parece que somos empreendedores ou temos o empreendedorismo no sangue! Quero felicitar-lhes por serem empreendedores. Temos sempre dito isso aqui no programa, vocês são pessoas especiais, são heróis anônimos que sustentam suas famílias, geramos empregos, geramos impostos para este país [Brasil], porém nem sempre somos reconhecidos. Ser empresário, ser empreendedor não é pra qualquer um. Tua família reclamará porque trabalha muito (...); teus empregados pensarão, reclamarão, que você os está explorando. Não se dão conta, os empregados, que eles simplesmente partilham os benefícios, os lucros, porém quando há prejuízos no negócio, os empregados não querem saber se há prejuízo ou não, o importante é que recebam sua parte. (...) Ser empreendedor é não ter horário. Não tem hora pra entrar nem pra sair, como é o caso do trabalhador que tem. (...) Quando você vai bem as pessoas dizem: “ah, ele teve sorte!”. E não se dão conta que tu tem (sic) dentro de ti um espírito empreendedor, uma ambição, um dos princípios, um dos valores, dentro de ti, que te fazem uma pessoa diferente (LUÍS, dezembro de 2018)!

A outra parte dos costureiros, aquela *organizada* ou que vivenciou experiências negativas no interior das oficinas – como o trabalho forçado ou em condições degradantes, jornadas exaustivas e servidão por dívida –, tende a rechaçar, ainda que de forma indireta, essa visão. Esse movimento contrário se evidenciará no incentivo, promoção e incorporação de formas alternativas de organizar a produção de roupas que rompem com a tradicional relação chefe-subordinado. Voltaremos a tratar desse assunto, ainda neste capítulo, ao tratarmos das cooperativas de produção de vendas.

Se os dois fatores citados dividem – o primeiro de forma praticamente absoluta e o segundo de forma relativa – os subalternos da costura, inúmeros outros os aproximam. Como os donos de oficina de costura irregulares e costureiros informais que atuam nas duas regiões são em sua maioria imigrantes compatriotas, conseqüentemente falam o mesmo idioma, dividem mesma gastronomia, professam mesmas religiões e possuem mesmos hábitos culturais, o que fortalece o sentimento de pertencimento a uma mesma grande coletividade. A identidade coletiva dos subalternos da costura se reforça, ainda, na medida em que costureiros e donos de confecção frequentam os mesmos ambientes de sociabilidade (igrejas, praças, bares, quadras,

parques, restaurantes e clubes) e os mesmos eventos (festas, comemorações cívicas e culturais e campeonatos esportivos)<sup>40</sup>.

Além disso, as trajetórias de vida dos imigrantes subalternos da costura se convergem em pontos bastante sensíveis. Frequentemente, eles são indivíduos que, por falta de emprego e para fugir da pobreza, deixaram para trás amigos e parentes a fim de tentar a sorte em um outro país. As redes migratórias – laços interpessoais que ligam migrantes, ex-migrantes e não migrantes entre as áreas de origem e as de destino, por meio de vínculos familiares, de amizade, de senso de comunidade e/ou de interesses comuns (MASSEY *et. al*; 1993) – foram apontadas nas entrevistas como decisivas na deliberação de migrarem e no tipo de inserção que donos de micro confecção e costureiros tiveram na GBA e na RMSP. Sinteticamente, ficou claro para nós que, por um lado, as redes foram responsáveis por amortecerem dificuldades financeiras, de diferenças de conhecimentos, crenças e hábitos, como também facilitaram os trâmites da viagem e da realocação no novo mercado de trabalho. Por outro, elas reforçaram a tendência desses imigrantes de se relacionarem no seio da sociedade receptora entre si, favorecendo o relativo isolamento grupal e a formação de enclaves étnicos.

Portanto se, como dissemos, é do âmbito da produção que decorre o maior cisma entre os donos de micro oficinas de costura e os costureiros, é dele outrossim que deriva a premissa para que ambos componham a categoria subalternos da costura. Eric Olin Wright (1997) elucidou-nos que exploração é um conceito chave para entendermos a natureza dos interesses antagônicos gerados pelas relações de classe. Conquanto exploração seja uma expressão teoricamente carregada, pois que se subentende uma desaprovação moral (que não deixa de ser importante) relativamente a práticas ou relações, Wright emprega-a principalmente para ilustrar “um tipo particular de interdependência antagônica de interesses materiais de atores dentro das relações econômicas, em vez da injustiça dessas relações como tais” (p.10, tradução livre). Assim como já havíamos dito, Wright lembra-nos que o controle sobre os meios de produção é *in nuce* o que engendra relações de poder díspares entre capitalistas e trabalhadores. Logo, trazendo para o nosso exemplo, o que do mesmo modo habilita proprietários de confecção a

---

<sup>40</sup> As discriminações de ordem *sociocultural* (ao serem considerados como pessoas de pouca cultura), *étnico-racial* (quando são generalizados como) e *jurídica* (proveniente da situação migratória irregular de grande parte de seus membros) sofridas de forma praticamente indistinta pelos subalternos da costura imigrantes nas sociedades portenhas e paulistanas também fomentam a aproximação dos participantes dos dois últimos elos da cadeia do vestuário. Para maiores informações cf. Manetta (2012).

forçarem os segundos a produzirem a mais do que o tempo social necessário à sua própria reprodução.

É sabido que as relações sociais de produção no sistema capitalista são, sob diferentes aspectos, iminentemente contraditórias. Contudo, no caso da costura, tais contradições ganham contornos ainda mais fortes. Em regra, o bem-estar material dos capitalistas, resultado da valorização de seus capitais mediante o emprego de força de trabalho, não implica no bem-estar dos trabalhadores, pelo contrário, socialmente, isto é, tomando o sistema como um todo, tende a gerar privações nesta classe. É o que Wright (1997) intitulou de *princípio de bem-estar interdependente inverso*. A particularidade do vestuário, mais especificamente das relações estabelecidas entre os dois últimos elos de sua cadeia produtiva, é que, embora donos de micro confecções e costureiros possuam interesses antagônicos, condizentes com a posição que cada um ocupa no processo produtivo, e encarnem as relações de exploração do sistema, isso não gera entre eles diferenças substanciais quanto suas condições de vida. Isso porque a conformação da estrutura da cadeia do vestuário permite que haja uma transferência da apropriação da mais-valia dos donos de micro confecção para os varejistas e fabricantes.

A partir dessa constatação que encontra paralelo em outros setores, diversos pesquisadores da temática do empreendedorismo, que reclamam analisar seus fenômenos correlatos à luz da tradição marxista, advogam o pertencimento de pequenos e microempreendedores à classe trabalhadora (DIAS, WETZEL, 2010; VALENTIN, PERUZZO, 2017; TAVARES, 2018). Aos nossos olhos, contudo, parece mais adequado situá-los no que Olin Wright (1997) chamou de *localização contraditória no interior das relações de classe*. A noção proposta pelo autor de *Class Counts* faz parte de seu esforço para determinar as classes sociais de gerentes e supervisores. Wright salienta que esses dois profissionais se engajam em práticas de dominação no interior da produção, mas, ao mesmo tempo, são controlados e explorados ainda no mesmo ambiente. Portanto, para o sociólogo estadunidense, eles podem ser considerados *simultaneamente* integrantes das classes capitalista e trabalhadora.

Wright (1997) ainda esclarece que esse posicionamento no interior das relações de classe varia dentro de um *continuum*: “quanto mais alto se move na hierarquia de autoridade, maior será o peso dos interesses capitalistas dentro deste local de classe” (p.16, tradução livre). Conseqüentemente, ao passo que gerentes superiores e CEOs de grandes corporações estão mais intimamente ligados à classe capitalista, o caráter de classe dos cargos de gerência e supervisão de nível inferior está muito mais próximo da classe trabalhadora.

Com os donos de confecção, parece-nos operar lógica semelhante: quanto maior o número de costureiros trabalhando sob seu comando, mais elevada sua posição na cadeia produtiva do vestuário (donos de grandes confecções e intermediaristas > donos de confecções de médio porte > donos de pequenas confecções > donos de micro confecções) e quanto maiores forem seus ganhos, mais próximos estarão da classe capitalista; e quanto menor o número de costureiros trabalhando sob seu comando, mais próximo da base da cadeia produtiva do vestuário estiver (donos de micro confecções > donos de pequenas confecções > donos de confecções de médio porte > donos de grandes confecções e intermediaristas) e maior a semelhança entre seus ganhos e o de seus subordinados, mais próximos estarão da classe trabalhadora.

Em vista do apresentado poderíamos, para que não restem dúvidas, sintetizar o que entendemos por subalternos da costura: a coletividade composta por costureiros e donos de micro confecção que apresenta similaridades sociais, étnicas e culturais, mas concomitantemente distinções *relativas à e derivadas da* posição de classe ocupada por seus integrantes. A subalternidade desse grupo se evidencia de forma multifacetada – por exemplo, por meio do seu baixo poder aquisitivo, origem nacional periférica, elevada incidência migratória irregular e sofrimento de discriminações –, porém o ponto fulcral para nós é a relação de domínio que os elos prepostos da cadeia do vestuário mantêm com costureiros e contratantes.

### **3.2 AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DOS SUBALTERNOS DA COSTURA**

A desagregação histórico-política é um dos elementos mais característicos dos grupos subalternos na visão de Antonio Gramsci (2002). Não obstante as ações coletivas empreendidas por eles demonstrem evidente tendência de unificação, suas diferenças intragrupo, seu acesso restrito à sociedade política e as iniciativas dos grupos dominantes combinados competem para minar seus esforços auto-organizativos. Com efeito, para o autor, a congregação histórica plena dos grupos ou das classes se daria, concretamente, por intermédio das relações orgânicas estabelecidas entre o Estado em *stricto sensu* (sociedade política) e a sociedade civil. Em suas palavras, “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados” (GRAMSCI, 2002, p.139). Logo,

[...] as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil (GRAMSCI, 2002, p.139).

Indubitavelmente, a intenção de Gramsci com isso não era afiançar a inviabilidade dos grupos subalternos se conglobarem politicamente ou, em outras palavras, um dia se tornarem Estado, uma nova totalidade, negando assim sua subalternidade. Mais provável é que, considerando a situação social, política e cultural desses agrupamentos, suas pretensões fossem ao menos duas. Primeiro, salientar que a senda que conduziria os subalternos rumo à sua emancipação (e, por consequência, do próprio gênero humano) passaria por duríssimas disputas travadas preliminarmente e necessariamente no seio da sociedade civil, ao menos nas sociedades ocidentais. Segundo, sublinhar a imprescindibilidade de se resgatar “todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos” (GRAMSCI, 2002, p. 135), pois avaliar a origem social, histórica, as experiências pregressas de luta e cultura popular, é fundamental no processo de construção identitária dos grupos subalternos, para que, então, culturalmente burilados, eles possam propor uma nova hegemonia capaz de superar sua subalternidade (DEL ROIO, 2007).

Na prática, o que faremos na sequência, ao falarmos sobre as três coletividades formadas por costureiros e donos de micro confecções – a Alameda, a Coebiveco e a Assempbol, é seguir nessa linha, qual seja, a de localizar nas sociedades civis portenhas e paulistanas a formação de iniciativas autônomas dos subalternos da costura e ao mesmo tempo resgatar e registrar suas lutas políticas e seu processo de unificação identitária. A importância de estudarmos esses grupos se revigora na medida em que, como veremos no capítulo seguinte, essas três organizações coletivas se unem a outras coletividades e passam a fazer política por intermédio de uma forma reivindicatória específica, a de movimentos sociais.

### **3.3 A ALAMEDA**

#### **3.3.1 O prelúdio assembleísta**

As políticas neoliberais levadas a cabo pelo presidente argentino Carlos Menem ao longo dos anos noventa apresentaram relativo êxito no curto prazo (ANDERSON, 1995). A deflação, a desregulamentação e as privatizações promovidas pelo seu governo criaram um

ambiente atrativo ao capital estrangeiro e recursos foram rapidamente injetados no tesouro nacional. Todavia, os limites e as consequências desse projeto de recuperação e de desenvolvimento econômico já haviam se tornado evidentes na segunda metade dos anos 90. O desemprego que era de 7,4%, em 1990, saltou para 17,5%, em 1995, e atingiria, mais à frente, em 2002, 19,7%<sup>41</sup>. A balança comercial renitentemente desfavorável agravou a situação da dívida externa argentina. Ademais, com a abertura da economia aos mercados internacionais, a produção industrial recuou e a Argentina amargou um processo de desindustrialização (AZPIAZU, SCHORR, 2010).

Quando Fernando de La Rúa assumiu a presidência em dezembro de 1999, seu governo implantou medidas econômicas de austeridade para tentar conter a deterioração das contas públicas e recuperar a confiança econômica que encontrava-se profundamente abalada desde os últimos anos do mandato de Menem. No entanto, esse não era o cenário completo: à crise econômica somou-se outra de cunho política quando vieram à tona escândalos de suborno envolvendo senadores durante a aprovação de leis favoráveis a empresas petrolíferas (CHACRA, 2000). O vice-presidente da República, Carlos Chaco, declarou guerra ao senado e bradou que todos os senadores deveriam renunciar para que a credibilidade da Câmara Alta pudesse assim ser restaurada.

O pavio fora acendido. Em toda parte, explodiram protestos populares espontâneos e outros articulados por sindicatos, empresários e opositores políticos do governo. Das ruas, manifestantes enviaram um recado resolutivo aos políticos: “*que se vayan todos, que no quede ni uno solo!*”. Na contramão dos anseios das ruas, o presidente Fernando de La Rúa, na noite do dia 19 de dezembro de 2001, decretou estado de sítio em cadeia nacional. Era sua tentativa derradeira de conter os manifestantes e garantir sua permanência na direção do executivo. Os protestos se generalizaram. Milhões de pessoas tomaram as ruas da Argentina. O epicentro desses embates ocorreu na *Plaza de Mayo*, que fica disposta em frente à Casa Rosada, sede da presidência do país. Acerca do episódio que ficou conhecido como *Masacre de La Plaza de Mayo*, o Centro de Estudios Legales y Sociales<sup>42</sup> realizou um balanço sobre a forte repressão policial empregada pelo Estado: cinco pessoas morreram, 227 ficaram feridas e outras 300

---

<sup>41</sup>Dados disponíveis em [http://interwp.cepal.org/cepalstat/Perfil\\_Nacional\\_Economico.html?pais=ARG&idioma=spanish](http://interwp.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=ARG&idioma=spanish) 22.12.2016

<sup>42</sup>O Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) “es una organización no gubernamental que trabaja desde 1979 en la promoción y protección de los derechos humanos y el fortalecimiento del sistema democrático en Argentina.” <http://www.cels.org.ar/cels/?ids=5&lang=> (21.12.2016)

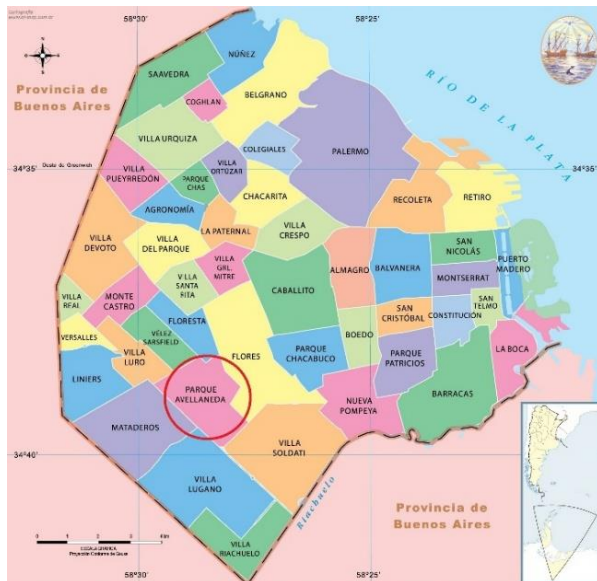
foram detidas em Buenos Aires; as cifras nacionais foram ainda mais chocantes: 39 mortos, centenas de feridos e 4500 detidos (CELS, 2015?).

O *velho* claramente morria, mas o *novo ainda não* podia nascer. Nos dez dias que se seguiram, a Argentina trocou de presidente quatro vezes. Tampouco isso satisfiz a ânsia popular por mudanças estruturais. Os argentinos não esperariam passivamente que elas viessem verticalmente, de cima para baixo. Foi em meio a essa profunda crise orgânica, como contrapeso ao fracasso das políticas e dos projetos neoliberais, que a Argentina refundou sua sociedade civil sobre robustos pilares.

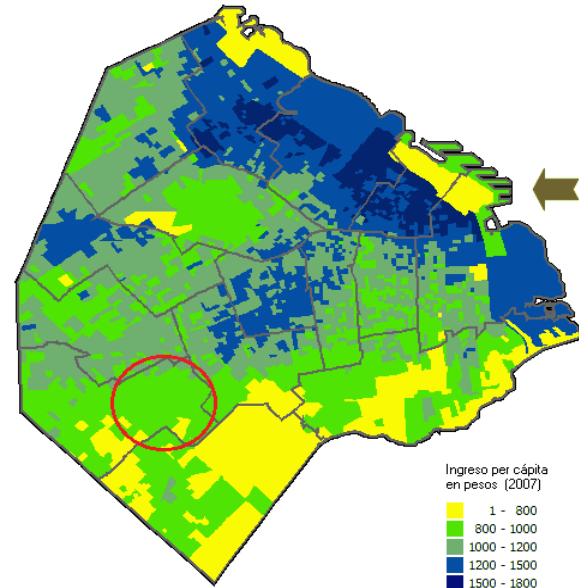
A céu aberto, em praças e esquinas de dezenas de bairros da capital Buenos Aires, pulularam assembleias organizadas espontaneamente por vizinhos, isto é, sem qualquer conclamação ou planejamento proveniente de partidos, sindicatos ou quaisquer outras entidades. Pelo contrário, nesses locais, especialmente políticos, integrantes e militantes de partidos eram *personae non gratae*. Os temas discutidos nessas assembleias de bairro eram bastante variados, mas alguns se mostraram persistentes, como o planejamento das próximas manifestações de rua, os rumos políticos do país e os problemas cotidianos locais, ou seja, no nível dos bairros. O desemprego e a incapacidade de subsistência foram frequentemente discutidos nas regiões mais periféricas de Buenos Aires, onde tais problemas se abateram de forma mais aguda. Foi nesse contexto esquadrihado que no gramado do Parque Avellaneda, em janeiro de 2002, surgiu a Assembleia de Bairro 20 de Diciembre, que deu origem à Fundação Alameda.

A sede atual da Alameda está localizada na esquina das Avenidas Lacarra e Directorio, em frente ao mencionado parque, que emprestou seu nome ao bairro que cresceu no seu entorno. O bairro Parque Avellaneda encontra-se na região sudoeste de Buenos Aires, abriga uma população de 54 mil pessoas e, por estar afastado do movimentado centro financeiro da capital, manteve ares interioranos. Ali pode-se encontrar pequenos e médios comércios, crianças nas ruas e os parques da região abrigam uma rica fauna, sobretudo de pássaros. Economicamente, Avellaneda está em uma zona de transição, entre bairros de “classe média”, como Flores e Floresta, e bairros mais pobres, como Villa Soldati, Villa Lugano e Mataderos, situados no extremo do mapa da Cidade Autônoma.



**Mapa 1:** Bairros da Cidade Autônoma de Buenos Aires

Fonte: mapoteca.edu.ar

**Mapa 2:** Distribuição da Riqueza da Cidade Autônoma de Buenos Aires

Fonte: abelfer.wordpress.com

A discrepância de investimentos públicos e privados dedicados à Cidade Autônoma e à Província de Buenos Aires, assim como a disparidade de poder aquisitivo entre seus respectivos habitantes é explícita em certas regiões, mesmo quando se analisam zonas limítrofes e adjacentes. O limiar da capital é demarcado ao norte, oeste e parte da zona sul pela Avenida General Paz. Nesse sentido, é ilustrativa a experiência de seguir pela Avenida Cabildo que corta o bairro nobre de Belgrano (Norte da capital) e que, ao cruzar a Avenida Gral Paz, passa a se chamar Avenida Maipú (já parte do bairro provincial de Vicente López). Em poucos metros, prédios altos e bem conservados, ruas limpas, novíssimas e modernas paradas de ônibus que indicam de forma organizada todas as linhas que alimentam aquele ponto da capital, contrastam com comércios antigos e degradados de menor porte, as ruas sujas e as paradas improvisadas do outro lado da Avenida Gral Paz, somente conhecidas pelos usuários frequentes, já que prescindem de sinalização adequada. Por conta desses fatores visíveis, que se somam a outros “menos visíveis” – como aqueles de cunho cultural –, morar na Cidade Autônoma traz certo status. Não raro e não à toa, quando um portenho deseja explicar, por exemplo, onde mora ou trabalha a um forasteiro pouco familiarizado com o mapa da cidade, principalmente com as regiões menos turísticas, rapidamente adverte: “pero es en la Ciudad Autónoma, no es en la Provincia!”. Em síntese, é nesta margem do “nem tão longe a ponto de ser província, nem tão perto do centro da capital” que localiza-se o edifício sede da Alameda.

No local funcionava um Bar homônimo que, posteriormente ao seu fechamento, ficou abandonado por longa data. Pertíssimo dali, a Assembleia 20 de Diciembre vinha há meses se reunindo no parque e os integrantes necessitavam de um espaço adequado para seguir e ampliar suas atividades. Tamara Rosemberg uma das líderes da Alameda conta como foi que se deu esse processo:

A origem da nossa assembleia e de um monte de outras assembleias de bairro foi a crise de 2001, quando estava caindo o governo de (Fernando) De La. A principal questão [da nossa assembleia] era que não havia quase emprego (...). Tinha muita gente que não tinha nem o suficiente para comer! Então, o que pensamos foi montar um refeitório comunitário (...) para organizar os vizinhos e assim buscar alternativas a esse desemprego. Quando começamos com a ideia do refeitório, necessitamos de um espaço físico, porque até então funcionávamos no parque. E aí o que começamos a fazer foi reivindicar ao governo da cidade um espaço. Dentro do parque há edifícios, e existiam espaços, porém nos negavam. Havia jovens também no grupo da assembleia que criamos e eles diziam que havia um bar abandonado que todos os garotos das escolas entravam pelas janelas e etc. e que ninguém o reclamava e era uma possibilidade, e que deveríamos ocupá-lo (TAMARA, outubro de 2016)

Em junho de 2002, o mencionado espaço foi ocupado. O nome do antigo Bar (La Alameda) foi o escolhido para batizar a instituição que se originou da assembleia do bairro Avellaneda. De imediato, um refeitório comunitário voltado a atender indivíduos em situação de rua e o crescente montante de desempregados do bairro foi ali inaugurado. A seguir, criou-se em mesmo local um centro comunitário, uma oficina de cerâmica, um centro de convivência do idoso, uma pequena biblioteca popular e uma sala de reforço escolar.

### **3.3.2 A união entre vizinhos e costureiros bolivianos**

Nos primeiros anos de funcionamento da Alameda não havia entre os seus membros qualquer pretensão de se embrenhar na temática da confecção. Tampouco tinham qualquer *know-how* referente à produção de roupas. Aliás, de acordo com Tamara, muito pouco se conhecia a respeito da cadeia do vestuário argentina: “não sabíamos quase nada, sabíamos o mesmo que qualquer outra pessoa comum”. A militante relata ainda que a temática das oficinas clandestinas estava ainda longe da agenda do poder público local e pouco se falava na mídia sobre o assunto, sobre a precariedade das condições de trabalho vigente no setor e sobre os abusos sofridos pelos costureiros. A esse respeito, a fundadora da Alameda comenta:

Ninguém neste momento [entre 2002 e 2004] pensava em nada relacionado a têxtil. (...) Bom, o que aconteceu é que as pessoas que vinham no refeitório da Alameda começaram a repetir histórias que... começaram a nos chamar a atenção. E essas histórias eram basicamente que... eram imigrantes certo... chegavam ao país, que lhes haviam oferecido na Bolívia, em alguns casos os próprios familiares, em outros que haviam ouvido na rádio oferecendo emprego na costura argentina, que aqui se trabalhava muito bem, que havia muitas possibilidades, que aqui podiam ganhar em dólar e mandar dinheiro à sua família na Bolívia, que a saúde e a educação eram muito boas e de graça (TAMARA, outubro de 2016).

Tamara descreve que logo que esses imigrantes chegavam, donos de confecção iniciavam ações para garantir o controle e a submissão dos novos costureiros.

Bom, então, as pessoas chegavam entusiasmadas aqui e quando desembarcavam do ônibus em Liniers [bairro portenho], se encontravam com uma pessoa que lhes pedia para entregar os documentos, que seria a pessoa que lhes daria habitação e trabalho. Diziam que os argentinos eram gente má, que não confiassem nos argentinos, que não era conveniente saírem de casa e que o pior que lhes podia acontecer era cruzar com a polícia, porque ela poderia deportá-los. Então, o mais seguro seria entregar a documentação ao dono do lugar, trabalhar, juntar dinheiro e mandar para o seu país. Bem, o único conhecido dessas pessoas eram os donos das oficinas, então inevitavelmente era o que faziam (TAMARA, outubro de 2016)!

Aos poucos, a esperança desses imigrantes, normalmente de origem boliviana e paraguaia, de terem uma vida melhor cedia lugar a uma dura realidade de jornadas exaustivas (chegando até a 16h/dia), trabalho forçado (por meio da retenção de documentos, ameaça de deportação, violência psicológica e, em casos mais extremos, física) e servidão por dívida (obrigação do trabalho em troca do pagamento da viagem, da alimentação e da moradia).

Eles diziam que quando cobravam seu salário, os donos diziam: “primeiro temos que cobrar sua passagem, sua comida, seu alojamento”. Davam-lhes um “adiantamento” de uns 10, 20 pesos. As mulheres, em geral, eram as que mais sofriam com a situação porque não podiam se ocupar com seus filhos, não podiam sair para buscar uma escola para eles, não podiam levá-los ao médico. Então, [algumas] acabavam saindo da oficina, alugando habitações com várias outras famílias, porém não tinham dinheiro nem para comprar comida e era assim que chegavam até aqui (TAMARA, outubro de 2016).

Não obstante, embora desde a abertura do refeitório muitos imigrantes da costura viessem almoçar, Tamara recorda que eles não expuseram de imediato aos companheiros da Alameda sua situação. Em alguns casos o medo de deportação, em outros, as pressões psicológicas ou ainda, o fato de muitos considerarem as condições de trabalho a que estavam submetidos normais, foram decisivos para que os costureiros do bairro demorassem um certo tempo até se abrirem com os alamedistas. Contudo, uma vez que as informações chegaram até

eles, uma decisão tinha de ser tomada: continuar ajudando-os “de fora”, com a doação de alimentos ou, de fato, “abraçar” aquela causa?

Bom, começamos a unir as situações e nos demos conta que sim, estavam explorando essas pessoas. Tínhamos a possibilidade de... continuar [apenas] com o refeitório aqui. Mas todas essas informações nos chegavam (...) e por mais que não fossemos atrás, começamos a descobrir o que acontecia em todos esses lugares que estavam ao nosso redor e... eram casas, onde tinham muitas pessoas nestas situações. (...) Até esse momento nós não nos interessávamos pelo setor têxtil. Não escolhemos: “vamos armar uma organização para combater e lutar contra o tráfico de pessoas e o trabalho escravo” A verdade é que a realidade nos impulsionou.

(...) Mas quando se tem informação tem-se duas...três opções: com o perdão da expressão, ou se faz de *boludo* (imbecil) e segue; não se faz de *boludo*, mas não tenho outra alternativa e o mais cômodo é seguir; ou começa a pensar qual é a maneira de modificar isso! Muito bem, nós começamos a ver qual a maneira de modificar isso (TAMARA, outubro de 2016)!

Tamara explica que “lo trabajo de La Alameda ya tenía muchas patas, y ahora había ganado otras”. Com efeito, a incorporação da bandeira do trabalho digno, em especial na costura, que se tornou verdadeira insígnia da organização, abriu outras frentes de luta e de trabalho.

Em 2005, visando dar o primeiro passo rumo à criação de relações mais justas na cadeia do vestuário local, a Alameda colocou em prática uma ideia aventada pelos próprios imigrantes que frequentavam o refeitório, criar uma cooperativa de produção. Dessa maneira nasceu a Cooperativa 20 de Diciembre. Nela, costureiros que lograssem sair das oficinas irregulares encontrariam uma fonte de trabalho e de sustento. Com o ingresso dos imigrantes na Alameda, nasceu a marca de roupas Mundo Alameda.

O segundo foi unir os trabalhadores da costura de Buenos Aires descontentes com a atuação negligente e “pelega” do sindicato da costura local, o SOIVA (Sindicato Obrero de la Industria del Vestido y Afines) em uma agremiação paralela, a UTC (Unión de Trabajadores Costureros). A UTC é definida pelos alamedistas como um braço sindical da Alameda que luta por um mundo sem escravo e pela recuperação do SOIVA, que segundo eles, teria cedido e se entregue aos pratões escravizadores da costura. Seus representantes formaram ao longo dos anos inúmeras comissões internas em fábricas (LA ALAMEDA, ca. 2007).

Além disso, de forma praticamente concomitante a essas iniciativas, foi fundada a Fundação Alameda, que se especializou em investigar por meios próprios e, mais a frente, com a ajuda do poder público, denúncias de crimes e irregularidades laborais, capacitação de outros

movimentos sociais em tal temática, além de atenção às vítimas do tráfico internacional de pessoas, de exploração sexual e de trabalho escravo.

### **3.4 A COEBIVECO**

#### **3.4.1 As perseguições aos vendedores ambulantes**

Gilberto Kassab assumiu a prefeitura de São Paulo em março de 2006, após José Serra renunciar ao cargo para concorrer ao governo do estado. Em 2008, Kassab foi eleito para permanecer por mais quatro anos à frente do governo da cidade. Além das suspeitas de corrupção e do Projeto Cidade Limpa, que proibiu a utilização de mídias externas no município, seu mandato de quase sete anos à frente da maior cidade do Brasil também ficou marcado pela política de extinguir o histórico comércio ambulante local.

O comércio de rua de São Paulo ganhou expressão na segunda metade do século XIX, quando o Brasil transitava do escravismo para o capitalismo. A primeira lei de regulação da atividade, a lei 292/1969, viria somente um século mais tarde. Contudo, o Termo de Permissão de Uso (TPU), documento que confere o direito ao ambulante a fixar o seu comércio em determinada região da cidade, que passaram a ser concedidos na década de 1960, destinava-se apenas aos ambulantes de plantas ornamentais, tendo sido, a seguir, em 1986, o direito estendido a deficientes físicos como reserva de mercado. Na prática, quase a totalidade dos comerciantes de rua permaneceram atuando sem a referida documentação. Assim, no limiar do regular e do irregular, do lícito e do ilícito e do legal e do ilegal, a atividade resistiu aos inúmeros ciclos econômicos e adaptou-se, entremeando-se às transformações urbanísticas pelas quais a cidade atravessou. Fato é que desde o seu surgimento, o comércio ambulante desempenhou uma função vital, qual seja, proporcionar oportunidades de trabalho e de renda a uma população vulnerável não assimilada pelo mercado de trabalho formal, como é o caso dos idosos, deficientes físicos, pessoas de baixa escolaridade e, mais recentemente, imigrantes africanos e sul-americanos (ROLNIK; MIRAGAIA; AVANCI, 2012).

Gilberto Kassab, ignorando o papel de desenvolvimento local que essa política regulatória desempenhava, ainda no início de seu mandato, restringiu a liberação de TCU e intensificou a fiscalização do comércio ambulante. Houve muita resistência. Em 2007

eclodiram os primeiros protestos. Em 30 de maio de 2007, cerca de duzentos manifestantes realizaram um *apitação* no Largo da Concórdia como forma de protesto contra o reforço na fiscalização. Na ocasião, um fiscal e o subprefeito da Mooca foram agredidos. De acordo com os participantes, o recadastramento que a prefeitura vinha realizando nos últimos meses havia prejudicado os ambulantes mais antigos que haviam perdido o lugar para colegas mais novos. Estes, por sua vez, solidários àqueles, resistiram em assumir as vagas (DOMINGOS, 2007). Em 08 de agosto de 2007, camelôs se acorrentaram na Rua Firmino Whitaker e fizeram uma greve de fome para protestar contra o que consideraram uma distribuição injusta e insuficiente do TPU e pela regularização da feirinha da madrugada que acontece na Rua Oriente e arredores (NORONHA, 2007).

A partir de 2009, ficou evidente que a intenção da gestão Kassab não era apenas regularizar o comércio ambulante, mas retirá-lo por completo da paisagem de São Paulo. As ações almejando este fim se intensificaram e atingiram seu cume em 2012 quando a prefeitura de São Paulo revogou um decreto municipal do ano de 1997 que permitia a atuação de ambulantes nas ruas da capital. A decisão extinguiu os chamados bolsões de comércio ambulante do centro. Na ocasião, o secretário municipal da Segurança Urbana, Edsom Ortega, afirmou que a ordem era retirar todos os ambulantes inclusive os detentores de TPU: "Todas as subprefeituras têm cassado [os termos]. A tendência da prefeitura é tirar todo o comércio das ruas. Rua é para pedestre, essa é a diretriz." (MORAIS, 2012)

O surgimento da Coebiveco está intimamente ligado a esse contexto.

### **3.4.2 A Feirinha da Madrugada e o sonho de um espaço próprio**

A Feirinha da Madrugada acontece em São Paulo desde 2002. Inicialmente, ela localizava-se na Rua Monsenhor de Andrade, no bairro do Brás. Contudo, em 2018, em função de uma disputa judicial que se arrastou por três anos entre a Cooperativa dos Comerciantes Autônomos e a concessionária Circuito de Compras São Paulo, que terminou com a reintegração de posse do terreno e a demolição da estrutura nela existente, a feira passou a funcionar na movimentada Avenida do Estado, no mesmo bairro. Após a transferência, o arranjo da feira praticamente não se alterou. Em um gigantesco espaço dividido em pequenos boxes, milhares de comerciantes vendem roupas, bolsas, artigos de perfumaria e acessórios em

geral com preços abaixo do mercado. No espaço oficial da feira, em sua maioria são brasileiros, mas em suas cercanias há muitos imigrantes paraguaios e bolivianos donos de pequenas confecções que vendem suas mercadorias no interior da feira ou nas calçadas das ruas adjacentes.

César Coila é um deles. Boliviano, na casa dos cinquenta anos, ele vive no Brasil há quase trinta anos e é um dos membros fundadores da Coebiveco. Em entrevista, Coila elucidou-nos que a feira e espaços congêneres são fundamentais aos imigrantes da costura, pois aproxima produtores e consumidores. Segundo nos explicou, no ramo da costura o varejo, o atacado e o intermediário são quem ficam com a maior parte do lucro do dono da pequena confecção, em suas palavras, “com o fruto de seu esforço”. Nesse sentido, completou o boliviano, “na condição de terceirizados, a renda da nossa produção é muito pequena; e [em contrapartida] a feira nos permite vender melhor [com maior lucratividade] e mais barato diretamente para o cliente”.

Questionado acerca do surgimento da cooperativa, após um suspiro mais profundo e uma pequena pausa um pouco mais longa, de modo a parecer-nos que rememorava algo, respondeu-nos o dono de confecção, também costureiro:

A ideia de reunir a comunidade que trabalha em torno da confecção e da comercialização de roupas em uma organização aconteceu durante a prefeitura de Gilberto Kassab. Esse foi um período bastante difícil para nós. Além das dificuldades normais que já tínhamos que enfrentar, sofremos muita perseguição (CÉSAR, junho 2014).

Concitado a contar-nos um pouco mais sobre o assunto, disse-nos que o preço do aluguel dos boxes no interior da feira é muito elevado e por essa razão tinham que vender na rua onde faltava segurança àqueles que comercializavam ruas; quando ele ou algum outro colega boliviano dirigia-se até uma delegacia para relatar a ocorrência de algum crime, eram tratados com desprezo e discriminação; por fim, atendendo a uma ordem expressa da prefeitura, as fiscalizações foram intensificadas, e eles (os imigrantes) eram o alvo prioritário das operações e perdiam frequentemente mercadorias.

Vis-à-vis à essa situação, César e mais seis companheiros que atuavam próximo à antiga Feira da Madrugada organizaram, em um primeiro momento, uma associação informal destinada a centralizar e fortalecer as reivindicações dos imigrantes donos de pequenas oficinas de confecção daquela região. Desse modo, em 2009 foi criada a Asebiveco (Associação dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção), que se transformou nos

anos seguintes na Coebiveco (Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção).

Ainda sob o nome de Asebiveco, a organização chegou a contar com mais de duzentos associados, em sua maioria donos de oficinas que possuíam em média três empregados. Nos primeiros anos da Asebiveco, César Coilar ocupou o cargo de presidente da associação e durante esse período procurou discutir com diferentes agentes do poder público formas de melhorar a vida e as condições de trabalho dos associados. Foram realizadas reuniões com Rubem Casado, subprefeito da Mooca, e Jaime Valdivia, cônsul da Bolívia, nas quais discutiu-se a então recente proibição da ocupação de espaços públicos para fins comerciais na cidade de São Paulo promovida pela prefeitura e possíveis saídas para o impasse. Os líderes da Asebiveco se encontraram também com João Freitas de Castro, da defensoria pública, a fim de discutir os direitos e os deveres dos trabalhadores imigrantes. Ademais, um evento foi organizado pela Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo em parceria com a Asebiveco e outras organizações de apoio ao imigrante, visando fortalecer o combate às formas precárias de trabalho no setor de confecção local.

Ao cabo de grande esforço, no final de 2011, a organização foi formalizada, mas sob um status jurídico diferente, o de cooperativa. Segundo seus líderes a alteração deveu-se aos inúmeros entraves encontrados ao tentarem formalizar uma associação exclusiva de imigrantes.

A Coebiveco nasceu com uma meta audaciosa perseguida até a atualidade: adquirir um grande espaço na cidade de Guarulhos onde seriam construídos um centro comercial que possibilitasse a venda dos produtos fabricados pelos associados, uma escola comunitária autogestionada direcionada aos filhos dos imigrantes bolivianos e um complexo residencial. Os custos do empreendimento seriam divididos igualmente entre os membros da cooperativa. Para o presidente da Coebiveco

A construção do centro Industrial e Comercial dos Imigrantes significará um passo importante na luta pelo trabalho decente para todos, e será uma maneira inteligente de se escapar da exploração e de toda forma de violência (CÉSAR, junho 2014).

Ainda no mesmo ano, os dirigentes da Coebiveco foram recebidos no gabinete do então prefeito de Guarulhos, Sebastião Almeida, e seus assessores assinalaram positivamente à possível construção de um centro industrial e comercial de imigrantes da área de confecção na



cidade<sup>43</sup>. O próximo passo foi realizar levantamento urbanístico, estudo de sondagem do solo, análise ambiental da região e conseguir o alvará de funcionamento. Coila afirma que a conclusão dessas tramitações burocráticas era fundamental para que mais associados pudessem se sentir seguros para adquirir cotas do investimento. O boliviano aponta que o convencimento dos associados é um processo delicado, pois entre a comunidade imigrante da costura de São Paulo há certa desconfiança com iniciativas desse tipo, uma vez que nos anos 90 ficou famoso o caso de diretores de uma associação que arrecadaram contribuições para a compra de uma área e desapareceram com o dinheiro.

Nos anos seguintes, modificando o plano original, ao invés de construir um prédio, os coebivecanos decidiram alugar e reformar um já existente e depois tentar comprá-lo. Em 2017, o projeto oficial do Centro de Modas Imigrante (CMI), que poderá abrigar cerca de 600 pontos de venda, foi lançado no próprio local onde provavelmente funcionará, nas instalações da antiga fábrica GBR, localizada nas margens da Rodovia Presidente Dutra, no Km 215. No mesmo ano, a cooperativa começou a receber as inscrições das oficinas interessadas em vender seus produtos no CMI (LATINOS, 2017).

### **3.5 ASSEMPBOL**

#### **3.5.1 Espaço da vida e espaço do trabalho**

Quando a cidade de São Paulo ainda emergia como importante metrópole no cenário nacional do final do século XIX e início do XX, o conjunto formado pelos bairros Brás, Mooca e Belenzinho se destacou por diversos fatores. Primeiro, a região concentrou a maioria dos imigrantes da cidade. Segundo, por conta das características econômicas e culturais bastante peculiares que essa população imprimiu à região e de sua certa autonomia, ela chegou a ser popularmente designada nos anos 30 como a “outra cidade”. Terceiro, ali localizou-se a maior

---

<sup>43</sup> Coila, contou-nos que o espaço será uma importante alternativa à Feirinha da Madrugada, onde os imigrantes são discriminados. Não obstante, o alvará, levantamento urbanístico, estudo de sondagem do solo, análise ambiental da região, ainda não haviam sido concluídos e eram fundamentais para que mais associados pudessem se sentir seguros para adquirir cotas do investimento. Segundo Vicente Vasconcelos, assessor do prefeito mencionado, não há dúvida que o projeto trará investimentos para a cidade, tanto nos setores hoteleiros como gastronômico e, inclusive, pela sua localização estratégica, significaria uma revitalização da Rodoviária de Guarulhos.

fração da incipiente indústria paulistana do começo do século XX. Quarto, uma vez que se multiplicaram as indústrias e as oficinas nesses bairros, eles se consolidaram como bairros operários, evidenciando ainda mais o caráter segregador da urbanização que já estava presente antes do processo de industrialização de São Paulo (ANDRADE, 1994).

Durante muito tempo permaneceu o epíteto do trio de “bairros italianos”. Contudo, já nos anos 30, libaneses ocuparam o comércio da rua Oriente, no Brás, onde prosperavam fábricas e atacados de tecidos (SILVA, 2008a). No entreguerras e no pós-45, vieram os judeus, que embora tenham concentrado seus negócios e moradias primordialmente no bairro Bom Retiro e em menor porção na Mooca, suas perícias artesanais e habilidades comerciais dinamizaram o vestuário de toda São Paulo. Nos anos 70 foi a vez dos coreanos e dos nordestinos. Com eles o *sweating labour* se espalhou pela costura paulistana. Finalmente, no término dos 80 e, de forma mais acentuada, no início dos 90, mantendo o padrão anterior de alta informalidade, contratação familiar e de longas e intensas jornadas e trabalho, os imigrantes sul-americanos, passaram a dominar o comércio do vestuário da maior cidade do Brasil (KONTIC, 2007).

É importante ressaltar que em São Paulo historicamente houve, com pequenas variações, uma contiguidade dos locais de moradia com os de trabalho em praticamente todas essas comunidades imigrantes. Esse imbricamento entre os espaços do trabalho, da moradia e da recreação será fundamental para compreendermos a criação da Feira da Rua Coimbra e da associação bolivianos que se formou em função dela.

### **3.5.2 A Feira da Rua Coimbra: origem da Assempbol**

No Brás, a poucos metros da divisa com os bairros vizinhos Belenzinho e Mooca, situa-se a feira cultural da Rua Coimbra. A feira que acontece aos sábados e domingos desde 1999 divide com a Praça Kantuta, do bairro do Pari, o posto de principal espaço de sociabilidade da comunidade boliviana da cidade de São Paulo. No local funcionam restaurantes típicos, bares, lan houses, financeiras especializadas em remessas internacionais, lojas de materiais para oficinas de costura, cabelereiros, escritórios de assessoria jurídica e contábil e, o ponto alto, as barracas de rua que vendem roupas, bonés, DVDs, temperos, grãos, chás, artesanatos, cosméticos, pomadas e unguentos que prometem curar todo tipo de dor e de doença. A se julgar pelas músicas, pela gastronomia, pelo idioma e dialetos falados, pelos traços físicos dos cerca

de duzentos comerciantes e dos milhares de frequentadores, a feira muito se assemelha com outras que tivemos oportunidade de visitar no altiplano boliviano de La Paz.

No início dos anos 2000, com o intuito de discutir problemas concernentes à feira, promover melhorias e somar esforços para regularizá-la, a maior parte dos donos de estabelecimentos comerciais e ambulantes locais – dentre eles donos de pequenas confecções que vendem sua produção na feira – criaram a Associação de Moradores Bolivianos da Rua Coimbra (AMRC), que em 2011 passou a se chamar Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (Assempbol). Luís Vasquez, outrora citado neste capítulo, um dos membros fundadores e presidente da organização por diversos mandatos, contou-nos que o processo de formalização da Assempbol foi penoso, pois a política do então prefeito Gilberto Kassab ia na contramão do comércio popular de rua, agindo de tal sorte a acabar com as feiras e com os ambulantes. “Ainda bem que o governo mudou”, arrematou o boliviano. Contudo, a feira continuou até 2014 na ilegalidade e modificar essa situação foi o principal objetivo perseguido nos primeiros anos de existência da Assempbol.

A história de Luís, assim como a ideologia que propaga, entrelaça-se de forma indissociável com a da Assempbol. Empreendedor, como gosta de ser lembrado, Vasquez possui uma movimentada loja de linhas e acessórios, em geral para oficinas de costura na Rua Coimbra, exatamente em frente de onde acontece a feira nos finais de semana. No seu estabelecimento se agenciam cursos de capacitação empresarial para donos de oficinas e se prestam serviço de assistência a regularização migratória e de oficinas<sup>44</sup>. Influente entre seus conterrâneos, o boliviano e os demais diretores da associação são invariavelmente procurados quando surge algum problema relativo à feira ou algum de seus integrantes.

Depois da criação da associação, Luís se tornou uma figura pública e se destacou por defender os interesses dos pequenos empresários bolivianos, principalmente os donos de oficinas de costura. Na entrevista cedida à revista *Veja* de junho de 2015, por exemplo, o líder assempbolista colocou como condição à sua realização que fosse vinculada as frases “ninguém aqui se considera escravo” e “parem de dizer que somos escravos”. Segundo Vasquez, não haveria qualquer sentido em se falar em trabalho escravo na costura paulistana, pois, ao menos os bolivianos, não se consideram escravos, não trabalham de maneira forçada e, além do mais,

---

<sup>44</sup> Ademais, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, a Assempbol e a loja de Luís constam com o mesmo endereço, ainda que as reuniões da organização ocorram em outro estabelecimento, também localizado na mesma rua.

têm liberdade para deixar o local de trabalho se assim desejarem. Para ele, o que ocorre, na realidade, é que os bolivianos que vêm para o Brasil são muito pobres e por sua própria vontade desejam trabalhar mais que 8 horas por dia e ganhar por produção. Luís afirmou que não cabe ao patrão hospedar nem alimentar ninguém, mas os costureiros assim preferem, pois economizam. Portanto, haveria uma confusão entre as autoridades brasileiras entre irregularidades trabalhistas e trabalho escravo. Nesse sentido, as operações de combate ao trabalho escravo do Ministério Público, da Polícia Federal e do extinto MTE (Ministérios do Trabalho e Emprego) prejudicariam os empreendedores da costura, que são tão vítimas quanto os costureiros das grandes lojas que se aproveitam da enorme quantidade de oficinas da cidade para reduzir o valor paga pelo serviço de fabricação de roupas (NARLOCH, 2015).

Em entrevista cedida a nós, Vasquez também se posicionou abertamente ao lado dos donos de oficinas e tentou desconstruir a imagem das oficinas clandestinas como locais de trabalho forçado e de moradias degradantes onde os costureiros sofrem abusos:

No caso específico dos bolivianos, os migrantes vêm da região andina da Bolívia e com escolaridade quase nenhuma e as condições de moradia na Bolívia são piores do que do nordeste do Brasil. Por isso podemos entender do porquê os bolivianos aqui moram e trabalham no mesmo local. Para os brasileiros isso está errado, porém para os bolivianos isso é normal, não tem nada de errado, e vira e mexe com as manchetes da mídia que dizem que os bolivianos trabalham em regime de trabalho escravo. Na verdade, nenhum boliviano se considera escravo, ou quase ninguém.  
 (...) [Uma das] dificuldades enfrentadas pelos empreendedores bolivianos, as autoridades só se preocupam com costureiro e esquecem do empresário.  
 (LUÍS, março de 2014)

Para Luís Vasquez e os demais líderes da Assempbol, mais importante seria que as autoridades se preocupassem com problemas que realmente importam à comunidade boliviana, como o fortalecimento econômico por meio do financiamento e a capacitação às mais de 20 mil oficinas e milhares de outras empresas de imigrantes que se espalham pela cidade; o combate ao que o boliviano rotulou de “um defeito da sua cultura”, o consumo excessivo de álcool; a regularização, a valorização e o incentivo de locais de lazer onde circula a cultura boliviana, como é o caso da Feira da Rua Coimbra.

## CAPÍTULO 4

---

# **REDES DE SOLIDARIEDADE: A FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIXO**

Em busca de conquistar adeptos às suas causas, fortalecer a luta em prol de seus objetivos e difundir suas visões de mundo, tanto os movimentos sociais de cima (aqueles compostos por grupos dominantes) como os de baixo (compostos por grupos subalternos) mobilizam os recursos que possuem. Como os grupos subalternos não detêm o domínio sobre os aparelhos públicos de coerção, contam com um acesso aos meios de reprodução cultural e com uma disponibilidade financeira quase sempre inferior à dos grupos dominantes, resta-lhes, na tentativa de contrabalancear esta desvantagem, lançar mãos de outros meios a seu favor. Assim, enquanto estruturas sociais *sui generis*<sup>45</sup> que ligam indivíduos e organizações, que facilitam a circulação de informações, recursos, ideias e emoções, que viabilizam a construção de identidades e significados coletivamente compartilhados, as redes sociais são aliadas poderosas de todo e qualquer movimento social, mas sobretudo dos grupos subalternos.

Embora seja difícil precisar a dimensão do empoderamento promovido especificamente por cada rede, pesquisas quantitativas<sup>46</sup> apontam que protestos encabeçados por coalisões de movimentos sociais tendem a ter um escopo reivindicatório mais amplo, de mirarem atores institucionais de escalão superior e, conseqüentemente, de terem resultados mais significativos do que aqueles apresentados por grupos menores (DIANI, 2003b). Nessa direção, Knoke (1990; KNOKE et al, 1996) afirmam que a capacidade de construir alianças e coalizões aumenta a influência dos grupos de interesse sobre as autoridades públicas nos principais domínios da *policy* como saúde, energia e trabalho.

No caso dos agentes subalternos da costura do Brasil e da Argentina, os três grupos souberam habilmente fruir de dois traços imanentes das redes, quais sejam, alta potencialidade e acessibilidade. Isso porque logo após serem criadas, a Alameda, a Assemblé e a Coebiveco edificaram importantes laços de solidariedade com entidades da sociedade civil que deram sustentação à emergência de ações coletivas, públicas, persistentes e propositivas com amplos e diferenciados escopos reivindicatórios. Cada uma dessas organizações ocupou posição de maior ou menor destaque dentro dessas redes. Seja como for, uma agenda coletiva de lutas em prol dos direitos dos subalternos foi urdida em São Paulo e outra em Buenos Aires.

---

<sup>45</sup> *Sui generis* pois são mais fluídas e por vezes menos perenes que a maioria das estruturas sociais e também devido à sua importância estratégica ímpar para os movimentos de baixo.

<sup>46</sup> Ao analisar o comportamento político italiano entre os anos de 1988 e 1997, Diani (2003) descobriu que dos 320 protestos relatados no jornal La Repubblica no período assinalado, 72 foram promovidos por coalizões. Destes, 83% tinham como alvo instituições nacionais ou até internacionais; em contrapartida, 68% dos eventos promovidos por Movimentos Sociais Isolados. De forma semelhante, 62% das questões abordadas por aquelas tinham escopo nacional ou internacional, enquanto, no caso destes, 50%.

Reunidos, todos estes elementos evidenciaram o surgimento de dois genuínos *movimentos sociais de baixo*. O brasileiro, que agrupou dentre outras organizações a Assempbol e a Coebiveco, e foi aqui apelidado por nós, devido às suas características que serão exploradas adiante, de “Movimento-Pró-Imigrante”; e o argentino, o qual a Alameda fez parte, e que por raciocínio idêntico, foi apelidado de “Movimento-Pró-Trabalho-Digno”.

Apresentado este preâmbulo, o presente capítulo tem como objetivo: i) evidenciar a importância das redes sociais dos três grupos de agentes subalternos da costura para a formação do movimento brasileiro e do movimento argentino; ii) localizar as posições ocupadas pela Alameda, pela Assempbol e Coebiveco nessas redes; iii) identificar com quais atores as interações sociais das três organizações são mais frequentes; e iv) descrever os valores ideológicos circulantes nas redes dos dois movimentos.

Tais tópicos mencionados serão abordados predominantemente a partir de uma perspectiva de médio alcance, ou seja, aquela focada nas relações interorganizacionais (WRIGHT, 1997), visando evidenciar a agência dos subalternos mesmo vis-a-vis a conjuntos estruturais que, se por um lado, exercem pressões no sentido de impor limites às ações dos movimentos sociais de baixo, por outro lado, não as inabilitam. Ao contrário, estimulam formas específicas de resistência popular pautadas por um saber local gestado no decorrer dos embates cotidianos de classe, gênero e etnia (NILSEN, 2009). Será salientado, ainda, como as disposições conjunturais regionais e nacionais interagiram em diferentes momentos, de tal sorte a interferir – ora positivamente, ora negativamente – no processo de agenciamento dos grupos subalternos da costura e, de modo consequente, também no próprio desenvolvimento de seus movimentos.

Para dar conta de tanto, elegemos como caminho heurístico a exposição da reconstrução cronológica das redes de solidariedade das três organizações mencionadas com dezenas de outras organizações. Isso nos dará o ensejo para abordarmos, no início do capítulo, ainda que em um plano secundário, as funções agregadoras das redes interindividuais no que tange ao recrutamento de novos membros nos três grupos e na própria gênese dos dois movimentos. A criação de significados compartilhados e de uma identidade coletiva aparecerão mais ao final do capítulo quando discutirmos as ideologias circulantes nas redes dos movimentos. Dito isso, nosso objetivo central, ao tratar todas essas questões, será comparar as trajetórias da coletividade de trabalhadores da costura da Argentina com as duas coletividades de donos de oficinas de costura do Brasil, realizando uma cartografia dos dois movimentos. Acreditamos

que com isso fique explícito em quais pontos as práticas e o conteúdo moral dos movimentos a que estas organizações fazem parte se aproximam e em quais eles se distanciam.

#### 4.1 REDES DE INDIVÍDUOS

Um dos achados mais assentados no âmbito das pesquisas dos movimentos sociais é que laços sociais interindividuais anteriores funcionam como uma espécie de sementeira dos movimentos (DIANI, 2003a; MCADAM, TARROW, TILLY, 2004; JASPER, 2016). Tais laços podem ser diretos, como quando dois indivíduos estão imediatamente ligados por interação e interdependência explícitas; ou indiretos, como quando o relacionamento entre as partes se constitui sem que haja interação *face-a-face*. Vínculos familiares e afetivos são dois bons exemplos de laços diretos, ao passo que a participação em atividades e eventos em comum ou o compartilhamento de recursos são tipos de laços indiretos. Seja pela influência de amigos e familiares ou pela coparticipação em manifestações, os laços sociais são capazes de influenciar na formação de opinião dos indivíduos a respeito de uma determinada temática e, ainda mais importante, na decisão dos mesmos de se engajarem.

Veremos a seguir que no momento da constituição da Alameda, a coparticipação em eventos – no caso, as manifestações contra o governo Fernando de la Rúa e as assembleias de bairro de 2001 e 2002 –, os vínculos comunitários – ancorados na noção espacial de bairro – e também a existência de laços de amizade foram determinantes. Mais adiante, a partir de 2005, quando a Alameda e suas organizações aliadas formam um movimento, outro tipo de laços, os interorganizacionais, o qual trataremos no próximo item, foram mais importantes.

Já entre os indivíduos que formaram a Assempbol e Coebiveco, os vínculos laborais – “pequenos empreendedores” da costura de duas feiras municipais – e a condição migratória – imigrantes bolivianos – mostraram-se, num primeiro momento, potentes agregadores. Posteriormente, o ingresso das duas organizações no movimento pró-imigrante contou com laços de amizade com participantes de outras entidades que lhes ajudaram na regularização de suas situações migratórias e no funcionamento da Assempbol e da Coebiveco.



## 4.2 REDES DE ORGANIZAÇÕES

Se, como dissemos na introdução deste capítulo, as redes fornecem sustentação aos movimentos, as organizações são sua principal matéria-prima. Basicamente, os movimentos se constituem da colaboração diversificada – tanto em termos de funcionalidade como de intensidade – de múltiplos indivíduos e, sobretudo, organizações formais e informais. Como dissemos anteriormente, no capítulo 1, os movimentos sociais de baixo participam do processo de produção de sua própria história ao confrontarem ou apoiarem as estruturas sociais que os cercam, embora não o façam como querem, já que se defrontam com circunstâncias que lhes foram legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1997).

Essa confrontação ou apoio a determinados aspectos das estruturas podem se dar de duas maneiras: por coalizão pura ou por rede de movimento (LEMIEUX, 1997). O que as diferencia é a motivação para que seus partícipes se mantenham conectados: ao passo que na primeira esse papel é desempenhado por princípios instrumentais, na segunda ele é exercido pela identidade. É claro que em termos práticos os dois casos nunca se apresentarão isoladamente, em outras palavras, é comum encontrarmos traços identitários primários entre os integrantes de uma rede de coalizão; assim como no caso de uma rede de movimento, os interesses dos integrantes normalmente irão coincidir. Portanto, o que de fato as distingue é a sobrepujança de uma destas características (interesses ou identidade).

Além disso, é preciso frisar que em uma (ou várias) rede(s) de um movimento podem estar presentes atores sociais que não são percebidos como sendo parte do movimento, mas que se relacionam com o mesmo em função de razões específicas. Nem por isso estaremos diante de uma rede de coalizão pura. Com efeito, há sempre a possibilidade de uma coalizão se tornar um movimento, conforme a interação desta com diferentes atores sociais produza um conjunto de significados, crenças e valores compartilhados. Ou seja, a interação entre os envolvidos em um processo reivindicatório é dinâmica. De qualquer maneira, os movimentos frequentemente possuem vínculos com atores sociais “de fora” do movimento que de alguma forma contribuem com a sua causa, seja por meio da alocação ou mobilização de recursos, com a negociação de objetivos acordados ou ainda com a produção e circulação de informações. Em síntese, poderíamos dizer que as redes interorganizacionais e os limites dos movimentos não se sobrepõem necessariamente (DIANI, 2003a).

Ora, afirmamos nesta tese que movimento social é todo conjunto das ações coletivas, persistentes e propositivas, mas, diante do exposto, faz-se necessário aditar à nossa definição a questão identitária, pois, do contrário, poderíamos tomar equivocadamente as ações dos agentes subalternos da costura como um movimento, sendo este hipoteticamente uma coalizão pura.

Essas questões inequivocamente nos ajudam a pensar em nosso objeto. A Alameda, quando da sua concepção, não possuía uma identidade organizacional determinada. Sua composição ocupacional eclética, que a priori nada tinha que ver com a costura, teve elevada influência nesse aspecto. Porém, a partir de 2005 – mediante a incorporação das bandeiras do trabalho decente nas confecções, o combate ao tráfico de pessoas e à exploração sexual – os alamedistas circunscreveram quais eram seus objetivos, balizaram suas diretrizes ético-morais e mapearam quem eram seus adversários e possíveis aliados, em outras palavras, lavraram sua identidade organizacional. A seguir, suas redes se expandiram e viabilizaram a formação de ações coletivas organizadas, persistentes e propositivas com outras entidades da sociedade portenha.

De modo adverso, por serem compostas por bolivianos que viviam em enclaves étnicos na região central de São Paulo que atuavam majoritariamente e desde o início na indústria do vestuário, a Assempbol e a Coebiveco já detinham uma identidade delineada vinculada ao empreendedorismo e à imigração. Quando foram oficialmente criadas em 2011, outras organizações bastante reconhecidas socialmente já militavam há algum tempo em favor dos imigrantes de São Paulo, como por exemplo, o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e o Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante (CAMI). Portanto, as duas organizações de pequenos donos de confecção de São Paulo integraram redes já estabelecidas que tinham (e permanecem tendo) o CAMI e o CDHIC como protagonistas. Assim como no caso argentino, as lutas coletivas e reiteradas propiciaram a formação de uma identidade semelhante entre diferentes atores da sociedade civil.

É certo que tanto no caso argentino com no brasileiro havia, entre os grupos envolvidos nas ações coletivas, interesses em comum, mas dessa união dinâmica (já que a relação entre os muitos participantes dessa rede não era estanque) e solidária (tendo em vista uma tentativa de superar as restrições impostas pela estrutura social por meio da forma cooperativa), criou-se, como veremos, uma identidade. Portanto, se nos dois casos estamos diante de ações coletivas, propositivas, públicas e persistentes capazes de criar significados, crenças e valores

compartilhados, então, trata-se aqui de dois movimentos sociais e não de dois grupos de coalizão.

Passemos a ver, a seguir, como foram forjadas as redes da Alameda

### **4.3 A FORMAÇÃO DAS REDES DA ALAMEDA**

A Alameda nasceu, conforme mencionado na capítulo 2, enquanto um desdobramento de uma das muitas assembleias de bairro que tomaram curso em Buenos Aires no final de 2001 e começo de 2002. Desse modo, a formação das primeiras redes da organização circunscreveu-se politicamente e socialmente neste contexto em que o país *hermano* experimentou expressivo ativismo popular voltado à satisfação de necessidades públicas (tanto materiais como morais) via sociedade civil, isto é, a esfera localizada entre o estado e a estrutura econômica (OUVIÑA, 2002). Neste momento vestibular, a Alameda ainda não possuía uma identidade bem delineada e tampouco desfrutava de uma popularidade na sociedade civil argentina. Seu condão organizacional de atrair outras organizações e indivíduos às suas causas restringia-se àqueles diretamente envolvidos com a temática das assembleias ou que já possuíam vínculos relacionais/sociais pregressos com os componentes da Assembleia Avellaneda.

#### **4.3.1 Primeiras redes: as assembleias de bairros**

No caso das reuniões do Parque Avellaneda que, vale salientar, foi similar ao de outras assembleias portenhas no que diz respeito à substancial diversidade etária, ocupacional, instrucional e de gênero entre seus congregados, esse caráter múltiplo repercutiu na composição inaugural da Alameda: havia em seu quadro inicial professores, psicólogos, padeiros, estudantes, aposentados e desempregados. Apesar disso, duas similaridades foram decisivas naquela altura para plasmar internamente a coletividade do bairro Avellaneda: a insatisfação com os rumos econômicos e políticos do país e como essa situação desdobrava-se no cotidiano daquela vizinhança.

Os panoramas político e econômico da Argentina já foram discutidos anteriormente, portanto não nos cabe fazê-lo novamente. Quanto à importância da dimensão espacial para a

Alameda e para os movimentos sociais de modo geral, algumas considerações são úteis. Os sociólogos americanos Pamela Oliver e Daniel Myers (2003) apontam a dimensão espacial – ao lado da social e organizacional – como promotora de conexão e proximidade entre atores individuais e coletivos. Visto que as ações dos movimentos tomam curso invariavelmente em uma dada localização espacial (seja ela física ou virtual), o espaço acaba por reunir militantes e pessoas não diretamente envolvidas nestas ações. É comum que tumultos e protestos se difundam espacialmente e, assim, indivíduos não militantes acabem tomando consciência dos mesmos. A lógica subjacente a tal afirmação é a seguinte: as pessoas tomam consciência dos tumultos e protestos sempre a partir do contato com os meios aos quais elas têm acesso. Desse modo, os espaços públicos, onde parte considerável das ações coletivas tomam curso, são disponíveis, agregam diversos atores sociais e, por isso, geram notoriedade. Um protesto sem espectadores ou propagadores de informação (sejam eles agentes da mídia ou militantes que façam as vezes daqueles) é normalmente classificado como um fracasso. É claro que os espaços coletivos (públicos e privados) são socialmente organizados e outros fatores como gênero, etnia, classe etc integram o mosaico que dirá se aquele ambiente é mais ou menos aberto às manifestações dos movimentos.

Agora, se voltarmos nossa atenção especificamente para o caso da Alameda, perceberemos que, se por um lado, o termo *vecino* (vizinho) demonstra um certo esgarçamento nos meios intelectuais argentinos por conta de seu uso recorrente e pouco rigoroso, por outro, ele(s) ainda preserva(m) inúmeras potencialidades (OUVIÑA, 2002). A primeira delas é que vizinho retoma uma noção de espaço entrecortado por disposições culturais, ou seja, retoma a noção de territorialidade, que está presente em diversos outros movimentos populares, como o dos Piqueteiros, dos Zapatistas Chiapanecos e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil. De um modo mais ou menos intenso, todos esses movimentos alicerçaram suas lutas na recuperação de um espaço coletivo e na recomposição de laços de solidariedade rompidos pelo Estado e pela lógica fragmentaria de mercado. Em Buenos Aires, as assembleias de bairro capitanearam essa luta, contra a mercantilização dos espaços, dos lugares e das vidas; algo, aliás, bastante presente nas sociedades capitalistas. A segunda virtude é que a partir da representação “bairro”, diversas pessoas – muitas destas sem qualquer repertório organizacional acumulado – puderam assumir um compromisso coletivo de enfrentamento, cada vez mais difícil no ambiente de trabalho por conta da reestruturação capitalista e pelo enfraquecimento dos movimentos sindicais. Ainda de acordo com Ouviaña (2002), a taxa de desemprego, o subemprego e a flexibilidade laboral deram impulso para que homens e mulheres argentinos a

encontrassem na vizinhança um espaço fértil à construção de uma contra-hegemonia social, política e cultural.

Além dos laços territoriais, outro elemento arrebanhou participantes para as assembleias: refiro-me aos laços sociais/afetivos. Fora dito que os moradores de bairro foram os protagonistas das assembleias, porém, com isso não se pretende afirmar que algumas pessoas não tenham se deslocado de seus bairros para participar de reuniões de outras localidades ou sequer que essas mesmas pessoas não tiveram um papel importante na construção desse nascente projeto sócio-político. Longe de serem experiências isoladas, na realidade, as entrevistas por nós aplicadas a participantes das assembleias de 2001-2002 revelaram ser comum a presença de um mesmo militante em mais de uma assembleia. Nesse caso, a amizade entre integrantes de reuniões de distintas localidades facilitou esse intercâmbio. Isso corrobora o que afirmamos acima: redes sociais interindividuais pré-existentes ajudam recrutamento de participantes e, como resultado, na formação dos movimentos.

O caso de Roberto, ou melhor, *Pito*, como prefere ser chamado, é paradigmático. Atual presidente da Cooperativa de Catadores El Alamo, Pito morava no bairro Villa Pueyrredón no começo dos anos 2000, mas também participava reuniões do bairro Parque Avellaneda<sup>47</sup>. Pito, contou-nos que desde muito jovem envolveu-se com a militância de questões ligadas ao trabalho e à política. Primeiro veio o combate à ditadura ao lado dos primos e amigos mais velhos que estavam na faculdade: “Nós saímos nas ruas, brigávamos... Era época da ditadura, imagina! Isso foi me abrindo a cabeça, e eu dizia: por que reprimem, por que reprimem quem trabalha, quem estuda?”

Após desilusões com a liderança do Partido Justicialista (popularmente conhecido na Argentina como Partido Peronista), Pito diz ter perdido sua crença no modelo democrático representativo passivo e modificou sua estratégia de atuação: “agora, era hora de participar da política de um modo diferente, mobilizando os trabalhadores e trabalhadoras”. Pois, em suas palavras, “se ocupa mais do social do que estão em baixo!”

Pito relembra que o seu primeiro trabalho foi numa indústria láctea chamada La Vascangada, onde foi convidado por um colega a participar do sindicato da categoria: “aí foi que comecei a militar mais fortemente; principalmente quando a Parmalat comprou a nossa

---

<sup>47</sup> Além de Pito, Vera e Alicia Montoya

indústria. Isso foi um desastre!” Foi assim por vinte e oito anos, até a fábrica fechar e ele se tornar uma pessoa em situação de rua:

Bom, assim fiquei desempregado, e passei a ser um catador e mais tarde, em 2003... organizei, com a ajuda de amigos, uma cooperativa composta por um grupo de pessoas que estavam morando na rua (PITO, novembro de 2016)

Um desses amigos que o ajudou compor a cooperativa de catadores foi o líder da Alameda, Gustavo Vera:

O Gustavo é um companheiro que conhecemos militando e nos chamou para a assembleia dos bairros da região norte. Ele já vinha envolvido na luta desde a crise que vinha de Menem. (Então) Eu já o conhecia da rua. (...) E... quando mais precisamos ele nos ajudou, com a criação da cooperativa (PITO, novembro de 2016)!

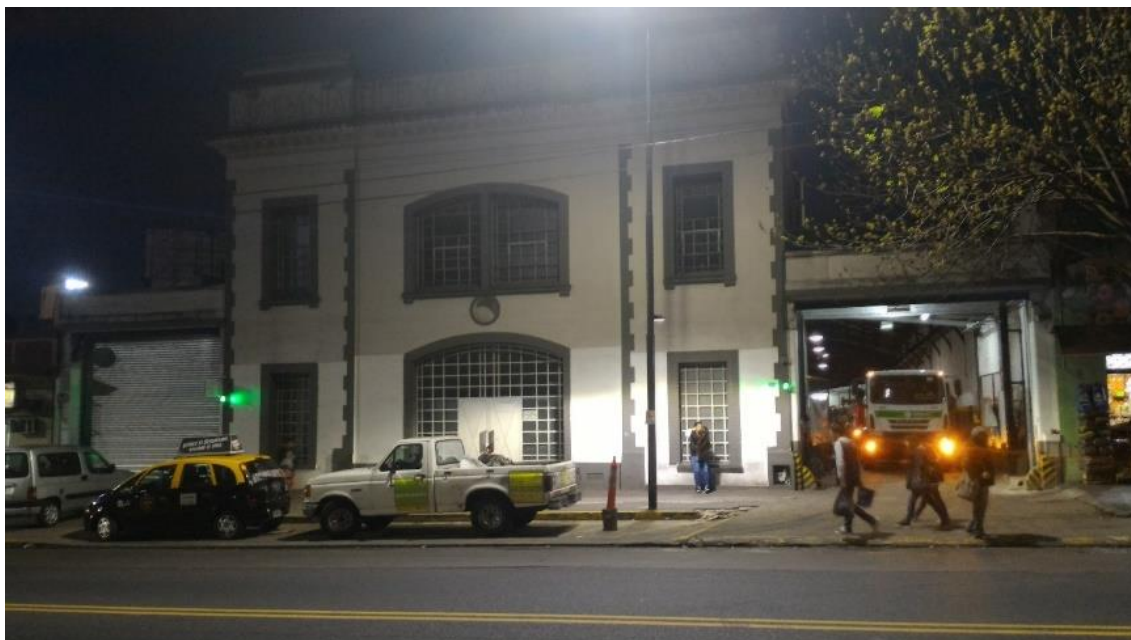
Pito ainda relembra que inúmeros trabalhadores amigos de diferentes partes da cidade e de diferentes ramos formaram uma coalizão no início dos anos 2000. A partir de suas palavras, depreendemos que Vera atuou como um intelectual orgânico da Assembleia Avellaneda e de outras assembleias:

Você sabe, às vezes nós nos juntamos “de bando”. Somos todos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes áreas. (...) E nós estávamos dentro de um movimento que se chama “empresas recuperadas”, como a Soho (indústria têxtil de B.A.), como o Bauen (Hotel de B.A.), e alguns companheiros da metalurgia. Éramos um grupo de militantes sociais de diferentes assembleias e... Gustavo Vera é um homem que vinha de um partido de esquerda e é professor também...sempre estudou a economia mundial. Às vezes, precisávamos entender o que se passava com a economia mundial para entender o que iria ocorrer na região. E... já se via que a crise piorava. Ele nos ajudava nisso (PITO, novembro de 2016).

Tal qual Pito, outros membros da vindoura cooperativa de materiais reciclados El Álamo, como Alicia e Ximena, não viviam no Parque Avellanda, mas estavam presentes nas reuniões do bairro, inclusive quando os participantes da Assembleia Avellaneda ocuparam o espaço que se tornou a sede da Alameda. Tamara Rosemberg, militante alamedista, relembra: “no dia oito de junho de 2002, se fez uma grande assembleia rodeada de companheiros e bandeiras de outras assembleias, todos reunidos para ver o momento em que abriríamos a fechadura do local.” A tomada desse local (um bar abandonado homônimo à organização Alameda, localizado entre as ruas Lacarra e Directorio), a resistência ao despejo e a retomada

do local, em 2004, são acontecimentos atualmente lembrados e comemorados como um legado da cooperação entre militantes de diversas assembleias da cidade.

**Foto 1:** Fachada da Cooperativa El Alamo, 2016.



Fonte: própria.

**Foto 2:** Linha de seleção de material reciclável da Cooperativa El Alamo, 2016.



Fonte: própria.

Tal qual Pito, outros membros da vindoura cooperativa de materiais reciclados El Álamo, como Alicia e Ximena, não viviam no Parque Avellanda, mas estavam presentes nas reuniões do bairro, inclusive quando os participantes da Assembleia Avellaneda ocuparam o espaço que se tornou a sede da Alameda. Tamara Rosemberg, militante alamedista, relembra: “no dia oito de junho de 2002, se fez uma grande assembleia rodeada de companheiros e bandeiras de outras assembleias, todos reunidos para ver o momento em que abriríamos a fechadura do local.” A tomada desse local (um bar abandonado homônimo à organização Alameda, localizado entre as ruas Lacarra e Directorio), a resistência ao despejo e a retomada do local, em 2004, são acontecimentos atualmente lembrados e comemorados como um legado da cooperação entre militantes de diversas assembleias da cidade.

#### **4.3.2 Os agentes da mídia e do poder estatal**

Em 2002, a presença da recém-criada Alameda nos meios de comunicação era incipiente. Contudo, a ocupação de um bar abandonado e a abertura do refeitório comunitário no local começaram, paulatinamente, a lançar luz sobre a organização. Foi neste momento que as primeiras redes com agentes da mídia e membros do poder estatal começaram a ser urdidas. Gustavo Valenza, jornalista do canal 26, relata no documentário 10 Años de La Alameda como foi seu primeiro contato com a organização:

Me enviram para fazer uma nota sobre um projeto de uma tomada de edifício na rua Directorio, mas quando chego no lugar... – e eu sou praticamente um vizinho, vivo a quatro quadras do lugar, por isso, então, havia um pouco mais de interesse de minha parte, além disso, esse era um tema que começava a integrar a agenda dos meios de comunicação no momento – e... quando chego distraído, descubro que conheço as pessoas da fundação... da ocupação (GUSTAVO, 2011, tradução livre).

Valenza descreve que, após esse evento, começou a se inteirar-se sobre quem eram as pessoas que militavam na Alameda, quem eram os adolescentes, quem era Gustavo Vera, Ernesto, Lucas e o trabalho que desenvolviam de distribuição de refeições para os necessitados do bairro. O jornalista relata que, com o passar dos meses, a Alameda se tornou um polo municipal de assistência:

Ali era um lugar onde caíam todos os desprotegidos... então, começou a se esclarecer denúncias de insegurança, prostituição... até que eles (os alamedistas) começaram a cuidar das denúncias das oficinas clandestinas (GUSTAVO, 2011, tradução livre).



Nesse ponto, Valenza destaca que o tema das oficinas ganhou a atenção dos profissionais da mídia argentina por volta de 2005. A partir de então, passou a haver um incentivo para que se cobrisse o que quer que fosse relacionado tema:

(...) nasceu uma pressão por parte dos produtores, dos jornalistas, das pessoas que estávamos em contato com a Alameda. Me tocou, por exemplo, eles tocarem a campanha das oficinas clandestinas, fazerem denúncias e fazerem escracho. Porém... não era como agora que vão duzentas pessoas ou mais, me tocou muito quando iam cinco! (...) Me tocou ir fazer uma nota num lugar com um total de cinco pessoas, três pessoas da Alameda, o cameraman e eu (GUSTAVO, 2011, tradução livre).

A declaração do jornalista portenho corrobora com as afirmações dos alamedistas Ernesto e Tamara de que foi após a incorporação da agenda de combate à exploração laboral que a organização ganhou maior notoriedade midiática. Entretanto, não sem enfrentar opositores de dentro e de fora da própria imprensa. Tamara Rosenberg explica que os alamedistas desejavam que os programas de televisão difundissem as informações que a sua organização havia coletado em incursões investigativas em oficinas clandestinas de costura da capital, mas, na prática, aquilo se mostrou impossível. As marcas flagradas utilizando força de trabalho em condições análogas a de escravo patrocinavam a maioria dos programas e estas ameaçavam retirar o auxílio caso tais informações fossem expostas. A esse respeito Tamara comenta:

(...) Bom, todas essas informações nos chegavam (no refeitório comunitário da Alameda, por intermédio dos costureiros bolivianos), (...) por mais que não fossemos atrás (no início), começamos a descobrir o que acontecia em todos estes lugares que estavam ao nosso redor e... eram casas, onde tinham muitas pessoas nestas situações. Decidimos começar a investigar com câmaras ocultas (emprestadas) de diferentes programas de televisão e na grande maioria verificamos marcas importante sendo produzidas nestas condições. No entanto, quando queríamos que os programas de televisão difundissem, (pausa proposital)... era impossível, porque estas mesmas marcas patrocinavam os programas! Dessa maneira, todo o nosso trabalho de investigação não fazia sentido. Com o tempo, conseguimos que uma fundação nos ajudasse com dinheiro para comprar nossa própria microcâmara e aí começamos a difundir nós mesmos. A partir daí, começou-se a... saber um pouco mais do tema (TAMARA, outubro de 2016).

A pressão das grandes marcas não foi capaz de represar a divulgação de tais informações por muito tempo. O tema das oficinas havia se tornado a ordem do dia: jornais, revistas, rádios e canais televisivos (não patrocinados pelas grandes marcas) passaram a expor uma realidade em parte desconhecida, em parte negligenciada, pela população da capital argentina.

Três elementos, a nosso ver, foram decisivos para a expansão da popularidade da Alameda em meados de 2005 e 2006: 1) a integração de agentes da mídia, como Mercedes Ninci, Rolando Graña e Gustavo Valenza nas redes da organização<sup>48</sup>; 2) o esforço por parte dos membros da Alameda para que o tema das oficinas entrassem no radar da grande mídia por meio de protestos, escrachos, passeatas e presença constante em diferentes mídias sociais e convencionais e 3) a janela de oportunidade criada por alguns incidentes envolvendo oficinas clandestinas.

Nesse sentido, é interessante nos perguntarmos se a ascensão midiática da Alameda e do tema do trabalho escravo na costura no período assinalado seria proveniente de suas reiteradas ações públicas ou teria sido fruto de um momento histórico, uma janela de oportunidade criada pelas mortes de costureiros e filhos de costureiros em incêndios ocasionados por falta de segurança no ambiente de trabalho das oficinas? Acreditamos ter thavido uma interação entre esses dois fatores.

#### **QUADRO 2: AS JANELAS DE OPORTUNIDADES**

James Jasper (2014) aponta que os primeiros movimentos sociais, tal qual reconhecemos hoje, surgiram como uma nova forma de tirar proveito de arenas pautadas pela ideia de cidadania. Nesse sentido, parlamentos, tribunais e a mídia são exemplos de arenas que apresentam, cada qual, maior ou menor abertura a certos tipos de protestos. De modo geral, essas oportunidades políticas ofertadas por esses lugares em que ocorre a ação estratégica – e que são governados por regras formais e tradições informais – inserem-se no chamado horizonte estrutural de longo prazo. Entretanto, existem determinados eventos anômalos, isto é, eventos que rompem com a normalidade dos acontecimentos cotidianos e que são capazes de gerar circunstâncias favoráveis à manifestação política dentro de um espaço temporal relativamente curto: a estes lapsos bastante específicos Jasper emprega o termo janela de oportunidades. Vários são fatores que determinam a amplitude das oportunidades ofertadas por estes acontecimentos – por exemplo a gravidade do evento, a comoção gerada por ele, as alterações sociais, políticas e econômicas decorrentes, entre outros. Mas, para que sejam eficazmente aproveitadas, mesmo

---

<sup>48</sup> Uma vez tendo verificado a idoneidade da ONG, Valenza diz ter passado a militar em seu favor da Alameda, ainda que profissionalmente mantivesse seu compromisso ético: “De alguma maneira eu comecei a militar. (...) Comecei a militar através das milhares de causas que eles tinham. Apoio totalmente o que tem a ver com o combate ao tráfico de pessoas, que... está bastante desenvolvido recentemente na Alameda; entre outras atividades que têm. (...)”.

as grandes janelas de oportunidades dependem de um aparato estrutural, normalmente, de existência prévia. A nosso ver, foi precisamente isso o que ocorreu com a Alameda entre 2005 e 2006

No ano de 2006, o trágico incêndio da rua Luis Viale, localizada no bairro Caballito, em que uma mulher, um homem e quatro crianças morreram porque não conseguiram sair de uma oficina de costura em que eram mantidos trancados pelo dono do estabelecimento, abriu uma janela de oportunidade sem precedentes à Alameda. Neste momento, a organização já vinha protagonizando uma consistência militância contra as condições de trabalho precárias e o desrespeito aos direitos laborais generalizado no ramo da costura portenha. Ademais, já começava a se desenhar uma rede interorganizacional entre a Alameda e empresas recuperadas, ONGS, a Igreja e agentes da mídia. Assim, o incêndio não somente fortaleceu tal rede como trouxe a Alameda para o seu centro. Sobre o fatídico evento, Rolando Grãna, produtor e jornalista, explica:

O tema (das oficinas irregulares) teve sua erupção na sociedade (argentina) quando surge este caso. Então, aí conheci La Alameda. Sabia que ela tinha nascido como uma assembleia bairrista. Depois, nunca entendi bem como focalizaram no tema do trabalho clandestino, porém fomos nos encontrando – claro, devido ao nosso trabalho de investigação, de esclarecimento público. Havia temas de denúncias que começávamos a trabalhar e lá estavam eles no caminho [risos]. Depois, muitos anos nos encontramos, pois os temas coincidiam. Então, às vezes em algum caso, o que começamos a fazer foi: “bem, eu tenho outra denúncia, o que sabe sobre isso?” Passou a existir um pacto de colaboração de dados, que digamos que seja a solidariedade mais elementar que temos nós jornalistas, que é trocar dados (ROLANDO, 2012, tradução livre).

Alguns dos efeitos evidentes e inopinados da janela de oportunidades aberta pelo incêndio de Luis Vale foram: i) sob formas e contornos carregados, a realidade das oficinas de *cama caliente*<sup>49</sup> se tornou conhecida; ii) os protestos nas portas das oficinas, nos prédios públicos e nas vias públicas contra violações de direitos trabalhistas promovidos pela Alameda ganharam apoio popular; iii) o tema da imigração e do trabalho na costura entrou para o “ciclo de atenção da mídia”<sup>50</sup>; iv) a Alameda passou a ser reconhecida como a principal representante

<sup>49</sup> Oficinas de *cama caliente* é a expressão dada na Argentina às oficinas de costura que também servem de moradia aos costureiros. Mercedes Ninci relata no Documental 10 años de Alameda que sempre se falou de oficinas de cama quente, não se sabia que haviam pessoas que ficavam trancadas a chave. Tudo mudou após o incêndio da rua Luis Viale. No dia do incêndio, Ninci relata que estava cobrindo o ocorrido para a rádio Mitre e ainda não conhecia o Gustavo. Foi naquele mesmo dia que o levou para a emissora e diz ter se impressionado com o homem brilhante que ele era, sobretudo, por sua militância contra as oficinas irregulares.

<sup>50</sup> Oliver e Meyer (2003) descrevem que “Os manifestantes geralmente buscam a cobertura de notícias como mecanismo para influenciar um público mais amplo e as autoridades. Os protestos que não recebem cobertura de

dos interesses dos trabalhadores da costura, ao passo em que a SOIVA foi acusada de negligenciar a situação da costura no país; iv) houve um aumento exponencial no número de fiscalizações e inspeções nas oficinas de costura do país ; e v) o Estado, pressionado, abriu um canal de diálogo direto com ONGs de combate ao tráfico de pessoas e à superexploração laboral.

**Foto 3:** Missa executada pelo então Arcebispo Bergoglio em homenagem às vítimas do incêndio Luis Vale, 2006



Fonte: [laalameda.wordpress.com](http://laalameda.wordpress.com)

Matthew Amengual (2016), em sua pesquisa de campo, chegou a conclusões, em certos aspectos, semelhantes às nossas. Para ele, apesar de ter havido um esforço estatal para fortalecer as instituições trabalhistas argentinas após a crise de 2001, as violações no interior da indústria do vestuário foram combatidas de forma parca e errática. Assim, foi após o incêndio de 2006

---

notícias geralmente são interpretados como falhas. Os protestos que recebem cobertura de notícias provavelmente serão revigorados, e os ativistas provavelmente prolongarão seu ativismo e emitirão protestos mais completos se tiverem recebido cobertura de notícias. Mas, é claro, a mídia de notícias não cobre todos os protestos que ocorrem, e sua cobertura depende da quantidade de protesto. Existem ‘ciclos de atenção da mídia’, que são os ciclos de difusão: as mídias de notícias tendem a ignorar uma campanha de protesto em suas pequenas fases iniciais e então, quando começam a cobri-lo, há uma onda de cobertura por um tempo até se tornar ‘notícia antiga’, e a cobertura morre novamente. (...) Mídia afeta os protestos e os protestos afetam a mídia. Sabemos que existem ciclos de atenção que podem ter funções de fatores de protesto exógeno, ou podem ser provocados por protesto; um ciclo de atenção de problemas aumenta a probabilidade de que um evento seja coberto” (p.188, tradução livre)

que a fiscalização aumentou drasticamente, tendência que se manteve por aproximadamente dois anos. Ainda segundo Amengual, a SOIVA (Sindicato Obrero de la Industria del Vestido y Afines) mostrou-se inativa e pouco colaborativa com os fiscais do trabalho. A Alameda, por outro lado,

era altamente ativa e tinha muito a oferecer aos fiscais em apoio às fiscalizações. (...) Com sua extensa rede de contatos na comunidade boliviana e sua localização em um bairro com oficinas de vestuário, tinha amplas informações sobre violações no setor. (AMENGUAL, 2016, p.212, tradução livre).

Gustavo Vera explica que entre setembro de 2005, quando as primeiras denúncias de existência de oficinas clandestinas chegaram até a Alameda por intermédio dos costureiros imigrantes que frequentavam o refeitório comunitário da organização, e maio de 2006, quando ocorreu o incêndio, uma “enxurrada dessas denúncias já havia sido formalizada junto a Juizados Criminais e Correccionais Federais e à Procuradoria de Tráfico e Exploração de Pessoas (PROTEX)”. Neste ínterim, a Alameda tentou firmar uma parceria com o Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social (MTEySS) com o intuito de alavancar as investigações no âmbito da costura. A proposta foi rejeitada mediante a alegação de que a Alameda não se tratava de um sindicato. O fato é que até o início de 2006, pouquíssimo havia sido feito pelo MTEySS em relação às milhares de oficinas irregulares da capital nacional. Entretanto, após o fatídico incidente de Luis Viale, essa postura negligente modificou-se abruptamente, como os jornais argentinos dão conta de ilustrar<sup>51</sup>.

Em síntese, o fato de ter sido possível uma aproximação entre a Alameda e órgãos públicos locais, como a Subsecretaría de Trabajo de Buenos Aires (STBA), federais, como o MTEySS, somente após 2006, quando o problema das oficinas irregulares ganhou os jornais e gerou comoção popular, em grande medida devido à militância dos alamedistas e profissionais da mídia ligados às suas redes sociais, reforça, de um lado, a importância da janela de oportunidade criada pelo incêndio e, de outro, a construção intencional prévia de uma estrutura capaz de absorver e dar vazão às demandas da organização.

---

<sup>51</sup> Nos dias e meses que se seguiram ao incêndio, se tornaram comuns manchetes em revistas e jornais de pequena, média e grande circulação como estas: “Clausuraron otros once talleres textiles, (01/04/2006, La Nacion), “Clausuraron 18 fábricas clandestinas” (La Nación, 04/04/2006); “Ya son 30 los talleres clausurados” (*Barriada*, 05/04/2006); “Nueva denuncia por trabajo esclavo clausura talleres textiles” (*La Nacion*, 27/06/2006); “A 90 días del incendio en Caballito hay 503 talleres clausurados” (*Clarín*, 29/06/2006); “Clausuraran otro taller clandestino (La Floresta, 01/04/2007).

### 4.3.3 A criação de um polo têxtil modelo: parceria estatal

Em termos de fortalecimento de suas redes interindividuais (com agentes da mídia, costureiros e apoiadores) e interorganizacionais (com órgãos públicos e ONGs) os anos de 2005 a 2007, foram divisores de água para a Alameda e, neste caso, também para a formação movimento pró-trabalho digno. A Alameda se converteu em um elo de junção e comunicação de costureiros que trabalhavam *en negro* nos bairros portenos de Flores, Caballito, Floresta e do próprio Avellaneda<sup>52</sup>. Seus militantes tornaram-se figuras frequentes em programas televisivos e radiofônicos. Seus protestos, em oficinas de costura irregulares, lojas que vendiam marcas de roupas implicadas em casos de trabalho escravo e em prédios públicos cresceram em participação e aceitação popular. Ao fim e ao cabo, o estabelecimento de uma relação amistosa e cooperativa entre a Alameda, suas parceiras e o Estado argentino abriu novas estruturas de oportunidades políticas<sup>53</sup> às suas demandas<sup>54</sup>.

Nestor Escudero relata que

Em 2006, o Estado convocou a Alameda e outras organizações para encontrar uma possível solução ao problema das oficinas clandestinas. Foram feitas mesas redondas, seminários e encontros para tratar do tema do *trabajo esclavo* em parceria com a defensoria pública da cidade autônoma de Buenos Aires (NESTOR, novembro de 2016).

Este foi o início do trabalho conjunto entre o poder público e a sociedade civil portenha.<sup>55</sup>

O resultado das ações implementadas no combate ao trabalho precário nas oficinas revelou-se contraditório. O compromisso basilar dos integrantes do Movimento-Pro-Trabalho-

---

<sup>52</sup> Não sei se esta nota ficará! : Nestor Escudero explica que o processo de aproximação com os costureiros era melindrosa e vagarosa, mas que com o tempo e tendo o refeitório como intermediário “foi a partir da confiança que fomos adquirindo, ganhando entre eles, que eles começaram a nos contar como era todo o sistema: que chegavam da Bolívia e eram trancados, seus filhos não deixavam sair, não podiam leva-los ao hospital. Bom, toda a trama! Desde o tráfico (de pessoas) até o trabalho escravo.

<sup>53</sup> Sobre o conceito de “estruturas de oportunidades políticas” cf. Tarrow (1998).

<sup>54</sup> Em entrevista, Nestor Escudero relatou que, em 2006, “o Estado convocou a Alameda e outros organismos para encontrar uma possível solução ao problema das oficinas clandestinas”. Assim, a Alameda promoveu uma mesa redonda “sobre *trabajo esclavo*” em parceria com a defensoria pública da cidade autônoma de Buenos Aires e as duas partes passaram a trabalhar em conjunto no combate ao trabalho escravo e o tráfico de pessoas, vide os informes anuais de 2007 e de 2009 da Defensoría del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires, disponíveis em <http://defensoria.org.ar>

<sup>55</sup> Os informes anuais de 2007 e de 2009 da Defensoría del Pueblo de la Ciudad de Buenos Aires reiteram a afirmação do militante da Alameda. Disponíveis em <http://defensoria.org.ar>

Digno que começava a tomar forma era a construção de um *bien comum*<sup>56</sup>. Contudo, por razões um tanto visíveis e previsíveis, esse preceito não estava se concretizando justamente aos agentes mais subalternos do vestuário, os costureiros. As fiscalizações do MTEySS, alimentadas pelas informações fornecidas pela Alameda, se intensificaram e, como resultado, centenas de oficinas de confecção irregulares foram fechadas e, junto com elas, milhares de costureiros perderam seus empregos.

A fala do alamedista Nestor Escudero é, nesse sentido, bastante lúcida:

É óbvio, sempre que se fecha uma oficina e não se faz nada mais, permite-se que esta mesma reabra em outra localidade e, por outro lado, a vítima que saiu de uma oficina não tem possibilidade de reinserção laboral de maneira digna, sem os direitos que lhes são próprios. Assim, eles (os costureiros) voltam a cair na mesma rede de oficinas clandestinas, e... a problemática que envolve esse sistema de trabalho continua. E era isso que vinha ocorrendo (NESTOR, novembro de 2016).

O problema demandava uma resposta por parte do poder público e das, agora parceiras, ONGs da capital. Ela veio na forma da criação do Polo Têxtil de Barracas. Há aproximadamente cinco anos já funcionava na sede da Alameda uma cooperativa de costura, a *20 de Diciembre*. O que a diferenciava das centenas de cooperativas já existentes na Argentina e no Brasil, é que ela era uma união de costureiros autogestionáveis. Nos dois países, o mais comum é encontrarmos cooperativas ou associações de donos de oficinas que se reúnem aprioristicamente para discutir a organização, a segurança do local de venda de suas mercadorias, para peticionar coletivamente junto ao município ou ao estado e/ou “finalisticamente” para conseguir melhores preços ao realizar vendas conjuntas de seus produtos. De modo adverso, a 20 de Diciembre surgiu como uma cooperativa de produção. Na prática, enquanto no interior daquelas toda gestão é executada pela figura de um dono que determina a produção, a jornada e os processos de trabalhos, nesta os trabalhadores, que são sócios, tomam essas (e outras) decisões coletivamente e o resultado do trabalho é todo dividido – tomando como parâmetro as horas trabalhadas por cada associado.

A novidade atraiu outros costureiros insatisfeitos com o trabalho nas oficinas tradicionais, fossem elas regulares ou irregulares. Faltava-lhes, ainda, porém, um espaço físico

---

<sup>56</sup> Foi o que revelou em entrevista Pito da Cooperativa de Catadores El Alamo, Ezequiel Conde, da fábrica recuperada Soho, e Tamara Rosenberg, da Alameda.

para a instalação de novas cooperativas nos moldes alamedistas e o capital inicial para a compra do maquinário e da matéria prima necessários.

Em 2005, a Alameda, por meio de um de seus braços, a UTC, já havia proposto aos governos portenho e nacional a criação de um polo têxtil que reunisse cooperativas produtivas que funcionassem nos moldes da cooperativa 20 de Diciembre. Todavia, esse projeto dependia de financiamento, capacitação profissional e, principalmente, supervisão estatal para que essas cooperativas não se degradingassem em novos centros de exploração laboral – como afirmou em entrevista Nestor Escudero. Esse projeto havia sido rejeitado pelos representantes das duas entidades públicas estatais<sup>57</sup>, mas, diante da conjuntura repaginada por incidentes envolvendo confecções e por protestos da sociedade civil portenha, o projeto foi revisto e aceito. Em 2009, inaugurou-se o Polo Têxtil de Barracas (também conhecido como Centro Demonstrativo de Indumentária).

**Foto 4:** Fachada do Polo Textil de Barracas, 2016.



Fonte: própria.

---

<sup>57</sup> A cidade de Buenos Aires não faz parte da Província de Buenos Aires, nem tão pouco é sua capital. A emenda constitucional de 1994 concedeu autonomia política à cidade e por isso atualmente seu nome oficial é Cidade Autônoma de Buenos Aires. Portanto, nesta tese, sempre que nos referimos aos termos “poder público” e “estado”, estamos nos referindo aos seguintes entes políticos da República Argentina: Cidade Autônoma de Buenos Aires e o Governo Federal.



**Foto 5:** Cooperativa de produção localizada no Polo Têxtil de Barracas, 2016.



Fonte: própria.

O Polo estruturou-se como uma rede de colaboração entre diferentes atores públicos e da sociedade civil. Participaram desse projeto o INTI (Instituto Nacional de Tecnología Industrial)<sup>58</sup>; o Ministério de Desarrollo Económico de la Ciudad de Buenos Aires; a *Corporación Buenos Aires Sur*; o Ministério de lo Desarrollo Social de la Nación e a Alameda. Com a abertura do Polo, as recém-criadas cooperativas obtiveram um espaço físico, receberam em regime de comodato do governo municipal máquinas apreendidas em fiscalizações para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e um curso de formação em gestão comercial e de negócios, específico para costureiros agrupados em cooperativas. Subsequentemente, a administração municipal tomou o polo têxtil como modelo de produção e comercialização sustentável para micro, pequenas e médias empresas do vestuário de Buenos Aires. Ademais, dali o Estado passou a tirar os parâmetros de preço das várias tarefas realizadas dentro de uma oficina como, tomada de molde, corte, costura, bordado, abotoado, incluindo a feitura de apetrechos, impressão, engoma, controle de qualidade, etc (EL BARRIO PUEYRREDÓN, 2009).

---

<sup>58</sup> O INTI é uma autarquia controlada finalisticamente pela Secretaria de Indústria, Comercio y de la Pequeña e Mediana Empresa, que tem como objetivo oferecer apoio técnico à indústria argentina mediante a investigação e o desenvolvimento de novas tecnologias e a aplicação das já existentes.

#### 4.3.4 No Chains: a internacionalização das redes

Em 2009, durante a realização de um congresso internacional, os alamedistas conheceram membros de cooperativas da Ásia e uma parceria foi firmada. A citada parceria entre La Alameda e a Dignity Return, da Tailândia, simbolizou definitivamente um rebalçamento na mirada da instituição, antes voltada exclusivamente para o local e agora também para os níveis nacional e global. Desse momento em diante, diz Vera, os trabalhadores e militantes argentinos passaram a lutar lado a lado com outros da Ásia pela dignidade no trabalho na costura, onde quer que seja.

A partir dessa iniciativa, criou-se a marca No Chains com o slogan: “um grito costureiro global para erradicar o trabalho escravo e a exploração na indústria do vestuário”. De acordo com seus idealizadores, esta seria a primeira marca global certificadamente livre de trabalho escravo, já que todas as roupas são feitas pelos próprios membros das cooperativas e, sendo assim, a linha produtiva é integralmente controlada. As cooperativas Defend Job, das Filipinas, a 100% obreiro (antiga 100% Milik Pekerja), da Indonésia, e a Associação de Mulheres Trabalhadoras de HK, de Hong Kong, se juntaram pouco depois. Doris Lee, Coordenadora da No Chains do Sudeste Asiático e pesquisadora de relações internacionais da Universidade de Hong Kong, descreve a seguir o início da marca:

Eu conheci o Gustavo Vera foi em 2008 em uma conferência no Peru, sobre trabalho decente na Ásia e na América Latina. (...) Eu sabia que na Tailândia também havia uma fábrica de trabalhadores que se chama Dignity Returns, e era um pouco parecida com a cooperativa La Alameda, e Gustavo sugeriu que as duas cooperativas, La Alameda e Dignity Returns, pudessem se juntar e criar uma marca global de cooperativas! (...) Hoje, não são mais apenas duas, mas cinco cooperativas na rede No Chains. Isso simbolicamente significa que a marca é cada vez verdadeiramente mais global e reflete o cenário da indústria, pois agora se tem uma presença produtiva maior nos países da Ásia, onde a indústria global de vestuário tem sido baseada. Por outro lado, também significou desafios para este pequeno grupo de cooperativas de trabalhadores que conta com poucos recursos. No entanto, o projeto continua, com a expectativa de que, como um todo, as necessidades de cada cooperativa individual - por exemplo, acesso a clientes ou fundos para matérias-primas - possam ser atendidas em conjunto (LEE, 2012, tradução livre).

O *marketing* empregado na campanha internacional de lançamento da marca No Chains e, posteriormente, das coleções visou divulgar a luta global da parceria e, simultaneamente, aquelas outras locais travadas por cada uma das cooperativas no interior de seus países. Desde o início, a escolha das estampas, dos modelos das roupas e dos acessórios que compõem as

coleções, se deu por meio da realização anual de um concurso internacional entre desenhistas, *designers* e estilistas voluntários. De forma simultânea, ocorre o lançamento da coleção nos países em que as cooperativas estão localizadas. Os produtos da marca carregam normalmente algum tipo de identificação visível certificando que foram produzidas em condições laborais dignas.

A respeito dos aspectos organizativos da produção e da remuneração, a proposta era criar roupas de qualidade, acessíveis, em condições decentes, mediante um processo de fabricação horizontal, autogestionário e democrático, que servisse de exemplo para outras cooperativas que estavam surgindo, principalmente na Argentina e na Tailândia no fim dos anos 2000. Todas as fábricas associadas à marca devem respeitar três normas básicas: 1) os trabalhadores decidem, em assembleia com a participação de todos os membros, as questões importantes; 2) cada membro possui um voto igual aos demais; 3) os lucros provenientes das vendas são igualmente divididos entre todos os membros da sua cooperativa (BAUWENS, 2010).

Doris Lee (2013) explica que a criação e a manutenção dessa rede transnacional de solidariedade demandam o envolvimento contínuo de diversos voluntários que não estão necessariamente inseridos dentro das cooperativas de costura, como é o seu caso. Isso porque, ainda que sob muitos aspectos as pressões externas e as condições de trabalho enfrentadas por esses costureiros sejam bastante parecidas, os idiomas colocam-se como um obstáculo. Nas reuniões, por exemplo, há sempre o cuidado para que sejam conduzidas em tailandês, inglês e espanhol, e que a tradução seja feita simultaneamente por intermediários. Como se pode imaginar, esse trâmite é lento, fatigoso e exige disponibilidade de tempo, geralmente escasso entre os trabalhadores. Certas particularidades, tais como diferenças culturais, normativas e outras, decorrentes do próprio histórico individual de desenvolvimento de cada cooperativa, também tiveram de ser superadas.

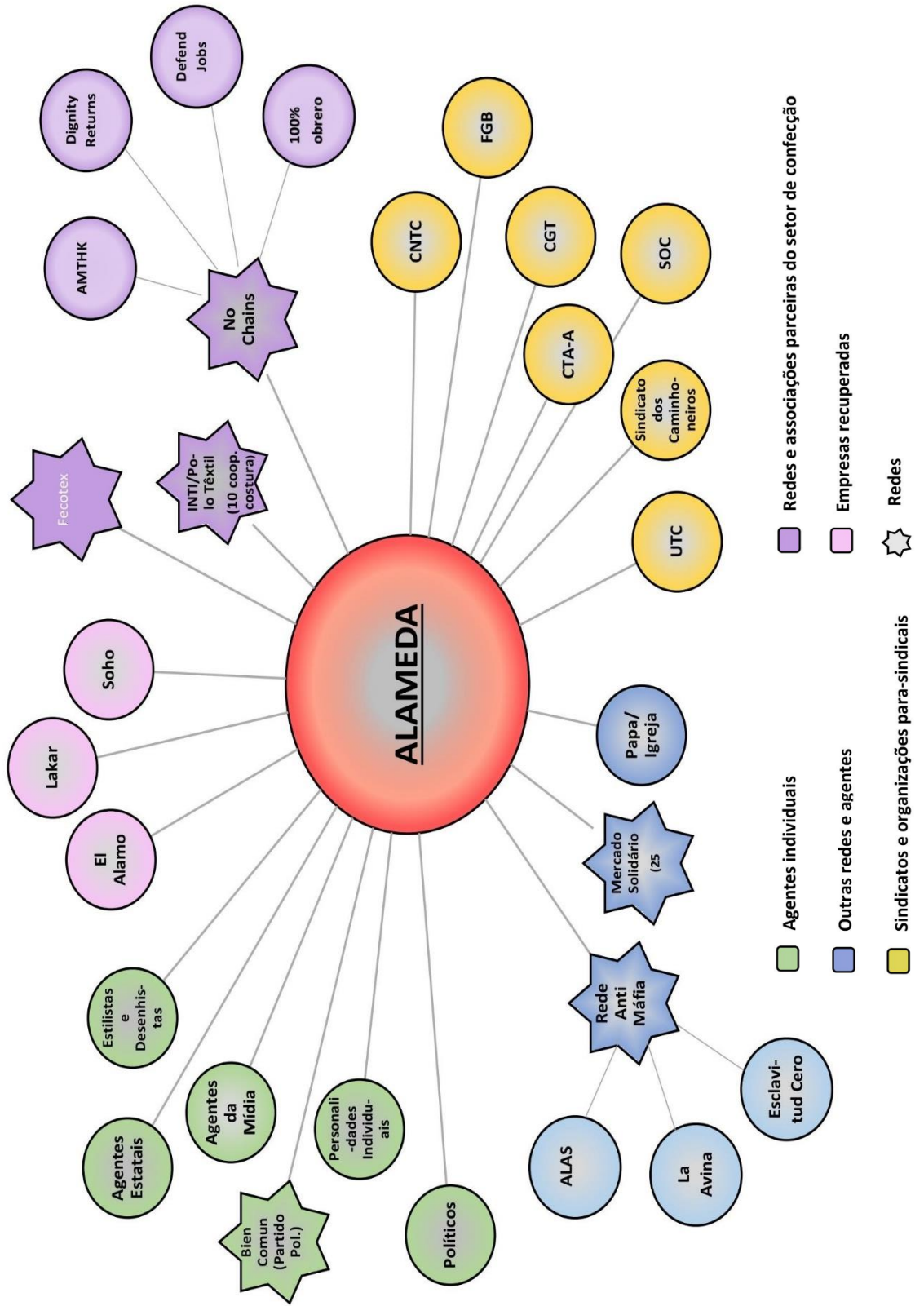
Recentemente, o maior desafio tem sido a criação de um sistema integrado de vendas e de finanças. No início, quando somente havia duas cooperativas (a Alameda e a Dignity Returns), praticava-se uma participação de metade dos lucros com a outra cooperativa. A prática servia para contrabalancear as perdas decorrentes de sazonalidades, variações de mercados locais ou outro tipo qualquer de vicissitude que uma das cooperadas viesse a enfrentar. Quando a Defend Job, a 100% Obreiro e a Associação de Mulheres Trabalhadoras de HK entraram para a No Chains, os organizadores relatam que o princípio da repartição, tal

como era, se tornou impraticável, pois os lucros eram quase sempre pequenos ou inexistentes, havia muitas moedas a serem convertidas e as filiadas careciam de conhecimento contábil (LEE, 2013).

Então, a nova regra passou a ser que cada cooperativa iria contribuir com 20% do seu lucro a um fundo comum da No Chains, que serviria para financiar as campanhas globais da marca ou qualquer outra demanda que fosse aprovada em assembleia, como, por exemplo, alguma necessidade específica de uma das cooperativas.

Apesar das dificuldades renitentes, Lee (2013) faz um balanço de que as cooperativas da No Chains estão conseguindo contar com a partilha de seus próprios recursos para sanar problemas no interior da rede. Além disso, lograram se tornar financeira e organizacionalmente independentes e estáveis; lutaram em apoio de outros trabalhadores de seus respectivos países e conseguiram mudanças legais referentes à dignidade dos trabalhadores da costura.

## AS REDES DO MPTD



#### 4.4 A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO PRÓ-TRABALHO DIGNO E O INGRESSO DE NOVOS ATORES SOCIAIS

Desde que a Alameda passou a militar no combate ao trabalho escravo em 2005 e suas primeiras redes sociais foram forjadas em torno do que se passava nas oficinas de confecção, ela também se posicionou abertamente ao lado dos trabalhadores da costura e contra os donos de confecções irregulares, as grandes marcas do vestuário e os dirigentes do SOIVA (Sindicato Obrero de la Industria del Vestido y Afines). Dessa forma, como veremos, enquanto o movimento subalterno brasileiro concentrou-se originalmente no tema da imigração e o trabalho em confecção acabou sendo, digamos, apenas seu desdobramento secundário, o movimento argentino, capitaneado pela Alameda, a seu turno, nasceu tendo como mote acabar com a superexploração a que os costureiros estão submetidos na Argentina. Dito de outro modo, a imigração nunca foi a pedra angular das redes alamedistas; pois esse papel foi ocupado originalmente pelo trabalho, num primeiro momento circunscrito por apenas alguns grupos subalternos e, mais recentemente, o trabalho executado pelo conjunto de todos os trabalhadores subalternos argentinos<sup>59</sup>.

Por certo que essa importante divergência de enfoque com relação ao movimento brasileiro corroborou para que o movimento argentino não enquadrasse os donos de confecção apenas como vítimas das cadeias produtivas locais e transnacionais do vestuário e que, portanto, as relações desenvolvidas com os seus empregados seria o resultado imediato e incontornável de uma lógica econômica predatória global. Em entrevistas, os alamedistas reconhecem abertamente o impacto devastador que as políticas neoliberais trouxeram ao seu país, sobretudo no sentido de precarizar as relações trabalhistas e as condições de trabalho na costura<sup>60</sup>, e que, além disso, as grandes marcas são as maiores beneficiárias da atual configuração da cadeia produtiva do vestuário<sup>61</sup>. Todavia, ainda que deixem claro tais ressalvas, ressaltam que os donos

---

<sup>59</sup> É preciso salientar, como será discutido mais adiante, que nos últimos anos o combate às máfias também tem ganhado espaço no interior da Alameda.

<sup>60</sup> Sobre isso, em entrevista realizada em novembro de 2016, Nestor Escudeiro: “houve um momento do mercado de trabalho argentino que se criou fábricas, um grande investimento neste setor. Então, bem, havia toda uma estrutura que foi implodida pela entrada do neoliberalismo, ainda que fosse obsoleta, era uma estrutura, que permitiu a existência de fábricas que têm hoje 70, 80 anos... contando com gente de carreira, gente capacitada, que tinham, além disso, razão social... e tudo isso. Eles são hoje *muito* poucos! Todo o resto é trabalho informal por peça em casas, galpões, em *vilas* (favelas) sem qualquer tipo de controle estatal, é... em situação miserável!”

<sup>61</sup> Gustavo Vera, em 2007 escreveu um artigo ao site do INTI em que diz: “Com 72 marcas que foram encontradas oficinas clandestinas e recusando que todas sejam auditadas pelo estado, é uma questão de tempo revelar publicamente que a grande maioria das grandes marcas baseia sua produção e seus ganhos obscenos no trabalho escravo. (...)Milhares de escravos atravessam as fronteiras todos os anos antes do olhar impassível dos funcionários da migração; dezenas de oficinas pagam pedágios a delegacias e inspetores nos bairros da capital e da província de Buenos Aires. Parte desses lucros fabulosos de marcas se transformam em diretrizes de publicidade para os

de confecção que agem em descompasso com a legislação argentina são agentes plenamente capazes e que, em função de interesses pessoais e de categoria, urdiram redes internacionais de agenciamento de força de trabalho informal e desenvolveram mecanismos de dominação no chão de fábrica das oficinas a fim de controlar os seus contratados e mantê-los trabalhando sob condições degradantes a troco de salários bem inferiores ao mínimo nacional.

#### **4.4.1 A Red Nacional Antimafia: novas bandeiras de luta**

Segundo Gustavo Vera, os principais atores da sociedade argentina envolvidos com a temática do trabalho na costura acreditaram durante muito tempo que a participação das grandes marcas no circuito de exploração laboral restringia-se às duas possibilidades: a da *subcontratação real* ou a da *subcontratação simulada* de força de trabalho. Sabia-se que nos dois casos eram utilizados amplamente trabalho informal, frequentemente em condições análogas à de escravo. Na primeira, a forma mais comum, os proprietários das marcas, que também são de modo geral grandes varejistas, optam por não possuir fábricas próprias, terceirizando de fato toda a produção de suas roupas para donos de confecção que possuem livre arbítrio para decidirem qual encomenda aceitam ou não. Normalmente, neste caso, uma mesma confecção fabrica roupas de diferentes marcas<sup>62</sup>. Na segunda, os donos das oficinas de confecção são, na realidade, testas de ferro dos proprietários das marcas. Estes fornecem o capital utilizado na abertura das confecções e dão ordens diretas, relativas à produção, aos donos de faixa. Nessa relação fraudulenta entre “donos” da confecção e donos das marcas, ademais, estão presentes todos os requisitos legais que caracterizam um vínculo empregatício: a subordinação (o cumprimento de ordens), a não eventualidade (o trabalho é prestado de forma habitual – mesmo quando não prestado ao longo de todos os dias da semana), a pessoalidade (determinado indivíduo, e somente ele, é quem pode prestar o serviço para que foi contratado), a onerosidade (o serviço prestado deve ser remunerado) e o trabalho ser prestado por pessoa

---

principais meios de comunicação, editoras e agências de publicidade e para financiar algumas campanhas políticas em preto. As marcas não só garantem que o sistema criminal continue funcionando, mas também são "formadores de opinião" através de condições de publicidade para a mídia, e influentes "assessores" do Estado, na medida em que citam as campanhas de parte da corporação política.” Retirado de <https://www.inti.gov.ar/sabercomo/sc51/inti3.php> . Acesso em 19/06/2018

<sup>62</sup> É lógico que, tendo em vista com a alta competição do setor e as margens de lucro reduzidas que estes pequenos proprietários operam, praticamente todas encomendas acabam sendo pegadas. Desse modo, essa “liberdade” de escolha há de ser relativizada.

física (há, no caso em tela, uma tentativa explícita de tentar descaracterizar esse elemento ao tornar um gerente no dono legal da confecção).

Ainda que as dinâmicas envolvidas nas duas formas de organização da produção não fossem exatamente iguais, nas redes alamedistas, a subcontratação real e a simulada na costura sempre foram igualmente consideradas socialmente problemáticas e moralmente reprováveis. Isso porque ao passo em que na subcontratação real os donos das marcas utilizam-se de brechas legais para se eximirem dos encargos trabalhistas e, assim, permanecem praticando uma negligência salutar (ao menos para os seus bolsos) quanto às reais condições em que suas roupas são produzidas; no caso da simulada, os donos das marcas são os organizadores dessas relações espúrias e os lucros provenientes da intensificação e do prolongamento do trabalho podem ser ainda maiores. É evidente que os riscos envolvidos neste último tipo também são maiores, pois neste desrespeita-se de forma mais aberta e direta a legislação laboral.

O marco da implosão dessa perspectiva macrossociológica sobre a problemática da costura nacional foi 2012, quando o tema do trabalho sofreu uma guinada. Entre 2005 e a data mencionada, o raio de atenção da Alameda e de suas parceiras ampliou-se para além das oficinas de costura, atingindo, por exemplo, temas como a exploração sexual, o trabalho infantil e o tráfico humano. Após um cuidadoso cruzamento de dados acumulados em anos de investigação por essas organizações, comprovou-se a existência de estruturas político-econômicas transversais mafiosas que operavam na Argentina, conectando empresas aparentemente regulares (principalmente do comércio) a empresas que normalmente operam na informalidade (como é o caso da esmagadora maioria das oficinas de confecção de Buenos Aires e dos camelôs da região da capital La Salada) a organizações criminosas que exploram atividades ilícitas (como o tráfico humano e de drogas e o proxenetismo) e que, juntas, cooptaram e corromperam agentes públicos de todos os níveis e jurisdições.

Sinteticamente, Vera explicou em cadeia nacional ao jornal La Nacion no dia 29 de Abril de 2015 como tal estrutura fora criada. De acordo com o líder alamedista, até o início dos anos 2000, as oficinas clandestinas eram um fenômeno de pouca expressão e menor dimensão. Entre 1991 e 2002, a produção têxtil nacional era mínima e o setor viveu basicamente de importar produtos, já que a lei de convertibilidade, que garantia a paridade entre o dólar americano e o peso argentino, tornou o preço das roupas produzidas internamente pouco competitivo. Desse modo, Vera elucida que, até aquele momento, o maior problema aventado pelas autoridades envolvendo oficinas clandestinas eram as falsificações. Foi somente após a



desvalorização cambial de 2002 que as oficinas clandestinas tornaram-se um fenômeno sistêmico e massivo, exatamente quando o setor têxtil argentino se reaquece escorando-se em práticas ilícitas como tráfico humano, a lavagem de dinheiro proveniente do narcotráfico e do proxenetismo, a corrupção de agentes da área da imigração, das forças de segurança, da justiça e da política institucional. Ainda de acordo com Vera, para se ter uma ideia, somente na capital nacional, 78% das oficinas de costura atuam em completa informalidade e seus proprietários se beneficiam (direta ou indiretamente) de um complexo circuito criminoso instalado no país. O vínculo reside num esquema verticalizado de cobrança de propinas de donos de pequenas oficinas completamente irregulares que utilizam trabalho em condições análogas a de escravo, e de oficinas de todos os tamanhos que servem como pontos de lavagem de dinheiro, de donos de bordéis e de narcotraficantes. A operacionalização do sistema é efetuada por agentes públicos de médio e baixo escalão, sob o comando do chefe de brigada, do subcomissário e do comissário de polícia da capital. Subsequentemente, parte desses recursos são redistribuídos entre determinados membros do alto escalão do judiciário, do legislativo e do executivo.

A conclusão a que Vera chegou é que a corrupção estatal teria se casado com a máfia nacional para garantir “segurança jurídica” a negócios ilícitos, contando com a participação ativa minoritária (interessada nos ganhos financeiros proporcionados pelo esquema de corrupção) e a participação passiva majoritária (por sua vez, acomodada com a situação instalada, mas que não se beneficia com o esquema de corrupção) do funcionalismo público portenho. Vera fecha seu balanço afirmando que foi dessa forma que a coligação entre agentes endógenos e exógenos ao poder público, envolvidos nessa trama, teriam alcançado a hegemonia estatal<sup>63</sup>.

De 2005, quando o tema das oficinas irregulares explodiu, até constatação da existência de grandes estruturas criminosas envolvendo a produção na costura em 2012, a SOIVA, de acordo com os alamedistas, permaneceu passiva a todas essas questões. A UTC, que funciona como um braço sindical informal criado pelos alamedistas em conjunto com trabalhadores da costura provenientes de oficinas regulares, irregulares e de fábricas recuperadas, pressionou a SOIVA a adotar uma postura mais combativa, como demonstram seus boletins mensais. No Boletim n.1 da UTC, por exemplo, afirma-se que

---

<sup>63</sup> Para mais informações, cf. a entrevista com Gustavo Vera, exibida pelo jornal La Nacion em 29 de Abril de 2015. Disponível em <https://www.lanacion.com.ar/1788683-gustavo-vera-hay-un-estado-donde-la-corrupcion-se-caso-con-la-mafia>

muitos organismos de Estado, a sociedade, os grandes meios de comunicação, inclusive outros sindicatos e centenas e centenas de costureiros e representantes (de fábrica) reconhecem a Union de Trabajadores Costureros/La Alameda como o único agrupamento que defende realmente os costureiros.

Isso teria ocorrido porque o corpo burocrático do SOIVA teria se desconectado de suas bases, abdicando, dessa forma, da própria defesa dos costureiros em favor de interesses individuais de suas lideranças. No Boletim n.8, a acusação de “peleguismo” é explícita

a direção do sindicato que temos (SOIVA) é muito amiga dos patrões e há de forçar-lhes eleições, seja como for, seja de maneira consentida ou não. (Por isso,) A união dos costureiros neste caso é fundamental, unidos conseguiremos eleger novos dirigentes e começar a mudar a história nas fábricas de exploradores.

Embora o SOIVA preserve até hoje seu status de representante legal dos costureiros argentinos, a Alameda se tornou na última década a representante real/simbólica desses trabalhadores. Em 2013, ela fortaleceu essa posição ao capitanear a luta contra as máfias argentinas por meio da criação de uma rede formal que uniu quarenta organizações nacionais e internacionais. A ideia da criação da Red Nacional Antimafia ocorreu após a constatação feita no “Congreso contra la trata y el crimen organizado”, realizado pela Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires (UBA), no início de abril do mesmo ano, de que o tráfico de pessoas com finalidade laboral e sexual, o tráfico de drogas, de armas e de órgãos, o suborno e a corrupção, os crimes ambientais graves, a lavagem de dinheiro, são todas práticas delituosas que se cruzam, já que são planejadas e executadas por redes coincidentes de máfias e de crime organizado. Hoje a rede possui escritórios na Capital, em Rosario, Córdoba e Tucumán.

#### **4.4.2 Jorge Bergoglio e a moral do movimento**

Enquanto ainda era arcebispo de Buenos Aires, Jorge Bergoglio participou do congresso anti-mafia e indicou alguns dos nomes dos participantes da mesa inter-religiosa (INFOBAE, 2013). A relação próxima entre o atual Papa Francisco e os militantes da Alameda e de sua organização irmã, a cooperativa dos catadores El Álamo, entretanto, começou bem antes, precisamente em junho de 2008, após Gustavo Vera ter buscado a ajuda do religioso. Vera conta que reuniu-se com o então arcebispo de Buenos Aires após ter lhe enviado uma carta solicitando um encontro (LA ALAMEDA, 2014). Acerca desse primeiro contato Vera explica:

Esclarecemos que não éramos uma organização católica, que queríamos falar com ele porque estávamos em uma situação de grande vulnerabilidade. Nossas denúncias tocavam de perto o poder político, o judiciário, as forças de segurança. Estávamos muito, muito expostos e pedimos a ele que nos acompanhasse e nos protegesse, porque corríamos o risco de acabar no Rio da Prata. Ele permaneceu em silêncio por um tempo e depois propôs a famosa (primeira) missa em favor das vítimas do tráfico (LALAMEDA, 2014).

Depois disso, Bergoglio foi à sede da Alameda conhecer o trabalho que a organização, em cooperação com outras parceiras, realizava. Ele, então, tornou-se um colaborador do movimento: celebrou missas em praças públicas em apoio às vítimas de exploração laboral e sexual; destacou a militância da Alameda acerca de tais temas; incentivou seus fiéis a denunciar quadrilhas envolvidas em tais crimes; deu abrigo a pessoas que sofreram ameaças por terem colaborado com as investigações do movimento e que não receberam proteção estatal; ajudou trabalhadores desempregados resgatados de oficinas irregulares.

Gustavo Vera destaca que uma das estratégias estimuladas por Bergoglio era utilizar a notoriedade como forma de proteção. Segundo Vera, foi como ele agiu no caso Nancy Miño Velásquez, uma policial que denunciou à Alameda a existência de um esquema de recebimento de propinas dos prostíbulos da capital dentro da Divisão de Tráfico de Pessoas da Polícia Federal e também quando apoiou publicamente Lorena Martins, que acusou seu pai em 2011, um ex-agente da Side (Serviço de Inteligência de Estado da Argentina), financiador da campanha de Mauricio Macri ao cargo de chefe de governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, de ser dono de prostíbulos na Argentina e no México (PIQUÉ, 2014).

A proximidade com o clérigo, famoso, bem visto e querido, que se tornou Papa no início de 2013, conferiu distinção às bandeiras do movimento, uma espécie de emblema público de idoneidade às organizações envolvidas, sobretudo à Alameda que estava a sua frente. Não obstante, gostaríamos de explorar um outro aspecto relevante dessa relação, como ela pode ter repercutido no discurso moral empregado pela Alameda.

Veronica Gago (2017), docente e pesquisadora da UBA afirma em sua obra *Neoliberalism from below* que, juntos, Bergoglio e Vera produziram uma imagem de alto impacto na sociedade argentina ao se cercarem de catadores, de prostitutas e do movimento de trabalhadores excluídos. De forma resoluta, o cardeal afirmou haver pessoas que simplesmente “sobravam” nas cidades e que “assim como ontem, existem hoje escravos nas cidades”. Vera, a seu turno, enfatizou que a perspectiva dos proprietários das oficinas têxteis é hegemônica, já que somente a versão destes era contada. Portanto, era preciso dar vozes aos costureiros.

Diante disso, de acordo com a autora, a Alameda construiu uma narrativa de que o trabalhador boliviano é passivo e hipossuficiente na relação que estabelece com seu empregador. Desse modo, o costureiro imigrante seria alguém que precisa ser resgatado, pois está sujeito a ser enganado, abusado e confinado. Ainda nessa perspectiva, a autora defende que houve um interesse por parte da Igreja em se aliar, por intermédio da figura do cardeal Bergoglio, posteriormente do Papa Francisco, à Alameda. Tratava-se, diz ela, de um “negócio de salvação”, logo, benéfico à imagem da instituição (GAGO, 2017).

Por fim, Gago (2017) conclui que o enquadramento da problemática das oficinas irregulares feito pelas organizações argentinas pode ser definido a partir de três características básicas: a culturalização, a judicialização e a moralização. Assim, o conhecimento especializado, o sistema judicial, as ONGs e a Igreja Católica, todos a seu modos, caracterizariam as oficinas de costura como um estrangeirismo, algo distante dos argentinos e restrito ao cotidiano dos estrangeiros. No quadro legal, o tráfico humano e as organizações da sociedade civil que o combatem propõem uma perspectiva de vitimização e infantilização dos trabalhadores com o intuito de tirar do trabalho migrante o status de incompreensível. Essa visão estaria, ainda, atrelada à moralização que inclui a condenação destas economias e a denúncia de sua operacionalização.

A nosso ver, há acertos e imprecisões na análise de Verónica Gago. Em nossa pesquisa, realmente constatamos haver coesão quanto ao caráter moral no interior das redes alamedistas, aliás, moral esta autodesignada pelos alamedistas por *espírito de bien comun*. Em diversas entrevistas houve menção à disparidade entre as partes envolvidas no processo produtivo da costura, aos abusos recorrentes no chão de fábrica das oficinas, à restrição de liberdade e a ingenuidade por parte de alguns imigrantes no momento de sua chegada à Argentina.

A suposta crença em uma passividade dos costureiros imigrantes, por outro lado, não se confirmou. As falas dos entrevistados não suscitaram dúvidas a este respeito. Foi-nos colocado que os costureiros procuraram a ajuda da Alameda, forneceram informações e tomaram parte nas investigações a respeito das condições de trabalho na costura portenha e, finalmente, ingressaram e engrossaram as organizações de combate ao trabalho escravo. Não obstante, foi-nos lembrado também, nas entrevistas, que qualquer ação por parte dos costureiros, seja no sentido de denunciar ou militar contra as condições de trabalho no ramo do vestuário, demanda certo amadurecimento por parte deles, normalmente forjado em seus embates cotidianos, nos choques entre as promessas dos empregadores e a realidade. Ademais, a existência de um

aparato de auxílio àqueles que denunciam abusos e desrespeitos à legislação laboral nas oficinas foi destacada como propulsor da ação contestária dos costureiros imigrantes. Em outras palavras, é o que nos contou, por meio da descrição de sua trajetória pessoal, a costureira boliviana Olga, hoje uma das líderes da Alameda:

Nós fomos contratados por 300 pesos. Nós trabalhávamos das 7:00 até 1:00 ou 2:00 da manhã. Tínhamos um salário fixo neste momento. E eu não sabia porque trabalhávamos tanto! Porque a princípio eu pensava que iriam pagar dobrado porque eram muitas horas! Mas não. No meu país, apesar de sermos pobres, não trabalhamos tantas horas. (...) Um dono de oficina te diz que vai ter cama, comida e trabalhar tudo dentro... e te convence. Às vezes nem tem nada, a comida... a alimentação é péssima, o lugar onde te dão para dormir, muitas vezes, tem que compartilhar com três, quatro pessoas... depende de quantas cabem. Outras vezes, tem que se separar o dormitório com paredes feitas com telas, tecidos... e se vive dessa forma. (...) Chegado este momento eu queria voltar para o meu país. [mas] Então eu estava praticamente aprisionada, pois não podia voltar e também devia muito dinheiro (OLGA, setembro de 2016).

Nesse ponto da entrevista, Olga lembrou-nos que a comida na oficina em que trabalhava era escassa e que, portanto, juntamente com seus filhos, tinha de buscar locais que servissem refeições gratuitas.

Eu passei por várias igrejas em busca de comida, até chegar ao refeitório entre a Lacarra e Avenida Directorio, onde a Fundação Alameda está hoje. Então, a situação começou a mudar. Eu comecei a participar de algumas assembleias, onde ouvi, pela primeira vez, que eu tinha os mesmos direitos que um argentino, mesmo que não tivesse um DNI. (...) Hoje eu digo, se alguém não esta certo de fazer essa luta contra o trabalho escravo, ou se não se está seguro de que se pode trabalhar de forma cooperativa, sim se pode (OLGA, setembro de 2016).!

Por fim, a afirmação de Gago de que os alamedistas, a Igreja católica e as intuições públicas enxergam a problemática das oficinas como algo próprio dos estrangeiros, distante, portanto, do cotidiano dos argentinos, tampouco se verificou. Tamara Rosenberg nos explicou que até meados de 2005, realmente a realidade das oficinas era pouco conhecida, o que talvez pudesse dar força à essa visão. Contudo, após a contínua divulgação midiática, dos inúmeros protestos engendrados por ONGs, dos congressos e seminários integrando diferentes agentes do estado e da sociedade civil a respeito dos *talleres de cama caliente*, criou-se um consenso entre os atores apontados por Gago de que o fenômeno das oficinas irregulares está entremeado na tessitura social das cidades argentinas e, enquanto tal, não podem ser pensadas de maneira abstrata. Isto é, concluiu-se, a partir dos dados provenientes de anos de investigação, que a

exploração laboral do vestuário intercruza-se com negócios ilícitos organizados por máfias locais e internacionais em grande medida geridas por indivíduos argentinos e que contam, inclusive em suas redes, com a participação de agentes públicos corruptos.

#### **4.4.3 A política institucional: criação do partido Bien Común**

Lucas Manjón, chefe de investigação do partido Bien Comum e coordenador da Red Nacional Antimafia, em entrevista, revelou-nos que antes de 2013 várias propostas de ingresso na política institucional haviam sido feitas aos membros da alameda. A Alameda e diversas organizações que integram o MPTD estiveram entre 2005 e 2013 nas ruas manifestando dezenas de vezes ao lado de diversos partidos e sindicatos, como será exposto em momento oportuno, no capítulo 5. Sendo assim, os convites para o ingresso na política institucional foram naturalmente se acumulando ao longo dos anos. Entretanto, até esse momento, a maioria era favorável a se fazer política apenas a partir da sociedade civil, isto é, sem se envolverem com o jogo político institucional. No entanto, já havia uma discussão dentro da organização de que não seria possível continuar interpelando os entes políticos de fora da política (em seu sentido estrito) por muito mais tempo.

Assim, Pino Solanas e Elisa Carrio, líderes da frente política ampla UNEN, propuseram a Gustavo Vera concorrer à legislatura da Cidade Autônoma de Buenos Aires pela sigla que representavam. Após a aprovação dos integrantes da Alameda, Vera candidatou-se, foi eleito e assumiu o cargo em dezembro de 2013. Já durante seus primeiros meses de mandato, a UNEN passou por alinhamentos, realinhamentos e modificações em sua composição. Devido a razões diversas vinculadas a tais alterações, o líder alamedista tornou-se insatisfeito quanto aos rumos tomados pela UNEN. Em suas palavras, as promessas de seus dirigentes de que a sigla “atuaria como uma grande coalizão antimafia e anticorrupção” ou, ao menos, “daria os primeiros passos rumo à libertação da república argentina das garras dos grupos criminosos que detinham a hegemonia estatal” não se concretizaram. Ao invés disso, Gustavo relata que a UNEN transformou-se em uma coalizão antiperonista que atacava ferozmente alguns opositores e protegia parlamentares aliados envolvidos em esquemas de corrupção. Somando-se a isso, integrantes chave da frente “votaram de maneira escandalosa” em diferentes momentos, contradizendo os ideais defendidos inicialmente pela UNEN e beneficiando “supostos

opositores políticos como Mauricio Macri”. Segundo Vera, esses acontecimentos foram decisivos para sua saída da UNEN<sup>64</sup>.

Assim, em setembro de 2014, portanto aproximadamente apenas nove meses após ter assumido suas atividades parlamentares, Gustavo Vera conduziu a criação do partido Bien Común. Basicamente, o partido surgiu como expressão direta das redes de relações da Alameda. Nesse sentido, a composição da mesa de apresentação do partido, durante o seu evento de lançamento, realizado na cidade de Buenos Aires, é sintomática. Participaram dela Ezequiel Conde (líder da Soho e presidente da FeCooTex), Alicia Montoya (representante da Cooperativa Álamo), Lucas Schaerer (jornalista e membro da La Alameda), Gustavo Vera (Deputado e presidente da Alameda), o então deputado Pablo Bergel (que em 2001, conheceu Vera na Assembleia 20 de Diciembre) e Mario Ganora (defensor público e vice-presidente da Alameda) (LA ALAMEDA, 2014b).

Alguns anos antes do início de seu mandato, Vera já havia se aproximado de diferentes lideranças de movimentos sindicais argentinos e de dirigentes de partidos políticos de centro e centro esquerda, mas posteriormente, com a criação do partido, esse movimento ganhou força. Desse modo, em dezembro de 2014, quando lançou sua pré-candidatura a chefe do governo portenho, contou com o apoio do sindicato de Técnicos y Profesionales de la Industria del Gas e do Partido por la Cultura, la Educación y el Trabajo (CET) – partido reconhecidamente dirigido pela maior central sindical argentina, a CGT. Também apoiaram Vera o Partido de la Seguridad Social, o Partido Demócrata Cristiano e alguns ex-dirigentes da UNEN, compondo, assim, o que ficou conhecido como bloco Bien Común. No ato de lançamento de sua candidatura, nomes como Ximena Rattoni (Secretaria Adjunta do Sindicato da Indústria do Gás) e Julio Piumato (Secretario Geral de Direitos Humanos da CGT) discursaram defendendo o programa de governo do líder alamedista (EL BARRIO VILLA PUEYRREDON, 2015). Gustavo Vera não foi eleito, mas a relação entre Alameda e o movimento sindical argentino se fortaleceu nos anos seguintes, impactando, como veremos, no discurso de no escopo reivindicatório da organização.

---

<sup>64</sup> As informações foram retiradas da entrevista de Gustavo Vera a Rolando Graña, durante o programa Tercera Posicion, no canal televisivo América 24, que foi ao ar no dia 04/09/2014.

#### **4.4.4 A criação da Multisectorial 21F: da luta pelos subalternos da costura para a luta por todos os trabalhadores subalternos**

Mauricio Macri assumiu a presidência da Argentina em 10 de dezembro de 2015. Seu primeiro ano de governo, 2016, foi marcado por uma forte deterioração econômica nacional: o PIB retraiu em 2,3% e a inflação atingiu 40%. No final de 2015, a moeda americana era cotada a 9,85\$ (pesos argentinos), ao passo em que em março do ano seguinte passou a ser cotada a mais de 16\$. Em meio a esse cenário, o poder de compra das famílias encolheu e, com ele, o consumo. A atividade na construção civil, a produção na indústria e as exportações também foram impactadas. Se tomarmos como referência o desastroso desempenho apresentado pela economia argentina no ano anterior, em 2017 os dados tiveram tímida melhora, mas voltaram a piorar em 2018 (CUÉ, 2017; MOLINA, 2018).

O desencantamento com o macrismo por parte da população, entretanto, apresentou seus sinais mais evidentes quando, em meio à crise, o governo, de um lado, promoveu a desoneração de setores como a agricultura e a mineração e, de outro, retirou subsídios que controlavam os preços do gás, da água, do transporte público e dos combustíveis. Logicamente, o impacto de tais medidas foi sentido de forma adversa pelos diferentes estratos sociais. Nesse sentido, apesar de Macri ter chegado à presidência tendo prometido combater a pobreza, durante o seu governo a pobreza disparou, atingindo, no final de 2016, 13 milhões de pessoas ou 32% da população, reduziu para 28,6% em 2017 e tornou a crescer em 1,6% no primeiro semestre de 2018 (CUÉ, 2017; O GLOBO, 2018).

No berço da sociedade civil argentina, a política macrista também encontrou adversários historicamente influentes. As mudanças previdenciárias aprovadas no final de 2017, o plano de reformar a legislação trabalhista argentina, tornando-a mais flexível, a ameaça de cortar o financiamento dos sindicatos e de auditar suas finanças criou o pano de fundo necessário para que começasse a ser desenhada uma coalizão formada por sindicatos – que há algum tempo não sentavam em uma mesma mesa de negociação – e movimentos sociais. A marcha de Buenos Aires de 21 de fevereiro de 2018, convocada inicialmente pelo movimento de caminhoneiros de Hugo Moyano da CGT dissidente e aderida por outras centrais sindicais e organizações sociais, foi sem dúvida um marco na história das mobilizações da sociedade civil argentina. Após esse grande ato, Gustavo Vera e Pablo Moyano encabeçaram reuniões com diversas lideranças sindicais e líderes de ONGs para criar uma multisectorial de âmbito nacional. Poucos



meses depois, a Multisectorial 21F ganharia apoio em praticamente todas as províncias argentinas.

Envolvida diretamente em todos esses acontecimentos, a Alameda acabou redirecionando, ou ao menos inaugurando novas bandeiras de luta. Se até 2017 os esforços alamedistas concentravam-se na luta de apenas certos trabalhadores subalternos, a partir de 2017 eles se voltam para a construção de uma frente capaz de agregar os interesses políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os trabalhadores argentinos, isto é, dos trabalhadores informais e dos trabalhadores sindicalizados. Essas alterações se deram de maneira processual.

Já dissemos que a entrada de Gustavo Vera no o jogo político institucional em 2013 promoveu a incorporação de novos agentes ligados ao movimento sindical argentino nas redes alamedistas. Com isso acreditamos que o movimento social Pró Trabalho Digno (MPTD) passou por um processo de auto-ressignificação e de mudanças em suas estratégias de ação. Em síntese, os dois elementos apontam para uma paulatina incorporação de uma agenda de lutas, de discurso e de alinhamento identitária de caráter classista.

Aqui, referimo-nos a classe social tomando como referência o ensinamento thompsoniano de que classe é uma formação tanto cultural como econômica cuja ocorrência se demonstra nas relações humanas (THOMPSON, 2010). No caso da Alameda, esta formação iniciada a partir de 2013 e ainda hoje embrionária, embora em pleno desenvolvimento, tem se desenvolvido em torno da identidade e dos interesses dos trabalhadores. Daí a importância capital de destacarmos ao longo da tese os aspectos cronológicos referentes à existência ou ausência de um processo evolutivo de interesses, normas e valores partilhados pelas redes sociais alamedistas que compõem o movimento subalterno argentino, pois

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observamos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição (THOMPSON, 2010, p.12).

Por isso, mesmo tendo salientado anteriormente que a atenção dos alamedistas sempre voltou-se para as questões que abraçam o mundo do trabalho, são necessários alguns esclarecimentos com a finalidade de justificarmos porque cremos que somente após meados de

2014 o posicionamento ideológico da Alameda apresentará um conteúdo de classe mais delineado que irá ter como seu marco simbólico o ano de 2017.

Como vimos, em seus primeiros anos de atuação, o eixo central de atuação da organização foi tentar solucionar os problemas que uns poucos grupos de trabalhadores locais enfrentavam em certas áreas da economia argentina. Buscava-se, assim, por exemplo, encontrar resoluções para a problemática dos trabalhadores informais da costura ou das mulheres vítimas do tráfico internacional voltado à exploração sexual que em uma das pontas de seu circuito internacional acabava aportando de modo mais proeminente em alguns bairros de Buenos Aires. Com o passar do tempo isso muda: grosso modo, da defesa restrita ao combate ao trabalho escravo para a defesa ampla dos interesses das classes subalternas.

Nesse sentido, além das novas parcerias firmadas pela Alameda indicarem mudança em sentido classista, o próprio discurso alamedista, se comparado em seus anos iniciais (por volta de 2005 até 2012) e mais recentemente (2013 até 2018), evidencia uma mudança de forma e conteúdo. É preciso frisar que aqui notamos mais uma inflexão que uma mudança ideológica radical desta organização.

Bem, dito isso, nos primeiros anos de existência da Alameda é possível encontrar a utilização dos princípios prescritos nos direitos humanos como arma de convencimento público e institucional à causa da Alameda. Por exemplo, no caso da denúncia formal apresentada por Gustavo Vera à Procuradoria Geral da Nação argentina no ano de 2009, em que o líder da Alameda escreve: "(...) é um dever constitucional reprimir o proxenetismo e o fechamento de bordéis para proteger os Direitos Humanos contemplados na Lei Fundamental e os tratados internacionais ratificados por nosso país." Em outra parte do documento, Vera diz:

A exploração do homem pelo homem (art. 21 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), a escravidão, a servidão e o tráfico de pessoas (art. 6 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, 6 do Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos) e a exploração da prostituição de terceiros (artigos 6 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e 6 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) são formas específicas de violação dos Direitos Humanos que os Estados devem reprimir.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup> A denúncia completa pode ser acessada no site da Alameda: <https://laalameda.wordpress.com/2009/12/15/la-denuncia-penal-por-600-prostitubulos-portenos/>. Acessado pela última vez em 21/06/2018.

Aos poucos o léxico do representante da Alameda começou a se alterar. Em 2013, a expressão direitos humanos já aparece com maior recorrência associada a trabalhadores e não à noção ainda mais abstrata de “pessoa humana”:

“A famosa marca de roupa Kevingston, propriedade dos irmãos Roberto, Diego e Gustavo Sterman, oculta de seus clientes que se dedica a violar os direitos humanos mais elementares de seus trabalhadores (...).”<sup>66</sup>

A partir de 2014, o discurso dos militantes da Alameda se volta ainda mais fortemente em torno dos direitos do trabalho. Em 2016, ao anunciar as diretrizes da iniciativa Ropa Limpia:

“A missão comum é conseguir ‘uma indústria têxtil mais digna, limpa e responsável’. Isso significa que proliferam oficinas nas quais a prioridade é dada à inclusão, direitos trabalhistas e condições dignas de trabalho, e erradicar os espaços ilegais onde a exploração, a superlotação, o abuso e as jornadas intermináveis predominam, embora seja difícil acreditar no século XXI, que eles terminam em escravidão.”<sup>67</sup>

Em 2017, finalmente, a expressão “todos os trabalhadores” passa a ser utilizada:

“Por isso é muito importante deixar de nos diferenciarmos entre registrados, cooperativistas, informais, precários, monotributistas, etc., e unir-nos todos em defesa do trabalho decente e dos direitos trabalhistas, e fazendo avançar as agendas em defesa de todos os trabalhadores.”<sup>68</sup>

Além do discurso, um outro parâmetro ajuda-nos a reforçar a percepção de uma virada classista na orientação desse movimento: o próprio estreitamento da Alameda com o movimento sindical argentino. A primeira parceria deu-se entre alamedistas e caminhoneiros da CGT (dissidente), liderados por Hugo Moyano e Pablo Moyano, seu filho, que busca se firmar no cenário político-sindical como seu legítimo sucessor. A seguir, somaram-se a elas a CTA-A (gás), o Sindicato de Obreros Curtidores (SOC) e o Sindicato/Federacion Grafica Bonaerense (FGB). Entretanto, a tentativa de unificação das bandeiras de luta de movimentos

<sup>66</sup> Texto disponível na íntegra em: <http://www.fundacionalameda.org/2013/05/kevingston-y-la-comisaria-17-bloquean.html>. Acessado em 21/06/2018.

<sup>67</sup> Texto disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2016/01/13/que-es-ropa-limpia/>. Acesso em 21/06/2018.

<sup>68</sup> Parte do texto elaborado pelos alamedistas, acerca de um ato conjunto entre militantes da Alameda; militantes da CGT, encabeçados por Pablo Moyano; o Monsenhor Sánchez Sorondo, diretor da Academia de Ciências Pontifícias; militantes da Gráfica Bonaerense, liderados por Héctor Michetti; trabalhadores do Sindicato de Obreros Curtidores, liderados por Walter Correa; militantes da Confederación Nacional de Cooperativas de Trabajo (CNCT), liderados por Christian Miño. Texto disponível na íntegra em: <https://laalameda.wordpress.com/tag/fecootex/>. Acesso 21/06/2018.

sociais e das principais lideranças sindicais do país em torno dos interesses de todos os trabalhadores que já vinha tentando ser costurada há alguns anos, somente se concretizou em abril de 2018, com a criação da Multisectorial 21F, que colocou lado a lado nomes como Gustavo Vera (La Alameda), Hugo e Pablo Moyano (CGT dissidente), Pablo Micheli (CTA Autônomo) e Hugo Yasky (CTA dos Trabalhadores).

Nos anos que se seguiram, liderado pela Alameda, o movimento Pró-Trabalho Digno passou a capitanear a luta de um número cada vez maior de grupos subalternos de trabalhadores e de organizações da sociedade civil nacional, como veremos no capítulo 5. Além do combate às redes de exploração, outras bandeiras foram sendo agregadas conforme novas coligações políticas foram firmadas. Ademais, como não poderia ser diferente, a lista de antagonistas, conseqüentemente, ampliou-se. Grosso modo, todos aqueles agentes – quer sejam dominantes ou subalternos, oriundos da iniciativa pública ou privada, nativos ou imigrantes – que contribuem para a manutenção dessas estruturas político-econômicas descritas que funcionam como o sustentáculo de relações ilícitas no âmbito do mercado de trabalho argentino tornaram-se opositores deste movimento.

#### **4.5 A FORMAÇÃO DAS REDES DA ASSEMBOL E A COEBIVECO**

As redes sociais das duas organizações de donos de pequenas confecções da cidade de São Paulo foram constituídas a partir de trajetórias bastante distintas daquelas apresentadas pelas redes de costureiros de Buenos Aires. Em que pese as três coletividades serem formadas por agentes subalternos da cadeia do vestuário, o conteúdo simbólico e temático mobilizado pelas redes da Assembol e da Coebiveco, assim como o empoderamento propiciado por elas, tampouco se aproximam daqueles apresentados pelas redes alamedistas. Esta assumiu posição central em suas redes e logrou moldar de forma ativa e intencional os significados e as agendas de luta que circulavam no movimento Pró-Trabalho Digno, enquanto aquelas, a seus turnos, ocuparam posição periférica e incorporaram parcialmente tais elementos que já estavam presentes no movimento Pró-Imigrante. Quanto a isso, a formação das duas coletividades brasileiras é autoexplicativa.

Conforme suas próprias designações evidenciam, a Assembol e a Coebiveco são compostas majoritariamente por imigrantes bolivianos; mais especificamente, bolivianos que migraram para o Brasil na década de 1990 por razões diversas. Dentre as principais estão a

busca por oportunidades empregatícias, o sonho de alcançar melhores condições de saúde, educação e moradia para si e para os seus familiares e o auxílio, por meio do envio de remessas monetárias, a parentes que vivem na Bolívia.

Já tivemos chance de elucidar em momento oportuno como a comunidade boliviana de São Paulo escorou sua migração recente para o Brasil em redes migratórias que se formaram após a segunda metade do século XX. Assim, a existência de todo um conjunto de relações interpessoais que ligam migrantes, ex-migrantes e não migrantes e que são capazes de amortecer, em maior ou menor medida, as dificuldades financeiras, de diferenciação de conhecimentos, de crenças, de manifestações artísticas, de hábitos e de recolocação no mercado de trabalho da sociedade receptora foi fundamental estabelecimento do hodierno fluxo migratório Bolívia-Brasil<sup>69</sup>.

É evidente que o alcance destas redes migratórias, como de quaisquer outras, sempre é limitado. Além de variarem segundo a trama de relações sociais que cada indivíduo dispõe, as redes, mesmo quando robustas, extensas e diversificadas, não logram abraçar todos os interstícios da vida na nova sociedade. Assim sendo, são precisamente nesses vácuos ou pontos de insuficiência que entram em cena organizações da sociedade civil de acolhimento ao imigrante. Elas foram essenciais à criação do Movimento Pró-Trabalho Digno: movimento social de baixo a que a Assemblé e a Coebiveco fazem parte. Falaremos delas um pouco mais adiante. Antes, vejamos algumas questões que talvez nos ajudem mapear a localização das duas organizações no interior de suas redes interorganizacionais.

#### **4.5.1 Primeiros vínculos: o problema da indocumentação**

O grosso dos integrantes da Assemblé e Coebiveco migrou para o Brasil anteriormente à promulgação, em setembro de 2009, do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL mais Bolívia e Chile, isto é, quando as dúvidas cercando os trâmites e a burocracia envolvida na obtenção da autorização de residência temporária ou permanente eram fartamente maiores. Além das taxas que ainda são cobradas para a regularização da documentação, até então, os imigrantes que houvessem porventura migrado irregularmente,

---

<sup>69</sup> Cf. GUIRADO, J. Para além da costura: *trabalho imigrante e organização coletiva na metrópole*.

independentemente se fossem eles originários de países do Mercosul ou não, tinham também de pagar pesadas multas referentes ao período de permanência indevida<sup>70</sup>. O Acordo facilitou o processo de regularização migratória não só de bolivianos, mas da maioria dos imigrantes oriundos de países do continente sul-americano que vivem no Brasil. Entretanto, de acordo com estimativas realizadas pelo CAMI, cerca de 70% dos imigrantes bolivianos ainda hoje adentram (e permanecem) no território nacional sem o conhecimento das autoridades competentes, logo, em desacordo com as exigências legais previstas no acordo de residência do Mercosul<sup>71</sup>.

Apesar da dimensão elevada de tal cifra, o tema da documentação é bastante significativo para a comunidade de imigrantes bolivianos de São Paulo e ajuda a estabelecer a formação das redes de agentes subalternos da costura com instituições da sociedade civil como o CAMI (Cento de Apoio e Pastoral do Migrante) e CDHIC (Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante). Para se ter ideia, Luis Vasquez, ex-presidente da Assempbol, quando indagado sobre qual é a principal dificuldade enfrentada pelos imigrantes bolivianos que vivem no Brasil, respondeu:

A primeira dificuldade enfrentada pelos bolivianos é a falta de documentação. Atualmente, as condições são melhores do que antes. Agora, pelo menos existe a possibilidade de poder regularizar através do acordo do Mercosul, porém poderia facilitar mais...Por exemplo, as autoridades policiais da PF pedem Decore para renovar o acordo Mercosul, (mas) como pode o boliviano ter direito a Decore quando a maioria, senão todos, trabalham sem carteira, sem registro. É uma incongruência! Isso é só um exemplo. Outra dificuldade é que a polícia demora demais em mandar a carteirinha de estrangeiro, o RNE (Registro Nacional do Estrangeiro, atual, RNM – Registro Nacional Migratório) de seis meses a dezoito meses. Não sei porque demora tanto para mandar fazer uma carteirinha simples! Na Bolívia demora no máximo trinta dias, em outros países quinze, não sei por que, mas demora demais (LUÍS, maio de 2013).

O obstáculo sinalizado pelo boliviano decorre da exigência da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos imposta pelo Estado Brasileiro aos imigrantes

---

<sup>70</sup> Com a promulgação do Acordo de Residência essa situação modificou-se, como revela seu artigo 3º: “O presente Acordo aplica-se a: 1) Nacionais de uma Parte, que desejem estabelecer-se no território de outra e que apresentem perante o consulado respectivo sua solicitação de ingresso no país e a documentação determinada no artigo seguinte; 2) Nacionais de uma Parte, que se encontrem no território de outra Parte, desejando estabelecer-se no mesmo e apresentem perante aos serviços de migração sua solicitação de regularização e a documentação determinada no artigo seguinte: O procedimento previsto no parágrafo 2 aplicar-se-á independente da condição migratória em que houver ingressado o peticionante no território do país de recepção e implicará a *isenção de multas e outras sanções administrativas mais gravosas.*”

<sup>71</sup> Após dois anos, a residência temporária pode ser convertida em residência permanente, desde que comprove rendimento etc.... é o que prevê o “Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile”

que, após dois anos de permanência, desejem converter sua residência temporária em permanente<sup>72</sup>.

No início de 2011, quando tivemos nosso primeiro contato com a Coebiveco e com a Assempbol, restavam alguns de seus membros regularizar suas situações migratórias junto à polícia federal brasileira. Além disso, as duas organizações atuavam na informalidade, isto é, sem personalidade jurídica. Estes dois fatos nos fornecem pistas sobre a dificuldade que enfrentamos em nossa pesquisa de campo ao tentarmos obter informações e ter acesso aos membros destes grupos. Com efeito, a fala do presidente da Coebiveco, César Coila, em uma das entrevistas cedidas a nós parece corroborar com essa hipótese. Questionado a respeito da discricção com que sua organização vinha atuando na sociedade paulistana, sobretudo com relação aos meios de comunicação, César elucidou: “no momento preferimos o anonimato, porque não estamos com tudo resolvido, mas futuramente, quando resolvermos o que está faltando, daí iremos tentar uma divulgação e buscar um número maior de associados.” O anseio de César regularizar a situação jurídica da Coebiveco e migratória de seus membros ficou evidente em nosso encontro.

Bem pouco tempo a seguir, a partir de dezembro de 2011 e março de 2012, respectivamente, a Coebiveco e a Assempbol já constavam no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, além do que, pelo que fomos informados, praticamente todos os seus componentes se tornaram “documentados” no mesmo íterim. As exceções mais atuais ficam mesmo a cargo dos casos esporádicos de imigrantes recém chegados da Bolívia que ingressam nas duas organizações. De acordo com o jornal *Conexión Migrante*, o CDHIC acompanhou e auxiliou, a partir da ajuda de seus profissionais da área jurídica, todo o processo de formalização das coletividades<sup>73</sup>. Além disso, o mesmo jornal afirmou que o CDHIC iria continuar a acompanhá-

---

<sup>72</sup> A contradição apontada por Luís se justifica sob vários aspectos. Se atentarmos para economia brasileira como um todo, de acordo com os dados apresentados pelo IBGE, desde 2017, o total de pessoas trabalhando com carteira assinada (33,321 milhões) foi superado pelo de pessoas trabalhando de forma autônoma ou sem carteira assinada (34,31 milhões). Agora, se voltarmos especificamente para a situação dos imigrantes sulamericanos que se dedicam à costura, o panorama é muito mais grave: embora não tão recentes, os dados fornecidos pelo último censo (realizado em 2010), dão conta de ilustrar que somados os operadores de máquina de costura sem carteira assinada com aqueles que trabalham por conta própria (ou seja a totalidade dos trabalhadores não-formais) teremos 88% dos bolivianos, 89% dos peruanos e, por fim, 89% paraguaios (CORTES, 2013).

<sup>73</sup> Estas informações estão disponíveis na edição n.13, ano 3, do jornal *Conexión Migrante*, de autoria da Rede Espaço Sem Fronteiras e do CDHIC. A Rede Espaço Sem Fronteiras foi criada em 2007, em Cuenca, Equador, como resultado do II Foro Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento (FIBEMYD), graças à percepção da urgência de uma integração das organizações que atuam em Defesa dos imigrantes. Participam da rede organizações sociais do Brasil (Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante [CDHIC], Presença da America Latina [PAL] e Organização Filhos do Mundo), Paraguai (Coordinadora de Abogados del Paraguay), Argentina (Fundación Ecumenica de Cuyo [FEC] e Pastoral de Migraciones de Neuquen), Chile (Programa

las e, em parceria com a Associação Latino-Americana de Micro e Pequenas Empresas, certificaria que nas cadeias produtivas destas coletividades não haveria trabalho em condições análogas à escravidão.

#### **4.5.2 O CAMI e o CDHIC: atores centrais do movimento brasileiro**

Um aspecto pouco se alterou com a vigência do acordo Mercosul de residência: dentro de um período variável, muitos imigrantes indocumentados, quase sempre advindos de países periféricos do capitalismo, acaba procurando o CAMI e o CDHIC, que são organizações de referência no amparo aos migrantes. A Pastoral do Migrante foi criada oficialmente em 1986 e, mais tarde, em 2005, reformulada, passou a se chamar CAMI. O CDHIC, por sua vez, surgiu alguns anos mais tarde, em 2009. Ambas as instituições têm como objetivo central promover o que elas chamam de “experiência de acolhimento ao imigrante”, sobretudo aos recém chegados. Dentre os serviços prestados em suas sedes, localizadas, respectivamente, nos bairros paulistanos de Campos Elíseos e Bela Vista, destaca-se a orientação sobre regularização migratória e facilitação da expedição de documentos que também são oferecidos, de forma itinerante, em locais públicos como a Praça Kantuta e o Parque do Trote. Além disso, o CAMI e o CDHIC fornecem orientação sobre direitos trabalhistas e sindicais, cursos de português, promovem eventos culturais, seminários e rodas de conversa sobre temas de interesse das comunidades imigrantes. Roque Patussi, coordenador do CAMI, explica que, não ao acaso, a maioria dos funcionários do CAMI possui nacionalidade boliviana, pois isso gera uma identificação imediata – seja por conta do idioma, da cultura e de histórico de vida similares – por parte dos bolivianos que compõem a segunda maior coletividade de imigrantes vivendo no Brasil e a maior atendida por sua organização<sup>74</sup>. O CDHIC, desde seu nascimento, tem seguido a mesma estratégia do CAMI: seus atendentes são preferivelmente imigrantes sul-americanos.

De fato, as duas entidades possuem atualmente enorme inserção e credibilidade junto aos imigrantes sulamericanos que vivem em São Paulo. Dados extraídos dos relatórios anuais

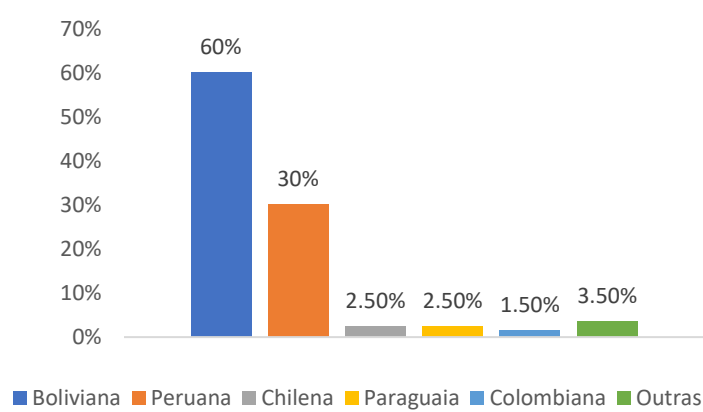
---

Andino para la Dignidad Humana [PROANDES]), Colômbia (Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento Forzado [CODHES]) e Uruguai (Centro de Promoción y Defensa de los Derechos Humanos [CDH]). Trabalhe com migrantes e refugiados em conjunto com organizações que possam proteger e promover os seus direitos humanos. Informações extraídas de <http://www.redesf.org/la-red> (10/05/2018).



de atividades do CAMI dão suporte a tal afirmação. No ano de 2013, a entidade totalizou 4.529 atendimentos voltados ao registro, à renovação e à revalidação documental na polícia federal e ao encaminhamento para órgãos estaduais, em 2014, foram 5.910, em 2015, 4.476, e em 2016, 3.357\*<sup>75</sup>. Desses atendimentos, em média aproximada, 60% foram feitos a pessoas de nacionalidade boliviana, 30% peruana, 2,5% chilena, 2,5% paraguaia, 1,5% colombiana e os 3,5% restantes a pessoas de outras nacionalidades que isoladamente não chegaram a 1%.

**Gráfico 3:** Percentual aproximado da nacionalidade dos dos imigrantes atendidos pelo CAMI no período de (2014-2016)



Fonte: elaboração própria

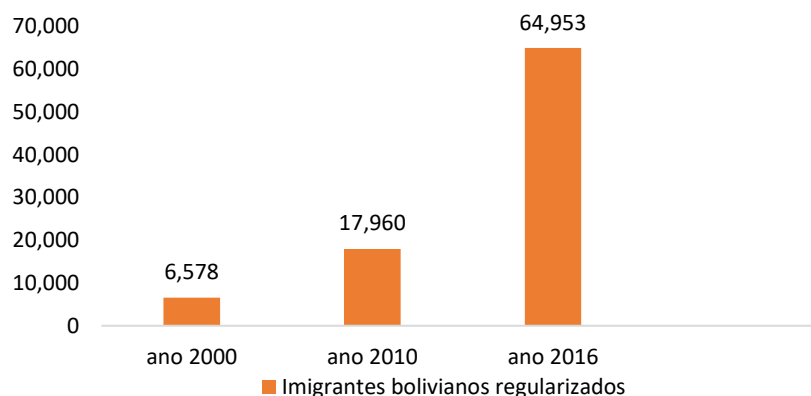
Diante de tamanha demanda por serviços de auxílio à regularização migratória, era de se esperar que o número de migrantes regularizados aumentasse na cidade: em 2016 já havia 64.953 migrantes bolivianos, 9.420 peruanos, 9.386 chilenos, 7.129 paraguaios, 4.856 colombianos registrados no município de São Paulo (OIM; IPPDH, 2016). Apenas entre os bolivianos, comunidade que aqui mais nos interessa, o salto foi visível: em 2000, eram 6.578, e 2010 esse número haviam pulado para 17.960 e finalmente, os 64.953 já mencionados em 2016<sup>76</sup>. Como se pode observar, os números são impressionantes: partindo de pouco mais pouco

<sup>75</sup> De acordo com o CAMI, devido a questões políticas de mudança de governo, o agendamento na Polícia Federal ficou indisponível no período de agosto a dezembro de 2016, o que limitou o acesso à regularização migratória e pressionou para que houvesse uma queda no número total de atendimentos apresentados naquele ano. Os dados a que tivemos acesso vão de 2013 (quando o primeiro relatório foi disponibilizado na internet) a 2016. Até o início de 2018, o relatório referente ao ano de 2017 ainda não havia sido divulgado.

<sup>76</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1295108-bolivianos-se-tornam-a-segunda-maior-colonia-de-estrangeiros-em-sp.shtml>

6.500 (em 2000) para quase 65.000 bolivianos registrados dezesseis anos depois. Desse modo, o crescimento foi de cerca de 900% no período assinalado.

**Gráfico 4:** Evolução do número de imigrantes bolivianos regularizados na RMSP (2000-2016)



Fonte: OIM; IPPDH (2016)

Por tudo isso, ainda que não seja possível estimar com precisão qual foi o quinhão de participação do CAMI na transformação desse cenário, uma vez que há de se considerar que possa ter havido uma variação interna dos componentes desse grupo (qual seja, bolivianos regularizados que vivem no Município de São Paulo), os números de atendimentos do CAMI a migrantes que buscaram auxílio para regularizarem suas situações migratórias credenciam a instituição como uma das protagonistas do aumento verificado da comunidade boliviana regularizada<sup>77</sup>.

#### 4.5.3 A imigração e direitos humanos e políticos: nortes identitários

A primeira e mais marcante característica referente ao conteúdo simbólico circulante nas redes dos movimentos sociais a que os costureiros imigrantes da RMSP participam diz respeito justamente à centralidade adotada à categoria “imigrante”. Diferente do movimento social argentino, que volta-se sobretudo para o fortalecimento dos trabalhadores da costura, sejam eles imigrantes ou nativos, o movimento brasileiro, ora em tela, volta-se peremptoriamente para todo o universo de questões que integram a vida do imigrante na

<sup>77</sup> O CDHIC, muito provavelmente, entra nesta mesma linha de raciocínio. Contudo, os dados referentes a essa entidade não são divulgados. Tentamos obtê-los por meio de um contato direto, mas não obtivemos sucesso.

sociedade receptora. Desse modo, os indivíduos não imigrantes ou aqueles que deixam a condição de imigrante, como no caso dos que se naturalizam, acabam saindo do radar de prioridades das instituições do movimento brasileiro.

Quanto a isso, uma pergunta difícil de ser respondida, mas importante à nossa pesquisa, na medida em que incide diretamente sobre estas questões, é: até que ponto o ideário difundido pelas lideranças dessa rede, como CAMI e o CDHIC, se reflete no conteúdo simbólico das representações utilizadas e compartilhadas pelas organizações de costureiros que fazem parte de suas redes? Preliminarmente, destacaríamos que diversos estudos sobre redes sociais dão conta de ilustrar que durante e mediante as interações entre os componentes de uma mesma rede, eles acabam mutuamente se influenciando (MCADAM; DIANI, 2003; JASPER, 2016). É claro que esta habilidade de influenciar normalmente não é simétrica entre os seus participantes. Seja como for, mesmo entre as abordagens relacionais, reconhece-se atualmente a existência de lideranças intramovimentistas e intermovimentistas (DOWTON, 1973; MELUCCI, 1996).

Todavia, vale esclarecer que papéis de liderança não implicam em controle sobre as demais organizações conectadas numa mesma rede, isso porque

eles podem também, de uma modo muito menos intrusivo, resultar da localização de certos atores no centro de trocas de recursos práticos e simbólicos entre as organizações do movimento” (DIANI; 2003b, p.106).

Liderança, nestes termos, não implica imperiosamente em dominação, no sentido de que certo ator (ou certos atores) controlará (controlarão) o comportamento de outros da rede. Ao invés disso, liderança, aqui, caracteriza-se pela produção de graus de influência e/ou uma chancela de legitimidade representativa que certas organizações adquirem perante a mídia e instituições políticas (DIANI, 2003b). Parece-nos, em realidade, que tem sido essa a função desempenhada contemporaneamente pelo CAMI e pelo CDHIC no interior da rede do movimento social subalterno que aqui analisamos.

A este respeito, tanto para o CAMI como para o CDHIC, a categoria imigrante é a bússola de suas preocupações e aspirações. Entre os costureiros da Assemblol e da Coebiveco, nitidamente ela também foi eleita como um dos seus principais pilares identitários. Resta-nos saber agora se, e em que medida, o CAMI e o CDHIC, em seus esforços meritórios para empoderar indivíduos que se encontram na condição de imigrantes, valorizando suas raízes pátrias, também não acabam indireta, involuntária e paradoxalmente contribuindo para uma

permanente situação de indeterminação por parte desses imigrantes junto à sociedade brasileira. Não são raros os casos em que décadas de residência são insuficientes para convencer os imigrantes de que sua permanência no Brasil tem caráter mais permanente que provisório<sup>78</sup>. Logo, a naturalização, que lhe conferiria imediatamente toda uma gama de direitos, também acaba sempre estando fora de questão<sup>79</sup>. A pergunta parece-nos ganhar relevância uma vez que entre os costureiros imigrantes das redes da Alameda não pudemos constatar, a partir de uma análise rigorosa das entrevistas realizadas e do exame das demandas desse grupo, o mesmo vigor identitário em torno da categoria imigrante. Cientes de que qualquer afirmação definitiva a este respeito nos demandaria uma longa e exaustiva pesquisa que nos tomaria minuciosamente todas as páginas desta tese (e aqui não é este o nosso propósito), restringimo-nos a declarar apenas haver alguns indícios nesse sentido.

O CAMI se define como uma instituição que tem como missão “acolher e mobilizar os imigrantes na luta por direitos, cidadania e empoderamento social, cultural e político”<sup>80</sup> e o CDHIC, por sua vez, diz ter como “objetivo promover, organizar, realizar e articular ações que visem à construção de uma política migratória respeitosa dos direitos humanos de imigrantes e pessoas em situação de refúgio”<sup>81</sup>. Como se pode notar, as ações das duas instituições não se restringem àquelas voltadas a redução do número de imigrantes indocumentados na RMSP, mas também empenham-se em intervir no campo público simbólico.

No Brasil, os imigrantes periféricos são lembrados na mídia, na maior parte do tempo, por ocorrências negativas, ligadas ao trabalho precário, em condições análogas ao escravo, ao

---

<sup>78</sup> Abdelmalek Sayad (1998), um dos pesquisadores mais renomados no estudo das migrações recentes, afirma que “uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que, fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. Por não conseguir sempre por em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade.”(p.45) É nesse sentido que Sayad insiste na existência de uma oscilação interpretativa entre os agentes envolvidos no fenômeno migratório a respeito de sua própria condição: “ora, como que para não confessar a si mesmo a forma quase definitiva que com frequência cada vez maior a imigração reveste, apenas se leva em conta na qualidade de imigrante o seu caráter iminente provisório (de direito); ora, ao contrário, como se fosse preciso desmentir a definição oficial do estado, de imigrante como estado provisório, insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se “instalar” de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes.” (p.45)

<sup>79</sup> De acordo com as informações disponíveis do Ministério da Justiça do Governo Federal, a naturalização ordinária é um direito concedido às pessoas que voluntariamente o requerem, desde que preencham algumas exigências básicas: possuir autorização de residência, morar no Brasil há quatro anos, saber se comunicar em língua portuguesa e não ter condenação penal. Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/nacionalidade#naturalizacao>. Acesso em 05/06/2018.

<sup>80</sup> Retirado do site do CAMI: [http://camimigrantes.com.br/site/?page\\_id=440](http://camimigrantes.com.br/site/?page_id=440), último acesso 28/05/2018.

<sup>81</sup> Retirado do site do CDHIC: <https://www.cdhic.org.br/quem-somos>, último acesso 28/05/2018.

tráfico humano e de drogas (SILVA, 1997, 2006, 2008b; MANETTA, 2012; GUIRADO; 2014). Isso contribui para a construção de uma percepção coletiva distorcida e certamente parcial acerca do fenômeno migratório. Por essa razão, as organizações que integram as redes do movimento social paulistano pró-imigrante vêm se dedicando a reconstruir, resignificando positivamente, a imagem dos imigrantes periféricos perante a população brasileira. Para alcançar esse objetivo, tem-se realizado manifestações públicas, seminários, rodas de conversa, panfletagem e publicado artigos em jornais. Todas essas ações basicamente tem seguido alguns eixos estratégicos, dentre eles: 1) salientar que os imigrantes são portadores de direitos, previstos tanto na Constituição Federal Brasileira como na Declaração Universal dos direitos Humanos (declaração à qual o Brasil é signatário); 2) evidenciar que o papel social desses indivíduos na sociedade brasileira não pode ser (e nem é) restrito ao cumprimento de atribuições informais, comparadas à de escravo, invisíveis, obscuras e subalternas no mercado de trabalho; 3) enfatizar os benefícios que a diversidade cultural promovida pela coexistência entre diferentes povos traz aos envolvidos; 4) informar e sensibilizar os brasileiros sobre as diversas dificuldades que a imigração compreende – tanto ao deixar para trás, no país de origem, amigos, familiares e todo um universo cultural ao qual se está habituado, e também aquelas enfrentadas no país receptor, como a discriminação e a xenofobia, o idioma que não se domina, o trabalho penoso e a nova cultura etc.

A despeito dessas ações do CAMI e do CDHIC, certos elementos evidenciam que de modo geral os imigrantes periféricos da costura continuam a apresentar uma integração parcial no tecido social paulistano. Em primeiro lugar, as duas organizações de costureiros fundadas por imigrantes contam quase que exclusivamente com integrante patrícios<sup>82</sup>. Segundo relatos dos presidentes da Coebiveco e da Assempbol, privilegiar o ingresso de bolivianos foi mais uma opção que uma regra<sup>83</sup>. Em segundo, diferentemente do que afirmaram há alguns anos atrás Cymbalista e Xavier (2007), baseando-nos na definição de Portes e Jensen (1992), de que enclaves étnicos se caracterizam pela concentração de “empresas étnicas” em um determinado espaço físico, geralmente uma área metropolitana, que empregam uma proporção significativa de trabalhadores da mesma minoria, estamos certos de haver na Rua Coimbra e em suas

---

<sup>82</sup> O slogan do centro de vendas da Coebiveco é “Feita por Imigrantes para Imigrantes”.

<sup>83</sup> Cesar Coila, presidente da Coebiveco, relata que em sua organização “podem participar outros imigrantes (além dos bolivianos), mas existem poucos imigrantes de outras nacionalidades associados ou brasileiros”; já na Assempbol, Luis Vasquez diz que “a associação é aberta para todo mundo, peruanos, paraguaios, brasileiros, porém tem prioridade e benefícios adicionais aos bolivianos feirantes da rua Coimbra.”

imediações – onde alias ocorrem as reuniões da Assempbol – a consolidação de um enclave. Nesse sentido, cerca de 95% de comerciantes e moradores dessa região são de origem boliviana. Além desses números, é importante considerar qual a percepção dos imigrantes da costura a respeito dessa segregação. Para Luis, presidente da Assempbol:

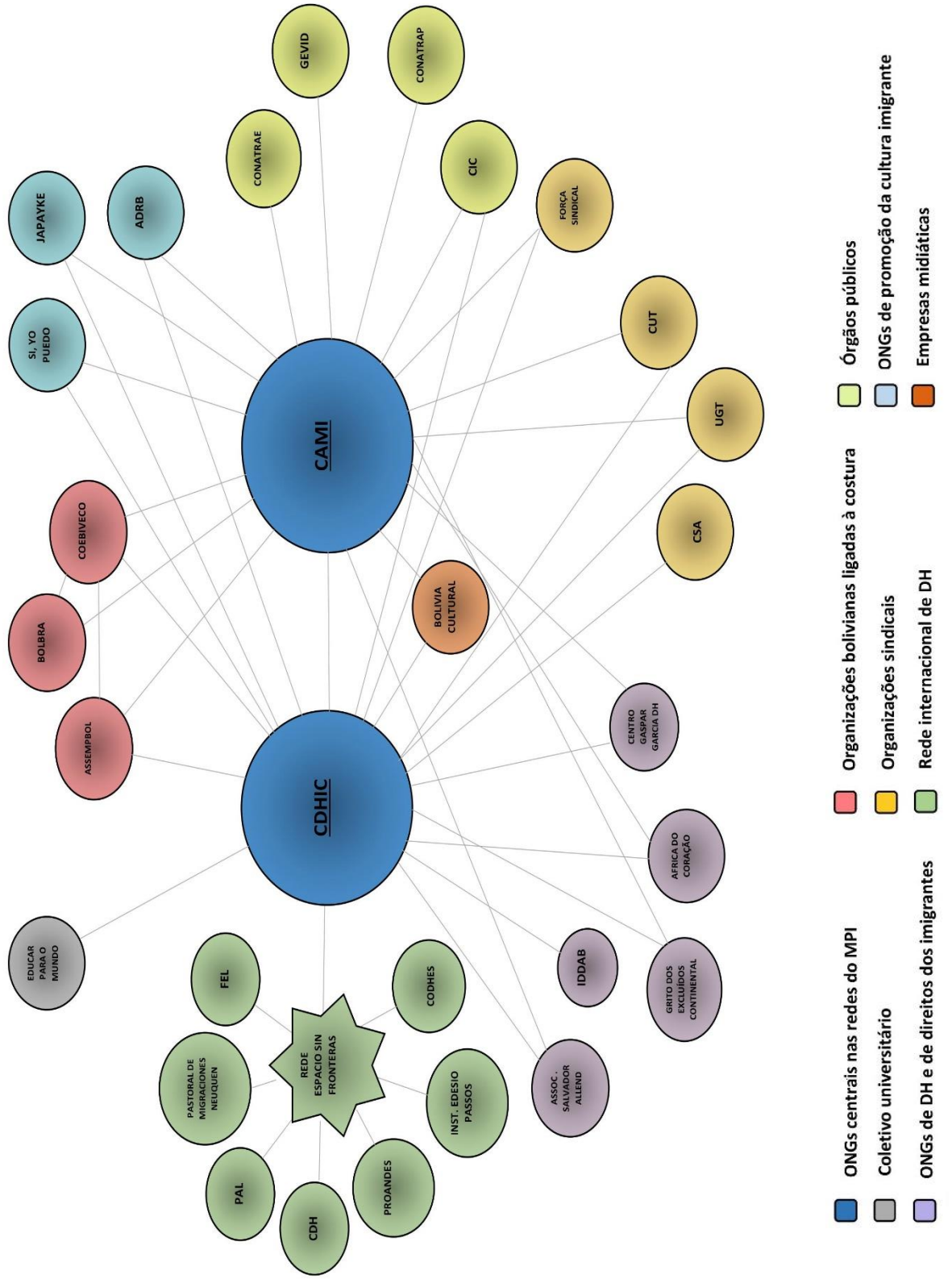
O governo poderia fazer pela comunidade (boliviana) muita coisa. Se pudesse pedir, gostaria que investissem na educação desse povo migrante, cidadania, acesso a lazer, à cultura da cidade. Hoje, os bolivianos vivem numa ilha dentro desta grande cidade, pela dificuldade da língua, se fecham em casas, praças, e ruas onde se concentram bolivianos (LUÍS, maio de 2015)

Em terceiro lugar, além da própria concentração geográfica própria dos enclaves, a fala de Luis aponta para um outro o fato: um número elevadíssimo de imigrantes bolivianos que mesmo há muitos anos no Brasil, às vezes dez ou quinze anos, como no caso de alguns de nossos entrevistados, ainda não dominam o idioma português. Isso reforça a tese de que muitos imigrantes interagem fundamentalmente com outros imigrantes.

Na Argentina, os imigrantes investigados na rede da Alameda se mostraram mais inseridos na cultura local. Alguns fatores podem ter contribuído para isso. Primeiro, a migração boliviana massiva para a Argentina começou na década de 1970, cerca de duas décadas antes que aquelas destinadas às grandes capitais brasileiras. A língua e uma proximidade cultural entre Bolívia e Argentina, que entre Bolívia e Brasil, também podem ter contribuído para isso. Entretanto, mais decisivo, em nossa opinião, é que nas redes argentinas as organizações de costureiros são compostas conjuntamente por bolivianos, argentinos naturalizados e argentinos natos, enquanto no Brasil as organizações são mais segregadas.

Até 2017, a própria legislação brasileira proibia associações políticas de imigrantes. Isso reforça nossa hipótese de que demandas políticas advindas de organizações nacionalmente diversificadas possuem uma legitimidade, ao menos aos olhos do estado brasileiro e, possivelmente também da opinião pública brasileira, que organizações exclusivamente de imigrantes.

**REDES SOCIAIS DO MPI**



#### 4.6 A IDEOLOGIA CIRCULANTE NAS REDES DO MOVIMENTO PRÓ IMIGRANTE

Além do serviço de auxílio à regulação migratória, essas entidades têm se destacado nos últimos anos em mobilizar e articular diferentes forças sociais em torno dos direitos humanos e políticos dos imigrantes periféricos que vivem no Brasil, tais como associações e cooperativas de imigrantes, pastorais, organizações internacionais, parlamentares, órgãos públicos e sindicatos. Como já fora ressaltado no capítulo 2, as demandas trabalhistas não estão entre as principais pautas das duas organizações de agentes subalternos da costura da cidade de São Paulo ou tampouco nas redes em que eles operam<sup>84</sup>. Neste movimento social de baixo, os direitos laborais acabaram sendo reenquadrados em demandas por direitos humanos das vítimas da cadeia do vestuário. A diferença, embora pareça sutil, traz implicações importantes.

Numa perspectiva, almeja-se o empoderamento local dos trabalhadores por intermédio da expansão da regulamentação nacional e da cidadania laboral. Nesse sentido, tradicionalmente, o trabalho protegido, a contratação estável, a negociação coletiva, a segurança e a saúde no trabalho, foram algumas das principais bandeiras de luta dos ativistas do trabalho e dos sindicatos no século XX. No ramo da costura, a organização argentina Alameda é quem pode ser classificada como representante (ainda que não perfeita, como veremos) dessa tradição, pois recentemente ela tem: pressionado o poder público a aumentar a fiscalização laboral no chão de fábrica das oficinas e a aplicar sanções contra empregadores descumpridores da legislação trabalhista; forçado empregadores a cumprirem as normas de segurança e saúde no trabalho; lutado por um sindicato de costura mais atuante e combativo; influenciado a aprovação de leis nacionais mais rígidas às oficinas de costura clandestinas.

---

<sup>84</sup> A lista dos lemas das Marchas dos Imigrantes endossa a tese da preponderância dos Direitos Humanos sobre os Direitos Laborais nesse rede: 1ª Marcha (2006)\*: Por um Acordo do Mercosul de Livre Trânsito na América do Sul; 2ª Marcha (2007): Integração, Cidadania Universal e Direitos Humanos; 3ª Marcha (2008): Nossas Vozes, Nossos Direitos. Por um Mundo sem Muros; 4ª Marcha (2009): Por Acesso a Todos os Direitos; 5ª Marcha (2011): Por Nenhum Direito a Menos – Voto Já!; 6ª Marcha (2012): Trabalho Decente e Cidadania Universal; 7ª Marcha (2013): Por uma Nova Lei de Migração Justa e Humana para o Fim da Discriminação; 8ª Marcha (2014): Por um Mundo sem Papeis, Sem Fronteiras e Sem Violência de Gênero; 9ª Marcha (2015): Fronteiras Livres, Não à discriminação; 10ª Marcha (2016): Dignidade para os Imigrantes no Mundo 11ª Marcha (2017): Pelo Fim da Invisibilidade dos Imigrantes. A 1ª marcha foi a única marcha que ocorreu nas proximidades da Praça Kantuta; a partir da segunda edição, as marchas partiram da Praça da República e se dirigiram para a Praça da Sé, localizada na região central da capital paulista. Segundo relato do participante Paulo Iles, a 1ª marcha percorreu apenas um quarteirão adjacente à praça e a visibilidade ficou praticamente restrita aos participantes e alguns poucos transeuntes. Nas marchas seguintes esse número se multiplicou, chegando, nas mais recentes, a 4 mil participantes. Observe que que o tema do trabalho somente apareceu com um dos temas principais da marcha na 6ª Marcha; ainda assim, dividindo espaço com o tema da Cidadania Universal.



Na outra perspectiva, esta mais cara às organizações brasileiras CDHIC e CAMI, adota-se um discurso internacional de Direitos Humanos e de vitimização dos elos subalternos da cadeia do vestuário como estratégia básica de luta. Sob este prisma, costureiros imigrantes indocumentados e donos de confecção imigrantes padecem de uma mesma lógica ditada pelo “sistema” e, logo, são igualmente vítimas, conforme as próprias palavras de um dos líderes desse movimento evidencia. Ao invés de uma análise classista a respeito do trabalho em confecção na qual se considera os interesses quase invariavelmente antagônicos de costureiros e donos de confecção, propõe-se uma abordagem alternativa, a da pacificação social entre esses dois elos inferiores do vestuário em nome de característica que os aproxima: a condição de imigrante. Por esse ângulo, o discurso adotado pelo CAMI e pelo CDHIC desloca a responsabilidade individual (ainda que residual) dos donos de confecção que desrespeitam a legislação trabalhista e repassam-na para a estrutura social, ou como preferem chamar, para o sistema.

A nosso ver, o problema imanente a essa abordagem é que ela, ao mesmo tempo, simplifica e reifica as relações de produção da costura. Pois, ao se atribuir de forma chapada responsabilidade às estruturas, obnubila-se que a resistência encontrada à modificação substancial das relações perniciosas que vigoram nas oficinas é resultado, na realidade, da ação de oponentes conscientes, organizados e determinados e não de algo amorfo, anônimo e, ao mesmo tempo, onipotente. Assim sendo, da mesma forma que grupos subalternos se organizam em movimentos para lutar pelos seus interesses, grupos dominantes fazem o mesmo, com a particularidade de que normalmente o fazem com uma facilidade ainda maior, já que possuem recursos, influência e um maior acesso ao Estado.

Além disso, um outro fato parece escapar a essa análise. Já discutimos no capítulo 2 como as grandes marcas e os grandes grupos varejistas se tornaram o polo hegemônico da cadeia do vestuário e promoveram uma escala produtiva de suas mercadorias que integrou de forma desigual e combinada inúmeros países. Ao longo desse processo, algumas localidades se especializaram na produção voltada para o mercado interno, outras o mercado externo e, em casos mais específicos, a produção visa tanto para o mercado interno como o externo. O caso brasileiro enquadra-se no primeiro. Quase toda roupa produzida no país é consumida internamente. Ademais, no Brasil como em outras localidades, o grande capital domina as

vendas de roupas<sup>85</sup>. Grandes varejos como Renner, Riachuelo, C&A, Marisa, Zara, Hering, Lojas Americanas, Walmart, Extra Hipermercados, Carrefour, Pernambucanas etc repassam suas encomendas a confecções maiores que, por sua vez, quase invariavelmente, repassam-nas a outras confecções menores. Essa lógica produtiva, aliada a uma farta oferta de força de trabalho barata, é a principal condição de existência das oficinas irregulares. Dito isso, o que nos interessa nesse momento é que pequenos donos de confecção, de modo geral, sabem que uma mudança radical na regra do jogo – como por exemplo, os grandes varejos e as grandes marcas deixarem de terceirizar suas produções – implicaria no fechamento de seus negócios. Por conseguinte, essa é uma daquelas situações em que uma fração dos subalternos, ao invés de se oporem, defendem a manutenção de estruturas de poder, de exploração e hierarquia sociocultural que garantem e reforçam a posição de grupos dominantes. Sob uma perspectiva individual imediata, apequenada e presa à noção de sobrevivência empresarial, seus interesses se alinham aos dos grupos dominantes.

Dessa maneira, se a disposição das relações produtivas da costura é simultaneamente fonte de pauperismo entre os elos inferiores da cadeia produtiva informal do vestuário, ela também foi premissa para a proliferação das pequenas oficinas de confecção que demandam um capital inicial reduzido. Para equacionar essa lógica contraditória, o Movimento Pró-Imigrante preteriu a estratégia de organização dos trabalhadores e a luta em prol de uma legislação nacional vigorosa focada em fortalecer os sindicatos, que outrora fora mundialmente tão utilizada pelos movimentos laborais nacionais. Em seu lugar, novos ideários e estratégias, menos centrados no mundo do trabalho e mais em questões globais envolvendo os direitos dos imigrantes, foram adotados. Nessa perspectiva, os direitos laborais foram reenquadrados enquanto direitos humanos, ganharam expressão o fortalecimento de uma cidadania universal, o direito à livre migração e o combate a situações evidentes de desrespeito aos direitos humanos em cadeias produtivas transnacionais.

A este respeito, tomemos como exemplo o serviço de assistência jurídica oferecido pelo CAMI e pelo CDHIC. A iniciativa visa minimizar as dificuldades dos migrantes que chegam e vivem no Brasil. Conforme exposto nos sites das duas ONGs, intenta-se acompanhar o trabalho do MPT e MTE e dar suporte aos imigrantes vítimas de tráfico humano e de trabalho em condições análogas à de escravo; promover conciliação trabalhista; orientar mulheres

---

<sup>85</sup> Os Hipermercados, as redes de departamentos não especializadas, as redes especializadas e das multimarcas somam cerca de 84,3% das vendas. As pequenas redes do varejo são responsáveis por 15,7% (SINVEPAR, 2012).

imigrantes vítimas de violência doméstica e encaminhá-las as Delegacias da Mulher, bem como aos Centros de acolhimento da mulher parceiros<sup>86</sup>; orientar e acompanhar casos relacionados aos trâmites de regularização migratória junto a Polícia Federal e o Ministério da Justiça, entre outros. Com relação às questões laborais, o foco são as situações atreladas a graves abusos principalmente nas confecções, como a falta de pagamento como contrapartida pelo trabalho prestado pelos costureiros, a privação de liberdade, a violência física e o trabalho infantil. Casos mais triviais de desrespeito trabalhista como a contratação sem carteira assinada, a falta de pagamento de férias remuneradas, de 13º salário, de horas extras, a extensão da jornada de trabalho para além das 44 horas semanais, o não recolhimento do INSS e do fundo de garantia, também são frequentes, é verdade, mas quase sempre acabam vindo a reboque dos desrespeitos mais gravosos supracitados. Como nos explicou Roque Patussi, coordenador geral do CAMI:

normalmente, o denuncia deles (imigrantes da costura) chega até nós porque o dono da oficina ficou com o documento e aí você vai puxando o fio da meada e... ele (o imigrante) está há um ano e meio sem receber nada, ele está trabalhando só por comida (...), em um ambiente totalmente insalubre, numa situação em que ele é explorado das seis da manhã à meia noite. Aí se descobre todo o resto (ROQUE, maio de 2018).

Com isso podemos dizer sinteticamente o seguinte: ambas as instituições (CAMI e CDHIC) acabam tendo de oferecer auxílio a costureiros que procuram atendimentos jurídicos gratuitos em suas sedes em razão de desrespeito a direitos laborais, mas de modo geral, o foco das duas organizações gravita em torno do que poderíamos classificar como disputas laborais baseadas nos princípios nucleares ou mais elementares dos direitos humanos.

A opção pela bandeira dos Direitos Humanos feita pelas duas ONGs brasileiras não parece ser um fenômeno isolado. Gay Seidman (2007) elucida que a modificação no padrão discursivo das ONGs é tendência que emergiu nos anos 90. Uma das explicações apresentadas por ela para tal alteração é que, diferente do discurso ancorado nos direitos trabalhistas que historicamente pretendem fortalecer as vozes dos trabalhadores, os discursos vinculados aos direitos humanos que utilizam a vitimização de trabalhadores como base, possuem capacidade superior de atrair a atenção de audiências internacionais. Nesse sentido, ao comparar experiências de monitoramento social feito por ONGs em diferentes empresas, sobretudo das áreas do vestuário e da tapeçaria da África do Sul, Índia e Guatemala, Seidman chegou a

---

<sup>86</sup> Dentre eles o Centro de Cidadania da Mulher (CCM) e o Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI), cujo atendimento é complementado com orientação jurídica especializada, assistência social e assistência psicológica.

algumas conclusões interessantes. A primeira é que normalmente os ativistas apoiadores da remodelagem têm como alvo logos, regiões ou empresas ao invés de governos. Suas campanhas, assim, têm buscado mobilizar a simpatia internacional “testemunhando” violações flagrantes e criando sistemas de monitoramento não-estatais em vez de se concentrar na criação de novos canais de negociação e representação sindical. A segunda é que nas arenas internacionais os apelos baseados em violações de DH têm sido mais bem sucedidos que aqueles envolvendo direitos trabalhistas convencionais, já que os executivos corporativos são mais propensos a serem movidos por apelos de ativistas quando envolvem a proteção de vítimas inocentes contra abusos notórios engendrados por suas empresas, ou seja, quando tangem questões morais que, por sua vez, demandam igualmente respostas morais. Todavia, esse sucesso envolvendo situações específicas de desrespeito aos DH foi pontual e não gerou empoderamento da classe trabalhadora – pelo contrário. A terceira é que apesar do imenso otimismo dos ativistas de DH sobre o potencial que as suas redes transnacionais dispõem para se enfrentar os desafios trabalhistas contemporâneos, o que se viu no plano geral a partir dos anos 90 foi um retrocesso retumbante da força do trabalho frente ao capital, sobretudo por conta do enfraquecimento dos estados e da redução de suas capacidades de regulação. O resultado foi que se assistiu à proliferação dos *sweetshops* nas esquinas escondidas das cidades globais e a uma corrida sem freios de investidores inescrupulosos aos países mais pobres do mundo a fim de tirarem proveito de sua força de trabalho.

O discurso vitimizador a respeito dos imigrantes periféricos, independentemente se enquadrado na perspectiva dos direitos humanos ou não, tem encontrado opositores no interior da comunidade boliviana da RMSP e no meio acadêmico brasileiro. Principalmente dentre microempresários bolivianos e paraguaios – alguns, aliás, participantes do movimento subalterno pró-imigrante –, é comum a fala de que na costura não há escravos (ou praticamente não há) já que todos os trabalhadores que ali estão, estão porque querem. Soma-se a ela a afirmação de as operações de combate ao trabalho escravo da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho nas oficinas serem espetaculosas, denegrirem a figura dos donos e prejudicarem os negócios, quando na verdade o papel do Estado deveria ser o de auxiliá-los (NARLOCH, 2015). Entre os pesquisadores brasileiros, a discordância recai, de um lado, sobre a estigmatização que a categoria escravo traz ao ser indiscriminadamente mobilizada pela mídia (MANETTA 2012) e, de outro, sobre o caráter uniforme, mistificado e pouco acurado com que a comunidade boliviana é, via de regra, tratada (XAVIER 2010).

Entretanto, saberiam o CAMI e o CDHIC dessa resolvida rejeição da grande maioria da comunidade de imigrantes periféricos quanto ao uso da categoria “escravo”? Ademais, como poderiam estes mesmos imigrantes terem aderido a um movimento social que tem na figura do CAMI e do CDHIC seus principais líderes e, concomitantemente, os promotores maiores da bandeira do combate ao trabalho escravo na confecção brasileira? As entrevistas que realizamos tornaram evidente o conhecimento de ambas instituições quanto ao posicionamento contrário ao seu adotado pela comunidade de imigrantes periféricos”<sup>87</sup>. A segunda questão é um tanto mais complexa. Acreditamos que tanto o CAMI como o CDHIC adotam habilmente uma estratégia pendular que, ora visa enquadrar os costureiros (e às vezes inclusive os donos de confecção) enquanto vítimas que sofrem desrespeito de seus direitos humanos em seu trabalho e que necessitam do amparo do estado, e ora visa fortalecer a imagem pública destes imigrantes como agentes capazes de construir suas próprias demandas políticas, de se unirem e se organizarem, de se manifestarem e, conseqüentemente, de decidirem os rumos do seu próprio futuro. Nesse sentido, ao passo que a luta pelo fim ao trabalho análogo ao de escravo nas oficinas divide opiniões entre os próprios membros dessa rede, a luta pela aquisição de direitos políticos dos imigrantes – que, aliás, há muito se constituiu na principal bandeira deste movimento social – é uma unanimidade.

Ao longo das quase três décadas de estudos e pesquisas empíricas, produziu-se um farto material certificando que a aquisição de direitos políticos – sobretudo o sufrágio imigrante e a elegibilidade imigrante – está entre as maiores demandas, se não a maior delas, dos imigrantes sul-americanos que migraram mais recente para a RMSP. Há uma razão para isso. Segundo esses imigrantes, a aquisição de direitos políticos gera visibilidade perante os dirigentes

---

<sup>87</sup> Padre Roque Patussi, em entrevista cedida a nós em maio de 2018, não somente nos confirmou que os integrantes do CAMI reconhecem que há essa rejeição por parte dos imigrantes com relação ao uso do termo trabalho escravo, como nos explicou como é o processo de reprodução dessa rejeição: “A grande dificuldade *de eles* (trabalhadores imigrantes da costura) se identificarem com essa situação é porque desde criança eles trabalham; (trabalham) desde doze anos de idade. É normal e natural que eles trabalhem mesmo, *desde a* agricultura ou mesmo vendendo produtos na rua. Para eles, só é escravo quem está amarrado com corrente. Então, vai muito além do princípio de uma lei! Vai para uma atitude que eles entendem como prisão, amarrado: isso é escravo para eles. No mais, quanto mais ele trabalha, quanto mais horas ele trabalha, ele é visto como o melhor trabalhador. Então, como é que você diz para o melhor trabalhador que ele trabalhou dezoito horas que ele é escravo? Porque desde o momento em que ele começou a trabalhar lá na máquina de costura, o dono da oficina, o patrão dele, valorizou ele pelo tanto de horas que ele aguenta lá. Então se vende essa noção: ‘esse é o melhor trabalhador; esse é o modelo que vocês têm que seguir’! E como você vai dizer para ele que ele é escravo? Se ele é o melhor trabalhador, vai ser escravo por outro lado? Em quem ele vai acreditar? Ele vai acreditar em quem está pagando o salário dele! E não em que chega e fala: ‘olha o que você está fazendo é trabalho escravo.’ Mesmo que o poder público vá lá e fale: ‘olha, pelas condições, pela realidade, pela exploração, é trabalho escravo.’ E ele dentro dele está dizendo assim: ‘você pode dizer o que você quiser, mas eu vou sair daqui e vou continuar trabalhando dezesseis horas por dia, porque eu sou o melhor trabalhador. Eu sou um bom trabalhador!’”

públicos e, como consequência, implica também, ao menos potencialmente, na aquisição de melhorias sociais aos seus membros. Esse saber localmente gestado encontra fundamento, por exemplo, no que a Sociologia dos Movimentos Sociais vem afirmando:

Os movimentos de direitos civis ou humanos visam eliminar coerção, a tortura, a prisão, as lesões corporais e assim por diante (...). Quando um grupo oprimido obtém direitos políticos, geralmente os emprega para obter também direitos civis. Estes, contudo, nem sempre levam a direitos políticos, talvez porque o foco nos direitos civis caracterize um grupo como constituído de vítimas sem força para lutar por seus direitos políticos. Os direitos civis não propiciam o empoderamento como o fazem os direitos políticos” (JASPER, 2016, p.99).

Ao que tudo indica, a aliança grupos de imigrantes periféricos com ONGs se formou a despeito da discordância quanto ao tema do trabalho escravo por conta de uma constelação de fatores, alguns mais marginais – como o vínculo de confiança que estas ONGs lograram desenvolver ao longo dos anos; o reconhecimento pelos inúmeros serviços prestados por elas às comunidades imigrantes da RMSP; a atitude não confrontacional que elas adotam com os donos de confecção<sup>88</sup> – e outra mais central, a busca por uma legislação nacional mais amistosa aos imigrantes.

Com efeito, o *trade-off* valeu a pena. Em 2017, após anos de uma delicada costura de interesses dos inúmeros atores envolvidos e de reiterada pressão por parte da sociedade civil organizada<sup>89</sup>, finalmente a Nova Lei da Migração (lei nº13.445), que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, foi sancionada. Ao longo do longo processo de aprovação da lei, mais de 150 entidades se manifestaram favoravelmente à sanção do texto em sua integralidade, porém a lei sofreu vinte e um vetos presidenciais. Especialistas e militantes concordam que a nova lei

---

<sup>88</sup> O CAMI não entra na justiça contra os donos que desrespeitam os DHs ou direitos trabalhistas (DT), apenas assessora os costureiros juridicamente. Há aí um distanciamento – a ideia é, ao invés de punir, reeducar esses donos fornecendo cursos.

<sup>89</sup> Na moção enviada ao então presidente Michel Temer, uma passagem elucida que atores participaram do longo processo de debate que envolveu a elaboração do texto base: “Neste percurso, permita-nos sublinhar, o projeto de lei considerou diversas consultas públicas e ampla participação envolvendo todos os setores da sociedade e do poder público que guardam pertinência com a matéria. Várias instâncias do Governo Federal (com destaque para a Polícia Federal e para os Ministérios da Justiça, Trabalho e Emprego e das Relações Exteriores) dialogaram, nas diversas fases do processo legislativo, tanto com parlamentares quanto com representantes de Estados e Municípios, de organizações da sociedade civil, acadêmicos, associações de migrantes, comunidades de brasileiros no exterior e com representantes do setor privado.”

representa um avanço com relação à anterior, mas em coro criticaram a desfiguração trazida pelos vetos<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup> No site Portal Aprendiz, da UOL, há diversos posicionamentos a este respeito. Dentre eles; Deisy Ventura, professora do IRI da USP, diz que “A Lei 13.445/17 foi aprovada por unanimidade no Senado Federal, uma conquista difícil no momento de profunda polarização do país. Obviamente a unanimidade foi possível graças às concessões feitas por todos os interessados, o que tornava a lei um avanço moderado, mas sólido em relação ao Estatuto do Estrangeiro que herdamos da ditadura militar. (...) No entanto, os vetos do Presidente Michel Temer desfiguraram a lei e a tornaram contraditória”. Petalla Timo, representante da ONG Conectas, afirmou que “A nova lei de migração é um avanço e responde a uma demanda histórica de entidades que trabalham com direitos humanos e com acolhida de refugiados no Brasil. (...) Em relação aos vetos, nós lamentamos. A lei foi construída com ampla participação da sociedade, organismos internacionais e dos segmentos governamentais interessados e o resultado final era muito positivo.” Jobana Moya, integrante do coletivo Warmis – Convergencia das Culturas, entende que “A Nova Lei da Migração é um avanço e tem como base um olhar para os direitos humanos. (...) No entanto, é importante destacar que alguns vetos, em especial o do artigo 118, preocupam.” Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/06/02/apesar-de-vetos-nova-lei-da-migracao-e-um-avanco-para-migrantes-brasil/>

## **CAPÍTULO 5**

---

# **AS DINÂMICAS DA AÇÃO COLETIVA DOS SUBALTERNOS**



Já dissemos que apesar da teoria marxista ter emanado e ter sido forjada para os movimentos sociais, haja vista que Marx e Engels pautaram os seus escritos pelas experiências, pelos debates e pelos conflitos enfrentados pelos movimentos de trabalhadores do século XIX, contraditoriamente, quando os grandes paradigmas sociológicos dos MS se consolidaram no século seguinte, os intelectuais marxistas não desenvolveram uma explicação para a emergência, o caráter e o desenvolvimento dos movimentos sociais (COX, 1999; NILSEN, 2009).

Ao longo deste capítulo, debateremos e compararemos as ações coletivas dos MS Pró-Imigrante e PróTrabalho Digno. Como tal discussão navega inevitavelmente na direção de águas mais vastas, a da teoria sociológica dos movimentos sociais, buscaremos deixar aqui despreziosa contribuição: apontar alguns aspectos bastante específicos em que a teoria marxista de Antonio Gramsci pode contribuir com os escritos da escola teórica do Processo Político, sobretudo de Charles Tilly.

Tal esforço de nossa parte motiva-se pela constatação de que, com efeito, foi somente nos últimos anos que surgiram com maior força alguns representantes da tradição marxista tentando elaborar uma teoria própria dos MS. Todavia, a despeito desses notáveis esforços, a deficiência teórica quanto a certos tópicos clássicos da literatura dos MS é ainda evidente nessas abordagens. Até por essa razão, como far-se-á verificável ao longo deste capítulo, ao abordarmos as táticas e estratégias das ações coletivas empregadas pelos dois MS em tela, seguiremos a sugestão de Michael Burawoy em seu *Marxismo Sociológico*: ao invés de tentarmos descobrir completamente nova teoria, iremos revisar uma já existente; não tentaremos induzi-la, mas aperfeiçoá-la; tampouco desconstruí-la, mas reconstruí-la.

Inicialmente, nessa medida, exporemos sucintamente a discussão de Antonio Gramsci a respeito do Estado estrito e ampliado, da sociedade civil e da disputa pela hegemonia política entre grupos dominantes e subalternos. A seguir, estabeleceremos em que medida e em quais aspectos essas noções podem nos ajudar a complementar (ou repensar) o conceito de movimento social, política pública e repertórios de confronto propostos por Charles Tilly.

## **5.1 GRAMSCI: O ESTADO AMPLIADO, A SOCIEDADE CIVIL E A DISPUTA PELA HEGEMONIA**

Ao comparar a configuração dos corpos sócio-políticos dos Estados, Gramsci (1968) lançou a célebre frase:

“no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil” (p.75). Logo, “o Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (p.75).

Com isso, além de sinalizar *in nuce* qual estratégia de luta política adequava-se mais a cada região do globo, Gramsci, também sinalizou para a existência de uma esfera localizada “entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção” (GRAMSCI, 1999, p. 323), em que a atividade política é exercida por excelência por intermédio de organizações “assim chamadas de privadas”. As derradeiras aspas ficam por conta da concomitância da natureza jurídica de direito privado das instituições que compõem a sociedade civil e da evidente função social pública exercida por elas. Figuram entre estas instituições como os sindicatos, os partidos, a Igreja, as escolas, as organizações profissionais, as organizações voltadas a disseminação de informações e as demais organizações de todo tipo (COUTINHO, 2014; TEXIER, 2017). Inspirando-se nos escritos hegelianos, o intelectual sardo chamou a essa esfera encarregada de mediar o privado e o público de *sociedade civil*.

Enquanto berço das disputas pelo domínio político e cultural da sociedade, é na sociedade civil onde o conteúdo ético do Estado é delimitado e o consenso social gestado. A lógica é a seguinte: ao se lançarem na busca por seus interesses classistas de ordem material e/ou cultural, os integrantes da sociedade civil também propagam suas concepções de mundo. No âmbito do Estado (tratado neste momento em seu sentido estrito, isto é, de sociedade política), por sua vez, as classes buscam exercer seu domínio de outra forma, por meio da forma “ditatorial”, ou, em termos mais precisos, utilizando-se basicamente de meios coercitivos (COUTINHO, 2014).

Assim, tendo certo grupo se tornado hegemônico, passa a contar com a maioria das organizações da sociedade civil como verdadeiras “fortalezas e casamatas” que funcionam, na prática, como um complexo de estruturas sempre prontas a defendê-lo contra qualquer ataque de outros grupos que desejem substituir ou alterar mais profusamente a ordem vigente. É como se o Estado, “o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência” (COUTINHO, 2014), fosse blindado pela

sociedade civil. A este respeito, diz Gramsci (1968): “[Há] Estados mais avançados, onde a ‘sociedade civil’ transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc)” (p.73). Nesses Estados, “as superestruturas da sociedade civil são como um sistema de trincheiras da guerra moderna” (p.73).

É perceptível a interdependência, mais que isso, a integração entre sociedade política e sociedade civil em Gramsci. A fusão dessas “duas esferas”, cada vez mais presente nos Estados nacionais de fins do século XIX e início do XX, Gramsci dá o nome de “Estado em sentido orgânico e mais amplo” ou apenas “Estado Integral”<sup>91</sup>. Com efeito, qualquer distinção entre sociedade política e sociedade civil é puramente metódica, não orgânica. Na vida histórica concreta, sociedade política e sociedade civil se identificam na realidade dos fatos (GRAMSCI, 2007). O intelectual sardo explica, ainda, que nessas circunstâncias, hegemonia está couraçada de coerção.

O Estado (agora em sentido ampliado), além de ser o *locus* onde a(s) classe(s) dirigente(s) exerce(m) seu domínio e promove(m) o consenso (ativo ou passivo) dos governados, é também palco de disputas legais, simbólicas, materiais e ideológicas, que a título de estudo dos movimentos sociais muito interessa. De um lado um ou mais grupos dominantes anseiam consolidar ou resguardar estruturas econômicas e de poder que dão direção e significado às rotinas e às vivências sociais cotidianas. De outro, grupos subalternos, que quanto mais se tornam conscientes de suas necessidades e experiências individuais e coletivas e refletem em suas tentativas de agirem, mais tornam fortalecidas suas práticas enquanto agrupamento sócio-político e mais tendem a tentar inverter essa ordem e vice-versa. Essa dinâmica histórica, às vezes intensa, às vezes quase inexistente, mas sempre permanente, entre movimentos sociais de cima e movimentos sociais de baixo – que podem ter cunho camponês, sindical, liberal, democrata, fascista, católico, militar, nacionalista, feminista, imigrante, ecológico, dentre tantos outros –, moldaram o mundo moderno em que vivemos (COX, NILSEN, 2014).

Decerto as questões desenvolvidas por Antonio Gramsci são, do ponto de vista da Ciência Política e da Sociologia, da maior importância. Contudo, Gramsci morreu em 1937, quando as

---

<sup>91</sup> Em 1974, *Cristine Buci-Gluksmann* lançou a expressão Estado Ampliado ao se referir a noção gramsciana de Estado em sentido orgânico e mais amplo ou de Estado Integral. O termo (Estado Ampliado) não aparece nas obras de Antonio Gramsci, mas se popularizou entre os seus pesquisadores.

teorias clássicas dos MS ainda se encontravam em plena gestação: Herbert Blumer publicou seus artigos *Collective Behaviour* em 1939 e *Social Movements* em 1951; Eric Fromm, sua obra *Escape from Freedom* em 1941; Seymour Lipset, *Agrarian Socialism* em 1950; Joseph Gusfield, *Social Structure and Moral Reform* em 1955, Erving Goffman, *The Presentation of Self in Everyday Life* em 1959, William Kornhauser, *The Politics of Mass Society* em 1959, Neil Smelser, *Theory of Collective Behavior somente em 1962*. Assim sendo, é mais que razoável que nos perguntemos em que medida o pensamento de Gramsci ainda serviria para alumiar a discussão analítico-teórica da dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos e, por consequência, especificamente a dinâmica dos dois movimentos sociais aqui debatidos?

Nas páginas seguintes, introduziremos sumariamente os conceitos de Charles Tilly de movimentos sociais, política pública e repertórios de confronto, consagrados pela Teoria do Processo Político, para, a seguir, relacioná-los com as noções igualmente celebres de Gramsci de Estado Integral, Sociedade Civil e disputa pela hegemonia entre diferentes grupos sociais, para, assim, tentar compor um arsenal teórico competente e conveniente a análise de movimentos sociais engendrados pelos subalternos.

## **5.2 TILLY: OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A POLÍTICA PÚBLICA E OS REPERTÓRIOS DA AÇÃO POLÍTICA COLETIVA.**

Dentre os três grandes paradigmas teóricos dos MS que surgiram no último quartel do século XX, portanto após os clássicos, o do Processo Político (PP) foi aquele que mais se dedicou ao tema das formas e dinâmicas da ação política coletiva *ut sic*. É fato que os paradigmas dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e da Mobilização dos Recursos (MR) também se debruçaram, cada qual a seu modo e de forma mitigada, sobre o tema.

O paradigma dos NMS concentrou-se nos aspectos simbólico-cognitivos dos envolvidos na ação coletiva e trouxe o conflito como chave-explicativa para as mudanças sociais, sobretudo aquelas de cunho cultural que ocorreram na Europa. Os componentes dessa tradição produziram teorias tão heterogêneas quanto ao seu alcance e enfoque que pesquisadores da teoria dos MS dividiram-se ao analisá-la. Para alguns, o enquadramento desse paradigma seria macro histórico (ALONSO, 2009). Para outros, conjuntural, “localizado no âmbito da política dos microprocessos da vida cotidiana” (GONH, 1997, p.15). Já o paradigma da MR caracterizou-se por ser tradição sociológica bem mais coesa. Sem maiores dissensos, pautou-se em um

individualismo metodológico centrado nas conjunturas, examinou a mobilização política a partir das escolhas racionais dos indivíduos e o acesso dos mesmos a recursos humanos, materiais e organizacionais.

O paradigma do Processo Político, a seu turno, aplicou a abordagem de *longue durée* da Escola dos Annales ao estudo das formas de ação coletiva e das mudanças sociais. O anseio de seus componentes era desvendar os mecanismos e os processos amplos que animaram as disputas políticas dos últimos séculos no Ocidente (ALONSO, 2009; BRINGEL, 2012). No âmbito da chamada política pública, Tilly, por exemplo (e aí reside nossas maiores atenções), a fim de explicar a produção de demandas dos MS e as formas históricas mais recentes, um tanto limitadas e repetitivas que seus autores lhes davam vazão, empregou o conceito de repertório de confronto.

Sinteticamente, a TPP nasceu em um momento em que o marxismo passava por uma revisão dentro e fora da academia e novas teorias sobre as transformações sociais no capitalismo e sobre as revoluções entravam em cena (ALONSO; GUIMARÃES, 2004). Esse contexto instigou Tilly, que desde o início de sua trajetória intelectual trabalhou na interface da História e da Sociologia. Na década de 1970, o autor se dedicou em seu clássico *From Mobilization to Revolution* (1978) a um dos temas mais caros aos marxistas, como o próprio título revela: a revolução<sup>92</sup>. Não obstante, Alonso (2009) diz que, em rigor, seria mais adequado se o livro tivesse o seu título invertido, uma vez que o autor parte da análise das revoluções (episódios raros) para estabelecer as bases das mobilizações coletivas. Parece um sintoma. Ao longo das décadas seguintes, os movimentos sociais, forma de política conflitiva bem mais frequentes que as revoluções, ganharam cada vez espaço maior na produção intelectual tillyana.

Para o trio McAdam, Tarrow e Tilly (1996), os movimentos sociais existem na história da humanidade há milênios, desde quando rebeldes tribais e cultos religiosos dissidentes desafiavam estados imperiais e igrejas estabelecidas. Porém, juntamente com a emergência dos regimes parlamentares europeus, surgiu uma forma específica de movimento social, o nacional, que rapidamente se tornou o padrão das disputas políticas no continente<sup>93</sup>. Nesse sentido, em *Dynamics of Contention*, Charles Tilly (e colaboradores) afirma que os MS são esta forma

---

<sup>92</sup> O Revolução voltou a ser tema em outras obras e artigos do autor, porém em condição coadjuvante como em *Regimes and repertoires* (TILLY, 2006) e *To map contentions politics* (MCADAM, TARROW, TILLY, 1996).

<sup>93</sup> Por conta dessa recorrência, quando se refere apenas a movimentos sociais, sem especificar, Tilly faz menção à sua forma padrão.

específica de política conflitiva que emergiu no século XVIII. Conflitiva, porque os MS se desenvolvem com a criação e a expressão coletiva de reivindicações que, de certo modo, conflitam com interesses de outros grupos. Política, pois os governos figuraram como parte do processo, enquanto alvo, aliado dos alvos das demandas, demandantes ou monitores do conflito (MCADAM, TARROW e TILLY, 2004).

Alhures, poucos anos antes, em um texto originalmente publicado em 1996, intitulado “To Map Contentious Politics”, o mesmo trio havia descrito os MS em termos que complementam o sentido da definição supracitada e que, na medida em que contempla a ação política enquanto um choque entre grupos sociais envolvidos historicamente em relações poder assimétricas, se aproxima daquela que utilizamos nesta tese. Dizem eles:

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009, p.21).

Consequentemente, nem toda ação política coletiva é movimento social para Tilly. Além de ter de ser rigorosamente perpetrada pelos “desempoderados” contra os “empoderados” (o que em momento oportuno voltaremos a discutir), a ação tem igualmente de ser pública, vigorosa, visível e não pode ser um fenômeno recorrente, contínuo (TILLY, 1995). A este respeito, diz ele:

Ao enfatizar o confronto aberto, coletivo e descontínuo, as [minhas] análises negligenciam as formas individuais de luta e resistência, bem como a operação rotineira dos partidos políticos, sindicatos, redes clientelistas e outros meios poderosos de ação coletiva, exceto quando produzem um confronto visível na arena pública (TILLY, 1993, p. 270, tradução livre)

Em suma, o alcance de sua análise se restringe à chamada esfera das políticas públicas, o que, com efeito, exclui certas relações entre cidadãos e o Estado (TILLY, 2007). Esclarecendo, diversos atores compõem o cenário político: agentes governamentais, membros de instituições políticas (atores políticos constituídos que desfrutam de acesso rotineiro aos agentes e recursos governamentais), desafiantes (atores políticos constituídos que não dispõem de um acesso rotineiro), sujeitos (pessoas e grupos não organizados ainda em atores políticos constituídos) e atores políticos externos. Não obstante, a chamada política pública consistiria nas interações das reivindicações de alguns desses atores: dos agentes do governo, dos membros

políticos, dos desafiantes e dos atores políticos externos (TILLY, 2000). Portanto, as políticas públicas, de um lado, excluem a ação das pessoas ou grupos não organizados em atores políticos constituídos e, de outro, abarcam tão somente as transações reivindicatórias entre os atores políticos (de dentro ou de fora da *polity*) e o Estado em que o poder e o desempenho do último estão visivelmente envolvidos (TILLY, 2007).

A fim de explicar as formas utilizadas pelas pessoas ao reivindicar, Tilly lançou mão na década de 1970 de uma de suas maiores contribuições aos estudos dos MS, o conceito de repertórios de confronto. De acordo com o sociólogo norte-americano, as pessoas elaboram performances em situações reais da vida a partir de formas expressivas e organizacionais, selecionadas de maneira mais ou menos deliberada, que se repetem com pequenas variações, dependendo da capacidade de inovação de cada grupo, os usos de cada local e os momentos históricos (MCADAM, TARROW e TILLY, 2004; BERGEL, 2012). Assim sendo, os repertórios são a coleção de formas modulares culturalmente codificadas pelas quais as pessoas interagem na política conflitiva (MCADAM, TARROW e TILLY, 2004). Com o conceito de repertório, Tilly, outrora criticado por seu caráter excessivamente estruturalista, logrou, a um só lance, relacionar cultura, oportunidades políticas (noção vinculada aos contextos) e estruturas de mobilização (que abarca disposições mais permanentes).

### 5.3 TILLY ENCONTRA GRAMSCI

A nosso ver, a primeira contribuição que o pensamento gramsciano tem a oferecer a TPP, diz respeito à definição de MS empregada pelos seus membros. A esse respeito, Tilly (e seus colaboradores) reconhece que nem toda política envolve confronto, tendo em vista que “algumas vezes as pessoas trabalham consensualmente, outras vezes reúnem-se para celebrar memórias compartilhadas e frequentemente institucionalizam suas atividades políticas” (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p.11). A despeito da ressalva do sociólogo norte-americano, as manifestações “contidas” e normalmente rotineiras fogem, de forma intencional e declarada, do foco de suas análises<sup>94</sup>. Isso porque seu verdadeiro interesse reside na forma específica de política conflitiva da modernidade, os movimentos sociais. Como procuraremos

---

<sup>94</sup> Cf. Tilly (1995), McAdam, Tarrow e Tilly (2005).

demonstrar a seguir, em si, tal opção não implica em qualquer debilidade em termos analíticos. Todavia, a definição tillyana de MS, enquanto uma forma de ação política conflitiva, pública e não habitual perpetradas por grupos desafiantes visando influenciar o governo ou ter acesso aos recursos controlados por ele (Tilly, 1993), restringe em diversos aspectos o olhar sobre os fenômenos políticos.

Em “Dynamics of Contention”, McAdam e Tarrow, Tilly não negam, pelo contrário, lembram que os interesses dos que reivindicam politicamente conflitam em alguma medida com os de outrem. O caráter dessas reivindicações, qual seja político, implica na presença do Estado (em seu sentido estrito), ou seja, o conjunto das instituições que controlam e administram a *res publica*. Mais que isso, ao Estado caberia papel fundamental nessa interação, quer seja em sua posição mais recorrente, a de alvo das reivindicações, quer seja como aliado do alvo ou monitor do confronto. De qualquer forma, e isso é crucial, para que a forma de fazer política seja enquadrada como movimento social, as ações devem ser levadas a cabo por grupos que desafiam o *stablishment*, logo, grupos que não detém o poder, que estão de fora da *polity* (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009).

A primeira limitação das abordagens norteadas pelos *claim-makers*, e talvez também a mais evidente, é que embora reconheçam a interdependência entre ao menos dois atores – indivíduo ou grupo requerente e o indivíduo ou grupo impactado pela requisição – elas acabam apresentando um panorama restrito das tensões sócio-políticas. No caso de Tilly (1978), as formas com que os grupos desafiantes manifestam suas reivindicações, isto é, seus repertórios de ação política, podem ser basicamente de três tipos, não excludentes entre si e que variam em função de fatores como localidade, costumes e momento histórico: 1) competitivos, quando destacam rivalidades no interior de um sistema já estabelecido; 2) reativos, quando privilegiam a defesa de direitos ameaçados; e 3) proativos, quando externam reivindicações de novos direitos. Outra característica de tais abordagens é a tendência de fornecerem ferramentas eficazes para pensar a mudança social (pois historicamente o grupo de interesse analítico de Tilly é o mesmo que majoritariamente articula projetos e que busca mudanças parciais ou radicais das estruturas dominantes que moldam e enraízam necessidades e capacidades sociais), mas poucas úteis para analisar ações e também os próprios grupos que visam a conservação de estruturas socialmente, politicamente e culturalmente dominantes.

O segundo ponto sensível diz respeito a quem a TPP apregoa serem os antagonistas por excelência dos movimentos sociais. Na tentativa de conferir maior espaço analítico à agência,



TPP tentou superar as definições tradicionais de “Estado” e “sociedade” como duas entidades políticas monolíticas, bem delimitadas e internamente harmônicas. Desse modo, os atores foram apresentados como entes dotados da capacidade de migrarem entre ambas as esferas. Note que a equação fundamental tentou deslocar-se da noção movimentos sociais *versus* Estado para desafiantes (os de fora do Estado) *versus* autoridades (agentes do Estado) (ALONSO, 2009; 2012). Contudo, em termos práticos, até que ponto Tilly e seus companheiros foram bem sucessivos?

Salientamos há pouco que Tilly considera o fenômeno político apenas enquanto interações que envolvam o Estado (em sentido estrito) em condições específicas (como alvo das reivindicações, aliado do alvo ou mediador de um conflito). Não obstante, inúmeros embates interorganizacionais, que poderíamos identificar como políticos, ganham vida e corpo no plano intrínseco da sociedade civil, não contando com a presença estatal sequer na condição de mediador. Ademais, quando a TPP pensa em MS como ações coletivas, conflitivas, esporádicas e públicas engendrada por desafiantes, ela exclui de imediato todo leque de performances políticas coletivas institucionalizadas, não conflitivas, rotineiras e não públicas – tipos de manifestações, aliás, amplamente empregadas por grupos dominantes. O compêndio leva Tilly a apresentar incontornavelmente o Estado, e não os grupos dirigentes, como sumo opositor dos MS. Consequência: Estado parece ganhar autonomia. Sai de cena a luta de classes. Em seu lugar entra a disputa entre uma esfera da vida social, agora soerguida a condição de ente, grupos desafiantes. Em outros termos, a armação teórica fundamental da TPP (desafiadores *versus* Estado) obnubila que em todo Estado, encontra-se instalado um ou mais grupos (nem sempre homogêneos) detentores de interesses próprios que estrategicamente mobilizam todo o aparato público disponível a fim de reproduzir ou estender seu domínio político e sua hegemonia social.

A seguinte passagem de “Contentious Politics”, em que Tilly e Tarrow (2015) tratam do tema da repressão e do controle social, ajuda a ilustrar o protagonismo adquirido pelo Estado quanto às ações voltadas à preservação das estruturas sociais ofuscando o papel desempenhado pelas classes (ou frações de classes) dirigentes/dominantes nesse processo:

Nós definimos repressão como um ataque do Estado ou de seus agentes contra os desafiantes, a fim de acabar com seu desafio prendendo-os, assediando-os ou destruindo suas organizações. (...) Os Estados não apenas se envolvem na repressão violenta da dissidência: (...) eles podem usar processos legais, discriminação no emprego, vigilância, insuflação e outras formas de assédio que evitam a repressão física. (...) Mas é importante, no início, entender que a

repressão violenta é apenas uma das ferramentas diferenciadas que um Estado usa para se opor aos desafiantes. (p.37).

Em que pese não ter trabalhado com a noção de MS, a proposta analítica de Antonio Gramsci (1987) em seu escrito pré-carcerário “Alguns Temas da Questão Meridional” pode nos ajudar a refletir sobre a relação entre disputa política e Estado. No texto mencionado, Gramsci investiga a dinâmica político-econômica italiana do início do século XX a partir de um foco interessante: a disputa entre os fragmentos de classes oprimidas (ou grupos subalternos), dentre elas o campesinato do *Mezzogiorno* e o operariado do Norte, contra o bloco agrário-industrial (grupos dominantes), composto pelos latifundiários do Sul e os industriais do Norte. Nessa balada, Gramsci descreve o Estado Italiano como alvo das ambições de ambos os lados, dado que era justamente nesse plano superestrutural em que se encontrariam os meios finais necessários para resistir às ofensivas de seus adversários. Embora em 1926, ano da publicação de a questão meridional, Gramsci ainda não operacionalizasse – ao menos não de forma explícita e sistematizada – as categorias “sociedade civil” e “Estado Integral”, já é claro para o intelectual italiano que a criação de um novo Estado (proletário) e de uma nova hegemonia demandariam que as classes subalternas se unissem e desbancassem as classes capitalistas (PEREIRA, 2009; COUTINHO, 2014). Aqui, a ordem dos fatores importaria. Primeiro as classes subalternas deveriam se tornar “dirigentes”, a seguir “dominantes”. O Estado, *per se*, antes que um oponente a ser batido, constituir-se-ia na instância capaz de coroar o proletariado, no caso em tela, em classe nacional. Todavia, somente uma vez que o consenso da maioria da população trabalhadora já houvesse sido conquistado no âmago da sociedade civil. Aí, a nosso ver, reside umas possíveis contribuições da teoria gramsciana a tillyana: a disputa política se dá essencialmente no âmbito sociedade civil, não do Estado em sentido estrito (como este último autor emprega).

Um rápido esclarecimento final, a fim de evitarmos equívocos. Como Gramsci, Tilly conferiu destaque a história daqueles que lutam por mudanças sociais. Naturalmente, cada um a seu modo<sup>95</sup>. Nesse ponto, não enxergamos qualquer debilidade analítica em Tilly. Pelo contrário. Sem qualquer pretensão de nossa parte de nos compararmos com esses dois grandes nomes da História, da Ciências Políticas e da Sociologia, o que procuramos fazer nesta tese se não seguir nesta mesma seara? Parece-nos, contudo, a interpretação gramsciana, conquanto

---

<sup>95</sup> Enquanto o primeiro, vinculado à tradição do PP, refutava a ideia de um sujeito histórico universal, o segundo acreditava que ele não seria um pressuposto, algo originalmente dado, mas um formar-se a partir da libertação das ideias das classes dominantes e de uma construção autoconsciência auxiliada por um partido da classe subalterna.

mais antiga, mais condizente com o atual fenômeno político. Ao invés de tomar os Estados nacionais europeus em oposição aos grupos dos “desempoderados” de seus respectivos territórios, como fez Tilly, Gramsci, admirador das táticas e estratégias políticas e militares (vide seu longo estudo sobre Maquiavel), ao olhar para o tabuleiro político de seu país, apresentou o Estado (sociedade civil + sociedade política) como alvo das disputas de classes pela hegemonia (na sociedade civil) e pela dominação (na sociedade política).

Na prática, enquanto Tilly (2000; 2007) ocupou-se das políticas públicas – a interação entre atores políticos constituídos e o Estado (enquanto instituição política e seus agentes), sendo que as ações partiriam basicamente dos MS (desafiantes) contra as autoridades; Gramsci (1987) ao trazer a sociedade civil e a disputa de classes para o centro de sua análise, de um lado, amplia o *locus* das práticas políticas e, de outro, considera não só a agência dos subalternos, mas também as ações, as estratégias e táticas políticas dos grupos dominantes. Resultado: em Gramsci tão importante quanto a ação dos subalternos são as ações planejadas e executadas pelos grupos dirigentes com a finalidade de assegurar ou ampliar seu controle e domínio social, tais como, a criação de novos tipos de Estados e hegemonias ou de sucessivas formas de acumulação, a remodelação e realocação de cadeias produtivas em níveis local e internacional, o uso historicamente reiterado da violência estatal em momentos de crises orgânicas, a mobilização de arbitrários culturais racistas e patriarcais ou ainda a adaptação de sentidos comuns.

Passemos, agora, a discutir as táticas e as estratégias políticas dos MS de cima e de baixo, para, logo após, aplicarmos tais questões teóricas ao nosso objeto empírico.

### **5.3.1 Tática e a estratégia política nos movimentos sociais**

Tomados emprestados do vocabulário militar, os termos “tática” e “estratégia” tem sido vastamente utilizado por sociólogos e cientistas políticos para, ao mesmo tempo, compreender e explicar, sob diferentes aspectos, a elaboração e a execução de planos voltados à conquista de objetivos políticos individuais ou, mais comumente, coletivamente compartilhados. Até os anos 2000, diversos pesquisadores dos MSs, dentre eles, Gamson (1975), Piven e Cloward (1977), McAdam (1983), Fantasia (1988), Staggenborg (1991) e Ganz (2000), dispensaram grande importância ao estudo das táticas e estratégias políticas modernas (ROSSI; VON BÜLOW,

2016). Não obstante, a maior parte desses estudos não elaborou uma diferenciação conceitual entre ambas (JASPER, 2004; TAYLOR, VAN DYKE, 2004).

As definições propostas pelo general prussiano Carl Von Clausewitz em seu tratado sobre a arte militar, *Da Guerra*, publicado post mortem em 1832, figuram entre as mais celebres, servindo inclusive de ponto de partida para pesquisadores dos MS contemporâneos. Na obra supracitada, Clausewitz (1984) expõe que a condução da guerra consiste no planejamento e na condução da luta. Como a luta normalmente não se finda após um único ato, pelo contrário, habitualmente se constitui de uma coleção deles, cada qual tendo detentor de especificidades próprias, surge a necessidade de diferenciar tática e estratégia, duas “atividades” (sic) voltadas ao planejamento, à execução dos engajamentos e à sua coordenação, com o propósito de se ganhar a guerra.

Uma das distinções basilares entre tática e estratégia diz respeito ao seu ritmo. O tempo da tática é curto. Diz Clausewitz (1984): “Na tática a pessoa é levada pelas pressões do momento, apanhada num turbilhão onde opor resistência seria fatal e, reprimindo hesitações incipientes, prossegue audaciosamente” (p.201). O da estratégia, em contraste, é longo: “[Nela] o ritmo é muito mais lento. Existe um amplo espaço para apreensões, as nossas e as de outras pessoas, para objeções e protestos e, em consequência, para arrependimentos prematuros” (p.201). Por isso, numa situação tática, os problemas têm de ser resolvidos de imediato, “no calor da hora”, ao passo que na estratégica, vários elementos podem (ou mesmo devem) ser supostos e conjecturados.

Inspirados notoriamente pela obra de Clausewitz, Nepstad e Vinthagen (2012) propuseram definição atualizada e sucinta de táticas<sup>96</sup> como os meios e planos para ganhar uma única batalha e estratégia como o planejamento de como ganhar a guerra. Trazendo os termos para o universo dos MS, a dupla afirma que, em vista dessa definição, as táticas envolveriam um conjunto de práticas de pequena escala e sub-objetivos dos movimentos, ao passo que a estratégia vincular-se-ia a como um movimento atingiria seus objetivos centrais. Para todos efeitos, tomaremos tais definições como referência nesta tese.

---

<sup>96</sup> A dupla utiliza a expressão recorrente e intencionalmente no plural.

### 5.3.2 Os conceitos de repertório e performance adaptados à nossa pesquisa

Quando Tilly (1978) propôs o conceito de repertórios de confronto no final da década de 70, isto é, o conjunto de performances políticas dos atores políticos, para estudar eventos públicos e conflituosos e seu lento ritmo de inovação como parte do que convencionou de chamar das *contentious politics*, ele preconizou, na realidade, uma abordagem específica para estratégia (ROSSI; VON BÜLOW, 2016), enlaçando diversos tipos de conflitos, tais como tumultos, ondas de greves, rebeliões, revoluções, guerras civis, episódios nacionalistas, conflitos étnicos e mais vigorosamente movimentos sociais (TILLY, TARROW, 2015). As performances, por sua vez, enquanto as diversas formas relativamente familiares e disponíveis em seu tempo, localidade e cultura, com que os atores exprimem suas reivindicações durante o confronto (TILLY, 2008a; TILLY, TARROW, 2015), se aproximam da noção de tática. É fato que as performances, ainda que mais maleáveis quanto sua capacidade de inovação que os repertórios, acabam, assim mesmo, sendo formas de manifestação conflitiva um tanto engessadas e, portanto, menos maleáveis que a definição aqui proposta tática. Voltaremos a discutir esse ponto.

Assim como na esfera militar, na política, as estratégias e as táticas seguem certos padrões morais. Na primeira esfera, ao logo dos séculos foram criadas leis de guerra, designação dada às disposições jurídicas de direito internacional público, humanitário e militar que regulam as situações aceitáveis para se ingressar em um conflito armado e quais condutas beligerantes são toleradas em situação de guerra. De modo similar, Tilly (2008a) elucida que as formas de disputas políticas coletivas também são produtos de performances historicamente situadas, aprendidas e (mais importante) normalmente aceitas. Com isso ele pretende demonstrar que

“o desempenho conflitivo muda de forma incremental como resultado da acumulação de experiência e restrições externas. Mas, a curto prazo, eles limitam fortemente as escolhas disponíveis para os possíveis criadores de reivindicações” (p.4-5, tradução livre).

Dentre as restrições mais importantes estão aquelas de caráter moral/cultural. Por exemplo, do século XVIII para o XIX, o parlamento inglês se tornou mais poroso às reivindicações populares. Desse modo, novos contextos originaram novos repertórios. Tão logo as pessoas descobriram que as antigas ferramentas que compunham seus repertórios (ou seja, o conjunto de suas performances) não eram mais eficazes para solucionar os problemas de seu tempo, eles as alteravam. E porque estas performances deixaram de ser eficazes? Na medida

em que tais formas deixaram de ser moralmente aceitas, a porosidade estatal às demandas externalizadas por meio de tais performances reduziu. O resultado da criação por parte do Estado do consenso de desaprovação social das ações diretas contra infratores e políticos encorajou o advento da preponderância de novas performances – como reuniões, passeatas e outras ações não violentas – e de novas formas de política contenciosa – fundamentalmente os MS. Aliás, Gramsci (2007), em os *Cadernos do Cárcere* já havia nos ensinado que o Estado quando deseja iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente uma opinião pública adequada a partir da organização de elementos centrais da sociedade civil. Em outras palavras, “educa para o consenso”.

Em síntese, a dupla de conceitos, repertório de confronto e performances, elaborada por Tilly trouxe enorme contribuição à análise dos confrontos políticos. Conquanto nos pareça bastante clara as razões que levaram Tilly a ter se debruçado, e por consequência também ter aplicado seu arcabouço teórico, apenas nas ações coletivas, públicas e episódicas que necessariamente partam dos desafiantes até as autoridades<sup>97</sup>, tomaremos a licença expandir especialmente a dupla conceitual repertórios/performances – a fim de aplicá-la ao nosso objeto empírico, qual seja, os movimentos sociais da costura da RMSP e da GBA. Aplicar-nos-emos os dois conceitos da seguinte forma: 1) para ilustrar também as ações coletivas que ocorrem nas arenas semi-públicas e privadas, isto é, no âmbito da sociedade civil; 2) para explicar as ações coletivas que, embora tenham cunho conflitivo, sejam rotineiras; 3) para empregar especificamente o conceito de performance de uma forma mais flexível, no que diz respeito ao imprevisto dos atores políticos frente às situações encontradas durante os confrontos (inovação de performances), aproximando, assim, o conceito da noção de tática.

### 5.3.3 A Transgressividade nos movimentos sociais

Outra divisão, a de confrontos políticos contidos e transgressivos, esta proposta por McAdam, Tarrow e Tilly (2004), nos ajudará a caracterizar, comparar e distinguir as ações

---

<sup>97</sup> Em *Contentious Repertoire in Great Britain, 1758-1834*, Tilly (1993) elucida que ao focar sua análise nos elementos que citados, ele faz “um esforço para tornar a análise da ação coletiva gerenciável, na convicção de que a disputa é um assunto importante por si só, e na esperança de que a análise cuidadosa do confronto coletivo também forneça insights sobre a ação individual, o confronto contínuo e a ação não conflituosa” (p.270, tradução livre)

coletivas dos movimentos sociais da costura da RMSP e da GBA. O confronto político contido seria aquele em que todas as partes envolvidas na disputa política seriam atores previamente estabelecidos, empregando inclusive meios reivindicatórios também estabelecidos. Já o confronto transgressivo ocorreria quando pelo menos uma das partes envolvidas no conflito fosse ator político recém-identificado e/ou pelo menos uma das partes empregasse ação coletiva inovadora.

O trio, seguindo a tradição da TPP, recorda que nos dois casos, a interação deveria apresentar caráter público e coletivo e o governo ser um dos requerentes, o objeto do requerente, ou, ao menos, uma parte daquilo que está sendo requerido (MCADAM; TARROW; TILLY, 2004). Não obstante, tendo em vista as considerações outrora tecidas por nós a respeito da compreensão de Estado Ampliado, isto é, que tão (ou mais) importante quanto as ações políticas que apresentam participação do Estado (em seu sentido estrito) ou de seus agentes em diferentes posições, são aquelas que ocorrem na sociedade civil, endogenamente, empregaremos os termos confronto político transgressivo e contido também para as ações políticas rotineiras e não públicas.

Esclarecidos estes pontos concernentes ao arcabouço teórico utilizado neste capítulo, passemos agora a “dar cores” às ações empreendidas pelos dois movimentos sociais, o brasileiro e o argentino, que contam com a participação de costureiros e de donos de pequenas oficinas de confecção.

#### **5.4 A DINÂMICAS DA AÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS**

As formas de organização e expressão política dos dois movimentos sociais da costura, como as de quaisquer outros movimentos, quando acompanhadas de perto e consideradas ao longo do tempo, expõem caráter dinâmico: de episódio para episódio apresentam momentos de maior e menor intensidade, processualmente adaptam e inovam suas performances e, conseqüentemente, também seu repertório de confronto<sup>98</sup>.

---

<sup>98</sup> Thompson (2008), em seu “Economia Moral” já havia demonstrado, ao refutar o suposto automatismo das lutas alimentares na Inglaterra, que a organização social e a cultura local eram determinantes na conformação e eclosão dessas disputas. Em linha similar, Tilly (2008a) afirmou que a adaptação e a renovação das performances respondem fortemente aos ambientes econômico, político e cultural.

Como veremos a seguir, tanto no caso do Movimento Pró-Trabalho Digno como do Movimento-Pró Imigrante, o ambiente social, político e econômico de seus respectivos países e a localização regional em que se encontram – respectivamente, no primeiro a capital da nação argentina e no segundo a capital do maior estado brasileiro em termos econômicos e populacionais –, tiveram grande influência quanto ao vigor e as características dos ciclos de protestos engendrado por ambas. Esse assunto será tratado neste capítulo, mas nossas maiores energias se voltarão para o processo de mobilização dos dois movimentos em si, isto é, para o jogo de estratégia e táticas travado pelas organizações da sociedade civil e pelas instituições públicas.

#### **5.4.1 A gênese do repertório de confronto do Movimento Pró Trabalho Digno**

Os últimos anos da ditadura militar argentina, encerrada em 1973, ficaram marcados pelo recrudescimento de processos mobilizatórios em todo o país. Nas décadas seguintes, pulularam entre grupos sindicais, político-partidários, de direitos humanos e de vizinhos protestos de intensidade e fisionomia variadas. Para se ter ideia, entre 1984 e 2007, a mídia impressa nacional registrou em média mais de um protesto por dia (CELS, 2017).

Quando o assunto é manifestação em massa, os sindicatos dominaram o cenário político argentino até o final dos anos 80. Questões clássicas do mundo do trabalho como condições de trabalho e reajustes salariais sempre estiveram entre as principais pautas das organizações coletivas desde então. Contudo, no início dos anos 90, elas já não apresentavam o mesmo vigor de outrora. O ingresso de novos atores coletivos na política nacional forçou os sindicatos a dividirem o seu protagonismo mobilizatório. As demandas também se diversificaram. O desemprego, as políticas assistenciais, os direitos dos moradores de bairro, os direitos humanos de diferentes grupos e vítimas de eventos, a diversidade sexual, o direito das mulheres, a insegurança, a corrupção e a preservação ambiental estavam agora todos representados nas ruas, na sociedade civil e na política (SCRIBANO, SCHUSTER, 2001; CELS, 2017).

As experiências mobilizatórias que tomaram curso nos anos 1990 serviram, sem dúvida, como importante indicativo dos modelos de performances contenciosas disponíveis aos movimentos sociais que eclodiram em meio à profunda crise política, econômica e social que a Argentina mergulhou em 2001. Nos anos 80, por exemplo, as greves foram a modalidade de



ação mais utilizada pelos manifestantes. Já os 90, as marchas, as manifestações públicas foram mais frequentes. Os escraches, os piquetes e os bloqueios de ruas apareceram neste momento com novidades táticas<sup>99</sup> (AUYERO, 2002 e 2003; SVAMPA; PEREYRA, 2005; CELS, 2017).

**Tabela 4:** Evolução das performances entre 1993 e 2001 na Argentina<sup>100</sup>

Performances	Dez 1993 – Ago 1997	Set 1997 – Dez 1999	Dez 1999 – Dez 2001	Crescimento (%) 1993 – 2001
<b>Manifestação</b>	529	668	2.039	385%
<b>Piquete</b>	166	316	1.684	1.014%
<b>Greve</b>	200	149	436	218%
<b>Ocupação</b>	151	96	286	189%
<b>Saque</b>	6	3	302	5.033%
<b>Ataque</b>	1	17	252	25.200%
<b>Lock out</b>	9	26	30	333%
<b>Outras</b>	26	22	203	780%
<b>Sem dados</b>	2	2	22	1.100%
<b>Total</b>	<b>1.090</b>	<b>1.299</b>	<b>5.254</b>	<b>482%</b>

Fonte: Dados extraídos de Cotarelo e Carrera (2004), elaboração própria.

A tabela 4, criada a partir dos dados disponibilizados pela pesquisa de Cotarelo e Carrera (2004), ainda que não contemple alguns tipos de performances fundamentais da população argentina, como o piquete e o escrache, apresenta um panorama geral bastante interessante da evolução das manifestações na Argentina entre os anos de 1993 e 2001. Observe como: 1) absolutamente todas os tipos de performances cresceram quantitativamente de 1993 para 2001; 2) algumas, porcentualmente bem mais que outras mais, como o piquete, o saque e o ataque; 3)

<sup>99</sup> Artese (2011) explica que os bloqueios de rua (ou piquetes), embora tenham sido considerados por inúmeros pesquisadores como sendo uma novidade, “eles não se tratam de uma ferramenta estritamente nova”(p.175, tradução livre). Eles já haviam sido utilizados em outros momentos históricos progressos. A novidade, nesse sentido, consiste não no método em si, mas na dinâmica adotada em uma conjuntura político econômica diferente: antes se buscava recuperar postos de trabalho ou conseguir bens materiais básicos por meio do bloqueio da produção de um estabelecimento, agora, interromper a circulação de pessoas e mercadorias em diferentes localidades do país.

<sup>100</sup> Cotarelo e Carrera (2004), de forma deliberada dividiram o período que se estende entre dezembro de 1993 a dezembro de 2001 em três ciclos protestos. O primeiro momento, considerado pela dupla como ascendente, vai de dezembro de 1993, quando ocorre o motim de Santiago del Estero e termina em agosto de 1997, com um plano malfadado do movimento obreiro organizado de greve geral e bloqueio de ruas pelo. O segundo, chamado de descendente, vai de setembro de 1997 até dezembro de 1999. Durante esse período as ações foram mais dispersas e voltadas aos interesses imediatos de atores políticos de fora mais isolada. O terceiro, tido novamente como ascendente, tem como marco inicial os protestos do meio de dezembro de 1999, que culminou na repressão violenta da polícia no dia 17. O período ficou marcado pela intensa atividade “piquetera”. Ele se encerra durante a grave crise argentina de dezembro de 2001. Vale mencionar que os *escraches* e os *panelaços* ficaram de fora do estudo de não fizeram parte do estudo de Cotarelo e Carrera.

e as performances de confronto que mais cresceram enquadram-se naquilo que nomeamos de contenções transgressivas.

O repertório inaugural do MPI beberá dessa fonte. Já dissemos que a Alameda nasceu como uma assembleia de bairro voltada a discutir a política nacional e também encontrar saídas práticas aos dois maiores problemas que afligiam o bairro Parque Avellaneda, o desemprego e o empobrecimento da população local e que, ademais, o MPTD foi um desdobramento das redes alamedistas. É verdade que as assembleias portenhas atraíam um público bastante heterogêneo, muitos, até bem pouco tempo, pouco envolvidos com a política nacional. Pouco tempo, pois os eventos políticos que se estenderam principalmente entre 1999-2001 arrebataram praticamente a atenção de toda população para a política nacional, quer seja devido às suas consequências econômicas e sociais que puderam ser sentidas no dia-a-dia dos argentinos, quer seja devido a ampla cobertura midiática ou pelo colapso da credibilidade de diversas instituições públicas junto à população. Contudo, havia também nas reuniões das assembleias aqueles com um histórico de militância. Dentre estes, por exemplo, inúmeros participaram dos ciclos de protestos violentos contra a implementação do programa de austeridade de Fernando de la Rúa, condição imposta pelo FMI para a liberação do empréstimo de US\$ 8 bilhões (BBC BRASIL, 2001), eram presença certa. Essa herança conflitiva majoritariamente transgressiva irá fornecer subsídios para a formação dos repertórios de confronto de inúmeros movimentos sociais na sequência de 2002<sup>101</sup>. Assim foi com o MPTD.

#### **5.4.2 O repertório assembleísta: 2005-2013**

No dia 17 de abril de 2008, a filial argentina da rede de jornalismo internacional independente Indymedia<sup>102</sup>, publicou a seguinte notícia:

---

<sup>101</sup> Ouviaña (2002) pondera que seria um engano supor que o surgimento das assembleias de bairro nos primeiros meses de 2002 foram consequência direta e inequívoca dos protestos de 19 e 20 de dezembro, quando as manifestações de rua contra o governo de Fernando de la Rúa atingiram seu ápice. Para ele, mais interessante é encarar a data como “uma condensação de um momento que dá origem à auto-organização de vizinhos, especialmente nos bairros de Buenos Aires e, em menor medida do conurbado bonaerense e de outras regiões centrais do país” (p.6, tradução livre).

<sup>102</sup> O The Independent Media Center, mais conhecido por Indymedia, é uma rede internacional de jornalistas voltada à vinculação de matérias na internet relacionados ao campo social e político. A rede foi criada em novembro de 1999 durante os famosos protestos de Seattle contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) e sua agenda neoliberal (HANDEL, 2015).

El pasado martes 9 de abril, La Alameda, una asamblea motorizada por la lucha de los trabajadores esclavos de los talleres textiles clandestinos, realizó un escrache en el cabaret New Liza en la esquina de Directorio y San Pedrito. Allí se juntaron más de 100 personas, muchos de ellos costureros agrupados en La Alameda y la minoría –cerca de diez personas- de distintas ONGs: Fundación El Otro, Red Alto el Tráfico y la Trata, y el Programa Red Anti-trata del Centro de Derechos Adolescentes. Juntos escarcharon al dueño, Rubén Esteban Elizalde. (...) Durante el acto, un grupo de jóvenes anarquistas pintó estenciles sobre los muros del cabaret: “Ninguna nace para puta”, decían.

Durante la acción, miembros de La Alameda irrumpieron en el local New Lisa y trataron de buscar pruebas. Adentro estaba vacío, sólo alguna ropa y la muestra de las condiciones infrahumanas de vida: piezas de dos por dos sin condiciones mínimas de higiene ni salubridad (INDYMEDIA, 2008).

Ao longo de quase duas décadas de atuação, a Alameda realizou ou participou de mais de uma centena de manifestações. Nesse período, muito aconteceu: mudanças de governo, as redes da Alameda se expandiram, Gustavo Vera foi eleito deputado da cidade de Buenos Aires, o partido Bien Comun foi criado, alianças políticas com sindicatos foram forjadas e dela emergiu a Multisetorial que se tornou a maior força política nacional popular opositora ao governo de Mauricio Macri. Mas qual a relevância objetiva disso? Gramsci (1968) lembra que as estratégias e táticas a serem empregadas na política dependem de uma delicada análise das relações de força do momento, ou seja, uma avaliação da homogeneidade, da autoconsciência e da organização alcançada pelos vários grupos sociais. Sendo assim, as estruturas e as conjunturas sociais, ou orgânico e o ocasional, repercutem no modo das pessoas agirem politicamente, portanto, em suas performances e em seus repertórios de confronto.

A passagem acima dá o tom das performances do então em formação MPTD (ações da Alameda + organizações parceiras) em um período específico. Não fazia muito tempo desde as violentas manifestações do final de 2001 e as formas disponíveis de manifestação não haviam se alterado substancialmente desde então. Assim, entre 2005-2013<sup>103</sup>, o MPTD desenvolveu um repertório de confronto predominantemente agressivo, inusitado e controverso. Agressivo, pois as táticas empregadas visavam impactar a população, denunciar crimes e abusos publicamente e constranger indivíduos, empresas e marcas envolvidos em tais práticas. Inusitado, já que as manifestações eram quase sempre episódicas, desencadeadas por algum acontecimento

---

<sup>103</sup> A Alameda surgiu antes de 2005, mas após analisarmos a construção das redes sociais e da incidência das manifestações alamedistas em conjunto com outras organizações, tomamos a data como o momento aproximado da formação do MPTD. Em 2013, Gustavo Vera é eleito deputado e a partir daí há uma expressiva mudança na maneira do movimento expressar suas demandas.

específico não previsto ou descoberto repentinamente. Provas obtidas por meio de suas investigações de militantes infiltrados em oficinas de costura e bordéis motivaram, por exemplo, diversas manifestações. Controverso, pois se havia aqueles que apoiavam suas performances, havia também aqueles que as repudiavam com veemência. Nesse sentido, várias formas de contenção foram utilizadas pelo MPTD nos seus primeiros anos de vida, como o *escrache*, a *infiltração*, a *ocupação*, a *invasão*, o *boicote* e a *marcha*. Passaremos a falar deles, mas antes um pequeno adendo: embora não tenhamos os números totais dos protestos realizados pelo MPTD para compararmos quais os tipos foram precisamente os mais empregados em cada momento, as mídias digitais e as entrevistas realizadas nos fornecem um histórico relativamente seguro para enfrentarmos o assunto.

O *escracho* é um tipo de manifestação pública que tem normalmente tem como alvo políticos e figuras públicas ou em evidência. Entretanto, empresas e marcas também entraram na linha de fogo do MPTD. Em resumo, o *escracho* consiste em uma ação coletiva que visa desmoralizar, ridicularizar ou intimidar por meio da concentração de militantes em locais estratégicos que gerem o maior dano possível à imagem do “*escrachado*”. Dentre as modalidades mais recorrentes de *escracho* estão: o *arremesso de ovos*, o *churrasco público*, a *fixação de cartazes*, *concentração ruidosa* e a *pichação*. Essas modalidades podem ocorrer de forma isolada ou combinada. A modalidade *arremesso de ovos* ocorreu na Argentina, por exemplo, no dia 02/02/2009, quando o chefe da bancada kirchnerista da *Cámara de Diputados de la Nación*, Agustín Rossi e seu irmão, o também deputado federal Alejandro “Fratacho” Rossi, visitavam Laguna Paiva (cidade localizada a 40km da capital provincial Santa Fé) e foram surpreendidos por ovadas e tomatadas de ruralistas da região, revoltados com as políticas adversas do governo federal que vinham sendo canceladas pelos deputados situacionistas (CLARÍN, 2009). O *churrasco público* vem sendo mais utilizado recentemente no Brasil. Um dos mais famosos foi, sem dúvida, o “Churrascão da Gente Diferenciada” de 2011, que reuniu cerca de seiscentas pessoas. Tudo começou quando, uma associação de moradores do bairro Higienópolis, uma das regiões mais nobres da cidade de São Paulo, promoveu campanha contra a construção de uma estação de metrô na região<sup>104</sup>. De acordo com alguns moradores, juntamente com as estações viriam “drogados, mendigos, [enfim] uma gente diferenciada...”

---

<sup>104</sup> Oficialmente, a Associação Defenda Higienópolis alegou que o motivo por não concordarem com a construção do metrô na Avenida Angélica, era em razão da má localização: longe de algumas estações e perto demais de outras. Contudo, em vista da polêmica gerada, dezenas de entrevistas foram realizadas com moradores, e um forte componente discriminatório socioeconômico ficou evidente na fala dos mesmos. Cf. Cimino (2010) e Aguirra (2011)

(CIMINO, 2012). O posicionamento discriminatório por parte dos moradores ficou evidente e, em resposta, um escracho foi organizado por meio de redes sociais. O evento bloqueou a principal avenida do bairro, onde manifestantes favoráveis à construção da estação fizeram um churrasco, estenderam varais e penduraram roupas, representando apoio “às gentes diferenciadas”. Um belo exemplo de escracho mediante a *fixação de cartazes e faixas* aconteceu durante a copa do mundo de futebol de 2018 em Buenos Aires. Após a derrota da seleção argentina para a seleção croata por 3x0 no dia 21/06, diversos jornalistas criticaram duramente de forma pública jogadores e comissão técnica. Em um programa de TV da emissora TyC Sports, o *No todo passa*, apresentadores e convidados iniciaram o programa realizando um minuto de silêncio, como forma irônica de protesto contra a derrota sofrida. Parte dos telespectadores encararam o ato como um ataque desproporcional por parte dos jornalistas contra o time. Alguns dias após o programa ter ido ao ar, manifestantes saíram em defesa da seleção argentina e colaram anonimamente na avenida San Juan, onde se localiza a TyC Sports, centenas de cartazes com os rostos desses e de outros jornalistas com pequenas faixas pretas fixadas, simbolizando o luto pela “morte profissional” dos jornalistas envolvidos<sup>105</sup>. A *concentração ruidosa* é a modalidade de escracho que mais foi utilizada pelo MPTD em seus primeiros anos de atuação e geralmente vinha acompanhada da *pichação de muros e fachadas* de estabelecimentos. O exemplo das duas modalidades está perfeitamente exposto na notícia da Indymedia apresentada no início deste item<sup>106</sup>. Na passagem, os alvos foram o dono de um bordel de Buenos Aires e a credibilidade de seu estabelecimento. Entretanto, oficinas de costura “clandestinas” e lojas de roupas também estavam entre os alvos mais comuns desse tipo de protesto.

Em entrevista cedida a nós, Tamara Rosenberg explica que quando o escracho ocorre em frente a lojas em regiões comerciais, a intenção é chamar a atenção dos consumidores que estão passando pelo local, dos estão no interior das lojas e principalmente divulgar o caso na mídia. Assim, em suas palavras, busca-se atingir “sua parte mais simbólica”. A tática aqui é evidente: *name and shame*. A militante lembra que as empresas gastam milhões de dólares com *marketing* para construir uma imagem positiva a sua marca – imagem, aliás, muitas vezes não

---

<sup>105</sup> O jornal Clarín (2018) lembra que a tática utilizada contra jornalistas esportivos lembra aquela que os ultra-Kirchneristas usavam contra jornalistas críticos da gestão de Néstor e Cristina. Na época, chegaram em um de seus escrachos a colocar a fotos de um garoto cuspidando os rostos dos jornalistas.

<sup>106</sup> Outros escrachos do MPTD que ficaram famosos foram o da rua Florida, no microcentro de Buenos Aires, em frente à loja da Zara e o da rua Beaucheff, em frente aos estabelecimentos pertencentes ao renomado jurista e ministro da Suprema Corte Argentina, Eugênio Raul Zafaroni, onde ocorria exploração sexual.

condizem com suas práticas produtivas. Logo, encontra-se aí sua parte mais sensível . Quando ocorrem em frente de oficinas de costura e de prostíbulo, o anseio é, além de divulgar o fato, cobrar das autoridades a aplicação de medidas punitivas previstas em lei, tais como a aplicação de multas e o confisco de bens móveis e imóveis<sup>107</sup>.

**Foto 6:** Escrache à loja Zara da Rua Florida, 2013



Fonte: La Alameda Word Press

Em entrevista cedida a nós, Tamara Rosenberg explica que quando o escrache ocorre em frente a lojas em regiões comerciais, a intenção é chamar a atenção dos consumidores que estão passando pelo local, dos estão no interior das lojas e principalmente divulgar o caso na mídia. Assim, em suas palavras, busca-se atingir “sua parte mais simbólica”. A tática aqui é evidente: *name and shame*. A militante lembra que as empresas gastam milhões de dólares com *marketing* para construir uma imagem positiva a sua marca – imagem, aliás, muitas vezes não condizem com suas práticas produtivas. Logo, encontra-se aí sua parte mais sensível . Quando ocorrem em frente de oficinas de costura e de prostíbulo, o anseio é, além de divulgar o fato,

---

<sup>107</sup> O dispositivo penal argentino que regula as penas cabíveis àqueles envolvidos com o tráfico de pessoas, o proxenetismo, o trabalho escravo, a exploração de menores e a subtração ou ocultação de pessoas é a lei 26.842/2012.

cobrar das autoridades a aplicação de medidas punitivas previstas em lei, tais como a aplicação de multas e o confisco de bens móveis e imóveis<sup>108</sup>.

O escracho é uma forma de protesto controversa, condenada por algumas pessoas<sup>109</sup>. Ciente disso, Tamara afirma que as ações públicas somente ocorrem após a obtenção de provas, geralmente obtidas por meio de outra ação, a *infiltração*. No caso dos prostíbulos, as provas testemunhais acabam sendo as mais utilizadas e comumente os alvos das ações são os proxenetas e seus estabelecimentos. Quanto às oficinas de costura que empregam trabalho em condições análogas a de escravo e das lojas que vendem roupas produzidas nessas condições, as provas materiais (filmagens e fotos) são mais utilizadas e o foco das manifestações são os donos das oficinas, das lojas e as próprias marcas. Perguntada sobre como ocorre a prática da infiltração, tendo em vista a obtenção de tal material, ela respondeu:

O que fundamentalmente fazemos é... quando vamos tratar de fazer uma denúncia pública (manifestação ou escracho), previamente, ou no mesmo dia, fazemos simultaneamente a denúncia à justiça, porque já temos as provas, por conta das investigações que fazemos, por diferentes meios, por companheiros que se metem em oficinas se passando por um costureiro, que às vezes inclusive são mesmo costureiros, mas que fingem que buscam trabalho. Daí obtemos um material para sensibilizar a mídia, a sociedade, ou por meio das redes sociais (TAMARA, outubro de 2016).

A *ocupação*, permanência em um local sem o prévio consentimento de seu proprietário, foi outra prática utilizada pelos militantes do MPTD em momentos-chaves da formação do movimento. A própria sede da Alameda, como mencionado no capítulo 3, era um bar abandonado, ocupado em 2002 pelos ainda assembleísta do bairro Avellaneda. Até que a Alameda fosse declarada entidade de utilidade pública e conseguisse na justiça que o imóvel fosse desapropriado, os militantes da Alameda, com a ajuda de vizinhos e de integrantes de outras organizações tiveram de resistir a algumas tentativas de despejo<sup>110</sup>. A mais violenta foi

---

<sup>108</sup> O dispositivo penal argentino que regula as penas cabíveis àqueles envolvidos com o tráfico de pessoas, o proxenetismo, o trabalho escravo, a exploração de menores e a subtração ou ocultação de pessoas é a lei 26.842 de 2012.

<sup>109</sup> Rogelio Alaniz, colunista que escreve esporadicamente em importantes jornais argentinos como o Clarin e no La Nacion, é um dos mais aguerridos opositores públicos à prática do escrache. Em uma crítica de política, vinculada pelo jornal El Litoral, no dia 07/02/2009, intitulada Patoteros y escrachadores, Alaniz diz que: “El escrache es la versión politizada de la patota. El patotero y el escrachador no son diferentes en lo que importa, es decir en el ejercicio de la violencia alevosa y cobarde. Lo que distingue a uno de otro es la retórica disfrazada de ideología. El patotero supone que sus acciones no tienen nada que ver con la política; el escrachador se justifica a sí mismo invocando argumentos políticos que transformarían un acto cobarde y miserable en una causa justa”.

<sup>110</sup> Para mais detalhes sobre a ação do dia 16 de junho, a partir da visão dos próprios militantes que promoveram a resistência ao despejo, verificar o anexo 1.

a do dia 16/06/2004, quando três pessoas foram feridas e quatorze presas. Gustavo Vera relata que a ação truculenta dos policiais não poupou crianças nem mulheres (CLARÍN, 2004). Outras ocupações que contaram com a participação do movimento em formação foi a de um prédio ferroviário abandonado na rua Artigas, no bairro Villa Pueyrredón, em prol dos catadores da região<sup>111</sup> que necessitavam de um depósito (MUES, 2013) e a da empresa têxtil Soho, em apoio aos empregados que haviam sido despedidos (e que desejavam recuperar a empresa) após um processo fraudulento de *vaciamiento* em 2013 (FUNDACIÓN ALAMEDA, 2013).

A *invasão*, ingresso a força em determinada propriedade, é um outro tipo de ação pontualmente utilizado pelo MPTD, que normalmente ocorreu aliada a outras formas de manifestação. A invasão também precede, ou melhor, constitui-se o primeiro ato da ocupação. Dentre as seis formas elencadas como pertencentes a esse primeiro repertório do MPTD, a invasão e a ocupação são indubitavelmente aquelas que envolvem maiores riscos e que, por isso mesmo, mais dependem uma previa e apurada análise ou da existência de circunstâncias momentâneas especiais. Esta última ocorreu no escrache descrito do bordel New Liza: os militantes da Alameda, da Fundação El Otro, da Rede Alto el Tráfico y la Trata e do Programa Rede Anti-trata já sabiam que os policiais presentes no haviam recebido ordens para não interferirem no ato. Desse modo, sem resistência por parte da polícia ou do dono do estabelecimento (ou de seus funcionários) que, acuado, havia deixado o local, os manifestantes conseguiram adentrar no local (LAVACA, 2008).

A invasão envolve tanto risco à integridade física dos manifestantes que podem se ferir ao terem sua entrada impedida pela polícia ou pelos donos da propriedade e seus contratados, como também o de sofrer individualmente e coletivamente com as implicações penais do ato. Sendo assim, as invasões realizadas pela MPTD ocorreram quase sempre durante escrachos, após as oficinas de costura e os bordéis terem sido formalmente denunciados, acompanhadas de perto pela mídia local. No caso das invasões que acabaram se convertendo em ocupações, os estabelecimentos se encontravam em situação de abandono ou, no caso das empresas, haviam sido objeto de ações fraudulentas por parte de seus donos, o que sempre facilitou angariar o apoio da população e dos profissionais dos meios de comunicação.

O *boicote* é um tipo de protesto de alcance mais amplo – normalmente nacional ou transnacional – bastante utilizado por militantes envolvidos com o mundo da moda, sobretudo

---

<sup>111</sup> Esses catadores criaram alguns meses mais tarde a Cooperativa El Álamo.



nas últimas três décadas, após o avanço das políticas neoliberais e a consequente retração das regulações impostas pelos estados nacionais. Gay Seidman (2007) em *Beyond the Boycott* deslindou admiravelmente os limites e as possibilidades desse tipo de protesto, que consiste, no caso da indústria do vestuário, na recusa voluntária e intencional de comprar ou utilizar um determinado produto ou marca por razões ambientais, morais, sociais ou políticas.

No interior do MPTD, a Alameda utilizou o boicote como arma política de forma mais intensa entre 2010 e 2013, portanto, no final do espaço cronológico que delimita o primeiro repertório. Como tática, procurou-se realizar campanhas que tornassem visível aos consumidores argentinos o circuito econômico do vestuário composto por partes legais e ilegais que demanda invisibilidade do vínculo entre cadeia produtiva e cadeia de venda para que os produtos sejam consumidos sem receios, “de forma eficiente”. Silva (2008a) lembra-nos que “ao contrário das marcas das roupas que atuam com a questão da visibilidade, para o trabalho nas oficinas quanto menor a visibilidade melhor” (p.101). Além disso, também procurou-se destacar que as mesmas roupas vendidas em lojas finas, também são vendidas nos mercados populares apenas com outra etiqueta (GAGO, 2017). Como exemplo temos o boicote lançado durante o 4º concurso de desenhos da marca internacional No Chains. O concurso de março de 2013 visou escolher as estampas da nova coleção da marca e teve como temas o “Boicot a las marcas que usan trabajo esclavo”, o “Boicot a las marcas que explotan trabajadores” e o “vínculo entre as grandes marcas e a escravidão”, como disse Gustavo Vera (LA ALAMEDA, 2013).

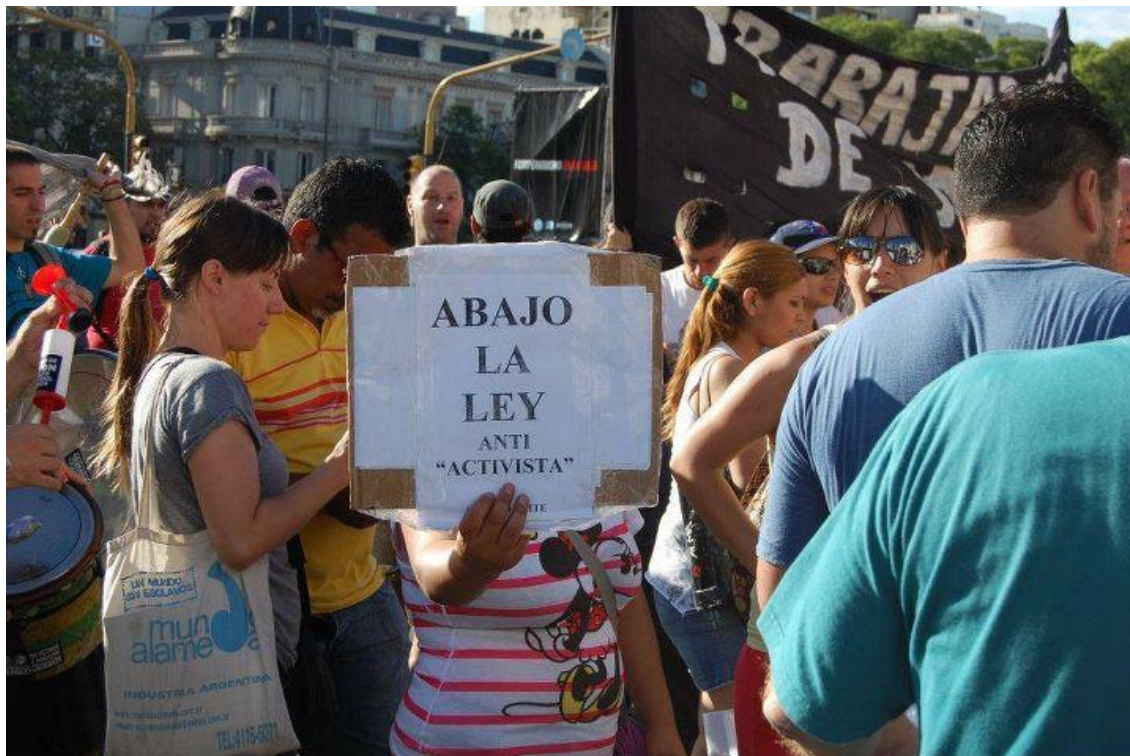
Entre 2005-2013, a *marcha* (ou passeata) foi, certamente, a modalidade de protesto menos transgressiva empregada pelo MPTD. Isso porque esse tipo de manifestação, em que manifestantes caminham em um percurso pré-definido proferindo palavras de ordem, portando bandeiras, faixas e percussão, seguidos ou puxados por carros-de-som, além de normalmente não apresentar qualquer elemento inovador, é via-de-regra acordado com as autoridades públicas<sup>112</sup>. Táticas pouco inovadoras normalmente reverberam menos nos meios de

---

<sup>112</sup> Nesse sentido, as palavras de Tamara colhidas em entrevista são reveladoras: “Sempre que vamos fazer alguma ação na rua, sabemos que... – porque já passamos por isso várias vezes em oportunidades anteriores – vai estar a polícia, perguntando o que fazemos ali, ou que vão colocar cercas aonde queríamos ir, porque algumas coisas não os informamos antes. Mas já sabemos que haverá um ou muitos serviços de inteligência infiltrados, não somente em nossa organização, mas em outras. Por exemplo, tinha membros do serviço de inteligência que se passavam por periodistas e, portanto, sempre sabiam onde íamos sair. Teve um que se detectou, que se chama Luan e se infiltrava em um montão de organizações e... essas coisas acontecem.”

comunicação. Por isso, o impacto social das marchas quando não reúnem um número robusto de militantes tende a ser inferior àquele gerado, por exemplo, pelos escraches e pelas ocupações.

**Foto 7:** Marcha contra a aprovação da Ley Antiterrorismo, 2011.



Fonte: La Alameda Word Press

No ano de 2011 as marchas foram bastante utilizadas. Citamos três. Em 17/06 o MPTD marchou contra a reabertura dos prostíbulos de Rio Gallegos, capital da província de Santa Fé. Na ocasião, a Alameda, o Movimiento de Trabajadores Excluidos (MTE) em companhia de outras organizações caminharam até a Procuración General de la Nación e entregaram em mãos ao procurador Esteban Righi um pedido de impedimento de funcionamento dos prostíbulos da cidade. Segundo manifestantes, o bairro riogalleguense Las Casitas, concentra o maior número de bordeis da Argentina (LA ALAMEDA, 2011a). Dois meses depois, no dia 19/08/2011, em Mar del Plata ocorreu nas proximidades da Av. Mitre a marcha “¡Basta de trata!”, organizada pela filial local alamedista em apoio a reforma da Ley de Trata de Personas. Dezenas de organizações participaram da manifestação (LA ALAMEDA, 2011b)<sup>113</sup>. Já no final do ano, no

<sup>113</sup> Estiveram presentes membros da Alameda Mar del Plata, Multisectorial de la mujer (Partido Socialista; Partido Comunista Revolucionario; Corriente Clasista y Combativa; Amas de casa del país; Mov. Independiente de Jubilados y pensionados; CICOP; CTA; Foro contra la deuda; Foro patriótico y popular; Pro encuentro Nacional de mujeres; Mar del lucha; Agrupación azul y blanca SUTEBA; Locomun; Asoc. Judicial Bonaerense), Colectivo Las Juanas, Colectivo Teatral Del Secadero, Trabajadoras del HIEMI, Federación Universitaria Marplatense,

dia 30/12, aconteceu a “Marcha contra la Ley Antiterrorista”. A polêmica lei, popularmente conhecida como “Antiativista”, permitiu enquadrar legalmente militantes de movimentos sociais de todas as espécies como terroristas. Participaram do ato, que tinha como destino a Plaza de Mayo, a Alameda, trabalhadores da Soho, a cooperativa Lacar, os catadores da cooperativa El Alamo, Madres de Plaza de Mayo, a CTA, diversos partidos de esquerda e simpatizantes (LA ALAMEDA, 2011c).

#### 5.4.3 O repertório legalista: 2014-2017

Até meados de 2013, a Alameda havia estado inúmeras vezes nas ruas reivindicando ao lado de ONGs, sindicatos e partidos políticos. Como tivemos a chance de demonstrar no capítulo 4, essas experiências coletivas fizeram com que as redes sociais alamedistas crescessem substancialmente, originando o MPTD. Ao longo desse processo, inúmeras parcerias foram seladas com diferentes agentes políticos (formalmente instituídos ou não). Naturalmente, os convites para o ingresso na política institucional multiplicaram-se. Assim, mediante o apoio de organizações como Soho, El Alamo e Fecootex, a Alameda decidiu lançar a candidatura de Gustavo Vera para o cargo de deputado da Ciudad Autonoma de Buenos Aires. Dois meses após ter sido eleito, em dezembro o alamedista assumiu suas funções legislativas, fortalecendo inegavelmente sua imagem de líder do MPTD.

Tomamos a eleição de Vera como marco simbólico inicial de um novo repertório, o legalista. Em rigor, as performances que vinham sendo empregadas pelos militantes não foram completamente abolidas após dezembro de 2013, mas desde então, pode-se observar dentro do movimento uma inflexão na “função” das ruas. Antes, elas serviam essencialmente como *locus* de conscientização da população a respeito das oficinas de costura da Argentina e também de ataque a marcas e empresários que utilizavam trabalho em condições análogas a de escravo em suas empresas ou que exploravam a prostituição. Depois do ingresso de Vera na legislatura portenha, abriu-se um canal direto entre as organizações pertencentes ao MPTD e o poder público e, assim, grande parte das demandas do movimento se institucionalizaram. Agora, Vera

---

Movimiento Universitario SUR, Agrupación CAUCES, Mov. Proyecto SUR, Centro De estudiantes de Cs. De la salud y S. S (LA ALAMEDA, 2011b).

inseria as pautas de discussão de interesse do movimento na legislatura, encaminhava suas demandas até o executivo e as queixas ao judiciário, das ruas, manifestantes davam o apoio necessário.

A criação do partido Bien Comum agudizou essa tendência. A perspectiva de lutar pela dignidade no trabalho, combater as máfias e de construir uma democracia social (LA ALAMEDA, 2017), “a partir de local onde se criam as leis e se exige o seu cumprimento”<sup>114</sup>, parecia uma saída engenhosa para superar os obstáculos que as demandas das ruas normalmente enfrentam ao tentarem ser incluídas nas políticas públicas. Nesse sentido, Vera e seu mandato corporificam potencialidades e também dificuldades que a política institucional comumente apresenta aos movimentos sociais. Veremos, ao discutirmos o emprego da forma de reivindicação “apresentação parlamentar”, que Vera esteve entre os legisladores mais ativos de Buenos Aires, tendo conseguido aprovar leis importantes. Não obstante Vera ter mantido sua luta pelas causas do movimento na legislatura, pudemos verificar durante entrevistas e conversas com membros do movimento um distanciamento entre a militância do movimento e o líder alamedista: frases como “a mais de mês não o vejo” e “é difícil ter acesso a ele” foram proferidas por pessoas a frente do movimento. É verdade que não pudemos verificar ressentimentos nestas falas, pois que geralmente vinham acompanhadas de justificativas para a ausência de Vera, tais como “ele é muito ativo” e “sua agenda é muito cheia”.

Dito isso, defendemos que o intervalo circunscrito entre 2014 e 2017 assinalou uma mudança no conjunto de performances utilizadas pelo movimento, o sentido de se aproximar de práticas aqui definidas por nós como institucionalizadas (logo, também contidas), como a *petição*, o *julgamento* e a *presentación legislativa*<sup>115</sup>.

A *petição*, instrumento empregado para provocar o Poder Judiciário a atuar em casos concretos, mediante a apresentação de informações, provas e dados para que o magistrado julgue o direito pleiteado, foi uma das formas de reivindicação mais empregadas pelo movimento ao longo desses quatro anos. O MPTD a utilizou, por exemplo, 1) para dar conhecimento as autoridades de fato criminoso (*notitia criminis*) – como quando revelou em 2014 que crianças trabalhavam no lixão municipal de Mar del Plata com a cumplicidade do Estado (LA ALAMEDA, 2014b) e 2) para pedir a inclusão da Alameda e de outras organizações

---

<sup>114</sup> Foi Tamara definiu em entrevista a legislatura de Buenos Aires.

<sup>115</sup> Não encontramos no português uma expressão que tivesse fielmente a mesma acepção de *presentación legislativa*, por isso decidimos mantê-la no espanhol.

congêneres como fonte de consulta de juízes em processos vinculados a temas de suas respectivas áreas de atuação (*amicus curiae*) – como no caso em que a Alameda e a organização “Que no se repita Asociación Civil” (encabeçada pela Igreja) pediram ao magistrado responsável por julgar a responsabilidade dos envolvidos na morte dos cinco garotos devido ao consumo de drogas sintéticas na rave Time Wrap em 2016, que fossem consultadas a respeito do vínculo entre organizadores de “festas privadas” e a estrutura narcotraficante local (LA ALAMEDA, 2016).

Como resultado do crescimento do número de petições apresentadas, multiplicaram-se os processos em que os membros do MPTD ou suas organizações se tornaram parte em processos judiciais, normalmente na condição requerente. Um dos *juízos* que ficou famoso na Argentina foi o de integrantes de um grupo neonazista de Mar del Plata. Entre 2013 e 2016, “Los Pampillones” praticaram atos violentos contra minorias étnicas, religiosas, econômicas, sexuais e integrantes de movimentos antifascistas da cidade.

**Foto 8:** Manifestação em frente ao Tribunal Federal de Mar no dia do julgamento do grupo neonazista, 2018.



Fonte: Jornal Clarín

O envolvimento da Alameda com o caso começou em 2015, após Lucas Baina militante antifascista ter sido espancado pelo grupo durante uma manifestação e o advogado da Alameda Carlos Beizum, representando a vítima, ter apresentado queixa-crime. Ainda no mesmo ano, a

Alameda também apresentou notícia crime contra os membros do grupo devido a ataques contra o Centro de Residentes Bolivianos (no dia 25/02/2014), grupos de ateus (24/03/2014), grupos LGBTQ (no dia 15/09/2014) e grupos de feministas (dia 12/10/2015) (LA ALAMEDA, 2015). Um inquérito foi instaurado para apurar os fatos. Finalmente, em 2018, os jovens foram julgados e condenados a nove anos de prisão (VILLAREAL, 2018).

Quando nos debruçamos sobre a atuação de Gustavo Vera na Câmara de Deputados de Buenos Aires, a tese da institucionalização das demandas do MPTD ganha força. Vera, único deputado do Bien Común, foi indicado como um dos cinco legisladores mais atuantes durante seus quatro anos de mandato, tendo-se destacado pela aprovação da Ley Vera (destinada a fechar os estabelecimentos que encobriam a prática de prostituição) (NCN, 2016), pela aprovação da lei que institui vinte e dois de março como o dia do coletor de lixo e por diversos projetos de ley que visam acirrar o combate ao trabalho escravo, conhecidas como *Iniciativas por el trabajo têxtil digno*<sup>116</sup>, que ainda aguardam para serem votados (LEGISLATURA, 2016). No total, o alamedista foi autor de 120 *presentaciones legislativas*. Foram 25 projetos de lei (propostas destinadas a formulação de leis), 52 projetos de declaração (proposições que visam tornar clara a opinião de determinado corpo parlamentar acerca de um assunto ou que manifeste a sua vontade de que um ato seja levado adiante), 34 pedidos de informação (requisições de dados provenientes de pesquisas, consultas, investigações ou inquéritos que o poder legislativo detém ou pode requisitar) e 9 projetos de resolução (são as propostas reservadas aos aspectos vinculados a organização e funcionamento interno da Câmara) (CORTINA, 2017).

Nas eleições de outubro de 2017, Vera não conseguiu se reeleger. Após deixar a legislatura portenha, o alamedista regeu a estreita aproximação política entre o MPTD e o Sindicato dos Caminhoneiros. O atual repertório de confronto do movimento é erigido nesse contexto.

---

<sup>116</sup> Dentre as iniciativas que se tornaram projetos de lei estava a certificação das marcas de roupa que fossem comprovadas como livres de trabalho escravo, a auditoria dos provedores estatais ligados ao ramo e replicação dos polos têxteis como o de Barracas. Durante a apresentação dos projetos de lei, o legislador portenho contou com o apoio de militantes da organização Ropa Limpia, da Alameda, membros do partido Bien Comum e membros de diferentes cooperativas têxteis da cidade.

#### 5.4.4 O repertório multisetorialista: 2017-atualmente

Com a criação da Multisetorial 21F, MPTD e Sindicato dos Caminhoneiros estabeleceram relação simbiótica. Após a massiva manifestação convocada pelos movimentos sindicais argentinos de 21/02/2018, diretrizes políticas convergentes e ações coletivas conjuntas públicas deram os primeiros sintomas do surgimento de um novo e enorme movimento social. Com efeito, posteriormente à manifestação da Avenida 9 de Julho, faz pouco sentido abordar o primeiro em separado do segundo.

A Gustavo Vera, militante ativo e orador experiente, coube o papel de “apóstolo Paulo” do novo movimento. O líder alamedista viajou de província a província granjeando seguidores e fundando filiais para nascente movimento 21F. A Hugo Moyano (secretário geral do Sindicato dos Caminhoneiros), figura insigne e tarimbada na política e no movimento sindical argentino, competiu a articulação da reconciliação entre os grandes sindicatos e a aproximação de políticos igualmente renomados. As bases seguiram suas respectivas cúpulas, selando a união entre caminhoneiros e militantes do trabalho digno. À vista disso, procuramos neste item, ao invés de realizar uma separação artificial entre ambos, algo possível em termos analíticos, mas sem correspondência no mundo concreto, tratar do repertório do movimento maior, apelidado por nós de 21F, ao invés de forcarmos isoladamente no MPTD.

**Foto 9:** Manifestação do dia 21/02 contra o governo Macri, convocada pelas centrais sindicais, 2018.



Fonte: Agmer.org

A curta existência do movimento 21F impõe cuidados dobrados ao ensaiarmos quaisquer considerações acerca de seu repertório. Muito possivelmente, não causaria estranhamentos àqueles que acompanham o cenário político argentino se o definíssemos, devido às suas estratégias e práticas, tanto como sindicalista como multisetorialista.

Sorel (1999) explica que a estratégia sindicalista envolve a utilização de métodos radicais, em especial a greve geral, para reivindicar pautas moderadas. A greve geral, neste caso, atuaria sobre as massas como uma espécie de mito. Segundo Gramsci (1968), o mito soreliano, isto é uma ideologia política pulsante, serve como “uma criação de fantasia concreta que atua sobre o povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva” (p.4). De fato, assim tem sido. Entre 2018 e o início de 2019, Moyano logrou aglutinar a maior parte dos trabalhadores argentinos ao ameaçar, ao menos em quatro circunstâncias diferentes, o governo de Macri com paralizações totais em razão de temas como: o reajuste salarial dos caminhoneiros (06/2018), a política econômica do governo Macri (09/2018), a possibilidade da prisão de Hugo Moyano (10/2018) e a reforma trabalhista (01/2019). Tudo levava a crer se tratar de um movimento social de hegemonia sindical classista<sup>117</sup>. Talvez fosse o suficiente para timbrarmos o repertório do 21F como sindicalista. Todavia, como enunciamos: a tenra existência do movimento demanda zelo analítico adicional.

A partir da segunda metade de 2018, ainda que o espectro grevista permanecesse, a estratégia do 21F começa a flexionar-se para outra direção, a da formação de um grande bloco político-partidário que desse conta de pôr um fim no macrismo por meio das urnas e não mais das ruas. Em agosto, Hugo Moyano e a ex-presidente Cristina Kirchner subiram juntos em um palanque durante um ato sindical pela primeira vez desde a criação do 21F (PENELLI, 2018). A aproximação do 21F com as lideranças do PJ (e partidos coligados) foi oficializada em novembro, quando Moyano, acompanhado de Ricardo Pignanelli (SMATA) e Hector Daer (CGT) ingressa no partido (DIARIO26, 2018). Aos poucos, de um movimento inicialmente coeso em torno da tradição sindical, o 21F começou a tomar a forma de uma espécie de movimento de movimentos *a la* Global Justice Movement (GJM), só que nacionalmente circunscrito. Aqui, como no GJM, o neoliberalismo global também era o inimigo (COX;

---

<sup>117</sup> Segundo Carlos Nelson Coutinho (2010), o sindicalismo classista seria aquele politizado, que não se limita a organizar pequenos grupos profissionais, mas que busca agregar e representar todo o conjunto da classe trabalhadora.



NILSEN, 2007), só que fora personificado em Macri. Nesse ponto nos perguntamos: não seria mais adequado definir o repertório como multisetorialista?

Frederico Rossi (2016), pesquisador do movimento piqueto argentino, afirma que as estratégias multisetoriais foram empregadas em diferentes momentos na América Latina na tentativa de unificar a esquerda. Na Argentina, ela estreou na década de 1950, depois da dissolução da Internacional Comunista e em meio aos debates sobre o peronismo. Na história mais recente, os piqueteros empregaram-na amplamente entre 1996 e 2009. Por estratégias multisetoriais, Rossi entende aquelas que, de modo geral, são baseadas na ideia de que para se atingir os objetivos políticos almejados é crucial unir esforços com diferentes segmentos da sociedade e agrupamentos políticos. Quanto às ações executadas a partir dessas estratégias, nem sempre são confrontacionais e envolvem diversificadas ações não públicas.

Para Rossi (2016) há três tipos de multisetorialismo, podendo aparecerem em um movimento de forma isolada ou combinada. São eles: a *frente popular multiclasse*, a *aliança insurrecional com a direita* e a *colonização estatal*. No contexto argentino, a *frente popular multiclasse* implica numa coligação entre partidos de esquerda e organizações peronistas mais progressistas, como o Partido Justicialista (PJ), a CGT e outros. Tal estratégia foi operada pelos grupos piqueteros Federación de Trabajadores por la Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV) e Barrios de Pie durante o governo de Nestor Kirchner (2003-2007). A *aliança insurrecional* é inspiração na frente maoísta anti-japonesa de 1940. Essa, por seu turno, consiste no apoio a frações de direita de um partido ou organizações que possuam grande heterogeneidade com a finalidade de desestruturá-los internamente e precipitar uma insurreição popular capaz de derrubar determinado regime. Foi utilizada pelo movimento piquetero Corriente Clasista y Combativa (CCC) quando criou uma coalizão multisetorial com grupos da ala mais a direita do PJ (basicamente produtores rurais de médio porte), gerando longa e silenciosa batalha contra o governo de Cristina Kirchner. Diferente da frente popular multiclasse, a aliança insurrecional não mira cargos eletivos. A *colonização estatal*, por sua vez, consiste em considerar organizações e partidos que possam facilitar o acesso ao Estado como ferramentas úteis. O Barrios de Pie também utilizou essa estratégia, por exemplo, ao encorajar que seus militantes participassem de quantos postos técnicos, eletivos ou de confiança conseguissem em âmbitos nacional, provincial e local para que, assim, pudessem ampliar capacidade de negociação do movimento com o PJ e coalisões.

Como em toda tipologia, a realidade é sempre mais matizada. Contudo, os principais elementos destacados por Rossi, ao especificar as estratégias multisetoriais, encontram-se presentes no caso da 21F, especialmente aquela designada por ele de frente popular multiclasse: em nome de um objetivo político específico, qual seja, opor-se ao macrismo e sua agenda neoliberal, organizações da sociedade civil, por exemplo aquelas que formam o MPTD, se uniram a sindicatos historicamente importantes da Argentina, como o dos caminhoneiros; sindicato que desde a década de 1990 tinham suas diferenças, como era o caso da CTA autônoma, a CTA dos Trabalhadores, a CGT e a CGT dissidente, formaram coalisão; esses mesmos sindicatos se aproximaram de partidos progressistas peronistas como o PJ e o do Unidad Ciudadana.

Em síntese, é difícil vaticinar sobre o futuro do movimento, mas até aqui podemos dizer que enquanto a estratégia vinculada ao repertório assembleísta do MPTD visou tornar as relações e as condições de trabalho do setor têxtil mais dignas e pôr fim ao proxenetismo por meio de práticas agressivas, inusitadas e controversas como o escracho, a infiltração, a ocupação, a invasão e o boicote; e o repertório legalista compartilhou da mesma ambição, mas utilizou-se de instrumentos institucionais, logo mais contidos, como a petição, o julgamento e a presentación parlamentar; o *repertório multisetorialista* da 21F, por fim, tem mirado horizontes mais amplos – o dos interesses dos trabalhadores subalternos da Argentina como um todo – e se apropriou de performances típica do movimento sindical, como as greves gerais. As apresentações legislativas via congressistas incorporados pelo movimento 21F também começam a aparecer como arma política. Não obstante, ainda é uma incógnita a coalisão entre setores tão amplos e distintos da sociedade argentina se sustentará, se terá folego para barrar o avanço das políticas neoliberais e desenvoltura para apresentar um plano político nacional alternativo que alie crescimento econômico e interesses dos trabalhadores subalternos da argentina.

#### **5.4.5 A formação do repertório do Movimento Pró Imigrante: a hegemonia lulista e a ideologia dos direitos humanos**

A nosso ver, ao menos dois fatores, um exógeno e outro endógeno, ecoaram consideravelmente na formatação inicial do repertório confrontacional do MPI, o cenário

político brasileiro e o posicionamento ideológico orientado pelos DH circulante nas redes do movimento (já apresentado no capítulo anterior).

Se, como dissemos, o repertório inaugural do MPTD foi forjado nas brasas que ainda ardiavam das vigorosas e reiteradas manifestações da sociedade civil argentina contra o governo de Fernando la Rúa, o repertório do MPI, por seu turno, formou-se à sombra da hegemonia lulista, contexto diametralmente adverso. Enquanto de la Rúa travou incessante batalha com o sindicalismo argentino nos dois anos que esteve à frente da Casa Rosada, até ter seu mandato finalmente interrompido em dezembro de 2001, Lula da Silva, logo que assumiu a presidência brasileira, acomodou cerca de 1.300 sindicalistas e militantes de outros movimentos sociais em cargos superiores e de assessoramento, dando-lhes controle sobre um espetacular orçamento de mais de 200 bilhões de reais (D'ARAÚJO, 2007).

No Brasil, essa estreita relação entre o lulismo e os movimentos sociais dividiram opiniões. Analistas entusiastas alegaram que, ao institucionalizar alguns dos movimentos sociais fulcrais da sociedade brasileira ligados à causa das mulheres, dos imigrantes, dos negros, dos sem-terra, dos sindicatos e dos direitos humanos, o PT (Partido dos Trabalhadores) de Lula, possibilitou que estes grupos influenciassem positivamente na condução da nação (NOGUEIRA, 2017). Outros assumiram posição intermediária, ponderando as contradições que esse processo colocou em marcha. Nesse diapasão, considerou-se que as pautas dos movimentos sociais ganharam força com o ingresso de seus membros no Estado, mas os movimentos perderam seu caráter oposicionista bem como parte de sua autonomia (SINGER, 2010). Houve também os que se posicionaram abertamente contra, sobretudo a respeito de um dos resultados trazidos por essa política. Para estes, o lulismo, ao absorver as forças antagônicas no interior do aparato estatal desmobilizou as classes subalternas e os movimentos sociais<sup>118</sup> (BRAGA, 2010, 2012; COUTINHO, 2010; OLIVEIRA, 2010). Assim, a vanguarda política crítica plasmada pelo sindicalismo brasileiro nas décadas anteriores foi arrefecida nos frios gabinetes do Estado. Sindicatos importantes, como o dos bancários, passaram à condição de

---

<sup>118</sup> Machado (2009), demonstra que o MST foi uma exceção, tendo aumentado o número de ocupações durante alguns anos da gestão petista, quando comparada aos anos de gestão do PSDB. Os conflitos agrários resultando em mortes também cresceram.

verdadeiros porta-vozes da administração petista e amortecedores do conflito social (BRAGA, 2012). Tomava forma o transformismo gramsciano<sup>119</sup>.

O alinhamento entre petismo e movimentos sindicais e sociais também se propagou pelos governos estaduais e municipais que tinham políticos da legenda a sua frente. A prefeitura de São Paulo durante o mandato de Fernando Haddad (janeiro de 2013 a janeiro de 2017) ilustra perfeitamente essa tendência. Ao tratarmos do repertório universalista, veremos que Haddad acolheu diversas demandas do MPI como a criação de uma política municipal para imigrantes, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e sob sua égide a Coordenadoria de Políticas para Migrantes, apoiou feiras populares e festas de migrantes, criou um convênio com bancos para facilitar a abertura de contas aos migrantes residentes na cidade. Ademais, em período coincidente, deputados estaduais e vereadores do PT atenderam a pedidos do MPI para a instauração de audiências públicas para tratar de temas como a xenofobia, a discriminação, os DH dos migrantes entre outros.

A importância de tal constatação se reitera conforme verificamos que o MPI, desde a sua criação, sempre teve uma pauta reivindicatória norteada, basicamente, pela conquista de alterações legais que aprimorassem o rol dos direitos humanos e de cidadania dos imigrantes que vivem no Brasil. Na discussão sobre migração que vinha sendo fartamente fomentada nas duas últimas décadas pelo MPI na cidade de São Paulo, e que encontrou apoio no governo Haddad, especialistas da área apontam decisiva para a aprovação de uma nova lei federal de migração em 2017. É importante que estratégia e contexto se afinaram: entre 2006-2016 (ano em que a presidente Dilma Rousseff sobre o impeachment), embora o governo federal não fosse seu adversário (pelo contrário, o governo petista governava desde 2003), o Estado Brasileiro, enquanto sociedade política, em suas três esferas, converteu-se no principal destinatário de suas demandas e manifestações.

Vale lembrar que a relação “Estado-MS” não se dá invariavelmente nos mesmos moldes: o Estado nem sempre é o principal interlocutor dos MS e há momentos em que sequer ele se faz presente na disputa política. Dissemos no capítulo 4, por exemplo, que a ideologia do movimento argentino radicalmente situada ao lado dos costureiros capacitou seus integrantes a distinguir de forma clara e imediata quem eram os seus opositores (donos de confecção, grandes

---

<sup>119</sup> Transformismo é como Gramsci chama ao processo de absorção encabeçado pela classe dominante de elementos de um grupo ou de grupos inteiros de aliados ou adversários (BRAGA. 2010; 2012).

empresários da moda e o sindicato da costura) e que posição ocupavam referente à administração pública (fora do Estado, em sentido estrito)<sup>120</sup>. Assim sendo, de modo adverso ao do MPI, diversas performances do MPTD não envolvia o Estado quer na posição de alvo ou participe dos conflitos<sup>121</sup> –, tendência que se manteve entre 2005 e 2013, enquanto vigorou o repertório assembleísta. A modificação nas formas de protesto que tomaram curso a partir de 2013 alterou essa relação: seus adversários permaneceram inalterados, mas o Estado (ao longo do repertório legalista) tornara-se um meio para obtenção das demandas do MPTD. A diferença entre o caso brasileiro é, nesse sentido, clara.

A ideologia conciliatória do MPI e a defesa de direitos coletivos abrangentes dos migrantes parece ter gerado maiores imbróglis aos seus integrantes, quando comparado ao MPTD, para definirem quem são seus adversários políticos. Estariam estes aparelhados no Estado (em sentido estrito), na sociedade civil ou fora do “Estado Integral”? Além disso, estariam seus opositores sequer conformados em agrupamentos? Nas entrevistas, os imigrantistas disseram ser a legislação, o “sistema”, a falta de políticas públicas, as desigualdades, a xenofobia, a discriminação, os responsáveis pelas dificuldades encontradas pelos imigrantes subalternos que vivem na sociedade paulistana. Curiosamente, vetores resultantes das ações humanas e não seus autores, isto é, indivíduos ou grupos dotados da capacidade de produzirem orientações normativas, construir práticas e interferem no funcionamento das instituições ligadas direta ou indiretamente ao tema da imigração, foram apontados como fonte dos problemas migratórios. Aqui, a agência apresentou-se despida de seus agentes<sup>122</sup>.

Feita esse pequeno preâmbulo, que modelo organizacional e expressivo teria o MPI adotado simultaneamente, durante importante período, governos federais e municipais simpático aos movimentos sociais (um governo que, aliás, incorporou indivíduos que variavam

---

<sup>120</sup> Logicamente que os grupos que não se encontram diretamente munidos do poder estatal podem ter (e geralmente têm) influência sobre as decisões tomadas pelos dirigentes públicos.

<sup>121</sup> Por vezes, quando os protestos eram previamente avisados ao poder público, o Estado participava garantindo a segurança e o direito de protestar dos manifestantes.

<sup>122</sup> Na falta de uma indicação precisa fornecida pelos integrantes do movimento quanto a quem seriam seus opositores e qual a relação destes com o Estado, ensaiaremos uma resposta, ainda que provisória. Certamente, os opositores do MPI (ou ao menos os que se opunham às suas pautas progressistas) estavam espalhados pelas três esferas (sociedade política, sociedade civil e estrutura econômica) mais até um determinado momento, esses elementos ainda não apareciam agrupados de forma tão orgânica ou visível até 2013. A data não foi escolhida ao acaso e voltaremos a falar sobre ela mais adiante. É certo que a resistência enfrentada pelo MPI essencialmente não vinha (*ainda*) das ruas. Nem por isso fosse completamente inexistente.

dentro de um espectro que ia desde pouco até muito envolvidos com estes movimentos) e uma ideologia pautada pelo pacifismo, liberdade e respeito às garantias individuais? Evidentemente, formas contidas, conhecidas e reconhecidas pelas autoridades brasileiras.

#### **5.4.6 O repertório universalista: 2006-atualmente**

A universalidade é um dos princípios norteadores dos movimentos sociais ligados à defesa dos direitos humanos. De acordo com essa proposição, todos os seres humanos, simplesmente por sua condição humana, independente de raça, de cor, de sexo, de classe, de língua, de religião, de opinião política, de origem nacional ou de qualquer outra particularidade, são livres, iguais em dignidade e portadores de certos direitos indivisíveis e inalienáveis. Apesar de tal caráter totalizante, ao serem implementados em distintas culturas e nações, várias abordagens dos DH afloraram. Com isso, certas garantias foram relativizadas, o que para alguns significou sentença de morte à Declaração. Todavia, de modo adverso, entre os movimentos sociais de direitos humanos (MSDH), criou-se certo consenso de que a aplicação dos preceitos nela contidos não só pode, mas deve considerar o contexto local (CLAPHAM, 2007). Nesse sentido, a atuação desses grupos, assim como das instituições internacionais de DH, tem gravitado primordialmente em torno de situações flagrantes de desrespeito ao núcleo duro dos direitos.

A designação universalista ainda faz menção a outra característica fundamental dos movimentos sociais que carregam a bandeira dos DH: o senso de solidariedade entre todos os seres humanos vítimas de violações de DH, o que, em tese, os capacita a lutarem juntos, transcendendo distinções de classe, gênero, nacionalidade etc. Segundo Clapham (2007), essa conexão forma um tipo de “consciência da humanidade” que além de habilitar os seres humanos a compreender as mudanças pelas quais os DH atravessaram desde a sua positivação em 1948, também justifica a primazia de certas normas de DH no direito internacional público. Afinal, segundo essa linha, todo sofrimento humano é compartilhado.

A estratégia de confronto dos MSDH é bastante marcante. Ao longo do século XX, as corporações empresariais, sobretudo as transnacionais, acumularam um poder sem precedentes, equiparando-se, em certos casos, e superando, em outros, a capacidade dos Estados Nacionais de promover ou minar direitos básicos dos indivíduos. Não obstante, historicamente, a

estratégia dos MSDH não tem sido a de responsabilizar diretamente empresas por abusos de direitos humanos relacionados ao trabalho infantil, à utilização de força de trabalho em condições análogas a de escravo, à repressão política apoiada por elas, à degradação ambiental, ao assédio sexual etc. (LANGLEY, 1999), mas sim a de culpar os Estados (mesmo quando seus agentes não são autores, planejadores ou participantes ativos dos atos elencados), por sua conivência, seja em função de leis tolerantes, de ineficiência ao punir os culpados ou de negligência fiscalizatória.

Gay Seidman (2007) revela que algumas campanhas transnacionais de DH têm tentado reverter essa lógica. Na Alemanha, por exemplo, consumidores organizados ameaçaram realizar um boicote contra marcas de tapetes indianos que utilizavam força de trabalho infantil. Em resposta, criou-se em 1994 a Rugmark, uma fundação que engloba associações empresariais e organizações de DH que se tornou responsável por fornecer uma etiqueta que atesta que os produtos exportados tiveram suas linhas produtivas inspecionadas. Não obstante, ainda segundo a pesquisadora da universidade do Wisconsin-Madison, de modo geral, a estratégia das campanhas de DH ainda consiste basicamente em envolver os estados de duas formas: 1) mobilizando opiniões internacionais contra governos nacionais ou 2) acionando seus próprios governos nacionais em favor de sua causa a fim de que eles levistem preocupações de direitos humanos na arena internacional.

No lapso temporal que se estende de 2006 até a atualidade, as principais ações do MPI também visaram respostas do Estado, porém diferente da experiência indo-alemã descrita por Seidman, elas não romperam fronteiras nacionais<sup>123</sup>. Nesses treze anos, o rol das ações que formam o repertório do MPI pouco se alterou. As *marchas*, os *atos culturais*, os *eventos* e o *lobby* foram largamente as ações mais utilizadas. Em regra, foram ações organizadas, contidas e convencionais. Poucas delas, como a *votação simbólica* e os *ciclos de protesto do caso Zulmira* e o do *caso Brayan* romperam com esse padrão. Passemos, agora, a descrever algumas dessas manifestações.

Começemos pelas *marchas*. A mais importante delas, e que inclusive tomamos como marco fundador do MPI, é a “Marcha dos Imigrantes”. No dia 18 de dezembro de 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias, a qual passou a

---

<sup>123</sup> O Cdhic faz parte de redes internacionais xxx, mas as ações são locais.

vigorar em 1º de julho de 2003. A data de aprovação da convenção (18 de dezembro) serviu de referência para a ONU instituir o dia Internacional do Imigrante. Em setembro de 2006, o segundo Fórum Social Mundial de Imigrações, que teve como tema “Cidadania Universal e Direitos Humanos”, conclamou os MSDH a fazerem 18 de dezembro dia mundial de luta pelos direitos dos imigrantes. Naquele mesmo ano, ocorreu a 1ª Marcha dos Imigrantes na cidade de São Paulo. Em 2018, a marcha chegou a sua 12ª edição.

**Foto 10:** 12ª Marcha dos Migrantes, 2018



Fonte: Rodrigo Borges, Migra Mundo

A organização da marcha fica sempre a cargo do CAMI e conta com o auxílio de outras entidades da sociedade civil paulistana<sup>124</sup>. Padre Roque Patussi, coordenador do CAMI, elucida que todo o processo decisório é horizontal e democrático (GUIRADO, 2014). A mecânica da manifestação praticamente não se alterou ao longo das edições. Um carro de som personalizado com faixas do movimento puxa o cortejo. Militantes, políticos e convidados se revezam no microfone. Casos cotidianos de discriminação e abusos vividos pelos imigrantes são relatados. As deficiências e os avanços das políticas públicas municipais, estaduais e federais também são

<sup>124</sup> Além do CAMI, já participaram as SPM, CPM, ICUJAL-UGT, CUT, Western Union, ADRB, Associação BOLBRA, Salvador Allende, JSF, JAPAYKE, MM, COEBIVECO, Educar para o mundo, Associação Deportiva — Expresión Social de Futsal Imirim, Comissão Internacional dos Trabalhadores, TV Integração, Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, Comunidade Paraguaia Warmis, Confederação Sindical das Américas, Centro das Culturas, Associação Gastronômica Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento, Associação Guaraní Radio Infinita, Bolívia Cultural, Radio 9 de Julho, Jornal Nosotros, CDHIC, Fraternidad Caporales San Simón e grupo folclórico Kantuta Bolívia.



expostos. Ao longo do percurso bandeiras são agitadas e palavras de ordem proferidas. A manifestação é sumamente ordeira e pacífica.

As entrevistas que realizamos evidenciaram que o propósito dos manifestantes não é causar distúrbios, mas conscientizar a população e as autoridades sobre os obstáculos enfrentados pelos imigrantes em terras brasileiras. As falas de Carmelo e de Mario, durante uma das marchas que acompanhamos, apontam para essa direção:

Estamos atrás de uma lei que venha dignificar os imigrantes aqui na cidade de São Paulo e no Brasil. Por isso estamos nas ruas e pedimos desculpa a sociedade paulistana se acham (sic) que estamos incomodando, porém não há luta, não há vitória do povo, sem movimentação popular e sem que se esteja nas ruas reivindicando para mostrar às autoridades que queremos melhorar nosso estado aqui e precisamos de uma lei que seja digna e humanitária. (Carmelo, ex-presidente da ADRB)<sup>125</sup>

O significado disso aqui é despertar a consciência da opinião pública brasileira para que nós possamos viver mais satisfeitos aqui, no Brasil, e em todos os países do mundo. Agora, nós, com o nosso trabalho político, acreditamos que podemos avançar um pouco com a consciência política do povo brasileiro. (Mario, membro da organização Salvador Allende).

Outra forma recorrente de manifestação do MPI, os *atos culturais* buscaram promover principalmente a visibilidade das comunidades imigrantes da cidade, a interação e a integração de seus membros. Motivações políticas foram frequentes, mas não condição para execução dos atos. Analisemos dois exemplos.

Em outubro de 2017, uma miríade de organizações da sociedade civil paulistana<sup>126</sup> se reuniu na praça Kantuta para realizar o terceiro “Grito dos Excluídos Continental”, que tem como mote a resistência por meio da valorização da cultura do continente contra todas as formas de “dominação historicamente impostas ao povo latino-americano” (DIREITOS SOCIAIS, 2017). Danças folclóricas andinas, um recital poético e murais artísticos marcaram o ato. Nas bandeiras presentes podiam ser lidos os dizeres: “Nenhum Direito a Menos”; “Por uma Integração dos Povos”, “Por Trabalho Justiça e Vida”; “Contra as Reformas Trabalhistas e da Previdência do Governo atual”; “Por Democracia Participativa”; “Aqui vivo, aqui voto”; “Pela democracia e contra o neoliberalismo e os golpes midiáticos e institucionais”.

Em um outro ato, o 7º Festival de Música e Poesia Migrante, ocorrido em agosto de 2018, o objetivo central foi “premiar e dar voz aos artistas populares imigrantes que muitas

<sup>125</sup> A entrevista com Carmelo foi realizada antes da aprovação da nova Lei de Migração.

<sup>126</sup> CAMI, CDHIC, Los Tinkus, Atrapasueños, Mistura Popular, Lakitas, Entrelatinos e Salay Bolívia, CDHIC, Feira Kantuta, Projeto Direitos Sociais e Saúde, CAFOD, CUT, PAL, Grito dos Excluídos Continental e Movimento de Atingidos por Barragens.

vezes, não têm oportunidade de expressar seu talento e fomentar pessoas que possam, com seu canto e poesia e arte, ser uma fonte de animação das comunidades” (CAMI, 2018). Diferente do primeiro exemplo eminentemente político, neste, o componente político apareceu apenas indiretamente, posto que como fora dito pelos próprios organizadores, ao fortalecer esses artistas, se está consequentemente fortalecendo suas capacidades de lutarem por direitos e cidadania da comunidade imigrante de São Paulo. O principal atributo dessa manifestação cultural foi sua diversidade étnica (africanos, asiáticos e latino americanos estiveram presentes) e performática (canções, danças, poesias e peças teatrais foram apresentadas).

Além das marchas e dos atos culturais, os *eventos* foram outra forma de projetar as demandas do movimento e fomentar o tema da imigração. Designamos eventos, os seminários, os simpósios, os encontros, as rodas de conversas, as oficinas, os cursos temáticos, as feiras e qualquer outro tipo de reunião científico-cultural que envolva a exposição normalmente pública de um assunto, o debate de ideias ou também o desenvolvimento de aptidões e habilidades mediante atividades temáticas orientadas por profissionais. Desde 2006, foram dezenas de eventos organizados ou co-organizados pelos grupos que compõem o MPI. Destacaram-se, dentre eles, o “Curso de capacitação para donos de oficinas de costura” (desde 2013, ministrado pela Assempbol, CAMI e outras organizações)<sup>127</sup>; as várias rodas de conversa “Gênero e Migração” (desde 2015, de iniciativa do CAMI); os seminários “Direitos Trabalhistas e Participação Social na Nova Lei de Migração” (de 2018, CDHIC) e “Migração, violência doméstica e trabalho análogo de escravo” (de 2018, CAMI e Instituto C&A) e o encontro “Promoção da Justiça de Gênero” (de 2018, CAMI e Instituto C&A).

---

<sup>127</sup> Os cursos de capacitação fazem parte de um projeto maior chamado “Uma Mensagem Para a Liberdade” do qual fazem parte a Assempbol, o CAMI, o Centro de Integração da Cidadania da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (CIC) e a Secretaria dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo e a Aliança Empreendedora. Em 2013, a Aliança Empreendedora treinou as demais organizações parceiras a fornecer cursos específicos a donos de confecção com o intuito de que regularizassem seus empreendimentos, diminuindo assim o trabalho em condições análogas à escravidão em São Paulo.

**Foto 11:** Seminário migração, violência doméstica e trabalho análogo de escravo, 2018.



Fonte: site Migra Mundo.

O *lobby* é uma ação típica de grupos de interesse e de grupos de pressão<sup>128</sup> que consiste em influenciar os atos, as políticas e quaisquer outras decisões de membros do poder público que afetem suas causas. Taticamente, ao invés de tentarem controlar ou participar direta e formalmente de governos e parlamentos, grupos oriundos do mercado ou da sociedade civil procuram persuadir agentes públicos a fim de atingirem seus objetivos. Mesmo na atualidade, essa prática tem sido pouco descrita na literatura sociológica como um dos meios utilizados pelos MS para participarem do processo político. Acreditamos que isso não se deva ao desuso por parte dos MS hodiernos, mas ao legado analítico da TPP. Lembre-se que para Tilly (2008b), seguido de perto por outros integrantes de sua mesma tradição sociologia, os repertórios de confronto seriam um conjunto limitado de ações *públicas*, não rotineiras, norteadas por relativo processo deliberativo que os atores se assenhoram para expressar suas reivindicações. Desse modo, na medida em que o lobismo se dá usualmente nos bastidores da política, longe dos holofotes da mídia, para os adeptos ortodoxos da TPP provavelmente faria pouco sentido incluí-lo no repertório universalista do MPI, como aqui o fizemos.

Antes, ainda, de adentrarmos nos casos concretos, três considerações vitais. Primeira, o lobby, exercido dentro dos limites da legalidade e da ética (uma fronteira nem sempre tão

<sup>128</sup> Para definir e distinguir MS e grupos de interesse e grupos de pressão, olhar *The Blackwell Companion to Social Movements*. David A. Snow, Sarah A. Soule, and Hanspeter Kriesi ta na pasta C:\Neto\Sociologia\David Snow.

claramente delimitada como gostaríamos), não equivale a negociata<sup>129</sup>. No Brasil, O secular clientelismo político jungido aos reiterados esquemas de corrupção nas três esferas do governo e nos três poderes da União contribuíram para que a acepção original do termo junto ao senso comum fosse desvirtuada. Nesta tese, empregamos o lobby, *per se*, enquanto prática política não delituosa. A segunda concerne à caracterização do “lobismo-militante” praticado pelo MPI. Diferente do “lobismo-profissional”, essa categoria de lobby não é exercida por intermediários remunerados (empresas ou indivíduos especializados), mas por membros do movimento que disfrutem de relação amistosa com agentes dos poderes executivo e legislativo das três esferas. Terceira, justamente em função da falta de publicidade dos encontros e dos temas discutidos entre lobistas e *policy-makers* ou *decision-makers*, *não teríamos capacidade de esmiuçar os por menores da tramitação dos processos de tomada de decisão que aqui apresentaremos. Alternativamente, ilustraremos ações realizadas por agentes públicos em benefício das bandeiras do MPI, as quais tiveram como mola propulsora dialogo prévio com militantes do movimento.*

Antes da eleição de Fernando Haddad do PT para a prefeitura de São Paulo em fins de 2012, Paulo Illes (na época coordenador do CDHIC) e outras lideranças se reuniram algumas vezes com o petista com intuito de persuadí-lo da necessidade da criação de uma política municipal de migração. No dia 20 de maio de 2013, a partir de iniciativa da vereadora Juliana Cardoso (PT) e do deputado estadual Adriano Diogo (PT) (políticos próximos da militância do MPI), realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo uma audiência pública para debater os DH dos imigrantes.

Durante o evento, o Secretário de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo Rogério Sottili (segundo, da esquerda para direita, na Fotografia 1) anunciou a criação da Coordenação Municipal para a questão migratória, dentro da sua secretaria. Naquele ensejo, Paulo Illes (quinto, da esquerda para direita, na Fotografia 1) foi convidado para coordenar esse trabalho<sup>130</sup>. Em seu agradecimento, lembrou de alguns momentos que considerava cruciais à criação da política municipal de migração e dos órgãos públicos atrelados a ela, como o diálogo que teve com o então candidato a prefeito, Fernando Haddad, em meados de 2012, quando afirmou

---

129

<sup>130</sup> O ingresso de Paulo Illes na gestão de Fernando Haddad pode parecer, nesta situação, contradizer a prática do lobby, uma vez que este prevê a persuasão de agentes públicos sem o ingresso dos mesmo na máquina pública. Entretanto, quando Illes assumiu o cargo de Coordenador de Políticas para Migrantes de São Paulo, todo processo político decisório envolvendo a criação de uma política municipal para imigrantes já havia sido concluída.

categoricamente que, caso fosse eleito, criaria a Coordenação de Migrantes no bojo da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e não na Secretaria de Segurança Pública como ocorre em alguns países caso fosse eleito (CONEXION MIGRANTE, 2013a).

**Foto 12:** Audiência Pública do dia 20 de maio de 2013 na Câmara Municipal de São Paulo



Fonte: Jornal Conexión Migrante.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Migração, requerida pelo vereador Eduardo Suplicy (PT), foi outra medida que, além de aferir as reais condições sociais dos imigrantes no município de São Paulo, procurou responder à queixa por parte desse grupo quanto a dificuldade de acesso aos serviços públicos municipais e debater a reivindicação dos feirantes da rua Coimbra (em sua grande maioria, membros da Assembléia) de eleger seu próprio Conselho. Alguns dos desdobramentos da CPI foram: a realização do Seminário Nova Lei da Migração e Acolhida e Integração dos Refugiados na cidade de São Paulo; os Projetos de Lei (689/2017), que buscou atender ao pedido da comunidade peruana de criar a Feira de Arte, Gastronomia e Artesanato Peruano, e (PL 688/2017), que prevê a inserção no calendário oficial de eventos da cidade do Dia da Independência Peruana (EDUARDO SUPLICY, 2017).

### 5.4.7 Manifestações anômalas

A *Votação Simbólica* foi uma ação performática eventual e inovadora da qual participaram quinze entidades socioculturais<sup>131</sup> que agregam ou se solidarizam com o MPI. No ano de 2013, no coração da rua Coimbra, reduto assemblista, foi montada uma barraca, caixas de som e banners foram dispostos para informar os transeuntes imigrantes (em sua quase totalidade sul-americanos) sobre a proposta daquela manifestação: como a CF, em seu parágrafo 2º do art. 14, veda o alistamento como eleitores de estrangeiros, ao menos ali eles poderiam eleger simbolicamente o prefeito de sua escolha (GUIRADO, 2014).

**Foto 13:** Votação Simbólica, 2013.



Fonte: própria

Nos instantes iniciais, os imigrantes dividiram-se entre a curiosidade e o receio. Houve até os que preferiram se afastar do local. Contudo, logo o primeiro sentimento prevaleceu e a maioria aderiu à proposta. Assim, os que se aproximavam, ganhavam cédulas de votação

<sup>131</sup> ASSEMBOL, COEBIVCO, CDHIC, CAMI, CUT, Articulação Sul-americana Espaço Sem Fronteiras, Associação de Residentes Bolivianos, Asociación Latino Americana de Arte y Cultura Andina, Associação Latinoamericana de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Associação Salvador Allende, Associação Paulista de Ajuda ao Imigrante, Comunidade Paraguaia do Bom Retiro, Grupo Chile Lindo, Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil e Juventude Sem Fronteiras.

(fictícias) com os nomes e as fotos dos candidatos à prefeitura de São Paulo para que fossem preenchidas e depositadas nas urnas disponibilizadas. Durante o ato, imigrantistas destacaram a necessidade de uma emenda constitucional que assegure os direitos políticos dos imigrantes e a urgência da aprovação de nova lei de migração mais atual e balizada pelos DH (GUIRADO, 2014).

A convergência entre as falas colhidas nas entrevistas realizadas por nós no local, pelo CDHIC e pelo site Bolívia Cultural, ajuda-nos a formar uma imagem de como o imigrante sul-americano considera que o Estado brasileiro tem lhe tratado nas últimas décadas. Maria Quiñonez, membro do Juventude Sem Fronteiras, disse na ocasião: “Somos trabajadoras/es que salimos de nuestros países y estamos ayudando para el crecimiento económico de este país con nuestra fuerza de trabajo, pedimos el derecho de participar en la vida política!” A jovem encerrou sua fala dizendo: “Aqui vivo, aqui voto!”. Outros disseram: “Sem direito político, você não existe para o poder público”; “Yo elegí vivir en Brasil, mis amigos y familiares están aquí, también pagamos impuestos como todos”; “Amamos ese país, pero no somos reconocidos como ciudadanos” (GUIRADO, 2014).

O *ciclo de protestos do caso Zulmira* foi propulsionado pelos eventos do dia 22 de maio de 2012. Na noite da aludida data, um grupo de angolanos comemorava um aniversário em um bar no Brás, região central de São Paulo. Dentre eles, encontra-se a universitária angolana Zulmira de Souza Borges Cardoso de 26 anos. Em certo momento, uma discussão entre o grupo e dois brasileiros frequentadores do bar se iniciou. Segundo testemunhas, os imigrantes sofreram injúrias raciais e a confusão se agravou. A polícia foi acionada e a dupla de brasileiros se retirou do local. Após cerca de 20 minutos, um deles voltou armado e disparou inúmeras vezes contra os angolanos. Zulmira e mais três pessoas, todas imigrantes, foram atingidas. A jovem não resistiu aos ferimentos e morreu ainda no local (UOL, 2012).

De acordo com Leão e Demant (2016), observando a oportunidade política de mobilizar a comunidade imigrante de São Paulo, nos dias seguintes, amigos da angolana, associações de defesa de direitos, entidades do movimento negro e grupos de imigrantes, liderados pelo CDHIC e pelo Instituto para o Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB), criaram o grupo “Mobilização Zulmira Somos Nós”, que passou a articular os atos públicos que vieram a seguir.

A eclosão dos protestos ocorreu no dia 21 de junho, no Pátio do Colégio, também centro da cidade. Os dizeres “Exigimos o fim do racismo e xenofobia” grafado em vermelho em uma

das faixas do protesto anunciaram pausa no pacifismo paciente do MPI ante o Estado. Igualmente incisivas, outras demandaram pedido de desculpas por parte do governo federal à família da vítima e à comunidade angolana e o endurecimento penal aos crimes de racismo e injúria racial. No dia imediato (22/06), um ato plurirreligioso foi realizado no Salão São Francisco. Em 28/06, atendendo à solicitação dos imigrantistas, a Comissão de Direitos Humanos realizou uma audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo a fim de debater o caso. Leão e Demant (2016) descrevem ainda uma reunião com o CNIg (Conselho Nacional de Imigração), o MJ (Ministerio da Justiça) e a SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e protestos no Rio de Janeiro que contaram com massiva adesão da população migrante africana.

**Foto 14:** Manifestação do dia 21 de junho, no Pátio do Colégio.



Fonte: Religiões Afro Entrevistas Wordpress

É certo que o estopim desse ciclo de protestos foi a fatídica ocorrência do dia 22 de maio. Contudo, enormes adesão e projeção midiática dos protestos não se deram propriamente em decorrência do homicídio da jovem angolana, mas devido às motivações do crime: xenofobia e racismo. A entrada dos haitianos em território brasileiro, após o terremoto que devastou Porto Príncipe e arredores em 2010, e de africanos (angolanos, senegaleses, nigerianos, congolese etc), em um passado ainda mais recente, já havia tensionado a discussão



sobre o tratamento discriminatório sofrido pelos novíssimos imigrantes, sobretudo em São Paulo, principal polo atrativo do país. A morte de Zulmira deu vida a luta desses imigrantes<sup>132</sup>.

Nos protestos que tiveram Zulmira como emblema, os imigrantes da costura (organizados ou não) participaram discretamente, dando apoio presencial em audiências e reuniões. O CDHIC, o CAMI e outras ONGs, em contrapartida, aturam ativamente na idealização e na organização de todas as diversas manifestações. Nos *ciclos de protesto de Brayan*, a história se inverteu.

Brayan Yanarico Capcha de 5 anos, seus pais e um tio do garoto moravam no bairro de São Matheus, na Zona Leste de São Paulo. Na madrugada do dia 28/06/2013, seis homens invadiram a oficina de costura onde a família boliviana vivia. Segundo os pais do garoto, após entregaram 4,5 mil reais, os bandidos exigiram mais e passaram a ameaçá-los. Brayan estava assustado e chorava copiosamente nos braços de sua mãe. Irritado, um dos bandidos deu-lhe um tiro na cabeça, levando-o a óbito (VEJA, 2013). Aquele era o quarto roubo que a família havia sofrido em 6 meses, tempo em que estavam no Brasil<sup>133</sup>.

O jornal Rede Brasil Atual do dia 01/07/2013 sintetizou o que veio a seguir: “Normalmente acuados, bolivianos de São Paulo vão às ruas”. No total, o ciclo compôs-se de ao menos seis protestos. O primeiro explodiu ainda no dia 28 de junho, em frente ao 49º Distrito Policial (DP), situado no bairro de São Matheus, onde as investigações foram concentradas. Um grupo de bolivianos exibiu bandeiras de seu país e cartazes pedindo justiça. Uma tentativa de invasão a DP foi ensaiada, mas logo reprimida. No dia imediato ao crime, o segundo fechou o cruzamento da Rua Coimbra com a Rua Bresser, famoso enclave étnico boliviano, e reuniu aproximadamente 300 compatriotas de Brayan. Embora consternados e exaltados, não houve registro de incidentes (FOLHA, 2013). O terceiro, do dia 30 de junho, foi promovido por comerciantes e organizações culturais na praça Kantuta, onde um minuto de silêncio foi feito.

---

<sup>132</sup> O papel das organizações que compõem o MPI nesse ciclo de protestos foi diversificado: enquanto as organizações de imigrantes da costura apenas deram participaram de audiências e reuniões, o CDHIC, o CAMI e outras ONGs, participação ativamente da organização e dos próprios atos publicos.

<sup>133</sup> “Os ladrões sabiam que os bolivianos eram imigrantes irregulares e que, portanto, sem documentos, com certeza não possuíam conta bancária. Como a maioria dos trabalhadores da costura, a família guardava todo dinheiro em casa e era um alvo fácil. Segundo entrevista cedida ao jornal *Folha de São Paulo*, do dia 07/07/2013, Hugo Choque, boliviano que normalmente presta serviço para outros compatriotas, diz: ‘A coisa mais normal do mundo é roubarem de bolivianos. [...] Todos os que eu conheço já foram assaltados. Eu já fui roubado quatro vezes, mas nunca dei queixa’ Ao mesmo jornal, Juan Ventura afirmou: ‘Conheço muita gente que teve a casa roubada, R\$ 5mil, R\$ 10mil, e não dá queixa porque tem medo’. Com efeito, igualmente constatamos que é comum que bolivianos não recorram à polícia em situações similares. Os motivos alegados são o receio da deportação, a indiferença e o mau tratamento da polícia para com eles.” (GUIRADO, 2014, p.123).

O quarto, do dia 1º de julho, ganhou a forma de uma marcha que agrupou entre 300 e 500 bolivianos. Eles se dirigiram da Zona Leste até o consulado boliviano localizado na Avenida Paulista. Os manifestantes desejavam falar com o cônsul da Bolívia, reivindicar maior rigor nas investigações e a prisão dos criminosos envolvidos. Nesse dia o consulado foi depredado (LEÃO e DEMANT, 2016). O segundo e o quarto protesto foram os mais violentos. O quinto aconteceu no dia 6 de julho, dia em que o garoto Brayan completaria 6 anos e ficou marcado pela adesão de agentes exógenos ao MPI. Esse protesto foi composto por uma missa e um ato em frente à Catedral da Sé. Representantes das centrais sindicais CUT e UGT pela primeira vez estiveram presentes nos protestos. O sexto foi o maior, ainda que não o mais noticiado, e marcou o fim do ciclo de protestos Brayan Capcha. De acordo com o jornal Conexión Migrante (2013b) líderes da comunidade boliviana de toda São Paulo convocaram uma assembleia geral na Rua Coimbra no dia 20 de julho. Personalidades de diversas associações, grupos culturais, de DH e de costureiros, líderes religiosos, representantes de centrais sindicais estiveram presentes. Organizadores estimam que mais 5 mil pessoas participaram da assembleia.

**Foto 15:** Protesto da Paulista (4º protesto), 2013.



Fonte: site El Guia Latino

De modo sucinto, as manifestações anômalas fugiram à regra das experiências mobilizatórias do MPI nos seguintes aspectos. A votação simbólica destacou-se por sua forma inovadora de protesto. Carros-de-som, microfones e megafones, recursos habitualmente utilizados em marchas e atos, ao mesmo tempo em que amplificam a participação de líderes, apequenam a de manifestantes ordinários. Com a urna e as cédulas, integrantes, apoiadores e

simpatizantes puderam indistintamente colaborar com a performance que ganhou a Rua Coimbra. A cooperação ativa na realização de atos age na qualidade de poderoso catalizador da edificação e do apuramento identitário do grupo.

De modo adverso ao das habituais manifestações do MPI que são programadas, aguardadas e acordadas com as autoridades públicas, os protestos do ao caso Zulmira irromperam prontamente ante caso concreto imprevisto. Nessa toada, a velocidade e eficiência com que o MPI (em parceria com o IDDDAD) arrebanhou militantes e não militantes igualmente consternados com a morte da estudante angolana e concebeu a Mobilização Zulmira Somos Nós, que daí diante concentrou os protestos que constituíram o ciclo, foram extraordinárias. Mesmo em face do evento trágico que abalou a comunidade dos imigrantes subalternos de São Paulo, o MPI demonstrou resiliência ao aproveitar a janela de oportunidade que fora aberta.

A despeito dos protestos vinculados à morte de Brayan terem apresentado diligência similar aos de Zulmira, outra particularidade destoante ao repertório imigrantista chamou-nos, nesse caso, mais a atenção: o espontaneísmo das primeiras manifestações. Gramsci (2007) lembra-nos que o elemento da espontaneidade é característico das classes subalternas, mas que na história espontaneidade “pura” não existe, haja vista que ela coincidiria com mecanicidade. Desse modo, algum grau de direção consciente sempre existe em toda e qualquer manifestação coletiva, mas nem sempre predomina enquanto motivação dominante da ação, como, aliás, já fora discutido no capítulo 1. Assim, “senso comum” e elementos de direção podem coexistir e se coadunarem em um processo organizatório/decisório. De todo o apresentado, os protestos do garoto Brayan, quanto a isso, não foram exceção à regra. Portanto, aqui espontaneísmo refere-se sobretudo ao fato de as manifestações terem sido precipitadas por indivíduos diretamente envolvidos e/ou emocionalmente abalados pela tragédia que não faziam parte de organizações formalmente estabelecidas. Estas entraram no circuito mobilizatório de forma ostensiva a posteriori, isto é, somente a partir do 3º protesto.

**Tabela 5:** Comparação entre as dinâmicas da ação coletiva do MPTD e MPI

	<b>Repertórios</b>	<b>Formas de ação coletiva</b>	<b>Transgressividade</b>
<b>MPTD</b>	Assembleísta (2005-2013)	Escrache, infiltração, ocupação, invasão, boicote, marcha	Alta
	Legalista (2014-2017)	Petição, julgamento, <i>presentación</i> legislativa, marcha	Baixa
	Multisetorialista (2017-atual.)	Greve geral, marcha	Moderada
<b>MPI</b>	Universalista (2006-atual.)	Marcha, ato cultural, evento, <i>lobby</i>	Baixa
		Votação simbólica, ciclos de protesto Zulmira e Brayan*	Moderada

Fonte: elaboração própria

\*Manifestações anômalas dentro do mesmo repertório

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Procuramos ilustrar e comparar nesta tese alguns aspectos da agência dos subalternos da costura que assumiram a forma de movimentos sociais na Região Metropolitana de São Paulo e na Grande Buenos Aires. Para isto, empregamos (e adaptamos) o instrumental teórico proposto por Alf Nilsen e Laurence Cox que divide os MSs entre os de cima e os de baixo. Desse modo, foram chamados de MSs as ações recorrentes e intencionais dos grupos dominantes e dos grupos subalternos que geram projetos coletivos de atividades qualificadas centradas em racionalidades específicas, que tentam manter ou alterar as estruturas sociais que organizam as necessidades e as capacidades humanas. Essa definição nos permitiu pensar os MSs enquanto uma das formas assumidas pela agência dos grupos coletivamente organizados que lutam pela historicidade, isto é, pela produção e reprodução social.

Embora o foco da tese tenha recaído de modo praticamente exclusivo sobre a agência dos grupos subalternos, nossa intenção foi evidenciar que a perspectiva teórica descrita acima, que toma as estruturas sociais como a resultante relativamente fluída, pois que é sempre momentânea, dos conflitos travados entre os MSs de cima e os MSs de baixo, apresenta alguns ganhos analíticos pontuais relativamente ao *mainstream* teórico da sociologia dos MSs. Primeiro, porque ela desmistifica a ideia de que a agência coletiva é recorrente apenas entre os grupos subalternos, ou seja, das não-elites; diga-se de passagem, os grupos dominantes são tão ou mais ativos que os subalternos (NILSEN; COX, 2014), o que os diferencia fundamentalmente são suas estratégias, recursos, ideologias, formas de ação e as arenas que utilizam. Segundo, ela desnaturaliza a concepção de que as estruturas sociais são resultado de relações humanas atemporais, imutáveis e intrínsecas, uma vez que o conflito e o consenso historicamente situados, temporários e circunstanciais entre os MSs emergem como chave explicativa para o fazer, refazer e desfazer das estruturas sociais. Terceiro, por conta de sua evidente inspiração gramsciana, as classes dominantes e não o Estado (sociedade política), como sustenta a TPP, passam a ser os principais opositores das classes subalternas. Assim, se é na sociedade civil onde as classes buscam exercer sua hegemonia (direção e consenso sociais), é no Estado onde elas garantem seu domínio por meio da coerção. Como consequência, o Estado deixa de ser um agente para se tornar uma

esfera de disputa e de exercício do poder. Quarto, como os subalternos aparecem aqui como os principais agentes da mudança social – posto que por um lado encontram-se em desvantagem com relação as estruturas arraigadas e são quem mais podem ganhar com sua dissolução, e por outro porque não faz sentido os grupos dominantes minarem as bases que sustentam sua posição social hegemônica (NILSEN; COX, 2014). Expor simultaneamente as “circunstâncias” em que a agência dos subalternos ocorre e as estratégias empregadas e disponíveis às suas “dinâmicas de ação coletiva” pode fornecer aos MSs uma visão multifacetada e possivelmente diferente daquela que possuem de si próprios. Se com efeito isso ocorrer, teremos concretizado nosso anseio de contribuir para a construção de uma sociologia dos MSs duplamente útil, tanto do ponto de vista da academia como dos próprios militantes dos MSs.

Dissemos que toda teoria tem suas potências e debilidades. A nosso ver, a teoria dos MSs neogramsciana de Nilsen e Cox, nos proporcionou ferramentas importantes para a apreensão dos contextos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais e como eles se conectam em escalas locais, regionais e internacionais criando motivações, condições, mas também restrições para a constituição das organizações coletivas dos subalternos da costura e de seus agenciamentos. Não obstante, ao posicionarmos nossa lupa sobre as especificidades das dinâmicas das ações coletivas dos MSs Pró Trabalho Digno e Pró Imigrante, verificamos que, com pequenos ajustes, as noções de performance e repertório de ação coletiva desenvolvidas por Charles Tilly nos ajudariam a estabelecer uma ponte entre as circunstâncias que envolvem a agência dos subalternos da costura e as formas por ela assumida.

Feito este pequeno arremate acerca das questões teóricas que envolveram esta tese e que foram discutidos particularmente no primeiro capítulo, passemos para as conclusões de ordem empírica.

O segundo capítulo trouxe um pouco dessas “circunstâncias” do surgimento das coletividades dos donos de micro confecção e de costureiros. Nele, apresentamos números que indicam uma proeminência em diferentes aspectos da indústria nacional do vestuário brasileiro sobre o argentino, quer seja em termos relativos (6,0kg/hab. contra 3,7kg/hab.) ou absolutos (1.271 mil ton. contra 166 mil ton.) de produção interna anual de roupas, quer seja no número de trabalhadores empregados formalmente no setor (614.614 contra 47.696), ou

ainda em faturamento (42 bilhões US\$ contra 2,27 bilhões US\$). Contudo, a despeito da disparidade dimensional apresentada pelas indústrias dos dois países, quando tomamos como base outros indicadores, tais como a informalidade no setor (52% contra >70%; ou em termos absolutos,  $\cong$ 660 mil contra  $\cong$ 120 mil), a taxa de sindicalização (9% contra 17% dos trabalhadores formais), o número médio de costureiros por estabelecimento (11,0 contra 13,3) e o total de imigrantes ocupados na costura nacional (somente bolivianos, nacionalidade mais frequente, são  $\cong$ 200 mil contra entre 100 mil e 130 mil – nos dois casos, grande parte em situação migratória irregular), verificamos sinteticamente que em ambos os países as relações e condições laborais vigentes no setor são extremamente precárias, a produção é pulverizada, os sindicatos são frágeis e suas produções estão escoradas em uma força de trabalho abundante e barata.

Nesse sentido, Brasil e Argentina não são exceção à regra. Pelo contrário. Trouxemos ainda exemplos variados tanto do Norte (países do leste europeu, Los Angeles e Leicester) como do Sul Global (Bangalore, São Paulo e Buenos Aires) com a finalidade de ilustrar que, embora cada região detenha especificidades que conferem suas respectivas singularidades – e que portanto devem ser consideradas em uma análise sociológica –, o processo de reestruturação das cadeias produtivas do vestuário mundial que teve sua gênese nos anos 70 e que ganhou contornos mais visíveis a partir dos 90, a abertura dos mercados nacionais, a criação de novos e a redefinição de antigos circuitos de produção e a flexibilização das legislações laborais nacionais – ações gestadas e geridas pelos movimentos sociais de cima –, trouxeram consequências análogas para os subalternos da costura como um todo. É nesse sentido que Bonacich e Appelbaum (2000) afirmaram que o reaparecimento dos *sweatshops*, ou seja, centros de trabalho intensivo onde imperam o trabalho precário, longe de serem uma particularidade de certas localidades, é uma característica global do (já não tão mais) novo capitalismo flexível.

Uma das consequências mais sensíveis das transformações descritas foi acentuar a posição de subalternidade dos elos inferiores da cadeia do vestuário (pequenos contratantes e costureiros) e minar as suas organizações sindicais patronais e laborais. Assim sendo, formas alternativas de agrupamentos voltados a solucionar toda uma gama de diferentes problemas cotidianos ligados ou não à temática do trabalho em confecção emergiram no Brasil e na Argentina. Na RMSP, oficinairos/ambulantes da Feirinha da Madrugada fundaram, em 2009,

uma cooperativa de venda de roupas, a Coebiveco, com o intuito de fazer frente aos ataques desferidos contra comerciantes de rua pela prefeitura de São Paulo, durante a gestão de Gilberto Kassab. Também em São Paulo, no bairro do Brás, donos de estabelecimentos comerciais e ambulantes – dentre eles (mas não exclusivamente), donos de confecção e de lojas de acessórios para oficinas de costura – buscando solucionar problemas concernentes à Feira da Rua Coimbra, criaram no início dos anos 2000 uma associação de moradores (AMRC) que, a seguir, em 2011 se converteu em uma associação de pequenos empreendedores, a Assempbol. Na GBA, uma assembleia de bairro que inicialmente almejava dar respostas concretas à situação de vulnerabilidade social dos residentes locais, se transformou em uma cooperativa de produção em vestuário que acolheu costureiros vítimas de trabalho em condições análogas à escravidão e em uma fundação de combate à exploração laboral, a Alameda.

Em pouco tempo, essas organizações forjaram identidades próprias. Pudemos identificar a naturalidade boliviana como sendo um dos traços comuns mais marcantes e valorizados dentre os integrantes das três organizações. Bolivianos formam uma população culturalmente diversa. Não obstante, fora da Bolívia, nas sociedades receptoras, as diferenças idiomáticas, gastronômicas, religiosas, artísticas e de costumes existentes entre os imigrantes oriundos das regiões do altiplano, do vale e das planícies tendem a se suavizarem formando um grande mosaico. Nossa pesquisa apontou que donos de oficinas e costureiros circulam pelos mesmos espaços de sociabilidade e se entretêm de modo coeso. Na RMSP, a presença de enclaves étnicos – espaços que aglutinam trabalhadores imigrantes –, sobretudo na região do Brás, acentuou essa tendência.

O preconceito sociocultural, étnico-racial e jurídico enfrentados pela comunidade boliviana mostrou-se como elemento mais poderoso de agregação interna na Coebiveco e na Assempbol do que na Alameda – muito embora a existência do preconceito contra o imigrante na sociedade portenha também tenha sido descrita pelos alamedistas. A esse respeito, líderes e membros ordinários das duas organizações da RMSP afirmaram que o imigrante boliviano é visto por uma parte da população brasileira como algo exótico, à margem da sociedade paulistana. Obtivemos ainda relatos de imigrantes mais incisivos que alegaram terem sido considerados indistintamente como índios, como um povo de pouca cultura, como escravos ou ainda como se todos eles estivessem em condição migratória irregular. Não ao acaso, a



imigração e toda ramificação temática que dela se origina apareceu como uma das questões sócio-políticas centrais da Coebiveco e da Asempbol. Nas próprias nomenclaturas das duas organizações a origem de seus membros está presente (*Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos* e *Imigrantes em Vestuário e Confecção e Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra*).

No interior da Alameda, a questão da imigração não apareceu com o mesmo vigor. Aqui as preocupações de seus membros convergiram para o trabalho digno. A trajetória de seus membros é elucidativa. Muitos dos costureiros alamedistas compartilham de um histórico de sofrimento dentro de oficinas de costura irregulares de Buenos Aires. Para eles, as cooperativas de produção com marca própria representaram uma saída plausível para o problema das relações de poder abusivas que cercam os circuitos globais de superexploração do trabalho no vestuário, das redes de subcontratação e, em última instância, de tráfico humano. Diferente das cooperativas de venda que funcionam como um agrupamento de vários donos de confecção que possuem empregados (ou familiares) em suas linhas produtivas e que estão empenhados em conseguir melhores condições de venda de seus produtos, nas cooperativas de produção entra em cena o modelo de autogestão, onde todos são sócios, recebem igualmente por hora trabalhada e as decisões são tomadas democraticamente em assembleias.

Assim, podemos esboçar um resumo da situação de classe e da posição de classe dos integrantes desses três grupos. Como fora dito, os alamedistas que trabalham com o vestuário o fazem de forma cooperada. Ao organizarem a produção dessa forma, a tradicional relação capitalista patrão/empregado não se estabelece, pois todos são simultaneamente cotistas da cooperativa (portanto donos) e trabalhadores. Desse modo, embora os membros da Alameda não se encaixem precisamente na definição marxiana de proletário, seu posicionamento político é alinhado com a classe trabalhadora. Coebivecanos e os Asempbolinos que se dedicam à produção e venda de roupas são donos de seu próprio negócio e contratam pessoas físicas, de forma subordinada, pessoal, não-eventual e onerosa. Do ponto de vista legal estamos diante de um fato jurídico perfeitamente configurado, qual seja, o da relação de emprego (ou vínculo empregatício). Do ponto de vista sociológico, de uma relação de classes. Quando empregam trabalhadores para produzir em suas oficinas de roupas que eles (micro oficineiros) venderão nas feiras, agem como capitalistas. Quando empregam trabalhadores

para vender a produção para os grandes varejos, a nosso ver se enquadram no que Eric Olin Wright (1998) chamou de localização contraditória no interior das relações de classe. Isso porque a conformação completamente desequilibrada entre os polos da estrutura da cadeia do vestuário permite que haja uma transferência da apropriação da mais-valia dos donos de micro confecção para os varejistas e fabricantes. Uma das consequências mais visíveis dessa situação de classe contraditória é que pequenos contratantes e costureiros não apresentam diferenças substanciais quanto aos seus ganhos e, logo, também de suas condições de vida. Seja como for, ao longo de nossa pesquisa ficou evidente que o posicionamento dos integrantes das duas organizações da RMSP é o da classe empresarial. Esse assunto permeou todo o terceiro capítulo.

No capítulo quatro, descrevemos as redes sociais locais, nacionais e internacionais que a Coebiveco, a Assempbol e a Alameda integraram e como a partir delas originaram dois MSs – no Brasil, o Movimento Pró Imigrante (MPI) e na Argentina, o Movimento Pró Trabalho Digno (MPTD) – com pautas reivindicatórias e ideologias distintas. Inicialmente, definimos redes sociais como estruturas sociais que ligam indivíduos e organizações, que facilitam a circulação de informações, recursos, ideias e emoções, que viabilizam a construção de identidades e significados coletivamente compartilhados. Em seguida dissemos que as redes são fundamentais a todo e qualquer movimento social, mas sobretudo aos grupos subalternos, pois eles não detêm o domínio sobre os aparelhos públicos de coerção, dispõem de um acesso restrito aos meios de reprodução cultural e contam com uma disponibilidade financeira quase sempre inferior à dos grupos dominantes.

Cientes dessa relevância, as três organizações de agentes subalternos da costura souberam operacionalizar complexas redes de solidariedade estabelecidas com ONGs de direitos humanos, de direitos dos imigrantes e de promoção da cultura imigrante, centrais sindicais, agentes da mídia, empresas recuperadas por trabalhadores, cooperativas de catadores, órgãos dos poderes públicos local, regional e nacional, agentes políticos, coletivos universitários e organizações ligadas à costura. Dessas redes, surgiram agendas unificadas de luta em favor dos direitos dos subalternos.

Dissemos que a posição ocupada pela Coebiveco e pela Assempbol nas redes brasileiras é dessemelhante àquela apresentada pela Alameda nas redes argentinas. Pois,

quando a Coebiveco e a Assempbol foram formalizadas em 2011, duas ONGs socialmente reconhecidas (o CAMI e o CDHIC) já militavam há algum tempo e acabaram plasmando em torno de si a luta a favor da comunidade imigrante de São Paulo. Destarte, as duas coletividades de donos de micro confecção ocuparam posição periférica nas redes do MPI. Distintamente, a Alameda, a seu turno, assumiu posição central no MPTD e logrou moldar de forma ativa e intencional os significados e as agendas de luta do MPTD.

No Brasil, o MPI concentrou-se em questões vinculadas à migração, como a conquista de direitos de cidadania, o empoderamento social, cultural e político dos (e para os) imigrantes, a promoção de uma legislação migratória inspirada nos direitos humanos e a construção de uma imagem positiva dos imigrantes periféricos junta à população nacional. Na Argentina, o MPTD voltou-se para temas próprios do mundo do trabalho, como o combate à exploração sexual, ao trabalho infantil, ao tráfico humano com fins laborais e ao trabalho em condições análogas a de escravidão.

No plano ideológico, o movimento brasileiro norteou-se pela noção de cidadania universal e de direitos humanos. Em suas redes, os direitos laborais foram ressignificados como demandas por direitos humanos das vítimas da cadeia do vestuário. Com relação à costura, ao invés de uma abordagem de classe, esse movimento optou por uma perspectiva de pacificação social que busca apagar as diferenças de interesses entre donos de confecção e costureiros. A estratégia é salientar que ambos são vítimas do sistema. Já no movimento argentino, a despeito de seus integrantes reconhecerem as dificuldades que a configuração da estrutura do vestuário impõe aos pequenos produtores, aqueles que desrespeitam a legislação laboral argentina são considerados agentes plenamente capazes. Assim, quando donos de confecção operacionalizam redes de subcontratação, desenvolvem mecanismos de dominação no ambiente de trabalho com a finalidade de manter os costureiros trabalhando intensa e prolongadamente a troco de salário abaixo do mínimo nacional, o fazem em seu próprio benefício e não enquanto meros reprodutores de uma lógica econômica inescapável. A estratégia aqui é combater os *sweatshops* por meio de denúncias e protestos, fortalecer a legislação laboral e revitalizar o sindicato nacional da costura.

Quanto às dinâmicas de ação coletiva, pudemos verificar que o MPI apresentou, ao longo de seus aproximadamente três lustros de existência, apenas um repertório de ação coletiva, ao passo que o MPTD, em período similar, três.

Chamamos o único repertório do movimento brasileiro de Universalista (2006 até os dias atuais), devido à sua evidente inspiração nos direitos humanos e na noção socio-filosófica de solidariedade transnacional dos povos, independente de seus credos, raças, religiões ou origens sociais. As performances mais utilizadas e que compuseram esse repertório foram as marchas, os atos culturais, mas outras formas como o lobby e a realização de eventos também foram amplamente utilizadas. A transgressividade desse repertório foi considerada como baixa, pois quase todos os atores envolvidos em seus conflitos políticos se deram entre atores políticos estabelecidos e por intermédio de ações tradicionais. Identificamos, nesse período destacado, ao menos três manifestações que fugiram a algumas das características destacadas. Contudo elas mostraram-se pontuais, isto é não persistentes ao longo do tempo e, portanto, incapazes de gerarem um novo repertório.

No movimento argentino, os três repertórios identificados foram o Assembleísta (2005-2013), o Legalista (2014-2017) e o Multisetorialista (2017-até os dias atuais). O Assembleísta, termo que remete ao (então próximo) passado da Alameda, caracteriza-se pelo uso de formas de protesto mais agressivas; nesse sentido, similares em termos de transgressividade às utilizadas pelos manifestantes durante a crise orgânica argentina de 2001 e nos anos seguintes. Nesse período, os escraches, as infiltrações, as ocupações, as invasões, os boicotes e as marchas foram recorrentes. O Legalista marca basicamente o ingresso da Alameda e de suas organizações irmãs na política institucional. Gustavo Vera foi eleito deputado da Ciudad Autónoma de Buenos Aires no final de 2013 e no ano seguinte o MPTD criou seu partido próprio, o Bien Común. Boa parte das ações do movimento se deu, a partir daí, pelas chamadas vias institucionais. Os protestos de rua não se findaram, mas perderam potência. Consequentemente, enquanto atores estabelecidos que se tornaram, e por empregarem meios reivindicatórios reconhecidos pelo poder público, a transgressividade do movimento reduziu. As petições, os julgamentos, *presentaciones* legislativas e as marchas foram as formas mais comuns de ação. O Multisetorialista iniciou-se após a aproximação entre o MPTD e as centrais sindicais argentina, sobretudo a parcela do CGT vinculada às figuras de Hugo e Pablo Moyano, e também o Partido Justicialista. Dessa união formou-se a principal organização de oposição da sociedade civil argentina ao governo de Mauricio Macri, a Multisectorial 21F, comandada

pelo líder alamedista Gustavo Vera e pelo líder dos caminhoneiros argentinos Hugo Moyano. A greve geral se tornou a principal arma desse novo grande movimento em formação.

Com esses apontamentos, desejamos ter demonstrado ao leitor que mesmo em situações adversas, ou seja, quando imersos em estruturas sociais que organizam suas necessidades e capacidades de modo desfavorável, os subalternos encontram caminhos variados para lutar por seus interesses ao fazerem isso reescrevem sua própria História.

## REFERÊNCIAS

---

- ABIT. **Cartilha Industria têxtil e de confecção brasileira: cenários, desafios, perspectivas e demandas**. Brasília, junho, 2013
- AGUIRRA. R. **Protesto por metrô em Higienópolis tem catraca, churrasqueira e varal**. Portal G1, 14/05/2011. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/05/termina-manifestacao-por-estacao-do-metro-em-higienopolis.html>
- ALONSO, A; GUIMARÃES, N. Entrevista com Charles Tilly. **Tempo Soc. vol.16 no.2 São Paulo Nov. 2004**
- ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova.n.76, pp.49-86, 2009.
- AMENGUAL, M. **Politicized enforcement in Argentina: labour and environmental regulation**. New York, Cambridge University Press, 2016.
- ANDERSON, P. **O balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANDRADE, M. **Brás, Mooca e Belenzinho: "bairros italianos" na São Paulo além-Tamanduateí**. Revista do Departamento de Geografia, v. 8, 1994. p. 97-102
- ARTESE, M. **Violencia política en la Argentina de fin de siglo: um estudio aplicado a los cortes de ruta**. Espiral (Guadalaj.), vol.19, n.54, 2012. pp.171-193
- ARTIEDA, L. et al. **Fast Fashion, Faster! An Analysis of the Cut and Sew Manufacturing Sector in Los Angeles**. Final Paper for Sectorial Analysis MA in Urban Planning at the UCLA Luskin School of Public Affairs. 2014
- AUYERO, J. **Los cambios en el repertorio de la protesta social en la Argentina**, en Desarrollo Económico, núm. 166, vol. 42, Buenos Aires: Ides. 2002. pp. 187-210.
- AUYERO, J. **Repertorios insurgentes en Argentina contemporánea**, en Revista iconos, n. 15, Flacso, Ecuador, 2003. pp. 44-61.
- AZPIAZU, D., SCHORR, M.. **Hecho em Argentina: industria y economia, 1976-2007**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2010.
- BARKER, C. **Class Struggle and Social Movements**. In BARKER, C et al (ed). **Marxism and Social Movements**. Historical materialism book series; volume 46, 2013.
- BARKER, C.; COX, L. **What have the Romans ever done for us? Academic and activist forms of movement theorizing**, 2002. Disponível online <<http://eprints.maynoothuniversity.ie/428/1/AFPPVIII.pdf>>.
- BAUWENS, M.. **“No Chains” for the Thai “Dignity Returns” sweat-free garment labour cooperative**. 2010. Disponível em <https://blog.p2pfoundation.net/no-chains-for-the-thaidignity-returns-sweat-free-garment-labour-cooperative>. Acesso 01/2017.

BBC BRASIL. **Argentinos voltam a protestar contra plano do governo**. 30 de Agosto, 2001  
Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010830\\_argentina.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/010830_argentina.shtml)

BEVINGTON, D.; DIXON, C. **Movement-relevant theory: Rethinking social movement scholarship and activism**, *Social Movement Studies*, vol. 4, no. 3, pp. 185–208, 2005.

BLUMER, H. **Collective Behaviour** in PARK. R. (ed.) *An Outline of the Principles of Sociology*. Nova York, Barnes E Noble. 1939.

BLUMER, H. **Social Movements**, in Lee, Alfred. *Principles of Sociology*. Nova York, Barnes E Noble. 1951.

BONACICH, E; APPELBAUM, R. **Behind the label: inequality in the Los Angeles apparel industry**. Berkeley, University of California Press, 2000.

BORJA, J. **A arte da associação**. São Paulo, Vértice, 1975

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo, Boitempo, 2012.

BRAGA, R. **Apresentação**, in: OLIVEIRA, C; BRAGA, R; RIZEK, C (orgs). *Hegemonia às avessas: econômica, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo Boitempo, 2010

BRAGA, R; BURAWOY, M. **Por uma Sociologia Publica**. São Paulo, Alameda, 2009.

BRESSÁN, J. **Los “talleres clandestinos” y el funcionamiento de la industria de la indumentaria:El gobierno de la cadena productiva**. Informe da FLACSO/CONICET. 2016  
Disponível em: <https://www.mpf.gob.ar/protex/files/2016/05/Talleres-clandestinos-Montero.pdf>

BRINGEL, B. **Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais**. *Revista Sociologia & Antropologia*, v 2, 2012.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURAWOY, M. **The Extended Case Method**. *Sociological Theory*, Vol. 16, No. 1. pp. 4-33, 1998.

BURAWOY, Michael. **Marxismo Sociológico: quarto países, quarto décadas, quarto grandes transformações e uma tradição crítica**. São Paulo, Alameda, 2014.

CAC. **O custo argentino**. Infome da Camara Argentina de Comercio y Servicios de Agosto, 2017. Disponível em:[http://www.cac.com.ar/data/documentos/11\\_CAC%20-%20Informe%20Costo%20Argentino%20-%20Agosto%202017.pdf](http://www.cac.com.ar/data/documentos/11_CAC%20-%20Informe%20Costo%20Argentino%20-%20Agosto%202017.pdf)

CAMI. **Migrantes são premiados em festival de música e poesia organizado pelo CAMI**. 2018 Disponível em <http://camimigrantes.com.br/site/?p=1676> Acesso em 26/02/2019.

CASTELLS. M. **Movimientos sociales urbanos**. Madri, Siglo XXI, 1974

CASTORIADIS, C; COHN-BENDIT, D. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

CELS. **19/20 DIC 2001: el juicio**. 2015? Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160306114739/http://cels.org.ar/19y20eljuicio/el-caso/>

CELS. **El derecho a la protesta social em la Argentina**. Informe do Centro de Estudios Legales y Sociales, 2017

CHACRA, G. **Argentina tem novo escândalo de suborno**. Folha on line, 22 de setembro, 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2209200011.htm>

CIMINO, J. **Moradores de Higienópolis se mobilizam contra estação de metrô**. Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, São Paulo, 13 de agosto, 2012.

CIOFFI, S; FARIAS, Aa. **PF exige comprovação de renda para para bolivianos entrarem no Brasil**. Folha on-line, Caderno Cotidiano, 14 de fev. de 2014 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/152653-pf-exige-comprovacao-de-renda-parabolivianos-entrarem-no-brasil.shtml>. Data de acesso: 01/09/2014

CISEL, D.H; SMITH, B.A. (2005), **The Impact of Supply Chain Management on Labour Standards: The Transition to Incessant Work**, The Journal of Economic Issues, Vol. XXXIX, No. 2, pp. 429-37.

CLAPHAM, A. **Human Rights: A Very Short Introduction**. OUP Oxford, 2007

CLARÍN, **La política y el campo: repudio de oficialistas y opositores por el incidente em la localidad santafesina de Laguna Paiva**. 03/02/2009 disponível em [https://www.clarin.com/ediciones-antiores/ruralistas-agredieron-huevazos-titular-bloque-diputados\\_0\\_SypbFnqCaYg.html](https://www.clarin.com/ediciones-antiores/ruralistas-agredieron-huevazos-titular-bloque-diputados_0_SypbFnqCaYg.html)

CLARÍN, **Una campaña anónima pide “un minuto de silencio” para periodistas desportivos**. Deportes, Especial Mundial Russia, 28 de junho, 2018. Disponível em [https://www.clarin.com/deportes/mundial-2018/campana-anonima-pide-minuto-silencio-periodistas-deportivos\\_0\\_ryviUnGGm.html](https://www.clarin.com/deportes/mundial-2018/campana-anonima-pide-minuto-silencio-periodistas-deportivos_0_ryviUnGGm.html)

CLARÍN. **Violento desalojo de um comedor comunitário em Parque Avellaneda**. 16/06/2004. Disponível em [https://www.clarin.com/ediciones-antiores/violento-desalojo-comedor-comunitario-parque-avellaneda\\_0\\_HkjVJj3JCYx.html](https://www.clarin.com/ediciones-antiores/violento-desalojo-comedor-comunitario-parque-avellaneda_0_HkjVJj3JCYx.html)

CLAUSEWITZ, C. **Da Guerra**. Rio de Janeiro, 1984.

CONEXIÓN MIGRANTE. **Hora de lutar por direitos**. Jornal Conexión Migrante, São Paulo, agosto, ano 4, n. 17, 2013b

CONEXIÓN MIGRANTE. **SMDHC realizou o Diálogo Social com Migrantes: desafios são muitos**. Jornal Conexión Migrante, São Paulo, agosto, ano 4, n. 17, 2013a.

CORTES, Thiago. **Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2013

CORTINA, R. **Gustavo Vera, de La Alameda, entre los 5 legisladores porteños más trabajadores**. El Intransigente, 22 de janeiro, 2017. Disponível em: <https://elintransigente.com/archivo/2017/1/22/>

COTARELO, M; CARRERA, N. **Algunos rasgos de la rebelión em Argentina, 1993-2001**. In. PIMSA: Publicación del programa de investigación sobre el movimiento de la sociedad Argentina. Documentos y comunicaciones, ano VIII, documinetos de trabajo n. 44-50, 2004



COUTINHO, C. **A hegemonia da pequena política**. IN: OLIVEIRA, C; BRAGA, R; RIZEK, C (orgs). *Hegemonia às avessas: econômica, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo Boitempo, 2010

COUTINHO, C. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2014.

COX, L. **Building counter culture: The radical praxis of social movement milieux**, unpublished Ph.D. dissertation, Trinity College, Dublin. 1999.

COX, L.; NILSEN, A. **Social Movements Research and the “Movement of Movements”: Studying Resistance to Neoliberal Globalization**. *Sociology Compass*, 2007.

COX, L; NILSEN, A. **We Make Our Own History: Marxism and Social Movements in the Twilight of Neoliberalism**. Pluto Press. 2014

CUÉ, C. **Dois anos de Macri: da forte recessão de 2016 à recuperação perto das eleições**. *El País*, 21 de outubro, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/internacional/1508440676\\_071292.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/19/internacional/1508440676_071292.html)

CYMBALISTA, R; XAVIER, I. **A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade**. *Cadernos da metrópole* (17), São Paulo, EDUC, 2007. p. 119-133

D'ARAÚJO, M. **A elite dirigente do governo Lula**. São Paulo, Editora FGV, 2007.

D'OVIDIO et al. **Quién es quién en la cadena de valor del sector de Indumentaria Textil: hacia una solución conjunta en el sector**. Fundación El Otro, mayo, 2007.

DEL HOIO, M. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007

DEL ROIO, M. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, nov. 2007.

DIANI, M. **Introduction: social movements, contentious actions, and social networks: 'from metaphor to substance'?** In DIANI, M; MCADAM, D (ed). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford University Press, 2003a

DIANI, M. **'Leaders' or Brokers? Positions and Influence in Social Movement Networks**. In DIANI, M; MCADAM, D (ed). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford University Press, 2003b

DIANI, M; MCADAM, D (ed). **Social movements and networks: relational approaches to collective action**. Oxford University Press, 2003.

DIARIO26. **El PJ incorporó formalmente a Moyano, Daer, Pignanelli y Solá**. *Diario 26*, política. 08 de novembro, 2018. Disponível <http://www.diario26.com/259192--el-pj-incorporo-formalmente-a-moyano-daer-pignanelli-y-sola>. Acesso 11/02/2019

DIAS, V; WETZEL, U. **Empreendedorismo como ideologia: análise do enfoque da revista Exame em dez anos de publicação (1990-99)**. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, Volume 44, Número 1, abril, 2010. p. 97-118

DIREITOS SOCIAIS. **Imigrantes participam do Grito dos Excluídos Continental 2017**. 23 de novembro, 2017. Disponível em: <https://direitosociais.org.br/article/imigrantes-participam-do-grito-dos-excluidos-conti/>

DIREITOSSOCIAIS.ORG. **Imigrantes participam do Grito dos Excluídos Continental 2017**. Disponível em <https://direitosociais.org.br/article/imigrantes-participam-do-grito-dos-excluidos-conti/> acesso 25/02/2019

DOMINGOS, R. **Camelôs agridem fiscal no Largo da Concórdia (SP)**. G1, 30 de maio, 2007. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL44531-5605,00-CAMELOS+AGRIDEM+FISCAL+NO+LARGO+DA+CONCORDIA+SP.html>

DOWNTON, V. **Rebel Leadership**. New York: Free Press, 1973.

DURKEHIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2002.

DURKEHIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Martins fontes. 1999

DURKEHIM, E. **Julgamentos de valor e Julgamentos de realidade**. In: Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1970.

EDER, Klaus. **A nova política de classes**. Bauru, EDUSC, 2002

EDUARDO SUPPLY. **CPI da Migração. 2017**. Disponível em <http://eduardosupply.com.br/cpi-da-migracao/>

EL BARRIO PUEYRREDÓN. **Inaugurarán un polo textil en Barracas**. 2009 Disponível em <http://elbarriopueyrredon.com.ar/old/notas/ano-2009/inauguraran-un-polo-textil-en-barracas.php>. Último acesso, 02/11/2018.

EL BARRIO VILLA PUEYRREDON, **Gustavo Vera lanzó su candidatura a Jefe de Gobierno**, Periódico, ano XVI, n. 189, Enero, 2015

EYERMAN, R.; JAMISON, A. **Social Movements: A Cognitive Approach**. Polity Press, 1991.

FANFANI, A. **Catholicism, Protestantism and Capitalism**, University of Notre Dame Press, 1984

FANFANI, A. **Catholicism, Protestantism and Capitalism**. Notre Dame, University of Nothre Dame Press, 1984

FANTASIA, R. **Culture of solidarity: consciousness, action, and contemporary American workers**. Berkeley: University of California Press, 1988.

FIESP; CESI. **Panorama da indústria de transformação brasileira**. 14<sup>a</sup> edição, 30 de junho, 2017.

FLACKS, R. **Knowledge for what? Thoughts on the state of social movement studies**. In GOODWIN, J.; JASPER, M (eds.) **Rethinking Social Movements: Structure, Culture and Emotions** (Lanham, Rowman and Littlefield) pp. 135–53. 2004.

FOLHA. **Termina protesto de bolivianos em SP; ruas do centro são liberadas**. Folha [online], 29 de junho, 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1303855-termina-protesto-de-bolivianos-em-sp-ruas-do-centro-sao-liberadas.shtml>

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo, Graal 1981.

FROMM, E. 1941. **Escape from Freedom**. Nova York, Rinehart.

FUNDACIÓN ALAMEDA. **Quieren rematar la Cooperativa Soho**. 2013 disponível em <http://www.fundacionalameda.org/2016/03/quieren-rematar-la-cooperativa-soho.html>

G1. **Polícia argentina resgata 80 bolivianos escravizados em oficinas têxteis**. Portal de informações G1, 08 de fevereiro, 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1562056-5602,00-POLICIA+ARGENTINA+RESGATA+BOLIVIANOS+ESCRAVIZADOS+EM+OFICINAS+TEXTEIS.html>. Data de acesso: 23/08/2014.

GAGO, V. **Neoliberalism from below**. Duke University Press, 2017

GAMSON, W. **The strategy of social protest**, Boston College, California, Wadsworth Press, 1990.

GAMSON, W. **The strategy of social protest**. Homewood: Dorsey Press, 1975.

GANZ, M, 2000. **Resources and resourcefulness: strategic capacity in the unionization of California agriculture, 1959–1966**. American Journal of Sociology, 105(4), 2000. pp. 1003–62

GÓES, CAMILA. **Repensando a subalternidade: de Antônio Gramsci à teoria pós-colonial**. Revista Outubro, n. 26, julho, 2016.

GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. Garden City. N. Y. Doubleday Anchor, 1959.

GOHN, M. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Loyola, São Paulo, 1997

GONH, M. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Loyola edições, 1997.

GRAMSCI, A. **Alguns temas da questão meridional** in: A questão meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol 5. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, A. **Che fare?** In Id., Per la verità, a cura di Renzo Martinelli, Roma, Editora Riuniti, 1974.

GRAMSCI, A. **Che fare?** In: **Per la verità, a cura di Renzo Martinelli**, Roma Editori Riuniti, 1974.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks ([1929–1935])**. Lawrence and Wishart, 1998.

GREEN, M. **Rethinking the subaltern and the question of censorship in Gramsci's Prison Notebooks**. *Postcolonial Studies*, v. 14, n. 4, 2011.

GREEN, Nancy. **Ready-to-wear and ready-to-work: a century of industry and immigrants in Paris and New York**. Duke University Press, Durham & London, 1997.

GROETHUYSEN, B. **Origines de l'esprit bourgeois em France: l'Église et la bourgeoise**. Paris, Gallimard, 1927

GROETHUYSEN, B. **Origines de l'esprit bourgeois en France: l'Eglise et la bourgeoise**. Paris, Gallimard. 1927.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

GUIRADO, J. **Para além da costura: trabalho imigrante e organização coletiva na metrópole**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

GUSFIELD, J. **Social Structure and Moral Reform: a Study of the Woman's Cristian Temperance Union**. *American Journal of Sociology*, no. 61, 1955. pp. 221 - 232.

GUSTAVO. **Documental Alameda 10 años**. Entrevista cedida à Fundacion Alameda. 2012. Disponível em <https://liberata.org/documental-10-anos-de-la-alameda/>

HANDEL, P. **The birth of digital media Indy Media**. *Popular Resistance.org*, 09 de fevereiro, 2015. Disponível em <https://popularresistance.org/the-birth-of-digital-indy-media/>. Último acesso, 24/01/2019.

HSU, T. Los Angeles Is Largest Manufacturing Center in U.S., Government Says. *Los Angeles Times*, September 1, 2014, available at <http://www.latimes.com/business/la-fi-los-angeles-manufacturing-20140829-story.html>

INDYMEDIA. **Escrache a un prostíbulo: la soledad de la puta**. 17 de abril de 2008. Disponível em <http://archivo.argentina.indymedia.org/print.php?id=595125&comments=yes>

INET. **El Sector Indumentaria en Argentina**. Informe final do Instituto de Nacional de Educación Tecnológica, Buenos Aires, março, 2010.

INFOBAE. **Se extiend la Red Nacional Antimafia**. 2013. Disponível em <https://www.infobae.com/2013/06/01/713479-se-extiende-la-red-nacional-antimafia/>

INPADE. **La Industria Textil en Argentina. Su evolución y sus condiciones de trabajo**. 2009

JASPER, J. **A strategic approach to collective action: looking for agency in social movement choices**. *Mobilization*, 9(1), 2004. pp. 1–16.

JASPER, J. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

JASPER, J. **Social Movement Theory Today: Toward a Theory of Action?** *Sociology Compass* 4/11, p.965–976, 2010.

JENSEN, L.; PORTES, A. **The enclave and the entrants: Patterns of ethnic enterprise in Miami before and after Mariel**. *American Sociological Review*, 57(3), 1992. 411-414.

KILGORE, D. **Understanding learning in social movements: A theory of collective learning.** *International Journal of Lifelong Education*, vol. 18, no. 3, pp. 191–202. 1999.

KNOKE, D. **Organizing for Collective Action.** Hawthorne, NY, Aldine de Gruyter, 1996

KNOKE, D.; PAPPI, U., BROADBENT, J., TSUJINAKA, Y. **Comparing Policy Networks.** New York/Cambridge: Cambridge University Press, 1996

KONTIC, B. **Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KORNHAUSER, W. **The Politics of Mass Society.** Glencoe, Free Press, 1959.

KUHN, Thomas. **The Structure of Scientific Revolutions.** Chicago: University of Chicago Press, 1962.

LA ALAMEDA. **La banda de la bandera negra.** *laalameda.wordpress.com* 22/12/2015. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/tag/carlos-beizum/>

LA ALAMEDA. **La vida oculta de Bergoglio: lucha contra la trata, explotación y el narcotráfico.** 2014a. Publicada em 2/05/2014. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/tag/bergoglio/page/2/>. Último acesso 07/11/2018.

LA ALAMEDA. **Mar del Plata: El basural municipal de los niños.** *laalameda.wordpress.com* 21 de janeiro, 2014. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2014/01/21/mar-del-plata-el-basural-municipal-de-los-ninos-video-fotos-y-denuncia/>

LA ALAMEDA. **Marcha a Plaza de Mayo para que se anule la Ley Antiterrorista.** *laalameda.wordpress.com* 30/12/2011c. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2011/12/30/marcha-a-plaza-de-mayo-para-que-se-anule-la-ley-antiterrorista/>

LA ALAMEDA. **Marcha hoy para frenar la apertura de los prostíbulos “Las Casitas” de Río Gallegos.** *laalameda.wordpress.com* 17/06/2011a. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2011/06/17/marcha-hoy-para-frenar-la-apertura-de-los-prostibulos-las-casitas-de-rio-gallegos/>

LA ALAMEDA. **Marcha multisectorial por la reforma a la ley de trata de personas.** *laalameda.wordpress.com* 16/08/2011b. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2011/08/16/marcha-multisectorial-contra-la-trata-de-personas/>

LA ALAMEDA. **Se lanzó el partido Bien Común.** 03 de setembro, 2014b. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2014/09/03/15953/>. Último acesso em 13/11/2018

LA ALAMEDA. **Time Warp: Iglesias de Cromañón, Rey de la tragedia de Once y el legislador Vera.** *laalameda.wordpress.com* 22 de abril, 2016. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2016/04/22/time-warp-iglesias-de-cromanon-rey-de-la-tragedia-de-once-y-el-legislador-vera/>

LA ALAMEDA. **Unite al 4º concurso de diseño No Chains: frená la explotación y la esclavitud.** *laalameda.wordpress.com* 18 de março, 2013 Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/tag/grandes-marcas/>

LA ALAMEDA. UTC (boletins, fotos y videos). ca. 2007. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/8-hrs/>

LA LAMEDA. **Principios y objetivos de Bien Común**. laalameda.wordpress.com 22 de abril, 2017. Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2017/04/22/principios-y-objetivos-de-bien-comun/>

LAKATOS, I. **The Methodology of Scientific Research Programs**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LANGLEY, W. **Encyclopedia of Human Rights Issues Since 1945**. Greenwood Press, Connecticut, 1999

LARA, T. **Trabajo precario: los talleres clandestino, origen de la mayor parte de lar opa del país**. La Nación, 21 de abril, 2016 Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/comunidad/trabajo-precario-los-talleres-clandestinos-origen-de-la-mayor-parte-de-la-ropa-del-pais-nid1891220>

LATINOS. **Centro de Modas Imigrante: emprendimiento pioneiro ejecutado por residentes bolivianos**. Jornal Latinos, São Paulo, ed. n 32, janeiro, 2017

LAVACA. **La soledad de la puta: escrache a um prostíbulo**. 11 de abril, 2008 Disponível em <https://www.lavaca.org/notas/la-soledad-de-la-puta/>

LEÃO, A; DEMANT, P. **Mobilização política e integração de migrantes no Brasil** . *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]., vol.31, n.91, 2016

LEE, Alfred. **Sociology for whom?** In: *America Sociological Review*. 41, p.925-36. 1976.

LEE. **Documental 10 años de Alameda**. Entrevista cedida à Fundación Alameda, 2012. Disponível em: <https://liberata.org/documental-10-anos-de-la-alameda/>

LEE, D. **A Cooperative Network Across Global Borders**. Grassroots Economic Organizing (GEO) Newsletter, Volume 2, Issue 14, 2013.

LEGISLATURA. **Iniciativas por el trabajo textil digno**. Legislatura da Ciudad Autónoma de Buenos Aires, comunicados. 25 de abril, 2016 Disponível [https://www.legislatura.gov.ar/\\_post\\_old.php?ver=5408](https://www.legislatura.gov.ar/_post_old.php?ver=5408)

Lemieux, V (1997). 'Reseaux et Coalitions', *L'Annee Sociologique*, 47: 55-71.

LIGUORI. G. **Tre accezioni di «subalterno» in Gramsci**. *Critica Marxista*, Roma, n.6, 2011, p.33-41.

LIPSET, S. **Agrarian Socialism**. Berkeley, Un. California Press, 1950.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981

LÖWY, M. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.

MACHADO, E. **Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais**. *Lutas Sociais*, n. 21/22, junho, 2009. p. 23-34 Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18598>. Acesso em: 13/02/2019

- MANETTA, A. **Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística**. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de PopulaçãoNepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.
- MARONI, A. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio 78**. São Paulo, Brasiliense. 1982.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: MARX, K. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, K; ENGELS, F. **A sagrada família**. Boitempo, 2003.
- MASSEY, D et al. **Theories of international migration: a review and appraisal**. Populationand Development Review, 19 (3), September, 1993. p. 431-66
- MCADAM, D. **Tactical innovation and the pace of insurgency**. American Sociological Review, 48(6), 1983. pp. 735–54.
- MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C **To Map Contentious Politics**. Mobilization: An International Quarterly: March, Vol. 1, No. 1, 1996. pp. 17-34
- MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge University Press, 2004.
- MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, 76, 2009 p11-48
- MCADAM, D; TARROW, S; TILLY;
- MELUCCI, A. **Challenging Codes**. Cambridge/New York: Cambridge University Press. 1996
- MELUCCI, A. **Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements**. Social Movement Research, 1, p. 329-348, 1988.
- MELUCCI, A. **Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society**. Temple University Press, 1989
- MINCYT. **Prospectiva tecnológica al 2025 del compejo têxtil y de confección**. Análises tecnológicas y prospectivos sectoriales, mayo, 2016.
- MOLINA, F. **Argentina faz manobra desesperada com juros a 40% para conter dólar e Brasil teme contágio**. El País, 05 de maio, 2018.
- MORAIS, S. Kassab cassa licenças para acabar com todos os camelôs. Uol, 11 de maio, 2012. Disponível em <https://agora.folha.uol.com.br/saopaulo/ult10103u1088788.shtml>
- MTEYSS. **Las mujeres en el mundo del trabajo**. Informe do Ministerio del Trabajo, Empelo y Seguridad Social, setembro, 2017 Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe\\_ctio\\_documentodetrabajo.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_ctio_documentodetrabajo.pdf)
- MUES, I. **Una década de vida la cooperativa de cartoneros El Álamo**. La Alameda Word Press. 2013 Disponível em <https://laalameda.wordpress.com/2013/11/12/una-decada-de-vida-la-cooperativa-de-cartoneros-el-alamo/>

NARLOCH, L. **“Parem de dizer que somos escravos”, pede líder dos bolivianos em São Paulo**. Revista Veja, 19 de junho, 2015 Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/cacador-de-mitos/parem-de-dizer-que-somos-escravos-pede-lider-dos-bolivianos-em-sao-paulo/>

NCN. **Se aprobó la ley Vera: cierre a los prostíbulos habilitados**. Noticias do Congresso Nacional. 30 de setembro, 2016. Disponível em <https://www.ncn.com.ar/legislatura-portena-se-aprobo-la-ley-vera-cierre-a-los-prostibulos-habilitados/>

NEPSTAD, E; VINTHAGEN, S. **Strategic choices in cross-national movements: a comparison of the Swedish and British plowshares movements**. In: GREGORY, M et al. (ed). *Strategies for social change*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. pp. 263–84

NEVES, F. **Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)**. Projeto Historia n. 16, fevereiro, São Paulo, 1998.

NIKOLAUS et al. **A New Industry on a Skewed Playing Field: Supply Chain Relations and Working Conditions in UK Garment Manufacturing**. University of Leicester, Centre for Sustainable Work and Employment Futures, 2015. Disponível em: <https://lra.le.ac.uk/handle/2381/31720>

NILSEN, A. **The authors and the actors of their own drama': Towards a Marxist theory of social movements**. *Capital & Class*, 33: 109, 2009.

NILSEN, A; COX, L. **What Would a Marxist Theory of Social Movements Look Like?** In: BARKER, C et al (ed). *Marxism and Social Movements*. Historical materialism book series; volume 46, 2013

NOGUEIRA, A. **Lulism and the institutionalization of social movements in Brazil: strengthening democratic inclusion and perpetuating hegemony**. *Tempo social* [online]. vol.29, n.3, 2017

NORONHA, I. **Camelôs acorrentados agora prometem greve de fome**. G1, 08 de agosto, 2007. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL84667-5605,00-CAMELOS+ACORRENTADOS+AGORA+PROMETEM+GREVE+DE+FOME.html>

O GLOBO. **Crise econômica da Argentina faz pobreza atingir 27,3% da população**. O Globo, Caderno Mundo, 28 de setembro, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/crise-economica-na-argentina-faz-pobreza-atingir-273-da-populacao-23109724>

OIM. IPPDH. **Migrantes regionais na cidade de São Paulo: direitos sociais e políticas públicas**. Relatório do Cosmópolis, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2017/01/San-Pablo-web-final-PT-BR.pdf>

OLIVEIRA, C. **Hegemonia às avessas**. in: OLIVEIRA, C; BRAGA, R; RIZEK, C (orgs). *Hegemonia às avessas: econômica, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo Boitempo, 2010

OLIVER, P; MYERS, D. *Networks, Diffusion, and Cycles of Collective Action*. In DIANI, M; MCADAM, D (ed). **Social movements and networks: relational approaches to collective action**. Oxford University Press, 2003



OUVIÑA, H. **Las asambleas barriales y la construcción de lo “público no estatal. La experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.** Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2002

PENELLI, S. **Cristina y Moyano, juntos en Cañuelas: los primeros pasos hacia la unidad.** Ambito.com. 03 de setembro, 2018. Disponível em <https://www.ambito.com/cristina-y-moyano-juntos-canuelas-los-primeros-pasos-la-unidad-n4029529>

PEREIRA, L. **A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado.** Topoi, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 48-66

PIORE, M. **The economics of sweatshop.** In, ROSS, A. No sweat: fashion, free trade, and rights of garment workers, New York, Verso, 1997 pp.135-142

PIQUÉ, E. **Papa Francisco: vida e revolução.** São Paulo: LeYa. 2014

PIVEN, F.; CLOWARD, R. **Regulating the poor: the functions of public welfare,** Nova Iorque, Pantheon Books, 1971

PIVEN, F; CLOWARD, R. **Poor people's movements: why they succeed, how they failed.** New York: Vintage, 1977.

POCHMANN, Marcio (org). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

POPPER, K. **Conjectures and Refutations.** London, Routledge and Kegan Paul. 1963.

PORTE, A; JENSEN, L. **Disproving the Enclave Hypothesis: Reply.** American Sociological Review, Vol. 57, No. 3 (Jun., 1992), pp. 418-420

PRETECEILLE, E. **Crise urbaine, fragmentación sociale et descentralización.** Paris, City and region, Université de Thessalonique, n° 13, p. 27-37, 1987.

RAY, P; PEEPERCAMP. **Labour without Liberty: Female Migrant Workers in Bangalore's Garment Industry.** Clean Clothes Campaign, India Committee of the Netherlands, and Garment Labour Union, January 26, 2018 Disponível em: <http://www.indianet.nl/pdf/LabourWithoutLiberty.pdf>

ROCHA, A; OLIVEIRA, W. **Cristianismo de Libertação e Teologia da Libertação: inspiração evangélica e pensamento marxista na gênese de um capítulo da teologia latino-americana.** Fragmentos de Cultura, v26, n.4, 2016.

ROLNIK, R; MIRAGAIA, B; AVANCI, J. **Fora das ruas e em lugar nenhum.** Folha de São Paulo, 24 de julho, 2012. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/56210-fora-das-ruas-e-em-lugar-nenhum.shtml>

ROLANDO; Documental 10 años de Alameda. Entrevista cedida à Funcacion Alameda, 2012. Disponível em: <https://liberata.org/documental-10-anos-de-la-alameda/>

ROSSI, F. **Conceptualizing Strategy Making in a Historical and Collective Perspective.** In In ROSSI, F; VON BÜLOW, M. Social Movement Dynamics New Perspectives on Theory and Research from latin américa. Routledge, 2016.

ROSSI, F; VON BÜLOW, M. **Introduction: Theory-Building Beyond Borders**. In ROSSI, F; VON BÜLOW, M. *Social Movement Dynamics New Perspectives on Theory and Research from latin américa*. Routledge, 2016.

RYAN, C. **Prime time activism: media strategies for grassroots organizing**, Boston, South End Press, 1991

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, EDUSP, 1998.

SCRIBANO, A; SCHUSTER, F. **Protesta social en la Argentina de 2001:entre la normalidad y la ruptura**. In CLACSO (ed). *Análisis de casos. La protesta social en Argentina*. CLACSO, 2001

SEIDMAN, G. **Beyond the Boycott: Labor Rights, Human Rights, and Transnational Activism**. Russel Sage Foundations Publications, 2007.

SILVA, C. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2008a

SILVA, S. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade**. *Estudados Avançados*, Vol. 20, No. 57 São Paulo, Maio/Agosto. 2006

SILVA, S. **Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997

SILVA, S. **Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo**. *Textos NEPO*, n. 55, 2008b

SINGER, A. **Lulismo: um movimento informal de políticas públicas**. Entrevista cedida a IHU Unisinos on-line, 28/11/2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/38774-lulismo-um-movimento-informal-de-politicas-publicas-entrevista-especial-com-andre-singer>

SINVEPAR. **Novas perspectivas do varejo e o impacto no setor de vestuário**. Relatório de Inteligência Analítico, novembro, 2012. Disponível em <<http://www.sinvespar.com.br/Download/Indicadores/NovasPerspectivasdoVarejoeoImpacto noSetordeVesturio.pdf>

SISTERS FOR CHANGE & MUNNADE. **Eliminating violence against women at work**. Jun, 2016 disponível em: [http://sistersforchange.org.uk/wp-content/uploads/2016/06/SFC\\_WomenatWork\\_FullReport\\_25June2016.pdf](http://sistersforchange.org.uk/wp-content/uploads/2016/06/SFC_WomenatWork_FullReport_25June2016.pdf)

SMELSER, N. **Theory of Collective Behavior**, Free Press, Glencoe, 1962.

SOMO. **Aspectos de género en la industria de la indumentaria latino-americana**. Informe SOMO, julio, 2011

SOREL, G. **Reflections on violence**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

STAGGENBORG, S. **The pro-choice movement: organization and activism in the abortion conflict**. New York: Oxford University Press, 1991.

- SVAMPA, M; PEREYRA, S. **La política de los movimientos piqueteros**. in NAISHTAT, F et al. *Tomar la palabra. Estudios sobre protesta social y acción colectiva en la Argentina contemporânea*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2005. pp. 343-364.
- TARROW, S. **Democracy and Disorder: Protest and Politics in Italy, 1965-1975**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- TAVARES, M. **O empreendedorismo à luz da tradição marxista**. *Revista Em Pauta*, n. 41, v. 16, 1o Semestre Rio de Janeiro, 2018 -, p. 107 – 121
- TAYLOR, V; VANDYKE, N. **“Get up, stand up”**: tactical repertoires of social movements. In: David Snow et al., eds. *The Blackwell companion to social movements*. Oxford: Blackwell, 2004. pp. 262–93.
- TEXIER, J. **Sociedade Civil**. In LIGUORI, G; VOZA, P (org). *Dicionário gramisciano, 1926-1937*. Boitempo, São Paulo, 2017.
- THOMPSON, E. **A economia moral da multidão na Inglaterra no século XVIII**. Antígona, 2008.
- THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo, Paz e Terra, 2010
- TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Newberry Award Records, 1978.
- TILLY, C. **Contentious performances**. Cambridge University Press, 2008a
- TILLY, C. **Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834**. *Social Science History* 17, no. 2, 1993. pp 253-80.
- TILLY, C. **Contentious repertoires in Great Britain**. In: MARK, T. (ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press. 1995
- TILLY, C. **Democracy**. Cambridge University Press, 2007.
- TILLY, C. **Movimentos sociais como política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160
- TILLY, C. **Processes and Mechanisms of Democratization**. *Sociological Theory* 18:1, March, 2000
- TILLY, C. **Regimes and repertoires**. University of Chicago Press, 2006
- TILLY, C; TARROW, S. **Contentious politics**. Oxford University Press, 2015
- Tilly, Charles. **Invention, Diffusion, and Transformation of the Social Movement Repertoire**. In: TILLY, C. *Identities, Boundaries, and Social Ties*. Londres: Paradigm, 2008b
- TOURAINÉ A., **La voix et le regard**, Paris, Seuil. 1978
- TOURAINÉ, A. **Actores sociales y sistemas políticos en América Latina**. Prealca, Santiago, Chile, 1987.
- TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo, Unicamp, 1989.
- TOURAINÉ, A. **The Voice and the Eye: an Analysis of Social Movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

- TOURAINÉ, A. **Vida y muerte del Chile popular**. Editorial S XXI México, 1974.
- UCLA. Dirty Threads, Dangerous Factories: Health and Safety in Los Angeles' Fashion Industry," December, 2016 Disponível em: <http://garmentworkercenter.org/wp-content/uploads/2016/12/DirtyThreads.pdf>
- UNDAV. **Infografía indústria têxtil**. Informe da Universidade Nacional de Avellaneda, marzo, 2017 Disponível em: <http://eppa.com.ar/wp-content/uploads/2017/03/Infograf%C3%ADa-Industria-Textil.pdf>
- UOL. **Discussão de bar termina com universitária angolana morta em SP**. 23 de março, 2012. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/05/23/discussao-de-bar-termina-com-universitaria-morta.htm>
- VALENTIM, E; PERUZZO, J. **A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital**. Revista Temporalis, Brasília, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017 p.101-126
- VEJA. **Menino de 5 anos morto em assalto em São Paulo é enterrado na Bolívia**. Revista Veja [online], 3 de julho, 2013 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/menino-de-5-anos-morto-em-assalto-em-sao-paulo-e-enterrado-na-bolivia/>
- VILLAREAL, G. **Condena sin precedentes para un grupo de neonazis: más de 9 años de cárcel**. Clarín, 03 de maio, 2018. Disponível em [https://www.clarin.com/sociedad/condena-precedentes-grupo-neonazis-anos-carcel\\_0\\_BkKWeQFaf.html](https://www.clarin.com/sociedad/condena-precedentes-grupo-neonazis-anos-carcel_0_BkKWeQFaf.html)
- WEBER, M. **A sociologia das religiões**. Ícone, 2017
- WEBER, M. The Methodology of the Social Sciences. The Free Press of Glencoe, Illinois, 1949.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Companhia das Letras, São Paulo, 2004
- WEBER. M. **Economia e sociedade**. Editora UnB, vol I, 2012.
- WEBER. M. **Economia e sociedade**. Editora UnB, vol II, 1999.
- WILLIAMS, R. **Marxism and Literature**, Oxford University Press, 1977.
- WRIGHT, O. **Class counts: comparative studies in class analysis**. Cambridge University Press, 1997
- XAVIER, I. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na região metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Demografia. Unicamp. Campinas. 2010.